

1º CICS

CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE



TRABALHOS PREMIADOS

2023



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

1º CICS | CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

TRABALHOS PREMIADOS 2023





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE
PROGRAMA DE EXTENSÃO

Publicado por Editora LESTU

Design Gráfico: Ana Kelma Cunha Gallas

Capa: Odrânio Rocha

Diagramação: Kleber Albuquerque Filho

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

E-mail: cics@unifsa.com.br

Este título possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). A íntegra dessa licença pode ser acessada: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2023 UNIFSA Todos os trabalhos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no Congresso Internacional Ciência e Sociedade (CICS) 2023, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento. <https://unifsa.com.br/cics2023/publicacoes/>

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1º CICS [livro eletrônico] : Congresso Internacional Ciência e Sociedade : desenvolvimento humano e social : das ideias às práticas : trabalhos premiados 2023/ Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA [organização Ana Kelma Cunha Gallas, Alisson Dias Gomes, Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger]. -- São Paulo : Lestu Publishing Company, 2023. -- (Trabalhos Premiados do Congresso Internacional Ciência e Sociedade ; 1)

514 p. online

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-85729-05-5

DOI: <https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-05-5>

Disponível em: <https://lestu.org/books/index.php/lestu/catalog/book/17>

1. Ciência - Congressos - Brasil 2. Congressos 3. Desenvolvimento humano 4. Desenvolvimento social 5. Divulgação científica I. Gallas, Ana Kelma Cunha. II. Gomes, Alisson Dias. III. Cronemberger, Izabel Herika Gomes Matias. IV. Série.

23-182727

CDD-501

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências : Divulgação 501

Tábata Alves da Silva- Bibliotecária- CRB-8/9253



A Lestu é uma editora que acredita na Ciência Aberta. Permitimos a leitura, download e/ou compartilhamento do conteúdo desta obra para qualquer meio ou formato, desde que os textos e seus autores sejam adequadamente referenciados.

EDITORA LESTU

Editora, Gráfica e Consultoria Ltda

editora@lestu.org

www.lestu.com.br

[@lestu_editora](https://www.instagram.com/lestu_editora)



Trabalhos premiados 2023



Sumário

Apresentação	12
Capítulo 1	
Educação empreendedora no ensino superior: uma revisão bibliométrica e agenda de pesquisa futura	31
Capítulo 2	
Estudo diagnóstico da lagoa de são joão, na cidade de São João dosPatos - Maranhão	49
Capítulo 3	
Casaão do coronel Orlando Barbosa de Carvalho: um exemplar do patrimônio arquitetônico piauiense	65
Capítulo 4	
Violência, seletividade penal e encarceramento no Brasil	81
Capítulo 5	
Gestão eficaz do centro de referência Esperança Garcia - creg:práticas exitosas e desafios	97
Capítulo 6	
A utilização de criptomoedas na blindagem patrimonial como intuito de frustrar execuções judiciais	117
Capítulo 7	
Violência Yanomami: uma análise histórica e política.	133
Capítulo 8	
O Estado e o direito fundamental à saúde: dever do Estado de garantir leito de uti na rede hospitalar privada	151
Capítulo 9	
Eutanásia e os limites dos direitos sobre o próprio indivíduo	171
Capítulo 10	
Capítulo Diversidade, diferença e inclusão na universidade: os corpos de homens negros por eles mesmos	191

Capítulo 11	
Relato de experiência: extensão “promoção de saúde bucal em idosos institucionalizados”	209
Capítulo 12	
Uma reflexão crítica à medicalização e patologização da saúde	223
Capítulo 13	
O enfrentamento da pobreza no Brasil e as transferências de renda	235
Capítulo 14	
Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180: análise da rota crítica percorrida pelas mulheres na busca pela superação da violência	251
Capítulo 15	
O feminicídio e a violência contra mulheres no contexto do sistema hetero-patriarcal- racista capitalista brasileiro	269
Capítulo 16	
Tecendo subjetividades: o legado de Mussum e o racismo recreativo	287
Capítulo 17	
O cuidado em saúde mental para a população negra: implicações para a psicologia clínica	305
Capítulo 18	
Juventude, profissionalização e trabalho na realidade brasileira	329
Capítulo 19	
Gestão estratégica de custos: uma análise de uma empresa de produção de gelato	347
Capítulo 20	
Prevalência de diabetes mellitus autorreferida em adultos	363

Capítulo 21	
Nutrição de peito aberto: um relato de experiência entre alimentação e câncer de mama	379
Capítulo 22	
Associação de variáveis sociodemográficas e estado nutricional ao estresse percebido em universitários	393
Capítulo 23	
Análise comportamental de uma onça-pintada (panthera onca) em estado de cativeiro no bioparque zoobotânico de Teresina - Piauí	409
Capítulo 24	
Python como linguagem de programação mais neurointuitiva para aprendizagem a profissionais de saúde - revisão integrativa da literatura	427
Capítulo 25	
Análise dos principais biomarcadores encontrados na asma e na doença pulmonar obstrutiva crônica	443
Capítulo 26	
Questionário cremsa para abordagem da espiritualidade da família de crianças com doença crônica	465
Capítulo 27	
Pandemia covid-19 e saúde mental de estudantes de pós-graduação stricto sensu	479
Capítulo 28	
Filtro ecológico para a promoção de saúde em famílias de crianças residentes em Teresina-Piauí: atuação de graduandos de enfermagem junto a um projeto de extensão	501
Capítulo 29	
Plano de manutenção da arborização para redução de falhas em rede elétrica: um estudo de caso em Teresina - Pi	513



APRESENTAÇÃO

Apresentação

Provavelmente você seja do meio acadêmico e tenha consciência de que a maior contribuição que um pesquisador ou grupo de pesquisa pode deixar para sociedade civil e científica se dá por meio da divulgação dos resultados das pesquisas realizadas ou em processo de conclusão. A partir desta noção, ampliamos nosso compromisso individual, coletivo e institucional com os demais cidadãos que não necessariamente estejam vinculados aos centros de pesquisa e de ensino superior para deixar uma contribuição social que venha a ser significativa para o seu dia a dia.

Cremos que você já deva ter percebido a quantidade de eventos científicos que ocorrem todos os anos, nas mais diversas áreas, no Brasil e no mundo. Congressos, Seminários, Mostras, Semanas Científicas, Simpósios, Workshops... Tem de tudo, para todos e nas mais diversas áreas. Eventos exclusivos, fechados para áreas e/ou subáreas, assim como também eventos interdisciplinares e até mesmo multidisciplinares.

E a título de curiosidade pontuamos que esses eventos começaram há bastante tempo, a partir da necessidade de troca e comunicação mais próxima e intensa entre os cientistas e as sociedades.

Antigamente, a interação se dava por meio de cartas e da participação em reuniões científicas, visando conhecer as principais pesquisas da época, em vigência, assim como trocar conhecimentos e impressões acerca de protocolos investigativos e metodológicos.

Estimamos com base em fontes diversas que o primeiro congresso oficialmente registrado foi o Concílio de Nice, em 325 d.C, seguido do Concílio de Constantinopla, em 381 d.C. E, na contemporaneidade, existem vários tipos diferentes de eventos

científicos, entre os quais 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade (CICS), organizado e promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, em Teresina, Piauí, Brasil, que se apresenta com o propósito de proporcionar um espaço de diálogo e de interação entre pesquisadores de várias partes do mundo, visando aprofundar estudos nas mais diversas áreas do conhecimento.

Ademais, retomamos a premissa de que a principal finalidade da Ciência é perceber, entender, debater e prever fenômenos da natureza e da sociedade. Nesse sentido, é instrumento indispensável o incessante debate e a socialização de resultados das pesquisas empreendidas, a fim de encontrar respostas que satisfaçam as mais diversas necessidades da sociedade.

E, de modo transparente e contundente, os resultados das pesquisas não pertencem exclusivamente ao cientista ou ao seleto grupo do qual ele integra, mas à sociedade; desinteresse (ou desapego material), que não deve ser confundido com altruísmo, significa que a prática da Ciência deve orientar-se ao engrandecimento dela própria, e não do próprio autor; e ceticismo organizado, firmando que existe uma verificação permanente do conhecimento científico, buscando falhas, incoerências, inconsistências e fragilidades.

Portanto, a publicação do e-book (Congresso Internacional Ciência e Sociedade - Desenvolvimento humano e social: das ideias às práticas - trabalhos premiados 2023), em 29 capítulos, é uma pequena amostra do que foi a atividade de divulgação científica no CICS. Esta atividade reuniu 518 pesquisadores e mais de 235 trabalhos, dos quais, 219 foram aprovados para a apresentação, discussão e publicação.

Essa amostra reúne pesquisadores e autores das mais variadas áreas do saber e instituições representa a disseminação de conhecimento de novas descobertas e a divulgação de novos

pesquisadores. Além disso, configura-se como um compromisso explícito, tácito e pragmático do evento com todos.

Em 2025, no 2ª Congresso Internacional Ciência e Sociedade, traremos novas contribuições, que possivelmente ampliarão o seu campo de alcance no Brasil e na América Latina.

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes

Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas

1º CICS | CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

ORGANIZAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL

PRESIDENTA DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Ma. Antonieta Lira e Silva

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes

Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Profa. Me. Ana Kelma Cunha Gallas

MEMBROS

Prof. Dr. Edjôfre Coelho de Oliveira

Profa. Esp. Roberta Mara Araújo Oliveira

Ma. Indira Maria de Melo Lira Pereira da Silva

EQUIPE TÉCNICA

Ma. Penélope Maria Melo e Lira

Esp. Polyana Fabiene Rodrigues de Sousa Alcântara

Esp. Laís Maria Matos Barradas

Esp. Raimunda de Souza Gomes

Bela. Mariana do Nascimento Lopes

Profa. Dra. Eldelita Águida Porfírio Franco

COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO

COORDENAÇÃO

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes

MEMBROS

Profa. Me. Antonieta Lira e Silva

Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Profa. Me. Ana Kelma Cunha Gallas

Prof. Dr. Edjôfre Coelho de Oliveira

Profa. Dra. Eldelita Aguida Porfírio Santos

Profa. Dra. Willyane de Andrade Alvarenga

Profa. Dra. Ana Livia Castelo Branco de Oliveira

Profa. Dra. Neuza Brito de Arêa Leão Melo

Profa. Ma. Lorena Moura Santana

Prof. Dr. Fabrício de Farias Carvalho

Profa. Dra. Maria Helena Rodrigues Mesquita Britto

Profa. Ma. Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão

Esp. Jordana di Paula dos Santos Sousa

COMISSÃO CIENTÍFICA

COORDENAÇÃO

Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger
Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas
Prof. Dr. Alisson Dias Gomes

MEMBROS

Profa. Dra. Liana Dantas da Costa e Silva Barbosa
Profa. Dra. Taiane Ritta Coelho
Profa. Dra. Willyane de Andrade Alvarenga
Prof. Dr. Farley Simon Mendes Nobre
Profa. Dra. Rosália Maria Carvalho Mourão
Profa. Dra. Raquel Vilanova Araújo
Profa. Dra. Daniele Rodrigues Carvalho Caldas
Profa. Dra. Ana Lúvia Castelo Branco de Oliveira
Profa. Dra. Jane Mendes Ferreira Fernandes
Profa. Ma. Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão
Prof. Me. Robert Maurício de Oliveira Araújo
Prof. Me. Bernardo Melo Neto
Profa. Dra. Luanne Mara Rodrigues de Matos
Prof. Me. Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Prof. Me. Jhon Kennedy Teixeira Lisbino
Profa. Ma. Lorena Moura Santana

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Viriato Campelo – UFPI (Brasil)
Profa. Dra. Ana Paula da Rosa – UNISINOS (Brasil)
Profa. Dra. Ana Mercês Bahia Bock – PUC (Brasil)
Profa. Dra. Ana Paula da Rosa – UNISINOS (Brasil)
Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros – INCT.DD (Brasil)
Profa. Dra. Begoña Gutiérrez San Miguel – Universidad de Salamanca (Espanha)
Profa. Dra. Carla Baptista – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Profa. Dra. Cássia Maria Carloto – UEL (Brasil)
Prof. Dr. Daniel Dias Rufino Arcanjo – UFPI (Brasil)
Profa. Dra. Estrella Montes López – Universidad de Salamanca (Espanha)
Prof. Dr. Flavio Francini – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Prof. Dr. Francis Musa Boakari – UFPI (Brasil)
Prof. Dr. Francisco Javier Herrero Gutierrez – Universidad de Salamanca (Espanha)
Prof. Dr. Francisco José Fidalgo Enríquez – Universidade da Beira Interior (Portugal)
Prof. Dr. Francisco Rui Cádima – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Prof. Dr. Francisco Assumpção Júnior – PUC SP (Brasil)
Prof. Dr. Francis Musa Boakari – UFPI (Brasil)
Prof. Dr. Jaime Pedro Oliveira da Silva – Universidade do Minho (Portugal)
Prof. Dr. Jesús Galindo Melero – Universidad de Valladolid (Espanha)
Prof. Dr. José David Pujante Sánchez – Universidad de Valladolid (Espanha)
Prof. Dr. José Ignacio Aguaded Gomez – Universidad de Huelva (Espanha)
Prof. Dr. João Damásio da Silva Neto – UFU (Brasil)
Prof. Dr. Juan Ángel Basualdo Farjat – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Profa. Dra. Judite Gonçalves de Freitas – Universidade Fernando Pessoa (Portugal)
Prof. Dr. Hector Martin Stassi – Universidad Nacional de Córdoba (Argentina)
Profa. Dra. Helena Serra – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Profa. Dra. Laurita dos Santos – Universidade Brasil (Brasil)
Prof. Dr. Luis Venegas Ramos – Universidade Miguel de Cervantes (Chile)
Profa. Dra. Márcia Borges Saldanha – Universidade de Lisboa (Portugal)
Profa. Dra. Maria Beatriz Ricci – Universidad Nacional de Córdoba (Argentina)
Profa. Dra. Maria Eugenia González Alafita – Instituto Tecnológico de Monterrey (México)
Profa. Dra. María Izabel Rodríguez Fidalgo – Universidad de Salamanca (Espanha)
Profa. Dra. Maria Paula Lehner – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Profa. Dra. Maria Valeria Palanza – Pontificia Universidad Católica de Chile (Chile)
Prof. Dr. María Virginia Croce – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Profa. Dra. Monique Culturato Padilha Mendonça – University College Cork (Irlanda)
Profa. Dra. Neli Teresinha Galarce – USP (Brasil)
Profa. Dra. Noemí Pérez Pérez – Universidade da Beira Interior (Portugal)
Profa. Dra. Sibeles Dias de Aquino – PUC (Brasil)
Prof. Dr. Osvaldo Nilo Balmaseda Neyra – Universidad de Havana (Cuba)
Prof. Dr. Paulo Cardoso – UFP (Portugal) / Universidade Lusíada do Porto (Portugal)
Prof. Dr. Tomás Augusto Barros Ramos – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Prof. Dr. Rodrigo Mardones – Pontificia Universidad Católica de Chile (Chile)
Profa. Dra. Sally Cristina Moutinho Monteiro – UFMA (Brasil)
Profa. Dra. Solange Maria Teixeira – UFPI (Brasil)

COORDENADORES DE GTS

GT “MULTIPROFISSIONALIDADE: CIÊNCIA E SOCIEDADE”
COORDENADORES: Amélia Acácia de Miranda Batista (UNIFSA);
Bernardo Melo Neto (UNIFSA) e Leylanne Martins Ribeiro de Souza (UNIFSA)

GT 1 - ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES
COORDENADORES: Gustavo Picanço Dias (UFPI); Rhubens Ewald
Moura Ribeiro (UNIFSA); Jôde Vecturine Vieira de Araújo Castro (UFPI); Kaíque
Barbosa de Moura (SEBRAE/PI).

GT 2 - ARQUITETURA, URBANISMO E PRÁTICAS PROJETUAIS

COORDENADORES: Walber Angeline da Silva Neto (Doutorando, Universidade Lusofona de Lisboa); Neuza Brito de Arêa Leão Melo (UNIFSA)

GT 4 - MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL Ciências Sociais Aplicadas - REMOTO

COORDENADORES: Mariana Luiza Bezerra Sampaio (UNINTA - CE); Patricia Pachêco Alves de Oliveira (UNIFSA).

GT 9 - CRIMINALIDADE E SEGURANÇA COMUNITÁRIA: o Estado e a Sociedade frente aos fatores de proteção e aos fatores de risco sociais

COORDENADORES: Rodrigo Araújo Saraiva (Universidade Fernando Pessoa - Porto/Portugal); Pedro Miguel Fernandes Freitas (Universidade Católica Portuguesa); Rui Leandro Maia (Universidade Católica Portuguesa)

GT10 - CRIMINOLOGIA, VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E PROCESSO PENAL FEMINISTA

COORDENADORES: Rosália Maria Carvalho Mourão (UNIFSA); Verônica Acioly de Vasconcelos (Defensoria Pública do Estado do Piauí/ESDEPI/UNIFSA).

GT 11 - DIREITO E TECNOLOGIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA SOCIEDADE EM REDE

COORDENADORES DO GT: Rochele Juliane Firmeza Lima Bernardes (UNIFSA); Arielly Vitória Dantas Peres da Silva (OAB/PI); Amanda Araújo Silveira (advogada).

GT12 - DIREITO, LITERATURA E ARTE

COORDENADORES: Márcia Letícia Gomes (IFRO - RO); Sérgio Romualdo Lima Brandim (UNIFSA)

GT13 - O ESTADO E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

COORDENADORES: Rodrigo Araújo Saraiva (Universidade Fernando Pessoa - Porto/Portugal); Marisa Lemos Araújo Saraiva (Mestranda, IDP – Brasília/DF)

GT14 - DIREITO, SAÚDE E BIOÉTICA

COORDENADORES: Maria Leonildes Boavista Gomes Castelo Branco Marques (UFPI); Thiago Henrique Costa Marques (IFPI)

GT17 - CAMINHOS E TRILHAS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM MANUAL DE EXPERIÊNCIAS VIVAS

COORDENADORES: Analice Alves Marinho Santos (Uninassau/Sergipe); Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior (UEMA/Caxias).

GT 18 - PRODUÇÕES ATUALIZADAS SOBRE ENVELHECIMENTO, FAMÍLIAS E CUIDADOS

COORDENADORAS: María Paula LEHNER (Universidad de José C. Paz, Universidad Nacional de Mar del Plata y Universidad de Ciencias Sociales y Empresariales); Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger (UNIFSA); Mariana Andrea Cataldi (Universidad Nacional de José C. Paz)

GT 20 - DIÁLOGOS ENTRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE SAÚDE MENTAL NA PRODUÇÃO DO CUIDADO

COORDENADORAS: Paula Raquel da Silva Jales (UFPB); Sâmia Luiza Coêlho da Silva (IESM); Poliana de Oliveira Carvalho (SEMCASPI)

GT 21 - POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL E SEUS REFLEXOS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

COORDENADORAS: Marfisa Martins Mota Moura (UNIFSA); Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro (UFPI); Iracilda Alves Braga (UFPI)

GT 22 - FEMINISMOS, INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICA

COORDENADORAS: Barbara Cristina Mota Johas (UFPI); Masilene Rocha Viana (UFPI); Marília Passos Apoliano Gomes (UFPI)

GT 23 - EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

COORDENADORES: Rossana Maria Marinho Albuquerque (UFPI); João Marcelo Brasileiro de Aguiar (Engendre/UFPI)

GT 24 - PROCESSOS PSICOLÓGICOS E SUBJETIVIDADES

COORDENADORES: Edjôfre Coelho de Oliveira (UNIFSA); Karoline Costa e Silva (UNIFSA)

GT 25 - PSICOLOGIA E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS SABERES E PRÁTICAS.

COORDENADORAS: Maria Zilda Silva Soares (UNIFSA); Juliana Gomes da Silva Soares (UNIFSA)

GT 26 - POLÍTICAS PÚBLICAS E O MERCADO DE TRABALHO: INTER-RELAÇÕES, CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS

COORDENADOR: José Tavares da Silva Neto (IBGE/Piauí)

GT 28 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS NA QUALIDADE DO PRODUTO

COORDENADORES: Josimar Alcantara de Oliveira (UNIFSA); Ângela Estrela de Sampaio (UNIFSA); Larissa Sepúlveda de Andrade Ribeiro (UNIFSA)

GT 29 - ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA Ciências Biológicas e da Saúde Ciências Biológicas e da Saúde
COORDENADORAS: Daniele Rodrigues Carvalho Caldas (UNIFSA); Mayara Storel (UFPI); Ilana dos Santos Sousa (UFPI)

GT 30 - ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E DIAGNÓSTICOS E INTERVENÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE
COORDENADORES: Anael Queirós Silva Barros (UECE); Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim (UNIFSA); Italo Wesley Oliveira de Aguiar (UFC), Ana Carolinede Castro Ferreira Fernandes Macêdo (UNIFSA).

GT 31 - ALIMENTOS, DIETÉTICA E NUTRIÇÃO
COORDENADORAS: Keila Cristiane Batista Bezerra (UNIFSA); Rayana Rodrigues da Silva (UFPI), Tatiele Castelo de Oliveira (UFPI).

GT 33 - SAÚDE INTEGRADA ENTRE HUMANOS, ANIMAIS E MEIO AMBIENTE: UMA ABORDAGEM UNIFICADA PARA O BEM-ESTAR GLOBAL Ciências Biológicas e da Saúde - PRESENCIAL
COORDENADORES DO GT: Werner Rocha Albuquerque (UNIFSA); Rodrigo Fernando Gomes Olivindo (UNINTA-CE)

GGT 36 - NEUROCIÊNCIA: CONTEXTOS, TECNOLOGIAS E PERSPECTIVAS
COORDENADORES: Francisco Honeidy Carvalho Azevedo (UNIFSA); Tony César de Sousa Oliveira (Doutorando, Wageningen University, WUR, Holanda / USP); Francisco Adalberto do Nascimento Paz (UNIFSA)

GT 37 - USO DE SINAIS BIOMÉDICOS PARA AUXÍLIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
COORDENADORES: Gilberto de Araújo Costa (UNIFSA); Laurita dos Santos (Universidade Brasil); Liliam Mendes de Araújo (UNINOVAFAPI-AFYA/CET/IESVAP); Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim (UNIFSA)

GT 38 A - TECNOLOGIAS EM SAÚDE E OS DESAFIOS DA SAÚDE GLOBAL EM ATENÇÃO AS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS
COORDENADORES: Polyana Norberta Mendes (UNIFSA); Államy Danilo Moura e Silva (UNIFSA).

GT 38 B - TECNOLOGIAS EM SAÚDE E OS DESAFIOS DA SAÚDE GLOBAL EM ATENÇÃO AS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS
COORDENADORES Tatiana Maria Melo Guimarães (UNIFSA); Karla Joelma Bezerra Cunha (UNIFSA); Laurimary Caminha Veloso (UNIFSA)

GT 39 - CUIDADO INTEGRAL A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE
COORDENADORES: Lucila Castanheiro Nascimento (EERP/USP); Willyane de Andrade Alvarenga (UNIFSA); Giovanna Cristina Machado Kayzuka (PECCA/EERP-USP); Milena de Lucca (GPECCA/EERP-USP)

GT 41 - GESTÃO ENERGÉTICA E O IMPACTO ECONÔMICO FINANCEIRO NAS ORGANIZAÇÕES Ciências Exatas e Engenharias
COORDENADOR: Stênio de Sousa Coelho (UFPI)

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

COORDENAÇÃO

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas

MEMBROS

Profa. Dra. Willyane de Andrade Alvarenga
Prof. Me. Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Prof. Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues
Prof. Dr. Antônio Carlos Leal Cortez
Profa. Dra. Liana Dantas da Costa e Silva Barbosa

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

COORDENAÇÃO

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes

MEMBROS

Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros – INCT.DD (Brasil)
Profa. Dra. Begoña Gutiérrez San Miguel – Universidad de Salamanca (Espanha)
Profa. Dra. Carla Baptista – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Profa. Dra. Estrella Montes López – Universidad de Salamanca (Espanha)
Prof. Dr. Flavio Francini – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Prof. Dr. Francis Musa Boakari – UFPI (Brasil)
Prof. Dr. Francisco Javier Herrero Gutiérrez – Universidad de Salamanca (Espanha)
Prof. Dr. Francisco José Fidalgo Enríquez – Universidade da Beira Interior (Portugal)
Prof. Dr. Francisco Rui Cádima – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Prof. Dr. Jesús Galindo Melero – Universidad de Valladolid (Espanha)
Prof. Dr. José David Pujante Sánchez – Universidad de Valladolid (Espanha)
Samuel Lincoln Bezerra Lins – Universidade do Porto (Portugal)
Prof. Dr. José Ignacio Aguaded Gomez – Universidad de Huelva (Espanha)
Prof. Dr. Juan Ángel Basualdo Farjat – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Profa. Dra. Judite Gonçalves de Freitas – Universidade Fernando Pessoa (Portugal)
Prof. Dr. Hector Martin Stassi – Universidad Nacional de Córdoba (Argentina)
Profa. Dra. Helena Serra – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Prof. Dr. Luis Venegas Ramos – Universidade Miguel de Cervantes (Chile)
Prof. Dra. María Virginia Croce – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Profa. Dra. Márcia Borges Saldanha – Universidade de Lisboa (Portugal)
Profa. Dra. Maria Beatriz Ricci – Universidad Nacional de Córdoba (Argentina)
Profa. Dra. Maria Eugenia González Alafita – Instituto Tecnológico de Monterrey (México)
Profa. Dra. María Izabel Rodríguez Fidalgo – Universidad de Salamanca (Espanha)
Profa. Dra. Maria Paula Lehner – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Profa. Dra. Maria Valeria Palanza – Pontificia Universidad Católica de Chile (Chile)
Profa. Dra. Noemí Pérez Pérez – Universidade da Beira Interior (Portugal)
Prof. Dr. Osvaldo Nilo Balmaseda Neyra – Universidad de Havana (Cuba)
Prof. Dr. Paulo Cardoso – Universidade Fernando Pessoa / Universidade Lusíada do Porto (Portugal)
Prof. Dr. Tomás Augusto Barros Ramos – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Prof. Dr. Rodrigo Mardones – Pontificia Universidad Católica de Chile (Chile)

COMISSÃO DE MONITORIA

COORDENAÇÃO

Profa. Esp. Roberta Mara Araújo

Adna Talyta Tranqueira Lima
Alessandro Azevedo de Sousa Silva
Ana Beatriz Soares de Sousa
Ana Paula Oliveira da Costa
Anna Carolina Santos da Costa
Arielly da Silva Costa
Aurélio Hamurabe De Carvalho Becker
Barbara Victória da Silva Gonzaga
Dâmays Fernandes Mouzim Pereira
Douglas Marfran Lima Moraes
Felipe Galvão Machado
Fernanda Mazur Sousa
Flávia Farias Bastos

Francisca Suzana Carneiro de Andrade
Isabel Cristina de Lira Martins
Isabelly Meneses Guimarães
Jessianne Laís de Sousa Silva
João Pedro de Moura Leite
Juliana do Nascimento da Cruz
Karyni Lemos Carreiro
Lourdes Emanuele Sousa Barreto
Luan Henrique Mendes da Silva
Luana Tayná Sousa Castro
Maria Bárbara Moreira Gonçalves
Maria Caroliny Alves de Carvalho
Maria do Rosário Lopes Bandeira
Maria Karolyne de Aguiar Nunes
Maria Vitória Nunes Teixeira
Mayara Abreu Vilela de Macêdo
Moisés da Silva Rêgo
Nayla Carvalho Rocha
Ousanas Wesllen Macedo da Costa
Regisson Cauann Teixeira Barbosa
Rinária de quadro figueiredo guedes
Sandiele Batista Leal
Sarah de Araújo Mendes Cardoso
Sarah Ravena Camilo Sobreira Rocha

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

COORDENAÇÃO

Ma. Indira Maria de Melo Lira Pereira da Silva

MEMBROS

Ma. Mônica Fialho Alcantara
Esp. Sônia Maria Pedroso
Profa. Dra. Eldelita Aguida Porfírio Franco
Esp. Polyana Fabiene Rodrigues de Sousa Alcântara
Esp. Raimunda Gomes
Esp. Eulene Moura
Esp. Mário Melo Lima
Esp. Indira Gandhi Furtado Campos
Marcelino Melo
Bela. Mariana do Nascimento Lopes

Larissa Rodrigues da Silva
Leonara Cunha da Silva
Lana Gilmara de Sousa
Bela. Karolina Lira dos Santos
Kelma Lima dos Reis Oliveira
Luciana Fernandes Lima
Maria de Sousa Melo Santos
Carla Fabiane de Souza
Bel. Tulio Rennan Alves de Sousa
Bela. Naiana Raquel Moises Cesar Silva
Bel. Rogel Andrade Cunha
Maria Geovanna da Silva Santos Oliveira

COMISSÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

MEMBROS

Ma. Indira Maria de Melo Lira Pereira da Silva
Prof. Dr. Alisson Dias Gomes
Profa. Dra. Izabel Hérica Gomes Matias Cronemberger
Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas
Esp. Raimunda de Sousa Gomes
Ma. Penélope Maria Melo e Lira
Profa. Ma. Joseana Martins Soares de Rodrigues Leitão
Profa. Dra. Eldelita Águida Porfírio Franco

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

COORDENADORA

Ma. Penélope Maria Melo e Lira

MEMBROS

Esp. Laís Maria Matos Barradas
Odrânio Sousa Rocha
Carla Eugênia Lima dos Santos Rocha

JORNALISTAS

Oceannyra Kelly da Cruz Silva
Estevão Leite Cordeiro de Souza

BOLSISTA CICS

Débora Amorim Pereira da Silva

SECRETARIA

Esp. Polyana Fabiene Rodrigues de Sousa Alcântara

E-mails:

cics@unifsa.com.br

Proceedings CICS

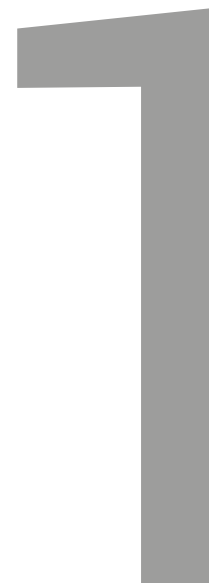
<https://proceedings.science/cics-2023?lang=pt-br>
cics.cientifico@unifsa.com.br

Redes/Instagram

@cicsunifsa



**TRABALHOS
PREMIADOS
2023**



EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO ENSINO SUPERIOR: uma revisão bibliométrica e agenda de pesquisa futura¹

Cecília Augusta Caetano e Silva²
Kamyla Camelo Osorio³
Jairo de Carvalho Guimarães⁴

1 .Trabalho premiado no Grupo Temático 1 – Administração, Gestão Estratégica e Inovação nas Organizações, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023

2 Graduanda do Curso de Administração. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (CNPq). Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS). E-mail: cecilia-augusta446@gmail.com.

3 Graduanda do Curso de Administração. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPI). Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS). E-mail: kamylaosoriocamelo@gmail.com

4 Docente do Curso de Administração. Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS). Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS). E-mail: jairoguimaraes@ufpi.edu.br

RESUMO

A influência e a dinâmica da modernidade têm imposto à sociedade novas configurações – sociais, culturais, políticas, econômicas, tecnológicas. Temas caros, como a insuficiência de políticas públicas para mitigar as desigualdades sociais, o elevado nível de desemprego, o enfraquecimento dos movimentos sociais, a dúvida sobre o real papel dos sindicatos e os direitos sociais emparedados pelo sistema capitalista, são questões que interferem no mundo do trabalho. Sob este prisma, abordagens que remetem à retração econômica, aos movimentos sociais que buscam espaços no arco de poder, imbróglis culturais, debates sobre gênero, etc. têm movimentado os estudiosos na construção de uma agenda que responda eficazmente às demandas da sociedade, especialmente as socialmente vulneráveis. Tomando esta realidade como fundamento econômico, o estudo objetiva analisar as características da produção científica nacional relacionada à educação empreendedora nas universidades, representada pelos artigos publicados em periódicos nacionais, considerando a relevância do tema no cenário socioeconômico atual.

Palavras-Chave: Educação Empreendedora. Ensino de Empreendedorismo. Educação Superior. Bibliometria.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, é imperioso discutir sobre as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Neste particular, emerge o empreendedorismo como divisor de águas, tendo em vista que há antagonismos dialéticos que permeiam o seu papel no contexto socioeconômico brasileiro. Sob o prisma capitalista, o empreendedorismo é um assunto consolidado, promissor e necessário, especialmente em países em estágio de desenvolvimento os quais, portanto, precisam estimular a iniciativa empreendedora como forma de reduzir as desigualdades sociais, além de fomentar novas perspectivas de negócios a fim de equacionar os desequilíbrios econômicos.

Quando relacionado à prática, isto é, quando se reveste de uma ação efetiva com vistas a gerar renda e oportunidades, resta comprovado que o empreendedorismo compõe as decisões envolvendo as políticas públicas de fomento às iniciativas voltadas não apenas para o desenvolvimento econômico (BOAS; NASCIMENTO, 2020), mas também aquelas destinadas a solucionar as questões de alcance social.

Naturalmente, sendo uma questão relevante no contexto socioeconômico de dada região, é fundamental incentivar as pessoas a se tornarem empreendedoras e, neste aspecto, torna-se necessário que se dê a devida importância ao ensino de empreendedorismo, tanto nas Instituições de Ensino Superior (IES), quanto nas escolas do ensino médio (COELHO, 2020; ALONSO; CÁRDENAS, 2021) e ensino fundamental (FLORIS; DETTORI; REGINATO, 2023), tendo em vista que, precisamente na juventude, o despertar para o universo empreendedor tem se mostrado promissor (RESENDE et al., 2020).

Embora ainda não tenha sido comprovado empiricamente, as atitudes empreendedoras que podem encorajar o empreendedorismo como uma opção de carreira podem ser altamente eficazes, mesmo antes do ensino médio (KOURILSKY; WALSTAD, 1998). Estudos sobre o papel da Educação Empreendedora (EE) desenvolvidos tanto no Brasil (LOPES et al. 2021; SILVA et al., 2022; LIMA; TEIXEIRA; ALMEIDA, 2023) ou em outras nações (MEI; LEE; XIANG, 2020; VILLARREAL-ÁLVAREZ; ROQUE-HERNÁNDEZ, 2022; SINGH; MPANME, 2022) apontam a sua relevância na demarcação da dinâmica socioeconômica. Convém pontuar que a EE tem promovido efeitos positivos na formação do espírito empreendedor dos estudantes universitários, com destaque para as pedagogias ativas que têm forjado a intenção e o desejo em empreender, conforme comprovam alguns estudos (NDOFIREPI, 2020; GREGORIO- MARTINEZ; BADENES-RIBERA; OLIVER, 2021).

Com efeito, pode-se afirmar que o empreendedorismo se torna uma alternativa viável para a mitigação dos níveis de desemprego e, neste particular, a EE se constitui em instrumento que pode contribuir para a reversão de um cenário socioeconômico desfavorável. Sob este aspecto, o presente estudo busca compreender o que têm os pesquisadores no campo da EE estudado, como se dá a evolução das pesquisas e quais aspectos têm dado entorno ao campo. Para tanto, prospectar os artigos disponíveis na base de dados da Plataforma Sucupira/CAPES no período de 2000 a 2021 (22 anos) se torna relevante para que novas percepções sobre a temática possam ser promovidas.

Diante destas considerações, foi definido o seguinte problema de pesquisa: Quais estudos foram desenvolvidos e publicados em periódicos nacionais no período de 2000 a 2021 abordando o tema educação empreendedora? A partir da proposta, firma-se o objetivo do estudo, que é analisar as características da produção científica nacional no segmento da educação empreendedora, no período de 2000 a 2021, representada pelos artigos científicos publicados em revistas QUALIS A1, A2, B1 e B2 (classificação de periódicos quadriênio 2013- 2016), considerando que no início da pesquisa ainda não havia sido publicado o novo Quadriênio (2017-2020).

Portanto, dissecar a produção do conhecimento científico no campo da EE se tornou uma iniciativa relevante, tendo em vista que através dela é possível entender como um determinado campo de saber vem se desenvolvendo. Para Villanova e Silva (2018, p. 11),

A necessidade de avaliar a produção do conhecimento, mais especificamente o conhecimento institucionalizado, é de suma importância para o desenvolvimento da sociedade. Existem diversos caminhos para obter tal avaliação, uma forma viável e muito utilizada é ter como objeto de estudos a produção bibliográfica, já que a mesma fornece indícios importantes que permitem traçar um panorama dos rumos da ciência.

Assim, entende-se que o estudo pode contribuir para a difusão do conhecimento sobre a EE no país, na medida em que pretende desvelar os estudos que foram desenvolvidos durante 22 anos, período este de francas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas no Brasil, significando um espaço-tempo importante para desvelar a evolução dos estudos no campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, dividido em duas seções, é trazido uma breve análise do cenário da Educação Empreendedora (EE) em nível nacional e global para, em seguida, abrir-se a discussão sobre o papel das IES no que concerne à sua responsabilidade na formação da cultura empreendedora no ambiente acadêmico.

Cenários da Educação Empreendedora (EE) em nível nacional e global

Os objetivos educacionais do século XXI para todas as instituições de ensino devem incluir um foco na inovação e no empreendedorismo, a fim de produzir futuros trabalhadores com habilidades para impulsionar a saúde econômica regional e nacional (KLORER; STEPAN, 2015). O objetivo de reforçar o papel colaborativo e reflexivo do empreendedor na educação empreendedora arrojada é entender o ato de empreender como um evolutivo processo de construção social (ALDRICH, 2003).

No Brasil, o ensino de empreendedorismo é bem mais recente se comparado ao norte- americano, em razão da industrialização tardia que apenas após 1950 expressou um progresso exponencial (HENRIQUE; CUNHA, 2008). De todo modo, o segmento já está consolidado e apresenta um considerável crescimento nos principais centros de Graduação e Pós-Graduação de diversos espaços de

formação. É importante fixar que a da noção do empreendedorismo baseado na identificação e na criação de negócios (LIMA et al., 2015) precisa ir além desta perspectiva. A análise sobre a EE também contempla a ação e a reflexão de vida dos estudantes em situações do cotidiano, que eles se permitam ser motivados a empreenderem em um ambiente dinâmico em conexão direta com a sociedade (FULLAN; QUINN; McEACHEN, 2017).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017) considera que a educação para o empreendedorismo pode cultivar o surgimento de indivíduos pioneiros. Por isso, os governos, universidades e sociedades em todo o mundo têm ajustado constantemente o foco da educação para a inovação e a educação para o empreendedorismo (WANG, 2023).

Papel da Educação Empreendedora e a responsabilidade das IES

A educação para o empreendedorismo dentro das universidades e centros de ensino faz com que haja uma nova perspectiva sobre o empreender, assim como o desenvolvimento para novas pesquisas que fomentem o tema e trabalhem sob forma de construir conhecimento e inovações a cada dia. Qiu, Garcia-Aracil e Isusi-Fagoaga (2023) tratam o empreendedorismo como a capacidade de não ter medo de se esforçar, tendo conhecimento das adversidades diárias, mas sempre em busca do novo, junto com a perseverança e a resistência. Maritz, Jones e Schweitzer (2015) realizaram um estudo sobre o empreendedorismo nas universidades australianas, cuja constatação foi de que o sucesso destas IES está conectado com o ecossistema empreendedor, visto que a função social das instituições perpassa pelo processo de inovação e de mecanismos de competição visando a alavancar o desempenho do estudante mirando no mercado de trabalho.

De acordo com Catala, Savall e Chaves-Avila (2023), o ponto de vista ecossistêmico é trabalhado como inovação e empreendedorismo social, fazendo com que se articulem os ambientes por meio de pesquisas para saber se há possibilidade de surgimento para novas empresas, tecnologias e inovações, as quais serão capazes de facilitar o desenvolvimento e o aprimoramento no mercado de trabalho. Para Qiu, Garcia-Aracil e Isusi-Fagoaga (2023), a ligação entre inovação e o empreendedorismo faz com que haja mais oportunidades de negócios e consequentemente se fomente a competitividade entre as empresas, pois através dos mesmos é possível transformar ideias em ações.

Durante a implantação do IEE (Inovação e Educação para o Empreendedorismo) nas universidades e centros de ensino na China, observou-se uma quantidade relativamente baixa de graduandos que decidiam a empreender e abrir seu próprio negócio. Tais observações fizeram com que houvesse a necessidade de maiores pesquisas e implantação de novas pedagogias e métodos de ensino com o fito de incentivar os alunos a empreender. Neste sentido, o estudo de Araujo, Sousa e Guimarães (2023) contribui para esta nova dinâmica educativa, visto que aponta caminhos pautados em procedimentos didático-pedagógicos com vistas a fortalecer o papel da Educação Empreendedora no ambiente acadêmico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme alerta Pereira (2021), a correta definição dos procedimentos metodológicos assegura que o processo de investigação chegará a bom termo, fundado em sua confiabilidade e validade (interna e externa). Visando a dar sustentação à proposta de pesquisa em curso, adotou-se como técnica de pesquisa a bibliometria. A bibliometria é uma técnica que surge no início do século XX como

uma resposta à necessidade de estudos, levantamentos e avaliações da produção e da comunicação científica em determinado campo do conhecimento humano. Conforme esboça Mugnaini (2013, p. 39) “o volume de informação científica e tecnológica estimulou o desenvolvimento de técnicas complexas de recuperação de informação, evocando outra questão concernente à dificuldade de apropriação do conhecimento publicado”, daí a relevância da técnica bibliométrica.

Conforme definem Marcelo e Hayashi (2013, p. 143), “A utilização da análise bibliométrica em pesquisas científicas se pautam na investigação do comportamento do conhecimento e da literatura como parte dos processos de comunicação”.

O propósito da bibliometria é facultar aos pesquisadores uma visão holística das suas áreas de estudo, resultando em avanços científicos, ao facilitar a percepção de lacunas relacionadas a um tema específico por meio da categorização dos estudos previamente realizados. Para o desenvolvimento do estudo foram eleitas as plataformas SUCUPIRA – utilizando como classificação de periódicos o quadriênio 2013-2016, na área de avaliação Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo – e ISSN (*International Standard Serial Number*), com o propósito de conhecer a origem/base territorial dos periódicos mapeados, visando a distinguir as revistas nacionais das internacionais.

O presente estudo utilizou como filtro de pesquisa as seguintes expressões: “educação empreendedora”, “entrepreneurial education”, “empreendedorismo universitário”, “university entrepreneurship”, “empreendedorismo no ensino superior” e “entrepreneurship in higher education”, tendo em vista que algumas revistas, mesmo de base nacional, publicam seus artigos predominantemente na Língua Inglesa.

ACHADOS DO ESTUDO

Nas buscas realizadas no período de novembro de 2022 a fevereiro de 2023, foi possível identificar, pelas palavras-chave (filtro), o quantitativo das publicações que envolvem a Educação Empreendedora, considerando os periódicos de base nacional. O Quadro 1 retrata esta sistematização das publicações, tomando a Plataforma Sucupira como referência.

Quadro 1 – Número de periódicos obtidos na Plataforma Sucupira


Estrato	Nacionais	Internacionais	Quantidade real (*)	Quantidade oficial (**)
A1	1	322	323	323
A2	67	383	450	473
B1	193	195	388	454
B2	213	141	354	427
TOTAL	474	1.041	1.515	1.677

Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

(*) Número de periódicos efetivamente acessados na Plataforma Sucupira (**) Número de periódicos indicados na Plataforma Sucupira.

No Quadro 1, é possível conferir que, no acesso realizado à Plataforma Sucupira, foram obtidos 1.677 periódicos. Porém, na medida em que as páginas de apresentação das revistas foram sendo analisadas, chegou-se ao quantitativo efetivo de 1.515 revistas, sendo este número o considerado para o estudo. O Quadro 2 aponta que não houve, no recorte temporal do estudo, publicações sobre a temática em revista (única) nacional de QUALIS A1. Neste mesmo Quadro, vê-se que foram publicados 71 (setenta e um) artigos abordando a temática sob investigação, tomando-se os 06 (seis) filtros indicadores da consulta.

Quadro 2 – Síntese das buscas nos periódicos por filtro (6 palavras-chave)

Total de periódicos por estrato		Total de artigos publicados		Filtros utilizados na consulta
A2	67	A2	21	Educação Empreendedora 35
B1	193	B1	19	Entrepreneurial Education 14
B2	213	B2	31	Empreendedorismo Universitário... 8
				Empreendedorismo no Ensino Superior. 7
				University Entrepreneurship 6
Total de periódicos		Total de Artigos		Entrepreneurship in Higher Education 1
473		71		

Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

O Quadro 3 relaciona as revistas que publicaram os 71 artigos no período 2000 a 2021, com destaque para a Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (UFF) e para o Caderno EBAPE (FGV), as quais responderam por 24% de todos os artigos publicados no período. Em razão das limitações de espaço, não foram elencados os periódicos que publicaram apenas um artigo no período do estudo.

Reportando-se ao tempo do estudo, os autores mais profícuos que publicaram sobre EE, considerando-se como critério ao menos, 02 (duas) publicações, foram: i) Com 3 artigos: Sílvia Maria Dias Pedro Rebouças, José Luís Guedes dos Santos e Italo Fernando Minello; ii) Com 2 artigos: Luís Eduardo Brandão Paiva, Raimundo Eduardo Silveira Fontenele, Edson Sadao Iizuka, Cristiane Krüger, Fernanda Hannah da Silva Copelli, Gerson Antonio Melatti, Gracyanne Freire de Araújo, Rafaela Escobar Bürger, Saulo Fabiano Amâncio Vieira, Vânia Maria Jorge Nassif, Cristina Dai Prá Martens e Jairo de Carvalho Guimarães.

A partir da pesquisa, foi possível desenvolver uma sistematização e análise sobre os artigos que foram publicados no período do estudo. De 2000 a 2021 (22 anos) foram promovidas pesquisas sobre Educação Empreendedora envolvendo estudantes

de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia da Produção, estudantes da área da Saúde, indígenas. Do mesmo modo, pôde-se constatar que houve estudos não apenas na Graduação, mas na Pós-Graduação (*Stricto Sensu*), assim como estudos que expuseram suas percepções os coordenadores de curso, os diretores de Instituições de Ensino Superior e os docentes que respondem pela disciplina Empreendedorismo na IES.

Quadro 3 – Periódicos que publicaram estudos envolvendo a temática (2000 a 2021)

Periódicos	Número de publicações no período	QUALIS
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração – RPCA	9	B2
Caderno EBAPE (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas)	8	A2
Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP)	4	B1
Revista de Administração da UFSM	4	B1
Revista de Ciências da Administração	4	B2
Open Journal of Social Sciences	3	B2
Brazilian Administration Review (BAR)	3	A2
Revista Pretexto	3	B1
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)	3	B1
Desenvolvimento em Questão	3	B2
Revista de Administração de Empresas (RAE)	2	A2
Brazilian Business Review (BBR)	2	A2
Independent Journal of Management & Production	2	B1
Revista Eletrônica de Administração (READ)	2	B1
Revista Gestão Organizacional (ONLINE) (RGO)	2	B2
Revista Economia e Gestão	2	B2
Revista de Administração da UNIMEP	2	B2
Revista de Administração FACES Journal	2	B2

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Adicionalmente, percebeu-se que houve estudos comparativos, cujas análises envolveram IES e estudantes de universidades brasileiras e portuguesas, abordagens com estudantes de Secretariado na Nigéria, microempresários das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, Instituições Federais de Ensino Superior, considerando aqui os Institutos Federais, pesquisas com empresários júniores, etc. Este cenário sinaliza que a temática tem evoluído no território brasileiro, especialmente na academia, refletindo um avanço nas discussões em suas formas mais difusas, em cursos dos mais variados e em campos transversais, o que realça o caráter de relevância que tais estudos representam, notadamente quando se percebe a contribuição do empreendedor na construção de novos elos sociais e econômicos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as características da produção científica no segmento da educação empreendedora (EE), no período de 2000 a 2021 (22 anos), representada pelos artigos científicos publicados em revistas QUALIS A1, A2, B1 e B2 (quadriênio 2013-2016), considerando que no início da pesquisa (agosto de 2022) ainda não havia sido publicado o novo QUALIS (quadriênio 2017-2020).

Neste período, obteve-se um total de 71 artigos publicados em revistas de base nacional, cujas abordagens, embora discutindo o papel da EE no âmbito acadêmico, relacionaram-se com variados escopos e participantes, sempre considerando a relevância do tema no contexto histórico envolvido. As Revistas Pensamento Contemporâneo em Administração (UFF) e EBAPE (FGV) representaram, com 17 publicações, 24% do acervo total.

O estudo aponta uma evolução no número de publicações sobre o tema, mas que face às limitações de espaço aqui, não foi

possível demonstrar por meio de um gráfico. A constatação da evolução no debate sobre EE sugere que as IES, onde a maior parte das pesquisas foram desenvolvidas têm, além da natural função social de preparar os estudantes para o mundo do trabalho, um papel fundamental na construção de agendas que permitam ampliar os debates sobre a temática de forma a torná-la efetiva em todos os Projetos Pedagógicos de Curso – PPC. Embora o estudo tenha se pautado num recorte temporal de 22 anos, o levantamento considerou apenas os artigos publicados em revistas de base nacional, razão pela qual, a fim de aprofundar a análise sobre a temática, sugere-se como agenda de futuras pesquisas que também sejam considerados os artigos publicados em periódicos internacionais, a fim de ampliar o escopo sobre EE e a sua contribuição na formação do sujeito social, político, econômico e cultural da contemporaneidade.

Sugere-se que sejam apontadas – quanto ao processo didático-pedagógico adotado pelo docente da(s) disciplina(s) que visam a estimular os alunos a pensar o empreendedorismo – as técnicas utilizadas para atrair a atenção e a motivação dos estudantes, tendo em vista que a formação acadêmica implica na geração de oportunidades não apenas profissionais, mas, sobretudo, na fixação de conhecimentos, autoeficácia e saberes que dotarão os indivíduos de habilidades e manejo técnico visando ao enfrentamento dos naturais desafios da modernidade e, sob estas condições, o empreendedorismo se torna peça-chave na formação de um novo patamar de qualificação, aprimoramento e capacitação das pessoas que têm interesse e perfil voltado ao segmento empreendedor.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, Howard E.; MARTINEZ, Martha. Entrepreneurship as a social construction: a multi- level evolutionary approach. **Handbook of Entrepreneurship Research**. v. 1, p. 359-399, jan., 2005.

ALONSO, Angelica R.; CÁRDENAS, Angela P. El emprendimiento en la educación media en Bogotá: una mirada crítica de los docentes. **Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación**, v. 12, n. 1, 109-129, jul., 2021.

ARAUJO, Gracyanne F.; SOUSA, Antônia M. R.; GUIMARÃES, Jairo C. EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: ABORDAGENS ATUAIS, PEDAGOGIAS E TENDÊNCIAS. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, n. 3, p. 189-216, maio/jun, 2023.

ARAÚJO, Júnior G.; COELHO, Moises A. Entrepreneurial Intention of Production Engineering Students in Amazonas/Brazil. **Independent Journal of Management & Production**, v. 9, n. 4, p. 1147-1164, out./dez, 2018.

BOAS, Eduardo P; NASCIMENTO, Fernando. A evolução das publicações sobre educação empreendedora: Uma análise a partir da bibliometria. **Revista da Micro e Pequena Empresa (RMPE)**, v.14, n.2, p.23-43, maio/ago., 2020.

CATALA, Belen; SAVALL, Teresa; CHAVES-AVILA, Rafael. From entrepreneurial and innovation ecosystems to the social economy ecosystem. **Journal of Business Research**, v. 163, p. 1-10, ago., 2023.

COELHO, Elaine C. Educação empreendedora: proposta metodológica para o ensino de empreendedorismo no ensino médio. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 7, p. 559-566, mar., 2020.

FLORIS, Michela; DETTORI, Angela; REGINATO, Elilsabetta. Budding entrepreneurs. The role of University in spreading early entrepreneurial mindset in school kids. **National Accounting Review**, v. 5, n. 1, p. 86-107, mar., 2023.

FULLAN, Michael; QUINN, Joanne; McEACHEN, Joanne. **Deep learning: Engage the world change the world**. Califórnia, USA: Corwin Publishers, 2017.

GREGORIO-MARTINEZ, Sara; BADENES-RIBERA, Laura; OLIVER, Amparo. Effect of entrepreneurship education on entrepreneurship intention and related outcomes in educational contexts: a meta-analysis. **The International Journal of Management Education**, v. 19, n. 3, p. 1-15, jul., 2021.

HENRIQUE, Daniel; CUNHA, Sieglinde. Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 5, p. 112-136, 2008.

KLORER, Elena; STEPAN, Matthias. Off target: China's vocational education and training system threatens the country's rise to industrial superpower status. **China Monitor**, v. 24, p. 1-9, out., 2015.

KOURILSKY, Marilyn. L.; WALSTAD, William B. Entrepreneurship and female youth: Knowledge, attitudes, gender differences, and educational practices. **Journal of Business Venturing**, v. 13, n. 1, p. 77-88, jan., 1998.

LIMA, Edmilson.; LOPES, Rose M; NASSIF, Vânia.; SILVA, Dirceu. Opportunities to Improve Entrepreneurship Education: Contributions Considering Brazilian Challenges. **Journal of Small Business Management**, v. 53, n. 4, p. 1-19, out., 2015.

LIMA, Simone F.; TEIXEIRA, Rivanda M.; ALMEIDA, Moisés A. Determinantes da orientação empreendedora de universidades públicas do Nordeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 22, n. 1, p.131-158, jan./abr., 2023.

LOPES, Daniel P; SILVA, Silvana A.; ALMEIDA, Cacilda M.; MARTINS, Lucas G. Analisando um ecossistema de educação empreendedora a partir da experiência de uma instituição pública brasileira. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 10, n. 3, p. 1- 16, set./dez., 2021.

MARCELO, Júlia F; HAYASHI, Maria C. P. I. Estudo bibliométrico sobre a produção científica no campo da sociologia da ciência. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 3, p.138–153, set./dez., 2013.

MARITZ, Alex; JONES, Colin; SCHWEITZER, Claudia. The status of entrepreneurship education in Australian universities. **Education + Training**, v. 57, n. 8/9, p. 1020-1035, ago., 2015.

MEI, Hong; LEE, Ching-Hung; XIANG, Yuanyuan. Entrepreneurship Education and Students' Entrepreneurial Intention in Higher Education. **Education Sciences**, v. 10, n. 257, p. 1-18, set., 2020.

MUGNAINI, Rogério. 40 anos de Bibliometria no Brasil: da bibliografia estatística à avaliação da produção científica nacional. In: Hayashi, M.C.P.I.; Leta, J. (Ed.). **Bibliometria e Cientometria**: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2013.

NDOFIREPI, Takawira M. Relationship between entrepreneurship education and entrepreneurial goal intentions: Psychological traits as mediators. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**, v. 9, n. 1, p. 1–20, jan., 2020.

PEREIRA, Maurício G. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

QIU, Yinglong; GARCÍA-ARACIL, Adela; ISUSI-FAGOAGA, Rosa. Critical Issues and Trends in Innovation and Entrepreneurship Education in Higher Education in the Post-COVID-19 Era in China and Spain. **Education sciences**, v.13, n. 407, p. 2-15, abr., 2023.

RESENDE, Tamiris C.; EMMENDOERFER, Magnus L.; MORAIS, Mateus C. A.; VALADARES, Josiel L. Empreendedorismo e implementação de políticas públicas: uma análise da criação de um programa de apoio ao desenvolvimento juvenil. **Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis**, v. 5, n. 2, p. 47-61, maio/ago., 2020.

RODRÍGUEZ, Francisco J.; TAÑO, Desiderio G.; ROSA, Inés R. The business model approach in entrepreneurship education: Impact on undergraduates enterprise potential. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 8, n. 3, p. 11-17, maio, 2017.

SILVA, Laíse N.; BARROSO, Elane S.; TEIXEIRA, Linnik I.; JÚNIOR, Marcos A. Empreender ou não? Eis a questão! Análise da intenção empreendedora dos universitários de uma instituição federal de ensino. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 1, p. 94-119, jan./abr., 2022.

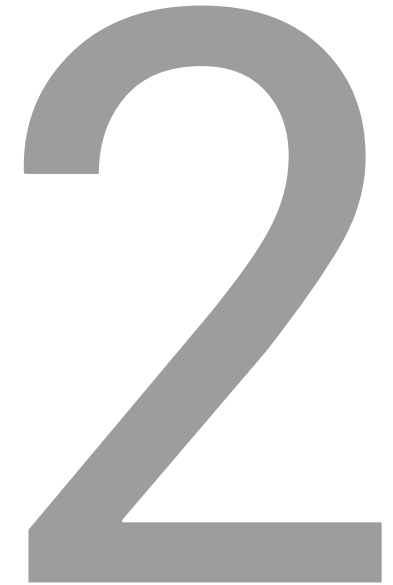
SINGH, Khundrakpam D.; MPANME, Ditalak. Entrepreneurial Intentions Among Postgraduate Management Students in India: The Theory of Planned Behaviour Approach. **Small Enterprises Development, Management & Extension Journal**, v.50, n. 1, p. 1-8, nov., 2022.

UNESCO. Education for Sustainable Development Goals: Learning Objectives; **UNESCO**: Paris, France, 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444>>. Acesso em 20 de abril de 2023.

VILLANOVA, André P.; SILVA, Márcia R. Presença da bibliometria como processo metodológico em teses indexadas no IBICT (2005-2015). **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 11-24, out., 2018.

VILLARREAL-ÁLVAREZ, Mario A.; ROQUE-HERNÁNDEZ, Ramón V. El apoyo educativo para el emprendimiento y su relación con las intenciones emprendedoras de los estudiantes universitarios. **Revista Iberoamericana para la investigación y el Desarrollo Educativo**, v. 13, n. 25, p. 1-15, jul., 2022.

WANG, Chengdong; FU, Bo. A study on the efficiency of allocation and its influencing factors on innovation and entrepreneurship education resources in Chinese universities under the five in one model. **The International Journal of Management Education**, v. 21, n. 1, p. 2-17 mar., 2023.



ESTUDO DIAGNÓSTICO DA LAGOA DE SÃO JOÃO, NA CIDADE DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MARANHÃO¹

Gabriela Santana de Sousa²
Patrícia Pacheco Alves de Oliveira³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 2 – Arquitetura, Urbanismo e Práticas Projetuais, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Santo Agostinho.

3 Mestre em Ciências da Cidade pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Especialista em Práticas Projetuais em Arquitetura e Engenharia pela Universidade Federal do Piauí e em História da Arte e da Arquitetura no Brasil pela Pontifícia Universidade Católica - PUC (RJ) e possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Camillo Filho. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Santo Agostinho.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo da situação atual da Lagoa de São João, na cidade de São João dos Patos, no Maranhão. Atualmente, a área encontra-se inutilizada e sofrendo com o processo de degradação, sendo necessário tomar medidas de requalificação da área. Esta pesquisa foi construída a partir de um referencial teórico acerca do tema, e para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas, análise de mapas, estudos de campo e levantamento físico e fotográfico no local. Dessa forma, a partir dos resultados encontrados busca-se resolver os problemas existentes, sendo necessário tomar medidas como a criação de um plano de drenagem e saneamento do município, que seja feita uma limpeza da área e elaborado um projeto de intervenção urbana para a construção de um parque urbano no local.

Palavras-Chave: Lagoa de São João. Parque Urbano. Requalificação. Recurso hídrico.

INTRODUÇÃO

A Lagoa de São João encontra-se na cidade de São João dos Patos - MA, município localizado a 540 Km de São Luís, capital do Estado do Maranhão, situado na mesorregião do leste maranhense e na microrregião das chapadas do Alto Itapecuru. A cidade limita-se com o município de Passagem Franca ao Norte, com a Represa da Boa Esperança ao Sul, com os municípios de Sucupira do Riachão e Barão de Grajaú ao Leste e com os municípios de Nova Iorque, Pastos Bons e Paraibano a Oeste. Possui 1.483,255km² de área territorial e uma população estimada de 26.063 pessoas (PROJETO DE LEI, 2006; IBGE, 2010).

O município está localizado numa região de relevo acidentado, entre grandes elevações, tendo como acidente geográfico importante a Serra dos Dois Irmãos e o Rio Parnaíba, onde está situada a represa

da Boa Esperança. As principais vias de transporte intermunicipais desta região são as BR 's 010, 135 e 230 (PROJETO DE LEI, 2006).

O terreno em estudo encontra-se em uma área central, próximo ao centro comercial e administrativo da cidade, e circundado por bairros residenciais como o bairro Lavanderia, Cajazeiras e o próprio Centro, portanto, de grande valor econômico para a cidade, e mesmo com uma localização privilegiada, encontra-se inutilizado.

Por se tratar de uma área situada em uma Zona de Proteção Ambiental (ZPA), a lagoa deveria receber cuidados especiais tanto da população quanto das autoridades competentes, mas a realidade é de um espaço que sofre pela falta de cuidado, degradação, poluição e lixo sendo jogado no local, além do assoreamento (massas de areia que prejudicam a nascente da lagoa) no entorno da lagoa. Além disso, pela falta de infraestrutura, o espaço se torna perigoso tanto no período diurno quanto noturno.

Outro problema é que, mesmo tendo um total de 26 espaços públicos em seu perímetro urbano, número constatado após análise e contabilização dos espaços públicos em São João dos Patos, por meio de levantamentos, revisão no Google Maps e em conversa informal com a secretária municipal do meio ambiente, a maioria desses espaços não atrai a população, principalmente pela falta de planejamento desses locais, onde são feitos sem levar em consideração as necessidades e demandas dos usuários, sendo construídos apenas para ser um número, além disso, esses espaços não contam com nenhum tipo de apoio para os indivíduos, alguns sem a presença de banheiros, boa iluminação, lanchonetes ou o mínimo de segurança, para que a população se sinta atraída para ir nesses locais.

Dessa forma, é importante buscar valorizar culturalmente o espaço da área em questão, propondo um ambiente de encontro

para a população local que ofereça uma infraestrutura adequada, promovendo uma melhor qualidade de vida, com a inclusão de atividades para esporte, lazer e contemplação, somado a um espaço que ofereça segurança e tranquilidade aos seus usuários.

Vieira (2004), afirma que os parques urbanos trazem uma série de benefícios para a sociedade e que as áreas verdes presentes assumem diferentes papéis, com funções relacionadas ao ambiente urbano, dentre essas funções, destaca-se a função social, com as possibilidades de lazer; a função estética, capaz de embelezar a cidade e promover uma diversificação da paisagem ; a função ecológica, melhorando o clima e a qualidade do ar, da água e do solo; a função educativa, principalmente com o incentivo ao conhecimento sobre a cultura; e a função psicológica, através do desenvolvimento de atividades de exercício, lazer e recreação, aliviando o estresse. Além disso, os parques urbanos apresentam um grande potencial para o desenvolvimento econômico local, onde os empreendedores autônomos locais podem usar desse espaço para a realização do seu comércio.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou-se de análises de espaços físicos, do alcance e das interpretações aceitáveis do assunto estudado para a realização de uma nova interpretação conforme os pressupostos estabelecidos pelo pesquisador, já que, através dessa pesquisa procurou-se alcançar um entendimento qualitativo das razões e do contexto do problema da lagoa de São João, no município de São João dos Patos- MA (CHEMIN, 2022).

A partir dessa análise inicial, chegou-se ao objetivo geral do trabalho, que se classifica em uma pesquisa exploratória pois apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica, abrangendo revisões de literatura

e entrevistas com pessoas que possuem vivência sobre o local, onde a partir dos dados qualitativos, é possível chegar a um diagnóstico da situação atual do local e em seguida realizar a apresentação de propostas para melhoria dos problemas existentes (CHEMIN, 2022).

Os resultados e as discussões foram produzidos a partir de pesquisas bibliográficas, por meio de livros, publicações periódicas, monografias, dissertações, teses, meios eletrônicos/digitais, entre outros, e documental, utilizando-se de legislações, para a construção do referencial teórico acerca da temática proposta para o projeto.

Além disso, foi feito um estudo de campo para a compreensão e entendimento da área e do entorno. Nesse momento, foram realizados levantamentos físico e fotográfico do local, filmagens, análise topográfica, de vegetação e de insolação, por meio da utilização da técnica de observação, e realização de conversas informais para a compreensão do que ocorre na área e como ela se comporta de acordo com as estações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os espaços públicos são todos os espaços de uso e propriedade pública, e que fazem parte do meio urbano como as ruas, lagoas, praças, parques e outros. Esses espaços oferecem para os cidadãos a oportunidade de desfrutar a cidade através de práticas sociais, de lazer e de manifestações, tendo valor pela importância que seu uso e função desempenham na sociedade e pelas relações que criam com o meio (MIRANDA, 2014; DARODA, 2012).

Os espaços públicos destinados ao lazer têm como objetivo, oferecer para a população itens que promovam a prática esportiva, recreativa, de interação com o meio ambiente e demais atividades que geram o bem-estar de seus usuários, buscando sempre minimizar os problemas sociais e ambientais (FABIANI *et al.*, 2018).

Para Moura et al. (2006), a requalificação dos espaços públicos urbanos trata-se de um instrumento para beneficiar as condições de vida da população, impulsionando a construção e a recuperação de equipamentos e infraestrutura e para valorizar o espaço público. Somando-se a isso, a requalificação urbana tem um caráter estratégico, mobilizador e acelerador, direcionando e determinando os novos padrões de organização e realização do território.

A requalificação está relacionada a atividades que apresentem qualidade ao ambiente físico e social e que promovam uma valorização tanto do turismo central como do comércio, das residências e dos serviços, pois há uma valorização simbólica e econômica do território urbano, e não exclusivamente de um setor, devido ao ordenamento territorial e a produção de paisagem urbana (COSTA, 2011).

Entende-se requalificação urbana como uma ação de renovação, reestruturação e reabilitação urbana que tem como objetivo principal de intervenção, a valorização ambiental e o desenvolvimento da prática funcional do tecido urbano, sendo estas, abordadas em duas perspectivas: a primeira se tratando da resolução de problemas ambientais e funcionais, como a poluição do meio hídrico, a ineficiência energética, a poluição sonora e de partículas ou problemas com a mobilidade e acessibilidade; a segunda de trata da elaboração de agentes que favorecem a identidade, atratividade, habitabilidade e a competitividade das cidades ou de áreas urbanas específicas. Deste modo, para se alcançar um resultado eficiente é necessário adotar ações de organização na mobilidade, na infraestrutura e nos equipamentos urbanos, além de introduzir marcos arquitetônicos diferentes, criar espaços públicos de qualidade e valorizar os espaços naturais (DGOTDU, 2008).

É nesse contexto que torna-se importante propor um projeto de requalificação urbana na Lagoa de São João através da criação de um parque urbano, com espaços atrativos e que atenda um público diverso. O local possui grande potencial para receber um

parque urbano e até mesmo se tornar um ponto turístico da cidade, principalmente pela carga histórica que possui para a cidade.

A Lagoa está localizada no bairro Centro, que é marcado pelo início da formação do município, onde se encontra o maior fluxo de comércio da cidade, mas que, apesar do grande número de lotes comerciais situados nesse bairro, seu uso ainda é predominantemente residencial. Por se tratar de uma região com presença de recurso hídrico, a área de estudo encontra-se em um terreno com depressão, ou seja, acidentado, sendo um local de encontro natural das águas pluviais da cidade. A área possui elevações com cotas que variam de 326,5m na região central da lagoa a 336m no extremo sul da área em estudo, apresentando um desnível de 9,5m. Atualmente, a área encontra-se em uma situação precária, sem nenhum tipo de infraestrutura e com muita vegetação. Apesar de existir no traçado urbano a presença de ruas circundando a lagoa, estas se apresentam sem pavimentação e iluminação pública, tornando-se inviável para o uso por oferecer perigo para a população, tornando-se assim, uma barreira natural que impossibilita a ligação de bairros e zonas (IMAGEM 1).

IMAGEM 1 Vista aérea da Lagoa de São João.



Fonte: Gabriela Santana de Sousa, 2023.

Com relação aos perigos oferecidos à população pode-se citar tanto as questões de falta de segurança, pelos fatores citados anteriormente, quanto às questões de saúde pública, visto que as águas dos esgotos da cidade são despejadas irregularmente nas ruas e estas seguem um percurso natural para os recursos hídricos. Somando-se a isso, alguns resíduos sólidos são lançados nas margens da lagoa (IMAGEM 2).

IMAGEM 2. Situação atual da Lagoa de São João.



Fonte: Gabriela Santana de Sousa, 2023.

Com relação a parte que corresponde a massa de água da lagoa, esta apresenta-se com uma quantidade considerada normal para a sua estrutura, porém é pouco perceptível pela significativa presença de vegetação aquática que cobre seu espelho d'água. Além disso, a lagoa sofre com a questão do assoreamento, devido a presença de massas de areia e lixos que cobrem o fundo da lagoa e prejudicam a sua nascente.

Quanto à vegetação predominante, além das espécies aquáticas presentes no recurso hídrico, existem também vegetações na orla da lagoa, e estas tratam-se de espécies arbustivas, arbóreas e rasteiras.

Apesar da presença de praças arborizadas no município, que são utilizadas pela população para a realização de atividades físicas, observa-se a necessidade de equipamentos urbanos de qualidade,

visto que a cidade de São João dos Patos não possui um parque urbano ou espaços públicos que permitam que esses exercícios sejam realizados de forma adequada e segura.

Os parques urbanos tratam-se de um produto das cidades da era industrial, nascido no século XIX, a partir da necessidade de adotar nas cidades espaços que atendessem os novos anseios sociais, como: locais para lazer, para passar o tempo livre ou, simplesmente, para ser o oposto do ambiente urbano (MACEDO; SAKATA, 2010).

Os parques urbanos são incorporados na urbanização como uma parcela de espaços livres de edificação (MAGNOLI, 2006). Entende-se por espaços livres, áreas com pouco ou nenhum elemento construído e com presença efetiva ou não de vegetação, sendo uma área primordial para circulação, recreação, estímulo de serviço, composição paisagística ou de equilíbrio ambiental. Denomina-se ainda como espaços livres, áreas remetentes de ecossistema primitivo, como lagoas, matas, manguezais, praias fluviais ou marítimas, dentre outros (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000).

Os parques urbanos podem proporcionar qualidade de vida para seus usuários, devido ao contato com a natureza e sua estrutura e qualidade ambiental, uma vez que, sendo adequados e atrativos, são decisivos para a prática de atividades físicas e de lazer. Essas atividades podem trazer benefícios físicos, sociais e psicológicos, como por exemplo, diminuição do sedentarismo e redução do estresse, além de ajudar na promoção da saúde, bem-estar, melhorar o humor e a autoestima e possibilitar a elevação do nível de atividade física dos ativos (SZEREMETA; ZANNIN, 2013).

Além disso, os parques urbanos desempenham um papel de “pulmão” dentro da malha urbana. A introdução desses parques públicos é significativa para a vida da população, mas se faz necessário um bom planejamento e uma administração qualificada para atender as necessidades dos seus usuários, pois os benefícios que os parques

proporcionam, somente são possíveis, se possuírem uma boa infraestrutura, com fácil acesso e segurança frequente (BARTON; PRETTY, 2010; FERREIRA, 2008; SZEREMETA; ZANNIN, 2013).

Serpa (2007), diz que os benefícios dos parques se dão pelo fato dele se apresentar como um espaço de socialização e possuir áreas verdes, criando sensações de afastamento do meio urbano construído, contrapondo-se assim, ao ritmo acelerado das cidades, e se tornando um local para pausa da rotina diária, que oferece relaxamento.

Além de todos os elementos citados anteriormente, Sá Carneiro e Mesquita (2000) afirmam também que as lagoas são espaços livres, portanto, entende-se que, dentro dos parques urbanos é possível encontrar tais elementos em sua composição, que servem tanto de fonte de irrigação para as plantas, quanto para a realização de atividades recreativas.

Se faz necessário então, que essas lagoas estejam aptas e bem preservadas, pois quando mantidas de forma inadequada e poluída, apresentam riscos para a saúde pública. Portanto, é importante que as autoridades competentes implementem medidas adequadas e mantenham a qualidade desses recursos hídricos.

O crescimento populacional e a expansão urbana desordenada no município de São João dos Patos, vem trazendo problemas ambientais para a cidade. A falta de infraestrutura gera impactos diretos ao saneamento básico, uma vez que não há um sistema de rede de esgoto local e este é despejado nas ruas, seguindo o percurso natural até as lagoas e o açude da cidade. Além disso, encontra-se ainda, resíduos sólidos, ou seja, lixo, sendo jogado às margens desses recursos hídricos, agravando ainda mais a situação.

Para isso, propõe-se algumas melhorias na infraestrutura da cidade e da área de estudo, com a finalidade de melhorar a questão de saneamento básico, sendo necessário seguir as seguintes etapas:

Etapas 1: Criação do plano de drenagem e saneamento do município

O município de São João dos Patos não possui um plano de drenagem e saneamento, portanto, recomenda-se a criação de um plano eficiente, com soluções a longo prazo, tendo como objetivo melhorar tanto as questões de saúde pública quanto evitar que os esgotos sejam lançados indiretamente nos recursos hídricos pois, após ser feita a limpeza da lagoa é necessário tomar medidas que impeçam que o esgoto doméstico da cidade continue sendo despejado irregularmente e permaneçam os problemas de poluição.

Etapas 2: Despoluição da Lagoa

É recomendado fazer a retirada de toda a vegetação aquática presente, assim como, a retirada de parte da areia situada no fundo da lagoa, com a finalidade de resolver a questão do assoreamento, melhorando a capacidade de infiltração. Essa retirada da camada de vegetação suspensa no espelho d'água é essencial para evitar a degradação e propagação de odores (COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CASAN, s/d).

Etapas 3: Limpeza da orla da Lagoa e contínua manutenção do entorno

Recomenda-se, ainda, a limpeza da orla da lagoa, para a retirada de todo o lixo, entulho e resíduos sólidos presentes, bem como melhorar a infraestrutura do local por meio da pavimentação das ruas, instalação de iluminação pública e implantação de sistema de drenagem e esgoto. É importante também que seja feita a recuperação da vegetação da orla, por meio da atividade de plantio de novas mudas e manutenção das árvores já existentes, buscando priorizar mudas nativas da região (RIO DE JANEIRO, s/d). Após todo o processo de limpeza da lagoa e do entorno, é fundamental

uma contínua manutenção, a fim de se evitar problemas futuros e manter o padrão de qualidade estabelecido pelo potencial plano de drenagem e saneamento do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que é importante propor tanto a criação de um plano de drenagem e saneamento para o município de São João dos Patos, buscando realizar a despoluição e limpeza da Lagoa e de sua orla e realizar uma contínua manutenção da área e do seu entorno, quanto a elaboração de um projeto de requalificação urbana na Lagoa de São João, trabalhando elementos que permitam que a população se identifique e se sinta atraída, de maneira que, as relações criadas com o espaço sejam capazes de construir boas memórias.

Com relação à proposta para um projeto de intervenção, é importante que o mesmo busque promover um espaço de qualidade, que possua diversos tipos de usos capazes de despertar a atratividade dos usuários por meio das inserções de elementos que incentivam as práticas esportivas, recreativas, de contemplação e de interação com o meio ambiente.

O programa de necessidades deve atender um público diverso, respeitando a topografia do local, o recurso hídrico e a vegetação existente na área. Para isso, propõe-se um projeto que contenha espaços destinados à prática esportiva, com a presença de quadras poliesportivas e de vôlei, pista de skate, academia ao ar livre e ciclovias; a prática contemplativa e de lazer, com a presença de pista de caminhada, gramado, mini bosque e playground; a prática cultura, com uma sala de exposições, oferecendo para a população um conhecimento sobre a história do local; e um suporte básico aos usuários, com espaços para alimentação, sanitários, vestiários,

fraldário e estacionamento. Tudo pensado de maneira que a população se sinta atraída pelo local e que se sinta pertencente a ele, despertando o interesse em cuidar, resguardar e valorizar, após compreender a sua importância.

REFERÊNCIAS

BARTON, J., PRETTY, J. What is the Best Dose of Nature and Green Exercise for Improving Mental Health? A Multi-Study Analysis. **Environ. Sci. Technol.** 44, 3947– 3955, 2010.

CHEMIN, B. F. **Manual da UNIVATES para trabalhos acadêmicos:** Planejamento, elaboração e apresentação. 4ª . ed. atual. e aum. Lajeado/RS: UNIVATES, 2022. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/315/pdf_315.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN). **Ações ambientais de recuperação Lagoa da Conceição**, s/d. Disponível em: [https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/images/Noticias_Conteudo/Plano%20de%20Recupera%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20Lagoa%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20\(2\)%20\(2\).pdf](https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/images/Noticias_Conteudo/Plano%20de%20Recupera%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20Lagoa%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20(2)%20(2).pdf). Acesso em 27mar. 2023.

COSTA, E. B. da. Intervenções em centros urbanos no período da globalização. **Cidades –Grupo de Estudos Urbanos**, v. 9, n. 16, p. 86-117, 2011.

DARODA, R. F. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do RioGrande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DGOTDU. Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. **Proposta de Projecto de Decreto Regulamentar que estabelece Conceitos Técnicos a Utilizar nos Instrumentos de Gestão Territorial**. Documento Final, mai. 2008.

Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/16632985/Conceitos-Tecnicos-a-Utilizar-nos-Instrumentos-de-Gestao-Territorial-2008-DGOTDU>. Acesso em: 11/04/2023.

FABIANI, D. ; PANDOLFO, A.; KALIL, R. M. L. Requalificação urbana: análise da atratividade dos elementos físicos construídos e naturais em espaços públicos de lazer na cidade de Passo Fundo/RS. **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 31, p. 159-180, 2018.

FERREIRA, A. D. et al. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos**: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama da cidade de São João dos Patos**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-joao-dos-patos/panorama>>. Acesso em : 23 de fevereiro de 2023.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2010.

MAGNOLI, M. M. O parque no desenho urbano. **Paisagem e Ambiente**, n. 21, p. 199-213, 2006.

MIRANDA, M. M. S. **O papel dos parques urbanos no sistema de espaços livres de Porto Alegre-RS**: uso, forma e apropriação. 2014. 424 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Cultura, Paisagem e Ambiente Construído), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MOURA, D. et al. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Revista Cidades – Comunidades e Territórios**, n. 12/13, p. 15-34, 2006.

PROJETO DE LEI. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal**. São João dos Patos. 28 Set. 2006.

RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura Municipal. **Recuperação ambiental da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Rio de Janeiro, RJ, s/d. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/recuperacao-lagoa>. Acesso em: 27 mar. 2023

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. de B.. Espaços livres do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000. FERREIRA, Liz Ivanda Evangelista Pires. Parque urbano. **Paisagem e Ambiente**, n. 23, p. 20-33, 2007.

SERPA. Â.. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SZEREMETA, B.; ZANNIN, P. H. T. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 29, p.177-193, 2013.

VIEIRA, P.B.H. **Uma visão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC**: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso, Florianópolis, SC, 2004.



CASARÃO DO CORONEL ORLANDO BARBOSA DE CARVALHO: um exemplar do patrimônio arquitetônico piauiense¹

Maria Eunice Barbosa Bandeira²
Mariana Aquino Rocha³
Luanna Flávia Oliveira Lima Moura⁴
Maria Lua Maciel Medeiros⁵
Amanda Cavalcante Moreira⁶

1. Trabalho premiado no Grupo Temático 4 – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí

3Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí

4Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí

5Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí

6Arquiteta (UFPI) e Historiadora (Uespi). Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí e do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santo Agostinho.

RESUMO

O presente artigo trata-se da análise de uma edificação residencial, localizada em frente à Praça Orlando de Carvalho, no centro da cidade de Oeiras-Piauí, inserida no perímetro histórico e paisagístico tombado como patrimônio nacional. O casarão data do ano de 1908 e está cercado de importantes construções da cidade, dentre elas a Igreja da Nossa Senhora da Conceição e o prédio do antigo mercado da cidade. Objetiva-se destacar a importância desse bem; além de ressaltar suas características técnicas – comparando-a às influências arquitetônicas coloniais – e funcionais, comuns da região, e como elas influenciaram o modo de viver do povo oeirense. O artigo baseia-se em levantamento bibliográfico e visita técnica à edificação estudada. Contribui, portanto, para a documentação de um relevante exemplar arquitetônico e de suas técnicas construtivas, e a consequente preservação dos saberes locais e o seu patrimônio; traçando relação com a história arquitetônica nacional e suas influências.

Palavras-Chave: Arquitetura Colonial. Arquitetura-Piauiense. Patrimônio Arquitetônico. Técnicas Construtivas.

INTRODUÇÃO

Localizada na porção central do território piauiense, Oeiras foi o primeiro núcleo urbano a se estabelecer na região e hoje é considerada polo de cultura e história do Estado. Sabe-se que o povoamento que deu origem à cidade foi resultado do processo de expansão da pecuária, derivado das expedições feitas para exploração das terras onde hoje é o Piauí. No entanto, existem diferentes versões a respeito do que efetivamente originou a aglomeração urbana na região – nenhuma delas comprovadamente verdadeira pela falta de evidências documentais. Antes nomeado povoado da Mocha, passou por diversas mudanças quanto à sua tipologia até que se tornasse uma cidade de fato. De povoação passou a ser freguesia, vila, e,

finalmente, capital da província do Piauí. Tudo isso, antes de receber o título de cidade, aquele foi concedido – junto com a mudança de seu nome – no ano de 1761 (DIAS, 2008).

Durante muito tempo, o centro urbano era também o centro político-administrativo da província, sendo essa sua maior potencialidade na época. Por isso, quando, em 1852, perdeu o título de capital provincial para a nova Teresina, Oeiras entrou em um período de declínio – principalmente de ordem econômica. Perdendo a sede do governo, a cidade perdia também sua principal atividade econômica, poder e influência. E, a partir daí, Oeiras entra em um período de recessão até o ano de 1930. Por isso, ao refletir sobre os anos em que a cidade viveu numa constante apatia política e social, Santos (2010) escreveu:

Até a metade de 1930, a cidade de Oeiras, situada no centro sul do Estado do Piauí, pouco ou quase nada conhecia das transformações que proliferavam nos grandes centros do mundo trazendo em seu bojo os deslumbramentos da modernidade. Vivia mergulhada no seu ostracismo desde que perdera a condição de capital para Teresina, ainda no ano de 1852, e com isso, todo o seu corpo administrativo. O cotidiano da colonial urbe vivia imerso em rotinas completamente diferentes das contemporâneas. (SANTOS, 2010. p.3)

Após a posse do Interventor Federal Leônidas Melo, que veio com a instauração do Estado Novo, Orlando Barbosa de Carvalho foi nomeado administrador da velha Oeiras – e durante o seu mandato, dali até 1945, ele se tornaria responsável por inúmeras mudanças na estrutura física e cultural da cidade. Graças ao lucro advindo da expansão do comércio da cera da carnaúba – da qual a maior fornecedora era Oeiras –, o Coronel Orlando Carvalho pôde promover diversas construções, entre outras ações, que visavam incentivar o progresso e a modernização da cidade e da sociedade local. Como é trazido, novamente, nos estudos de Santos (2010):

Orlando Carvalho soube apropriar-se das condições favoráveis às mudanças, inclusive o excelente desempenho da economia estadual, marcada pelo extrativismo, sobressaindo-se a exportação da cera de carnaúba, na qual a cidade de Oeiras despontava como um dos principais centros produtores. O administrador relatava com otimismo a perspectiva do encontro com as aventuras da modernidade. (SANTOS, 2010. p.6)

De fato, o Coronel foi uma figura de muitas contribuições e, por isso, ficou marcado na história da cidade. Hoje, uma das principais praças de Oeiras recebe o nome do antigo administrador, já que, situada em frente a ela, ainda se encontra a casa que foi construída para abrigar a ele e à sua família. Se tratando de uma construção colonial de grande importância, um exemplo perfeito da execução das técnicas de construção e do modo de viver da época, é o foco principal desta pesquisa.

Diante desse contexto, destaca-se a importância do objeto de estudo do presente trabalho enquanto contribuição para preservar a memória e o patrimônio histórico e arquitetônico brasileiro e piauiense. Para tal, escolheu-se apoiar as bases do estudo em autores de relevância nacional quanto às pesquisas em arquitetura, a fim de visualizar, analisar e comparar com propriedade os tópicos contextuais e factuais da edificação.

METODOLOGIA

Para a produção deste artigo, utilizaram-se como metodologias o levantamento em campo – para melhor entendimento espacial e experiencial do objeto de estudo – e o levantamento bibliográfico, para melhor entendimento do contexto local e histórico em que a obra se insere. A visita *in loco* foi realizada no dia 5 de agosto de 2023, mediante autorização da família proprietária da casa.

Diante do proposto, o presente estudo foi dividido em quatro etapas: a primeira, referente à contextualização sobre a cidade-

patrimônio e a descrição do entorno em que a edificação se encontra; a segunda, que consiste na contextualização referente ao Coronel, à família e suas tradições e à relação com os aspectos exteriores da casa (como ela é apresentada na paisagem); a terceira, quanto às técnicas construtivas observadas; e, por fim, a quarta, a respeito da organização da planta baixa, sua setorização e os impactos socioculturais funcionais da edificação a partir desse fator.

O ENTORNO

Conforme a produção arquitetônica é guiada pelos aspectos sociais e culturais, é de extrema importância que sejam analisados os contextos locais entre a casa e seu entorno físico (TEIXEIRA; SALCEDO, 2019). Nesse sentido, destaca-se o fato de o casarão estar localizado em uma área histórica, tombada pelo IPHAN a partir do ano de 2012, que marca a cidade como documento histórico, referência na preservação e reapropriação de suas áreas identitárias, e dá suporte ao seu patrimônio enquanto centro econômico, político, administrativo e religioso para a história do Piauí (PEREIRA, 2017).

IMAGEM 1. Mapa do perímetro urbano de Oeiras, com destaque ao perímetro tombado e às principais construções do entorno da edificação em estudo.



Fonte: Fotos das autoras. Mapa de PEREIRA, 2017, adaptado.

A edificação localiza-se em frente à Praça Coronel Orlando de Carvalho — que também recebe o nome em homenagem ao ex-prefeito — na qual atualmente ocorrem feiras livres. Nesta praça, encontra-se o Mercado Municipal José Lopes da Silva (conhecido popularmente como Mercado Velho, já que se trata de uma obra da Era Vargas) — com início da construção em 1934 e inauguração em 1944 para abrigar comércios de variedades e sediar encontros sociais — que hoje se encontra abandonado.

O terceiro ponto de destaque do entorno trata-se de uma das três principais igrejas da Capital da Fé — a Igreja da Imaculada Conceição, datada do início do século XIX (1809), ainda por concluir em 1839, e cujas obras de acabamento se estendem até 1956 (CARVALHO, 2010). As demais edificações da vizinhança consistem em casas de aparência colonial piauiense — assim como as demais do centro da cidade — e que atualmente têm uso comercial.

O CASARÃO

O Coronel Orlando de Carvalho, proprietário original da edificação em estudo, casou-se com Anatólia Teixeira Rego (1855-1910), com quem teve seis filhos e que, por uma fatalidade, veio a falecer dez anos após a união. Tempos depois, casou-se novamente com Emília Justina de Moura Barbosa, com quem teve mais cinco filhos (GONÇALVES, 2021). O casarão teve sua construção concluída no ano de 1908, durante o período do primeiro casamento de Orlando Carvalho, para que abrigasse o casal e sua descendência — e, mesmo com o falecimento da primeira esposa, a família continuou vivendo na casa nos muitos anos que se seguiram.

Assim como o comum nas casas tradicionais piauienses (BARRETO, 1975), encontra-se uma placa saudando o visitante — adicionada no memorial centenário do casarão, em 2008. De forma

análoga, é perceptível a valorização da memória familiar através da conservação de móveis antigos (cofres, bancos e cadeiras de couro e palha, armários, aparadores, baús), livros, fotografias, bordados, louças, bibelôs e itens religiosos. A presença desses itens de decoração é destacada como marcante no costume dos brasileiros a partir do final do século XIX, principalmente na área de estar comum, definida como a verdadeira zona a se caracterizar (LEMOS, 1993).

IMAGEM 2. Placa de entrada e itens do acervo mobiliário familiar



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Lemos (1989) destaca que o ato de morar é sobretudo uma decorrência da cultura, de forma que os indivíduos se relacionam com os costumes e tradições do local e, por consequência, modificam o espaço. Diante do contexto cultural oieirense marcado pela forte influência colonial portuguesa em sua arquitetura, é perceptível que a edificação se relaciona bem com o entorno ao adotar o mesmo estilo, mesmo que se trate de uma obra do início do século XX. Nas fachadas, podem ser destacados como influências de modelos portugueses (LIMA, 2001): as molduras de esquadrias, o chanfrado no ângulo da esquina, a forma de caixote com presença de cimalha e do ático em balaustrada. Além disso, observa-se que no chanfro

de esquina e nas extremidades da edificação há apenas a sinalização (destaque por elemento decorativo) de onde estaria localizada uma pilastra – fator que é observado tipicamente em construções brasileiras, em contraste aos modelos portugueses nos quais as pilastras são seccionadas e estilizadas (LIMA, 2001).

Há o equilíbrio de cheios e vazios perceptível pela presença de 13 janelas (venezianas externas brancas, com parte envidraçada; e de folha dupla de madeira interna) e três portas de madeira (verdes, de folha dupla) na fachada principal, em contraste a 5 portas e uma janelana fachada secundária – a qual serviu por muito tempo a uso comercial. Todas as esquadrias estão envoltas em guarnições de cor vermelha, e as da fachada secundária apresentam bandeira em madeira na parte superior.

IMAGEM 3. Detalhes das fachadas



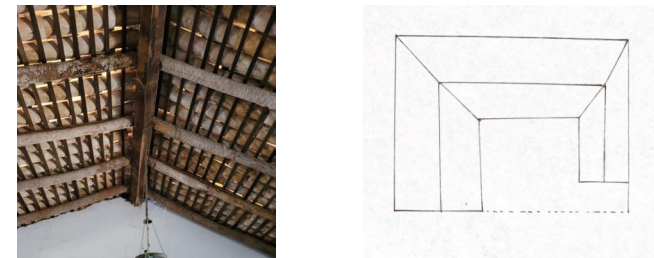
Fonte: Acervo pessoal das autoras.

AS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

As construções da área histórica de Oeiras se configuram de forma similar entre si em relação à sua cobertura, alvenaria e esquadrias. As técnicas e o modelo de implantação, herdados de Portugal, encontraram o clima sertanejo e foram adaptadas para o calor tropical.

Como definido por Colin (2010), os telhados são a marca da arquitetura colonial. O telhado do Casarão do Cel. Orlando Barbosa – da mesma forma que a maioria das construções piauienses da época (BARRETO, 1975) – é feito com madeiramento e ripamento de tronco de carnaúba – material durável disponível na região – ao natural, sem tesoura, e fechamento em telha canal sem forro, que permite que o ar corra. A cobertura de várias águas se prolonga no saguão central através de beirais, que protegem as paredes e as varandas internas.

IMAGEM 4. Detalhes da Cobertura



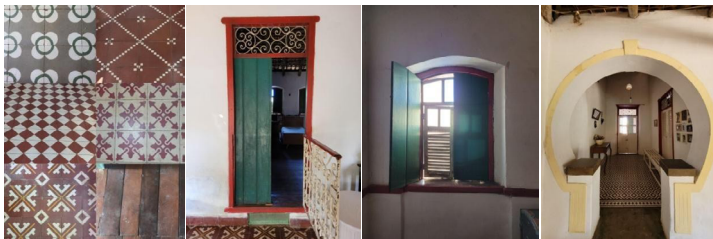
Fonte: Acervo pessoal das autoras.

As janelas somam 13 na fachada principal da casa, com 0,93 m de distância entre si, no modelo à francesa (ou gelosia), que permite observar o movimento da rua sem comprometer a privacidade dentro da casa (COLIN, 2010). As portas de acesso aos quartos possuem 2,45m de altura e se relacionam com as janelas internas (duas folhas de madeira verde envoltas por guarnição em madeira vermelha) – porém, diferentemente das portas da fachada, estas destacam-se por possuir bandeira e guarda-corpo ricamente trabalhados em metal. Por sua vez, a entrada da cozinha é marcada por uma porta mais baixa, mais simples e mais estreita (1,78 m de altura e 0,60 m de largura), que separa a área de serviço e a isola da casa.

O morar “à francesa” pressupunha a divisão da moradia em três zonas distintas: a de estare receber, a de repousar e a de serviço – sendo que necessariamente devia-se ir de uma para a outra, sem passar pela terceira (LEMOS, 1993). Essa divisão é consolidada pelos arcos-ferradura de 1,80 m de diâmetro que se distribuem pelos corredores; pela diferença do nível da área de repouso (30 cm acima do nível do corredor); e pelas diferenças de pé direito (bem alto nas áreas de quartos e alcovas, chegando a 1,90m ao fim da varanda e a apenas 1,60m na área de serviço).

O calor da região rege as decisões técnicas das construções, com o emprego de paredes internas grossas (0,35 m de espessura) – para absorver o calor, e baixas – para permitir a circulação de ar. O piso revestido com ladrilhos decorados de barro cozido, distintos para cada ambiente, também ameniza a temperatura dentro da residência. Nos pavimentos mais elevados do solo, eram mais comuns as tábuas corridas de madeira (COLIN, 2010), como se observa nos quartos da área de repouso.

IMAGEM 5. Padrões de piso e esquadrias internas



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

A SETORIZAÇÃO

A individualização arquitetônica das casas coloniais no Piauí foi moldada por uma rica intersecção de fatores – os elementos climáticos, as distâncias entre os latifúndios e as cidades, a

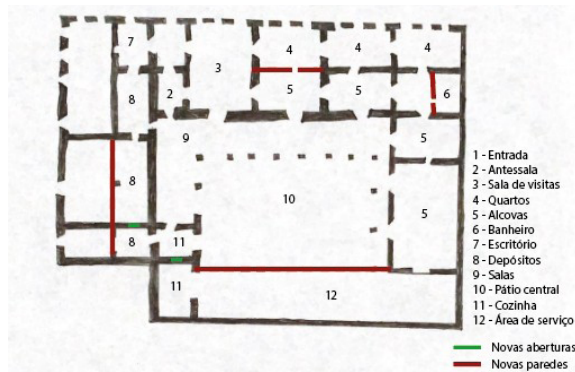
organização social e seus respectivos costumes comportamentais, e as influências estilísticas da época. No entanto, de forma geral, o perfil arquitetônico piauiense representa uma aglutinação entre a tipologia calcada na residência europeia – seja ela de influência portuguesa ou francesa, na qual as moradias pouco se alteraram e as plantas mantêm uma uniformidade (VAUTIER, 1975) – e o modo de morar já adaptado ao território brasileiro – com principal influência da arquitetura das fazendas, no que tange à disposição dos espaços, e da arquitetura urbana do Maranhão, uma vez que a planta da casa piauiense é a morada inteira do Maranhão adaptada às exigências e recursos do Piauí (BARRETO, 1975).

A disposição das plantas urbanas – que seguiam o controle das fachadas com as ruas – sobre o alinhamento das vias e os limites do terreno, em consonância com o caráter público das paisagens urbanas, compartilhava semelhanças com a casa de fazenda, cuja configuração era frequentemente em forma de L ou retangular (SILVA FILHO, 2007), e apresentava características típicas da época: lote estreito e profundo. Na conjuntura estudada, percebe-se que o Casarão, datado do início do século XX para servir como residência e comércio, situa-se nos limites frontais e laterais do lote, apresentando apenas um pequeno recuo ao fundo, para a criação de uma área de serviços complexa, e para o predomínio de um pátio interno que promove iluminação e ventilação. Assim, o Casarão representa um exemplo de casa em correnteza, isto é, casa alinhada pela divisa central e geminada nos dois lados (LEMOS, 1993).

Sob essa ótica, a edificação em estudo, composta por paredes grossas de 35 cm, por alcovas, por pátio interno e por uma grande varanda, apresenta planta simplificada – cuja organização interna reflete um programa diligente, de clara divisão entre espaços de recepção e de áreas íntimas. A sala de dentro (varanda) e a cozinha eram reservadas apenas para a família, enquanto que a sala-praça,

na qual desemboca o corredor vindo da rua, fora adaptadaa receber as visitas, se tornando menos despojada e dotada de móveis e de adornos. Isso retrata a rigorosa hierarquização dos espaços internos, a partir dessa rígida setorização segregadora, e a valorização da riqueza decorativa (LEMOS, 1993), que foram promovidos durante a ascensão do ecletismo, no final do século XIX.

IMAGEM 6. Croqui da planta baixa com nomes dos ambientes e alterações percebidas pós-visita



Fonte: As autoras, baseado no publicado por SILVA FILHO (2007).

A busca pela ventilação, adaptada ao clima local, favoreceu a presença de paredes internas de meia altura, que selecionavam as atividades de cada cômodo, de pés-direitos altos, responsáveis em aumentar o volume de ar circulante dentro da residência, principalmente nos quartos e nas salas, de coberturas com telha vã, de cumeeiras com cerca de 8 a 10 metros de altura e do recorrente afastamento das cozinhas do restante da casa, a fim de distanciar o calor advindo da brasa dos fogões. Assim, a cozinha apartada foi uma das primeiras características da casa tipicamente brasileira (LEMOS,1993). Além disso, destaca-se que, pelo fato de as casas serem construídas lado a lado, com empenas laterais coladas nos limites dos lotes vizinhos, a ventilação que adentrava nas moradias era limitada.

Com relação à preocupação para com o conforto térmico e luminoso, Barreto (1975) ratifica que a planta da casa piauiense é sistematizada, de um só pavimento, na qual a tipologia de morada-inteira é predominante. Assim, ao analisar o Casarão, entende-se que ele representa um modelo arquitetônico de casa solar, em forma de U, com pátio central, cômodos amplos e paredes grossas, ou seja, um exemplo de planta de morada-inteira, na qual há um grande número de cômodos, uns de lados opostos a outros, a partir de duas puxadas, que se adequam ao clima quente piauiense a partir da implementação da varanda sistematicamente aberta e arborizada, na intenção de criar o máximo de sombra possível.

IMAGEM 7. Detalhes da cobertura e das áreas de pátio.



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

As modificações nos hábitos sociais ocorridas ao longo do século XIX promoveram a introdução de novos materiais de construção, outrora mencionados, e de conceitos de higiene, alterando a arquitetura das casas coloniais piauienses. Banheiros e cozinhas, antes meros anexos segregados, ganharam importância e espaço. As cozinhas foram integradas às salas de estar, e a disposição interna foi influenciada por fatores como comportamento social, segregação feminina e práticas religiosas. A circulação dentro das casas também foi transformada, permitindo a sobreposição de atividades nos mesmos cômodos (LEMOS, 1989). No Casarão, apesar de ainda possuir cozinha e área de serviço bem definidas e apartadas,

tais variações são perceptíveis essencialmente devido à presença de banheiros incorporados a posteriori e dos usos múltiplos de alguns cômodos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a conjuntura supramencionada, tem-se uma análise da arquitetura colonial piauiense através do estudo detalhado do Casarão de Orlando de Carvalho, em Oeiras-Piauí, que revela ser um elo vivo e significativo com a história e cultura da região. Com isso, ao investigar minuciosamente suas características técnicas e funcionais, o presente artigo ressaltou a importância desse Casarão como um símbolo tangível dos resquícios do modo de morar do passado, representando tanto a mestria das técnicas de construção da época quanto o modo de vida da comunidade oeirense.

Através da contextualização da cidade-patrimônio e do entorno em que a edificação se insere, o estudo demonstra a interconexão entre o casarão e seu ambiente, destacando seu símbolo na paisagem urbana e sua contribuição para a riqueza arquitetônica do Brasil e do Piauí. Além disso, ao examinar a relação entre a família e as tradições locais, o artigo revela as conexões profundas entre o espaço construído e a identidade cultural da comunidade. As técnicas construtivas observadas fornecem a compreensão sobre o domínio da arquitetura colonial na região. A análise da planta baixa e sua organização forneceram um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e funcionais que moldaram o espaço, influenciando a vida cotidiana das pessoas que habitaram o casarão ao longo do tempo.

A pesquisa não apenas documenta e conserva um exemplar arquitetônico notável, como também realça a importância da preservação da memória histórica e arquitetônica, uma vez que o

estudo oferece uma base sólida para a compreensão das influências contextuais e históricas que moldaram a edificação e seu significado dentro do cenário nacional. Portanto, este trabalho contribui tanto para a herança da arquitetura colonial piauiense quanto para o resgate da história e das tradições de uma comunidade através da preservação de seu patrimônio arquitetônico.

REFERÊNCIAS

BARRETO, P. O Piauí e sua Arquitetura. In: FAU/USP- MEC/IPHAN: **Arquitetura Civil: textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo: FAU/USP, 1975.

CARVALHO, D. **Passeio a Oeiras**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 2010.

COLIN, S. **Técnicas construtivas no período colonial**. Coisas da Arquitetura, 2010. Disponível em: <<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>> (Acesso em: 13 de agosto de 2023)

DIAS, C.C. **Piauí: das Origens à Nova Capital**. Piauí: Nova Expansão Gráfica e Editora, 2008.

GONÇALVES, J. R. R. **A Saga dos Ribeiro Gonçalves no Brasil**. São Luís: Ed. do autor, 2021.

LE MOS, C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LE MOS, C. Transformações do espaço habitacional ocorridos na arquitetura brasileira do século XIX. In: FAU/USP- **Anais do Museu Paulista nº 1**: São Paulo: FAU/USP, 1993. p.95-106.

LIMA, R. **Modelos Portugueses e Arquitetura Brasileira**. Campinas: Centro de Pesquisa e História da Arte e Arqueologia da UniCamp, 2001.

PEREIRA, D.C. A Cidade-Patrimônio de Oeiras - PI e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural no Século XXI. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.9, n.16, Jan./Jul.2017. p. 142-164.

SANTOS, A. Ecos da modernidade: memória e transformações urbanas sofridas por Oeiras(PI) em meados do século XX. In: **X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**. Recife: UFPE, 2010.

SILVA FILHO, O. P. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. 3v.

TEIXEIRA, R.; SALCEDO, R. A Configuração da Casa na Paisagem Cultural da Cidade Colonial Nordestina. In: **Anais do II Simpósio Internacional Patrimônios: cultura identidades e turismo**. Ourinhos: UNESP, 2019. v.1. p.1-25.

VAUTIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: **Arquitetura Civil I. Textos Escolhidos da Revista do IPHAN**. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.



VIOLÊNCIA, SELETIVIDADE PENAL E ENCARCERAMENTO NO BRASIL¹

Ingrid Medeiros Lustosa Diniz Ribeiro²
Rosilene Marques Sobrinho de França³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 9 – Criminalidade e Segurança Comunitária, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023..

2 Doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí; Email: ingridmedeiros.adv@gmail.com

3 Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí; Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Email: rosilenemarquessobrinho@gmail.com.

RESUMO

Violência e seletividade penal são conceitos que perpassam a trajetória das ações repressivas e os processos de encarceramento no Brasil. Este estudo propõe-se a realizar uma análise da história do cárcere no Brasil, discutindo-se a seletividade penal que historicamente tem caracterizado a ação do Estado, com ênfase na análise do número de pessoas pobres, negras e pardas encarceradas no período 2018-2022. A metodologia utilizada consistiu em análise bibliográfica e documental acerca do tema proposto. Os resultados mostraram que a seletividade penal historicamente tem se apresentado como elemento norteador da ação do Estado para a repressão aos segmentos sociais pobres e negros, com um processo de encarceramento em massa em tempos neoliberais. Nesse contexto, é preciso efetivar políticas públicas que possam assegurar a proteção social, bem como os processos de desencarceramento, tendo em vista o fortalecimento da democracia e a defesa da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Seletividade Penal. Cárcere. Encarceramento.

INTRODUÇÃO

É incontroverso no Brasil a existência da violência generalizada em todos os setores da sociedade, cuja principal consequência é que a violência passa a exercer o papel de gestora do agir social, aliada ao medo, à repressão e à força exercidos pelo Estado. Em outras palavras, o cidadão passa a viver dividido entre depositar a confiança de sua segurança, vida e bem-estar na regulação da sua conduta social pelo Estado por intermédio da aplicação da justiça penal, ao mesmo tempo em que desconfia da mesma, pela sua total ineficácia em reduzir significativamente a violência e aumentar sua segurança pública, “estimulando não raros soluções privadas para conflitos nascidos nas relações sociais e nas relações intersubjetivas” (ADORNO, 2002, p.1).

Os dados estatísticos de relatórios emitidos no Brasil deixam claro também que a “violência é a principal causa de morte dos jovens” (CERQUEIRA, 2021), bem como a existência de “intensa concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil” (CERQUEIRA, 2021), não sendo uma novidade ou mesmo algo recente, tendo por foco a repressão e violência às populações negras, pardas e pobres. Tais constatações acompanham toda a história do cárcere no Brasil desde o período colonial até a atual fase de Estado capitalista e neoliberal, tendo como base a seletividade penal. “Apesar do conceito liberal de igualdade ante a lei estar fortemente enraizado na sociedade, a profunda seletividade que percorre as diferenças desde o acesso, passando pela aplicação e chegando à instância da execução penal” (KIDULFF, 2010, p. 246), é fato incontroverso também a existência desta “seleção” não natural e com um viés extremamente opressor que se materializa no cárcere e na repressão aos segmentos sociais historicamente subalternizados.

Segundo França (2018) “[...] a organização monopolista do capital a partir da ênfase no Estado penal pautado nas estratégias de encarceramento, apresenta-se mais como uma forma de gestão da pobreza do que como mecanismo efetivo de ressocialização [...]”. Diante dos fatos apresentados, propõe-se no presente trabalho responder ao seguinte questionamento: Qual o papel exercido pela seletividade penal nas políticas de encarceramento no Brasil?

Objetiva-se no presente trabalho a realização de um estudo quanto à história do cárcere no Brasil, e a presença da seletividade penal, com ênfase na análise do número de pessoas pobres, negras e pardas encarceradas entre os anos de 2018 a 2022.

A estrutura do trabalho traz inicialmente uma análise da trajetória do cárcere no Brasil. Na segunda parte do trabalho tratar-se-á de uma discussão acerca da seletividade penal e seus impactos nas políticas de encarceramento de pessoas pobres, negras e pardas

entre os anos de 2018 a 2022, partindo-se da análise dos relatórios emitidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

METODOLOGIA

Para atender os objetivos deste trabalho, adotar-se-á a pesquisa quanti- qualitativa e, para sua verificação, a análise de conteúdo. Este tipo de análise é destinado à interpretação dos textos já desenvolvidos, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou os significados lexicais, por meio dos elementos mais simples de um texto (CHIZZOTTI, 2008). O mecanismo metodológico a ser utilizado será o da análise bibliográfica e de documentos já existentes acerca do tema.

A TRAJETÓRIA DO CÁRCERE NO BRASIL

No Estado moderno a prisão visa o cumprimento de uma pena que tem como base a privação de liberdade, constituindo-se em “uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo[...] (FOUCAULT, 1987, p 132). Para Beccaria, “a prisão é uma pena, que, por necessidade e diversamente de qualquer outra, deve preceder a declaração do delito; contudo, esse caráter distintivo não lhe tira o outro essencial, a saber, que somente a Lei pode determinar os casos e, que um homem merece uma pena” (BECCARIA, 1997, p.103).

No Estado moderno a punição tornou-se uma verdadeira condicionante do agir social, no sentido de que todo cidadão que vive em comunidade tem a consciência de que seus atos, caso sejam contrários ao previsto na legislação, acarretará consequências punitivas graves ou leves, a depender do ato praticado, sendo o ato de punir uma função do Estado e uma constante na vida do indivíduo. A história do cárcere no Brasil se inicia desde a situação política de

colônia de Portugal, em que as legislações penais eram as mesmas de sua metrópole, sendo que as “Ordenações Filipinas foram introduzidas em 1604 e vigoraram até 1830” (ALMEIDA, 2014, P.1). Foram tais ordenações que regeram “a racionalidade punitiva no Brasil durante todo o período colonial” (MOTTA, 2011, P.13), estendendo-se até o fim do Primeiro Reinado, momento em que se inaugura o primeiro código penal, em 1830.

O Código Imperial era marcado por penas duras, aflitivas e que tinha o corpo e sua flagelação como centro e objeto, porque “trata-se de uma sociedade que ao mesmo tempo castiga o corpo e exila” (MOTTA, 2011, P.14), as unidades prisionais “buscavam a reprodução integral ou parcial do modelo arquitetônico panóptico e o sistema adotado era uma forma híbrida dos sistemas de Filadélfia e Albor [...]” (ALMEIDA, 2014, P.2), um código cuja penalização inaugurava a ideia futuramente adotada nos códigos modernos de “a pena de prisão com trabalho, destacando o duplo objetivo de reprimir e reabilitar” (ALMEIDA, 2014, P.2).

Foi a partir do Código Imperial que se iniciou efetivamente a construção de uma “Casa de Correção”, vista como uma “obra de tanta importância e que representou a implantação do moderno sistema penitenciário no Brasil” (ALMEIDA, 2014, P.5) e que surgiu da “ideia da instauração de uma nova ordem carcerária, consagrada no Código Penal, que estabelece a prisão como sua pena principal, toma conta da elite de dirigentes da Corte” (MOTTA, 2011, P.104). O objetivo era: “tornar o império civilizado, manter a ordem pública, reprimir a mendicância e, principalmente, erradicar o “vício” da vadiagem transformando os detentos em “pobres de bons costumes.” (ALMEIDA, 2014, P.6). Visualiza-se nos objetivos centrais das primeiras prisões no Brasil o que se verificaria a longo prazo, na sociedade moderna e neoliberal, a utilização do encarceramento como mecanismo de controle da pobreza e marginalização das classes menos favorecidas.

A construção carcerária do Império brasileiro enfrentou muitas dificuldades quanto à uniformização dos procedimentos e manutenção das prisões, haja vista as “profundas divisões sociolegais (livres x escravos)” (ALMEIDA, 2014, P.10), tais conjunturas se mantiveram mesmo após a proclamação da República em 1889, o que levou à situação de extrema precariedade do sistema prisional no país, tendo em vista a superlotação do mesmo, o que levou a uma reforma no sistema penitenciário no final do século XIX, tendo como principais características:

Uma maior flexibilidade para lidar com o preso foi instituída no final do século XIX. Dentre elas estava a “sentença indeterminada” na qual o juiz estabelece um tempo para a sentença, e uma autoridade de liberdade condicional, baseado em fatores como histórico criminal do infrator e seu comportamento na prisão, poderia reduzir o tempo antes determinado pelo juiz. Desse modo, os presos teriam tratamento diferenciado. (ALMEIDA, 2014, P.11)

Iniciou-se nos anos seguintes buscas de alternativas para a superlotação do sistema carcerário, que culminariam em alterações que vigoraram nas prisões no Brasil ao longo do século XX, como o surgimento do livramento condicional, regulamentado oficialmente em 1924 (ALMEIDA, 2014). Nesse período não se via a criminalidade como algo de impossível resolução, ao contrário, “poderia ser resolvida através da prevenção.” (ALMEIDA, 2014, p.15), passando a se criar no Brasil escolas destinadas aos menores, além de reformatórios agrícolas, similares ao previstos no atual código penal brasileiro. O contexto político no ano de 1933 influenciou sobremaneira o aumento no número de pessoas encarceradas, momento em que “a polícia agia como braço político repressivo” (ALMEIDA, 2014, p.16), e que o número de presos nas Casas de Detenção aumentava de forma desordenada, haja vista que “a superlotação das prisões e as péssimas condições de habitação eram comuns, bem como

também a perda das referências de civilidade entre os presos” (ALMEIDA, 2014, p.17), levando no futuro e no início do Estado Novo à formalização de um Plano Penitenciário Nacional que, segundo Almeida (2014), permitiu a realização de grandes obras e construção de novas unidades prisionais, além de reforma nas existentes; entretanto, ainda muito aquém e insuficientes para a realidade brasileira, momento em que se inaugura o atual Código Penal do Brasil.

Os anos subsequentes não mudaram a realidade do sistema penitenciário brasileiro, comprovando-se que “a tese de que o sistema penal deve curar e reformar a prisão no Brasil, com presídios supersaturados, rebeliões, massacres, local de redes e planos urdidos por bandos e quadrilhas, tem um uso social mais do que se encontra em crise” (MOTTA, 2011, P.352), o que foi agravado pelas políticas repressivas às drogas, sendo hoje o ponto chave da aplicação penal no Brasil e da marginalização dos pobres e menos favorecidos. Percebe-se claramente que a história do cárcere no Brasil se conecta, principalmente, quanto aos usos da violência e, como consequência, da seletividade penal para o exercício do controle social e econômico pelo Estado capitalista.

VIOLÊNCIA, SELETIVIDADE PENAL E ENCARCERAMENTO NO BRASIL: análise do período 2018-2022

Ao continuar a análise acerca do encarceramento no Brasil, faz-se necessária a compreensão da utilização da violência como justificativa ao incremento das políticas penais no país e como instrumento de implantação da extrema repressão e da força coercitiva do Estado, que culminam em um encarceramento desenfreado e pungente, em sua grande maioria, de pessoas pobres, jovens, negros/as e pardos/as, a partir de processos de seletividade penal. A relação entre violência e lógica do mercado capitalista é

latente e, por vezes, invisível. Entretanto, “o Estado tem uma atuação constante ao longo de todas as fases do modo de produção capitalista, desde a sua gênese até a fase neoliberal do imperialismo” (CASTELO, 2021, P.96), fases estas que foram implantadas sob a orquestra de um Estado repressor que usa de forma excessiva sua força e arsenal de violência para reprimir qualquer luta de classes e “abreviar o parto do capitalismo” (CASTELO, 2021, P.98).

Desde sua emergência na Europa, o Estado capitalista se utilizou de estratégias repressivas visando sua afirmação, bem como da adoção de um conjunto de ações em consonância com os interesses da classe burguesa, que variavam desde a promoção e criação de “guerras comerciais, colonização, escravização, dívidas públicas, tributos regressivos espoliadores (...)” (CASTELO, 2021, P.98) até à revolução da tecnologia e dos processos de fabricação (ARENDT, 1985).

As funções do Estado capitalista, segundo assevera Poulantzas (2019, p.231), envolvem o funcionamento da “força”, da “repressão” ou da “violência”, porém, sem o significado destes conceitos, não há de fato uma compreensão ampla do poder desse, que futuramente tornar-se-ia um Estado Penal e Policial. Para o referido autor, o uso da força de repressão pelo Estado “indica, de fato, o funcionamento de certas instituições de repressão física organizada, tais como o exército, a polícia, o sistema penitenciário etc. Socialmente organizada, essa repressão constitui uma das características de toda relação de poder” (POULANTZAS, 2019, p.231).

No que se refere ao uso do elemento “força” pelo Estado, pode ser “especificado como repressão física organizada” (POULANTZAS, 2019, p.232), em outras palavras, há o monopólio do exercício desta repressão pelo estado que passa a ter um “caráter propriamente político [...] e apresenta-se como uma violência constitucionalizada e que está submetida à regulamentação normativa do ‘Estado de

Direito’” (POULANTZAS, 2019, p.233), ou seja, o Estado capitalista se utiliza desses mecanismos políticos, legitimados em normas e regras legais de conduta e previstos, inclusive, em legislações constitucionais para exercer o controle social e econômico da população, que passa a ser alienada no sentido de que o uso da força, da repressão e da violência atende ao “interesse geral do povo nação” (POULANTZAS, 2019, p.233), levando ao encarceramento e ao uso das prisões, enquanto instrumentos de coerção.

Verifica-se, assim, de forma incisiva, a articulação entre a política de repressão e a economia no Estado capitalista e nos seus atuais contornos neoliberais, que culminaram em uma individualização das condutas dos indivíduos, além de incitá-los a “‘cuidar de si mesmos’, a não contar mais com a solidariedade coletiva e a calcular e a maximizar seus interesses, perseguindo lógicas mais individuais num contexto de concorrência mais radical entre eles” (DARDOT, 2016, P.243).

Tal lógica tem sido apresentada por alguns doutrinadores como a nova razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016), que impacta diretamente nas relações sociais propostas e criadas pelo Estado, o que amplia as desigualdades sociais e econômicas no país, e, como consequência, a ampliação da marginalização da população jovem, negra, parda e pobre, levando-se a políticas de encarceramento que têm como foco esta população.

Tal conjuntura faz parte ainda do projeto neoliberal de desregulamentação do papel do Estado, sendo o Estado Social visto como irresponsável e gerador de dependência assistencialista da população, utilizando-se ainda de argumentos que têm como base a premissa de que quaisquer “soluções dadas pelo Estado causavam mais problemas do que resolviam” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.210), apresentando, assim, críticas ferrenhas ao Estado de bem-estar, e campo aberto para desvalorização e precarização da força de

trabalho, necessitando de um mercado econômico de instrumentos de controle e, com isso, utilizando-se de políticas de criminalização dos pobres, que culminam no encarceramento em massa e na adoção do papel do Estado, não como garantidor de políticas sociais, mas sim como gestor de políticas que mantenham as relações mercadológicas e econômicas voltadas para a garantia do projeto neoliberal. Para Loïc Wacquant (2008, p.11:

Longe de contradizer o projeto neoliberal de desregulamentação e degradação do setor público, a ascensão irrefreável do estado penal norte-americano constitui, por assim dizer, o seu negativo (ou seja, é a um só tempo a revelação e a manifestação do seu reverso), uma vez que evidencia a implementação de uma política de criminalização da pobreza, que é o complemento indispensável à imposição de ofertas de trabalho precárias e mal remuneradas na forma de obrigações cívicas para aqueles que estão cativos na base da estrutura de classes e castas, bem como a reimplantação concomitante de programas de welfare reformulados com uma face mais restritiva e punitiva.

Hoje o encarceramento é utilizado como aparato que ajuda a “fluidificar” o setor de empregos mal remunerados e reduz de maneira artificial a taxa de desemprego, subtraindo à força milhões de indivíduos desqualificados da força de trabalho” (WACQUANT, 2008, p.12), reforçando a marginalização de parcela da sociedade e contribuindo para a reafirmação da seletividade penal, sob a falsa concepção de risco e periculosidade exacerbados de parte da população menos favorecida nas contingências sociais de renda e riqueza, e “(...) extensiva a grande parte dos segmentos mais deteriorados da classe trabalhadora”. É neste cenário que o cárcere ganha centralidade “como um instrumento privilegiado de gestão e penalização da miséria” (KILDUFF, 2010, p.245).

A seletividade penal é evidenciada em uma análise qualitativa e quantitativa acerca do número de pessoas encarceradas no Brasil,

quando comparado com os perfis sociais e econômicos destas. Segundo Adorno (1996), tal realidade não é circunscrita à sociedade brasileira, considerando que se configura em âmbito mundial, e perceptível quando verificada que a “intimidação policial, as sanções punitivas e a maior severidade no tratamento dispensado àqueles que se encontram sob tutela e guarda nas prisões recaem preferencialmente sobre ‘os mais jovens, os mais pobres e os mais negros’” (ADORNO, 1996).

No marco da atual estratégia imperialista de controle da miséria, “combater a pobreza” significa carta branca às forças repressivas estatais para uma perseguição cada vez mais agressiva aos considerados criminosos, perigosos e indesejáveis, que chegam a ser até tratados de “lixo humano” que deve ser exterminado. É precisamente no marco da ofensiva neoliberal do capital sobre o trabalho – onde se opera verdadeira desvalorização e destruição de ativos, e entre eles a força de trabalho – que pode ser compreendido, em termos de Zaffaroni (2007), o número crescente de mortes efetuadas por grupos policiais e parapoliciais de extermínio em várias regiões; as mortes violentas em motins carcerários; a violência exercida contra presos nas prisões; as doenças não tratadas também nos cárceres, e mortes e mais mortes em tantas outras situações. Como foi observado, o poder punitivo do Estado não atinge – nem nunca atingiu – a toda a sociedade indiscriminadamente. Pelo contrário, a violência sempre foi exercida sobre os setores da classe trabalhadora (sejam eles camponeses ou operários urbanos) que – real ou potencialmente – ameaçam o regime capitalista, caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção (KILDUFF, 2010, p.246).

Ao analisar os dados estatísticos constantes nos relatórios emitidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a partir dos sistemas de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança entre os anos de 2018 a 2022, percebe-se a efetivação das políticas seletivas de encarceramento. Nesta perspectiva leva-se em consideração os dados que demonstram

os números absolutos de pessoas encarceradas, comparando-os com recortes trazidos pelos relatórios, no que se refere aos dados de faixa etária da pessoa encarcerada, bem como de cor/raça/etnia, e, por fim, o grau de instrução delas.

Iniciando-se pelos números absolutos de pessoas encarceradas, verifica-se que, no ano de 2018 (BRASIL, 2018) a população carcerária era de 744.216; em 2019 (BRASIL, 2019) de 755.274; no ano de 2020 (BRASIL, 2020) de 811.707; em 2021 (BRASIL, 2021) 833.176 e, por fim, de 832.295 pessoas no ano de 2022 (BRASIL, 2022), o que mostra um crescimento exponencial de pessoas encarceradas no referido período e uma pequena redução no ano de 2022; mas, se comparado aos anos de 2018 a 2021, mantém-se em crescente, verificando-se que o número de pessoas encarceradas aumenta ano após ano, sem a contrapartida da redução da violência.

No que se refere à faixa etária de pessoas encarceradas, a maior é constituída por jovens com idade entre 18 a 24 anos e com 25 a 29 anos, que, em conformidade com a previsão legal constante na Lei nº 12.852/2013, são segmentos sociais considerados jovens. Nesta realidade, o número de pessoas encarceradas no ano de 2018 era de 329.847 (BRASIL, 2018); de 335.032 em 2019 (BRASIL, 2019); de 321.045 em 2020 (BRASIL, 2020); de 314.196 em 2021 (BRASIL, 2021) e de 304.122 em 2022 (BRASIL, 2022). Nesse sentido, percebe-se que, em comparação com os números absolutos de pessoas encarceradas, mais de 40% da população carcerária é formada por jovens, e que em alguns anos, como em 2018, tal percentual chegou a mais de 50%.

Quanto à cor de pele/raça/etnia, realizando uma comparação entre o número de pessoas brancas em relação ao de pessoas pretas e pardas, verificou-se que, em 2018 (BRASIL, 2018) este número era de 198.804 brancas e 399.657 negras e pardas; em 2019 (BRASIL, 2019) era de 212.444 brancas e 438.719 negras e pardas; em 2020 (BRASIL,

2020) este número era de 201.306 brancas e 422.027 negras e pardas; em 2021 (BRASIL, 2021) este número era de 199.058 brancas e 436.685 negras e pardas, e em 2022 (BRASIL, 2022) este número era de 197.084 brancas e 442.033 negras e pardas. Quando se analisa comparativamente os números absolutos entre brancos, negros e pardos, verifica-se a total discrepância entre eles; visto que em todos os anos os números de negros e pardos são superiores ao número de brancos, e em alguns anos o percentual de diferença chega a ser superior a 50%.

A análise quanto ao grau de instrução mostrou que o número de pessoas analfabetas e/ou com ensino fundamental incompleto apresentou-se da seguinte forma: no ano de 2018 este número era de 316.607 (BRASIL, 2018); 327.789 em 2019 (BRASIL, 2019); 330.128 em 2020 (BRASIL, 2020); 331.246 em 2021 (BRASIL, 2021) e 334.459 em 2022 (BRASIL, 2022). Assim, percebe-se que mais de 40%, e em alguns anos, mais de 50% da população carcerária é formada por pessoas com nenhuma escolaridade ou com escolaridade extremamente reduzida.

Resta evidente que o perfil da pessoa encarcerada é perpassado pela ausência de um processo educacional adequado; portanto, com mais chances de ser a classe com mão de obra explorada e marginalizada, além de serem jovens, negros e pardos, o que evidencia a seletividade no processo de encarceramento no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que, desde os primeiros contornos da formalização do cárcere no país, a presença da seletividade penal da ação do Estado está voltada para os segmentos sociais subalternizados, a exemplo de pessoas pobres e negras, em geral, jovens e com baixo nível de

escolaridade. Utiliza-se o viés ideológico de controle da violência para uso da força e da repressão como instrumentos de coerção e controle social das classes menos favorecidas.

Conclui-se que a seletividade penal historicamente tem se apresentado como elemento norteador da ação do Estado para a repressão aos segmentos sociais pobres e negros, com um processo de encarceramento em massa em tempos neoliberais. Nesse contexto, é preciso efetivar políticas públicas que possam assegurar a proteção social, bem como os processos de desencarceramento, tendo em vista o fortalecimento da democracia e a defesa da cidadania.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Racismo, criminalidade e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-22, 1996.

ADORNO, Sérgio. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. Volume IV. Organizado por Sérgio Miceli. São Paulo: NEV/ USP, 2002.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **Capitalismo, Classes Sociais e Prisões no Brasil**. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. P. 1-22, 2014. Disponível em: < http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400245111_ARQUIVO_a_npuhrio2014Gelsomcompleto.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2023.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Brasília: Edund, 1985.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 3ª ed. Tradução de Lucia Guidicini, Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOPEN**,

2018. Disponível em: < <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2018.pdf> > Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOPEN**, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2019.pdf> > Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL, Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOPEN**, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2020.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL, Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOPEN**, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2021.pdf> >. Acesso em 01 de agosto de 2023.

BRASIL, Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Sistema Nacional de Informação Penitenciária – INFOPEN**, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2023.

CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CERQUEIRA, Daniel e et al. **Atlas da Violência 2021**, São Paulo: FBSP, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRANÇA, Rosilene M. S. **Encarceramento, questão social e a ação do Estado em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2023.v. 1. 394p

KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 240-249 jul./dez. 2010.

MOTTA, Manoel Bastos da. **Crítica da Razão Punitiva**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4218-2/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**, São Paulo: Editora Unicamp, 2019. WACQUANT. Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza, **Novos Estudos**, 80, março de 2008, pp. 9-19.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Trad. Vânia Romano Pedrosa. Rio de Janeiro: Revan, 2001.



GESTÃO EFICAZ DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPERANÇA GARCIA - CREG: práticas exitosas e desafios¹

Roberta Mara Araújo Oliveira e Silva²

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 10 – Criminologia, Violência de Gênero contra a Mulher e Processo Penal Feminista, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Mestranda em Geografia na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Serviço Social. Especialista em Saúde Pública. Docente do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA e Coordenadora do Programa de Monitoria e Extensão do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da gestão eficaz de um Centro de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, especificamente a gestão do CREG. Serão abordados os desafios enfrentados, bem como as práticas exitosas que podem ser adotadas para garantir um atendimento de qualidade e efetivo às mulheres. Para tanto questiona-se quais os desafios enfrentados na gestão do CREG, bem como quais as práticas exitosas que podem ser adotadas para garantir um atendimento de qualidade e efetivo às mulheres que o buscam? Diante disso objetiva-se discutir a importância da gestão eficaz CREG e especificamente: a) contextualizar a violência doméstica e de gênero e sua relevância social; b) expor a importância do CREG para Teresina; e c) apresentar os desafios e as práticas exitosas na gestão do CREG. Vale destacar que o CREG vem desenvolvendo função significativa no atendimento às mulheres em situação de violência, sendo imprescindível aperfeiçoar e implementar continuamente a gestão, quanto ao planejamento de ações e a tomada de decisões harmônicas com as necessidades informacionais das mulheres. O estudo adotou-se de uma abordagem qualitativa, com estudo documental e bibliográfico, tendo como principais procedimentos metodológicos adotados, com os resultados mais significativos e conclusões críticas.

Palavras-Chave: Gestão Eficaz. Violência contra mulheres. Centro de Referência Esperança Garcia.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica afeta mulheres de distintas faixas etárias, classes sociais, grupos étnico-raciais, graus de escolaridade, em todo o mundo. Apontado pela Organização Mundial de Saúde – OMS que mais de um terço das mulheres de todo o mundo sofrem violência, seja física e sexual (KELLAND, 2013). É importante destacar que pela experiência de gestão do CREG da produtora do artigo que ora se constrói, a violência física é a que realmente faz a mulher procurar um atendimento, mas que não é a violência inicialmente

vivenciada por ela, mas sim a psicológica, sendo a sexual a última, pois a mulher entende ter relação sexual com o parceiro em cumprimento ao desejo dele.

Diante da experiência na gestão do CREG há 8 anos percebe como importante produziresse artigo a fim de socializar a experiência. Dito isso, questiona-se quais os desafios enfrentados na gestão do CREG, bem como quais as práticas exitosas que podem ser adotadas para garantir um atendimento de qualidade e efetivo às mulheres que o buscam? Diante disso objetiva-se especificamente a) contextualizar a violência doméstica e de gênero e sua relevância social; b) expor a importância do CREG para Teresina; e c) apresentar os desafios e as práticas exitosas na gestão do CREG. Estudos sobre o fenômeno da violência doméstica têm apresentado a complexa e cruel realidade vivenciada pelas mulheres e a realidade das mulheres que buscam atendimento no CREG não é diferente.

A violência doméstica sofrida pelas mulheres advém das desigualdades na produção da violência de gênero que estão entrelaçadas e imbricadas aos marcadores sociais de classe, raça, regionalidade, que se mesclam, cruzam e potencializam a configuração da violência (SAFFIOTI, 2004; RUFINO, 2001), portanto da construção social existente do sistema social vivido.

Destarte, o estudo propõe contextualizar a violência doméstica e de gênero contra mulheres, com a interface das discussões a respeito do CREG, tendo como objetivo principal, neste artigo, discutir a importância da gestão eficaz do Centro de Referência e atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, familiar e outras de gênero - Esperança Garcia.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica do estudo foi pautada na coleta de dados, por meio de estudos bibliográficos como artigos, monografias,

livros, relatórios de gestão no período de 2021 a 2023 do CREG, além de utilizar documentos relativos a gênero, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I, II e III), Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Pactode Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, Lei Maria da Penha 11.340/2006, marcos legais e movimentos feministas. Essas fontes proporcionaram um arcabouço teórico a partir do entendimento da temática em nível nacional, estadual e municipal.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, FAMILIAR E OUTRAS DE GÊNERO – ESPERANÇA GARCIA (CREG) AO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM TERESINA

O Centro de Referência Esperança Garcia³ foi implantado em março de 2015 pela Prefeitura Municipal de Teresina, por meio da então Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, hoje Secretaria Municipal, procurando contribuir com o enfrentamento à violência doméstica e familiar e outras de gênero. Em parceria com a Ação Social Arquidiocesana (ASA), vem desenvolvendo o Serviço de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, respaldada por reivindicações coletivas locais e nas diretrizes das Políticas do Pacto Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. No CREG a mulher que procura ou é encaminhada ao serviço é acolhida pelas profissionais assistente social e psicóloga

3 Esperança Garcia, mulher negra, que foi escravizada no Piauí, em uma das fazendas administradas pelo poder governamental, após a expulsão dos jesuítas. A fazenda chamada Algodões ficava na região de Oeiras, a primeira capital do Piauí. Mesmo na condição de escrava, e num período em que não se falava de direitos humanos, Esperança Garcia, com característica como corajosa, revolucionária, escreveu uma carta ao então governador do Piauí, Gonçalo Botelho, denunciando os maus tratos que ela, sua família e suas companheiras escravizadas sofriam. A carta escrita por Esperança Garcia tinha um tipo de texto que, segunda as nomenclaturas do Direito, poderia ser uma petição, sendo portanto intitulada primeira mulher advogada do Piauí, concedido pela OAB do Estado.

que, depois de escutá-la no psicossocial, elabora um plano de atendimento individualizado para o acompanhamento especializado no próprio CREGou para serviços da rede de atendimento à mulher e enfrentamento à violência. Além de Assistente Social e Psicóloga, há também Assessora Jurídica e Terapeuta Corporal. Paralelamente, a equipe técnica realiza ações de intervenção na comunidade e fortalecimento da rede de atendimento, por meio de campanhas educativas e palestras de prevenção da violência doméstica.

O CREG atende mulheres com a faixa etária de 18 e 59 anos – considerando sua autonomia, não sendo criança, adolescente ou idosa, seguindo a orientação da Política Nacional de enfrentamento a violência – e em situação de violência doméstica, familiar e outras de gênero, residente em Teresina, por meio da equipe multiprofissional colaborando na construção da equidade de gênero e no enfrentamento as diferentes formas de discriminação. Tem como princípio a autonomia das mulheres e a desnaturalização da violência, pois se entende que a posição de submissão feminina pode variar em função do período da história e do lugar do mundo em questão, mas ela é pensada como universal, porque se encontra naturalizada (PISCITELLI, 2004). Do ponto de vista institucional, esse atendimento multiprofissional é necessário para análise e direcionamento às mulheres.

O Centro integra a Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, composta por Delegacias da Mulher, Defensoria Pública, Centros de Referência Especializados, Coordenadoria da Mulher, Núcleo da Promotoria de Justiça, entre outros, objetivando traçar estratégias para o enfrentamento à violência.

Diante desse aspecto torna-se necessário a permanência do CREG no acolhimento das mulheres que vivenciam a violência, seja no atendimento especializado pelas profissionais ou por meio da orientação e encaminhamento pela e para a Rede intersetorial.

Assim, na condição de coordenadora do CREG, busca-se organizar, implementar e executar a política de atendimento às mulheres, seja no planejamento do Serviço e/ou articulação com a Rede.

Portanto, no uso da competência ao exercício profissional e enquanto gestão da política pública opera na perspectiva do planejamento e avaliação, implementando-se o Serviço ao atendimento às mulheres e sociedade no CREG, dada as demandas surgidas. Vale destacar que mesmo no período do isolamento em 2020 no auge da pandemia COVID-19 o CREG não parou no seu atendimento, implantando o tele atendimento, especificamente orientando nos procedimentos que poderia seguir.

Na ocasião (2020) foi implantado o serviço Guarda Maria da Penha, pela SMPM, que é um setor da Guarda Civil Municipal de Teresina, que faz o monitoramento das mulheres atendidas pelo CREG que possuem Medida Protetiva de Urgência - MPU e tem interesse no acompanhamento. A GMP deixa a mulher mais segura no conforto da sua casa e ou trabalho, recebendo visitas sistemáticas, dificultando que o agressor se aproxime, cumprindo de fato a MPU.

É importante destacar que as mulheres sejam atendidas pela equipe do CREG a fim do seu fortalecimento e empoderamento “no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)” (GOHN, 2004, p. 23). Entende-se que avanços são necessários para que as mulheres recebam atendimentos humanizados e resolutivos. Ademais é preciso de condições para a efetivação com qualidade e eficiência desse atendimento.

O fluxo do atendimento às mulheres que buscam o serviço se inicia na triagem da recepcionista e depois segue ao atendimento psicossocial, realizado pela Assistente Social e Psicóloga. Daí é traçado o Plano de Atendimento Individual para ela. A configuração da estrutura de trabalho ocorre de segunda-feira à sexta-feira das 7h às

17h, considerando não ser um espaço de denúncia. É disponibilizado também às mulheres acompanhadas as Prática Integrativas da Saúde - PIC's, mesmo não sendo um espaço da saúde, mas em se tratando do atendimento transversal, implantou-se as PIC's como um serviço que ajuda na elevação da autoestima da mulher e que é bem aceito.

Vale destacar que as mulheres em situação de violência necessitam de ajuda para superar as barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que as impedem de procurar ajuda. Enquanto assistente social e coordenadora do CREG, as respostas dadas para essas mulheres são no sentido de atendimento, orientação e encaminhamentos, desta forma as mulheres buscam os procedimentos adequados diante da sua especificidade, e conforme seu interesse.

As barreiras que ora identifica-se é quanto a questões de serviços públicos. A mulher que precisa se deslocar ao atendimento presencial encontra a dificuldade de mobilidade urbana, mesmo o CREG possuindo recurso financeiro para o transporte público dessa mulher que tem perfil, o município não oferece mais o vale-transporte para aquisição. Outra situação que urge é quanto a insipiente oferta no número de vagas para mulheres terem um acompanhamento psicológico clínico, além da dificuldade na marcação. É relevante considerar também que o homem que comete a violência, mesmo que velada, deve ser acompanhado por uma política pública específica para que também compreenda que a mulher não é um objeto, que a violência não é natural e assim não reproduza violência cometida.

É importante salientar o acompanhamento da Gerência de Enfrentamento a Violência da SMPM, no desempenho do Serviço, com reuniões sistemáticas, inclusive com a participação das demais instituições da Rede; reuniões com a consultoria da Wânia Pasinato, socióloga e consultora da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Teresina, entre (2017-2020) buscando

compreender, adequar e alinhar as atribuições, na utilização das ferramentas tecnológicas a fim de um atendimento às mulheres mais efetivo.

Enquanto Coordenadora que planeja e avalia a execução, é perceptivo as contribuições efetivas dada a implementação do Serviço quando implantou-se o tele atendimento na ocasião da Pandemia, pois oportunizou mais mulheres buscarem o Serviço validando o acesso das mulheres a um Atendimento Especializado, sem que a mesma se desloquem por um determinado momento ou precise se expor, criando confiança no Serviço com proposta do sigilo, mas a saída das mulheres de casa para um equipamento público de atendimento específico a essa questão envolve situações subjetivas e culturais. Busca-se constante adequação ao atendimento quanto aos desafios postos, seja na ausência da mulher; na falta de interesse pelo Serviço, no desligamento prematuro, ou diante das constantes mudanças na sociedade, que por ora pode ser entendido como um avanço. Dito isso, é entendido como uma tendência de adequação à instrumentalidade da prática profissional.

Entre as ações técnico-operativas no exercício da gestão, seja no planejamento, na avaliação, na articulação, na elaboração de projetos, assim como da profissional diretamente nos atendimentos, que dentre os postos a seguir, busca orientação para prover auxílio e alcançar a independência social, econômica, financeira, dentre outras na perspectiva do respeito à autonomia de cada mulher no processo de tomada de decisão. Por isso é importante que a própria mulher entre em contato com o CREG.

Na esteira do reconhecimento da violência, é importante destacar a substituição da expressão “mulheres vítimas de violência” pela expressão “mulheres em situação de violência” reforçando o reconhecimento de que a violência tratada pela Lei Maria da Penha é um fenômeno sociocultural que pode ser transformado através das

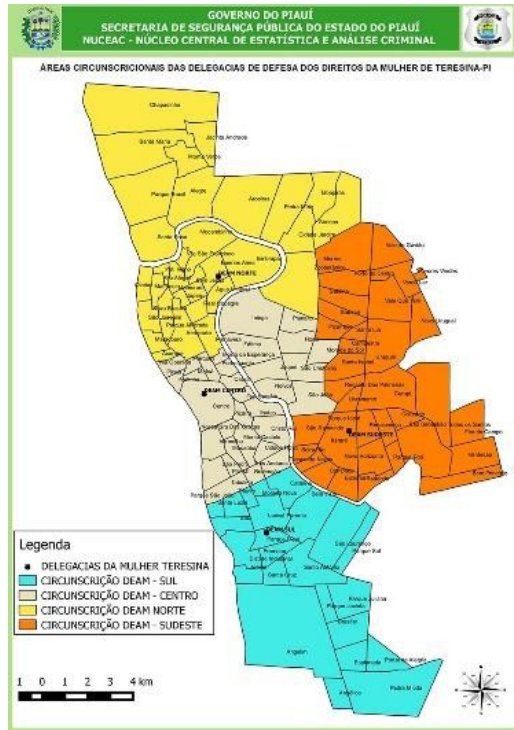
políticas evitando a reprodução, protegendo as mulheres e evitando as práticas de violência nas diversas manifestações (PASINATO, 2012). Destacado isso, para que através desse capítulo se consolide as mudanças, inclusive a respeito de termos e expressões culturalmente reproduzidas.

Dito isso, a discussão sobre a gestão eficaz de um centro de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, pretende colaborar para aprimorar a gestão e subsidiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre violência contra as mulheres e atendimento às mulheres que ao CREG recorrerem.

REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM TERESINA

Teresina é a capital do estado do Piauí que possui uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência, composta por Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs), Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Promotorias da Mulher, Casa Abrigo, Juizado de Violência Doméstica e Familiar, Núcleo da mulher na Defensoria Pública, Serviço de Atenção à Saúde das Mulheres em Situação de Violência Sexual - SAMVVIS, Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – Tribunal de Justiça do Piauí, Patrulha e Guarda Maria da Penha. Segundo o que consta no Decreto Nº 22.223 (2023) no tocante aos órgãos da Polícia Civil relacionado à proteção da mulher, há Diretoria de Proteção à mulher e aos Grupos Vulneráveis em alguns municípios. Isso precisa ser discutido, considerando a abrangência do posto acerca grupos vulneráveis. Ademais o presente artigo fará um recorte ao nível municipal, que possui delegacias por áreas, conforme figura abaixo, mas destaca-se que esse desenho demonstra que essa distribuição não atende ao recorte zonal da capital.

IMAGEM 1. Áreas das DEAM's de Teresina



Fonte: Google Maps

Quanto aos Centros de Atendimento à Mulher, o estado do Piauí possui 02 equipamentos: Centro de Referência Especializado da mulher em situação de violência doméstica, familiar e de gênero – Esperança Garcia localizado em Teresina, de nível municipal, que foi tratado no item anterior; e o Centro Estadual de Referência da Mulher - Francisca Trindade (CRM), localizado em Teresina, que é um espaço destinado a prestar acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência do Piauí, proporcionando atendimento psicológico e social e orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação da situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher, além de assessorar os municípios do Estado.

O CRM foi implantado em outubro de 2007, na cidade de Teresina, com a gestão estadual, funciona de segunda a sexta-feira, das 7h:30 às 13h:30. Está ligado à Secretaria de Estado da Mulher - SEMPI, instituída em 2023, que, entre outras ações, articula, formula e executa Políticas Públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBTQIA+, organizada por meio de Diretórias, Gerências e Coordenações. Importante ressaltar que a SEMPI tem se constituído como um marco no enfrentamento às desigualdades de gênero no Estado e na estruturação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

É interessante que as mulheres busquem ajuda através da Rede para seu atendimento e enfrentamento a violência doméstica, concomitante a sociedade em geral precisa estar sensível e desconstruir expressões tipo, “em briga de marido e mulher, se mete a colher”. Segundo a Política Nacional de Enfrentamento a Violência:

O conceito de Rede de atendimento refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outros (SPM, 2005, p. 14).

Rede essa que é composta por equipamentos públicos, com especificidades no atendimento às mulheres e enfrentamento a violência. Em se tratando da rede intersetorial, a Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006), criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e determina que os

atendimentos às mulheres devem ser realizados de forma articulada na rede de atenção.

Intersetorialidade remete também ao conceito/ideia de rede, cuja prática requer articulação, vinculações, ações complementares, relações horizontais entre parceirose interdependência de serviços para garantir a integralidade das ações. Finalmente, o contexto da intersectorialidade estimula e requer mecanismos de envolvimento da sociedade. Demanda a participação dos movimentos sociais nos processos decisórios sobre qualidade de vida e saúde de que dispõem (BRASIL, 2009, p. 193).

A integração entre os serviços da rede de atendimento é essencial para coibir a denominada rota crítica expressa por Camargo e Aquino (2003, p. 41) como “[...] exposição da vítima a novas agressões, por debilidades dos sistemas preventivos; isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor [...]”. Em 2017 foi elaborado o Fluxograma de Atendimento à Mulher em Teresina, buscando atender a esse propósito.

DESAFIOS E PRÁTICA EXITOSAS NA GESTÃO DO CREG

Os impasses vividos na gestão do CREG versam sobre o manejo técnico, as intervenções com as mulheres, a necessidade de uma postura ético-política na discussão de casos e uma atitude reflexiva sobre a própria gestão do serviço, dentre outros. É ressaltado o sentido analítico e crítico dessa postura, que, de acordo com Guattari (1993), refere-se ao exercício do pensamento que busca situações e acontecimentos como potencializadores ou não da vida, por meio do mapeamento dos planos de forças presentes nas situações e da análise dos efeitos produzidos e dos deslocamentos da realidade, para produzir outros modos de inserção na política de atendimento às mulheres. Para o referido autor, o analisador refere-se a uma

situação, um acontecimento ou uma prática que revela o campo de forças institucionais e que expressa seu movimento, não apenas de reprodução, mas também de transformação (Lourau, 2004)

Os mecanismos de coordenação propostos por Chiara (2015), de forma geral, visam fortalecer tanto os processos de planejamento, construção de protocolos e de gestão, quanto envolver de forma efetiva os agentes públicos na formulação, implementação e avaliação da política e dos serviços. Tais mecanismos e/ou instrumentos de coordenação podem ser mais ou menos formalizados. No entanto, independentemente do grau de formalização da coordenação (alto ou baixo), essa só ocorre em relações e/ou interações baseadas na confiança e na existência de determinado padrão de reciprocidade entre os diferentes setores e atores - públicos e privados. Essa condição requer operar cada vez mais a partir de um sistema relacional, compartilhado e participativo, a fim de alcançar resultados com níveis mais elevados de efetividade.

Buscou-se compreender as dificuldades e as potencialidades que a gestão do CREG identifica no processo de referenciamento dessa rede e se o trabalho construído expressa o fortalecimento da infraestrutura social em Teresina, concepção que reconhece o território tanto em sua dimensão objetiva, de rede de serviços, quanto em seus aspectos de organização social (RICHARDSON E MUMFORD, 2002). Observou-se que a constituição efetiva de uma rede de serviços, que possa ser mobilizada a partir de processos públicos de vinculação ao Plano e, conseqüentemente, de referenciamento ao Protocolo, permanece sendo um desafio para os equipamentos. Trata-se também de um processo ainda em construção, o que se deve ser considerado uma interlocução do trabalho coordenado as instituições.

Por que considerar a eficácia na gestão do CREG? Porque diante de todo o cenário cultural, social e econômico vivenciado,

aqui será observado o produto de uma gestão, ou seja, o alcance dos objetivos propostos no Serviço, até que ponto estão sendo alcançados os resultados, representando assim a “medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas” (COSTA E CASTANHAR, 1998, p.2). Para determinar se as ações do projeto permitiram alcançar os resultados previstos (VALARELLI, 2000), a avaliação da eficácia estabelece uma “relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos” (ARRETCHE, 1998, p.34). Os objetivos operativos são utilizados para designar os fins que se deseja alcançar através das ações da organização, considerando-se o seu processo dinâmico; ações estas 243 que, conforme explicitado anteriormente, são desencadeadas nas organizações sociais através da implementação de projetos.

A presença dos critérios de eficiência e eficácia pode ser encontrada na definição utilizada por Cohen e Franco (1998, p.77), ao conceituarem avaliação como “uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”. Analisando-se este conceito, verifica-se a ausência do critério de efetividade, que é mencionado por Wholey (1994), ao citar que a avaliação de projetos sociais inclui “a medida de desempenho do programa - despesas de recursos, atividades do programa, e resultados do programa - e a prova de suposições causais que unem estes três elementos” (WHOLEY, 1994, p.15).

A parceria entre o Estado e a sociedade civil que se manifesta através do surgimento das organizações sociais está dando seus primeiros passos, e o seu sucesso está intimamente ligado à forma como os recursos são aplicados pelas organizações, ao cumprimento dos objetivos previstos e à geração de benefícios e mudanças significativas e perenes.

A crise financeira do Estado e o direcionamento das aplicações estatais precipuamente para a acumulação de capital reduziram consideravelmente o volume das Despesas Sociais. Neste contexto, emerge o terceiro setor, que se distingue do Estado e do mercado, como uma via eficaz para eliminar a ineficiência da burocracia estatal e assegurar a eficácia na movimentação de recursos, na geração de empregos e na prestação de serviços públicos (FISCHER E FALCONER, 1998, DRUCKER, 1997).

Neste sentido, Fischer e Fischer (1994, p.19) enfatizam que as organizações do terceiro setor “têm se diferenciado pela eficácia de sua atuação, substituindo o Estado e a iniciativa privada, na solução criativa e econômica de problemas sociais que pareciam insolúveis, ou simplesmente, se acumulariam até se constituírem em catástrofes, se não fosse sua presença”.

A atuação do terceiro setor tem sido fundamental para a redução dos desequilíbrios sociais que predominam no País e que se viram agravados pelo modelo de redemocratização que vem sendo adotado pelo governo com vistas a priorizar a estabilidade da moeda e a modernização econômica (FISCHER E FALCONER, 1998) e que denota a “ausência de articulação positiva entre desenvolvimento econômico e equidade social” (FAGNANI, 1998, p.124).

É necessário destacar no que se refere à relação entre o Estado e o Terceiro Setor, pois o Estado “não deixa de ser o responsável pelo serviço perante a população” (LEMOS et al., 2006:134), uma vez que o Terceiro Setor é o executor das benfeitorias. Isso significa que a presença do Terceiro Setor não visa, a princípio, à diminuição do Estado, entende-se que este não se desresponsabiliza-se, uma vez que foca-se no papel de incentivador, mesmo não sendo o executor direto, porém é fomentador da política. Cabe a ressalva que, ocorre um termo de parceria, segundo o qual se materializa o vínculo criado

entre as partes. Ademais há uma iniciativa que pode surgir da iniciativa de um dos lados, seja do Estado, seja das instituições sociais.

Para tanto, a exemplo de parceria entre Estado e Terceiro Setor, o CREG em 8 anos, demonstra a eficácia dessa parceria, considerando o atendimento aproximado a 1800 mulheres, culminando com quase 11.000 (onze mil) atendimentos até agosto de 2023, e o mais importante é que as mulheres que buscaram atendimento, nenhuma foi vítima de feminicídio⁴. A implantação foi em 2015, como dito anteriormente, e em fevereiro de 2017, foi iniciada a gestão do CREG por esta profissional, que buscou dedicação e estudo a fim da compreensão da temática, além de atender ao propósito macro do CREG, que é o rompimento do ciclo da violência vivenciado pelas mulheres de Teresina, portanto, também uma gestão eficaz.

⁴ O assassinato de mulheres e meninas devido ao seu gênero, que pode assumir a forma de: 1. o assassinato de mulheres como resultado de violência praticada pelo parceiro íntimo; 2. a tortura e assassinato misógino de mulheres 3. assassinato de mulheres e meninas em nome da 'honra'; 4. assassinato seletivo de mulheres e meninas no contexto de um conflito armado; 5. assassinatos de mulheres relacionados com o dote; 6. assassinato de mulheres e meninas por causa de sua orientação sexual e identidade de gênero; 7. assassinato de mulheres e meninas aborígenes e indígenas por causa de seu gênero; 8. infanticídio feminino e fetício de seleção com baseno sexo; 9. mortes relacionadas à mutilação genital; 10. acusações de feitiçaria que causam a morte da julgada; e 11. outros femicídeos relacionados a gangues, crime organizado, traficantes de drogas, tráfico de pessoas e proliferação de armas pequenas (Organização das Nações Unidas (ONU), 2013).

4 O assassinato de mulheres e meninas devido ao seu gênero, que pode assumir a forma de: 1. o assassinato de mulheres como resultado de violência praticada pelo parceiro íntimo; 2. a tortura e assassinato misógino de mulheres 3. assassinato de mulheres e meninas em nome da 'honra'; 4. assassinato seletivo de mulheres e meninas no contexto de um conflito armado; 5. assassinatos de mulheres relacionados com o dote; 6. assassinato de mulheres e meninas por causa de sua orientação sexual e identidade de gênero; 7. assassinato de mulheres e meninas aborígenes e indígenas por causa de seu gênero; 8. infanticídio feminino e fetício de seleção com base no sexo; 9. mortes relacionadas à mutilação genital; 10. acusações de feitiçaria que causam a morte da julgada; e 11. outros femicídeos relacionados a gangues, crime organizado, traficantes de drogas, tráfico de pessoas e proliferação de armas pequenas (Organização das Nações Unidas (ONU), 2013).

IMAGEM 2. CREG em números



CREG EM NÚMEROS

ANO	MULHERES INSERIDAS - 1º ATENDIMENTO	ATENDIMENTOS REALIZADOS
2015	119	223
2016	181	339
2017	108	415
2018	100	833
2019	130	899
2020	413	2.133
2021	275	2.620
2022	260	1.903
2023	214	1.599

Rua Benjamin Constant, 2170 Centro Norte cep 64.000-280 E-mail: centroespecializadademulheres@gmail.com
 Contatos: 32333798/ 994169451

Fonte: Relatório CREG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível considerar que o CREG assume significativa importância na vida das mulheres que residem em Teresina, promovendo uma transformação e significativa mudança nas dimensões simbólica e cultural, na medida em que se situa como unidade de atendimento às mulheres em situação de violência e toda a sociedade delineando caminhos a fim de possibilitar uma nova vida. O CREG é referência nacional, sendo dada visibilidade à metodologia e socializando resultados exitosos no que se propõe.

Aponta-se o compromisso na efetivação das políticas públicas, principalmente a consolidação de uma rede intersetorial que supere fragmentação de ações favorecendo uma interação entre diversas áreas a fim de resolutividade de questões que potencializam a violência e dificultam a integralidade do atendimento à mulher. Considera-se também a eficácia de uma relação integrada com setores da rede de atendimento à mulher, seja na saúde, justiça,

segurança pública, assistência social, entre outros e resultando em possibilidades para intervir na realidade das mulheres.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização** – Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/norma_tecnica_de_uniformizacao. Acesso em: 22 mai. 2023.

_____. Lei 11340, de 07 de agosto de 2006. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, SPM, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 22 mai. 2023.

CAMARGO, M.; AQUINO, S. Políticas públicas estratégicas na proteção às mulheres. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - **Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres**. Brasília: [s.n.], 2003.

CHIARA, M. La coordinación como camino hacia la integralidad. Conceptos y problemas de la práctica. In: ____ (org.). **Gestão territorial integrada para el sector salud**. 1. ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação social de projetos: limitações e responsabilidades. In: **Encontro Anual da ANPAD**, 22., 1998, Foz do Iguaçu. Anais ... Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998. 1 CD.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 119-130.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 12-9, jan./mar. 1998.

FISCHER, Rosa Maria; FISCHER, André Luiz. O dilema das ONG'S. In: **Encontro Anual da ANPAD**, 18., 1994, Curitiba. Anais ... Curitiba: ANPAD, 1994. p. 17-25. FRANKL, Viktor E. **Sedede sentido**. 2. ed. São Paulo: Quadrante, 1998.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, 2004.p.20-31.

KELLAND, K. Violência contra mulheres causa “epidemia de saúde”, diz OMS. **Revista Exame**, 20 jun. 2013. Disponível em: <https://exame.com/mundo/violencia-contra-mulheres-causa-epidemia-de-saude-global-diz-oms/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LE MOS, Carolina et al. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP. In: VILHENA, Renata et al. (Org.). **O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LOURAU, René. Objeto e método da análise institucional: um novo espírito científico In: Altoé S, organizador. **Analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec Editora, 2004. (pp. 66-86).

PIAUÍ. **Decreto nº 22.223, de 14 de julho de 2023.** Dispõe sobre a aprovação da Estrutura Organizacional da Polícia Civil, regulamentando o previsto no art. 5º-B da Lei Complementar nº 37, de 09 de março de 2004 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí). Disponível em: <https://portal.pi.gov.br/pc/wp-content/uploads/sites/42/2023/07/Decreto.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

PISCITELLI, A. Reflexões em torno de gênero e feminismo. In: Costa, C. & Schmidt, S. **Poéticas e políticas feministas**. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2004.

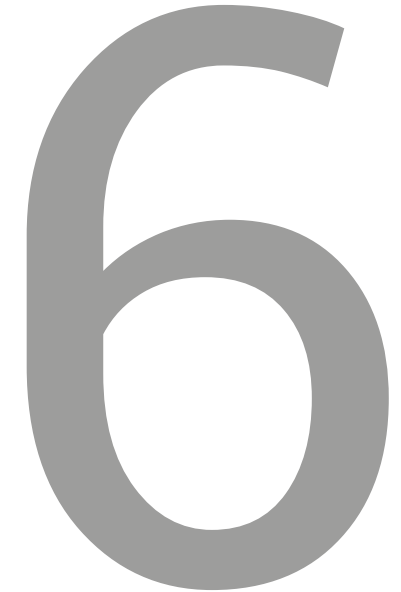
RICHARDSON, L.; MUMFORD, K. Community, Neighbourhood, and Social Infrastructure. In: HILLS, John et al (ed.). **Understanding Social Exclusion Oxford**. Oxford University Press, 2002.p. 202-225.

RUFINO, Alzira. **Violência contra a mulher: um novo olhar**. São Paulo: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VALARELLI, Leandro Lamas. **Indicadores de resultados de projetos sociais**. Apoio à Gestão. Seção Tema do Mês. Acesso em: 19 ago. 2023.

WHOLEY, Joseph S. Assessing the feasibility and likely usefulness of evaluation. In: WHOLEY, Joseph S.; HATRY, Harry P.; NEWCOMER, Kathryn E. **Handbook of practical program evaluation**. San Francisco: Jossey-Bass, 1994. p. 15-39.



A UTILIZAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS NA BLINDAGEM PATRIMONIAL COM O INTUITO DE FRUSTRAR EXECUÇÕES JUDICIAIS¹

Artur Fernandes da Silva²
Pedro Nelson da Silva Maia Júnior³
Rodrigo Araújo Saraiva⁴

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 11 – Direito e Tecnologia: Possibilidades e Desafios Da Sociedade em Rede, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Bacharelado do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho.

3 Bacharelado do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho.

4 Mestre em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa em Porto/Portugal. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Professor do Centro Universitário Santo Agostinho.

RESUMO

O presente artigo científico versa sobre a interseção entre criptomoedas e estratégias de proteção patrimonial. É cediço que a utilização desse tipo de moeda digital consiste na ampliação no conceito patrimonial clássico de dinheiro físico, possibilitando a globalização mais direta de acesso ao mercado digital. Com isso, é possível associar ao principal objetivo do trabalho como sendo discutir o reconhecimento desse arcabouço patrimonial para o momento da satisfação de um crédito executivo em demandas judiciais. Desse modo, a pesquisa em apreço parte da problemática de como o dinamismo processual executório pode ser afetado com a possível blindagem patrimonial na utilização de criptomoedas pelos executados. Por meio de metodologia bibliográfica, pesquisa qualitativa e abordagem indutiva, foram identificadas teorias e conceitos-chave que permitem a discussão acerca da cooperação entre as instituições financeiras como possibilitadoras da execução de créditos processuais. O estudo contribui para compreensão da interação entre criptomoedas e proteção patrimonial, visando impacto prático e fomento de futuras discussões.

Palavras-Chave: Criptomoedas; Proteção Patrimonial; Execução Judicial.

INTRODUÇÃO

No cenário econômico e financeiro contemporâneo, as criptomoedas emergem como uma manifestação notável da convergência entre tecnologia e finanças. O advento do Bitcoin em 2009 marcou o início de uma revolução que tem impactado diversos setores, desde o sistema bancário tradicional até a maneira como as pessoas percebemos valor e a transação de ativos. A crescente adoção e valorização das criptomoedas ao longo da última década refletem uma transformação significativa na forma como as transações financeiras e a gestão patrimonial são concebidas.

A utilização de criptomoedas, entretanto, não se restringe apenas às transações comerciais e investimentos. Em um mundo

cada vez mais digitalizado, em que os limites entre fronteiras físicas são eclipsados pela abrangência da internet, a proteção patrimonial assume um papel crucial. A busca por salvaguardar ativos contra volatilidades econômicas, incertezas políticas e possíveis litígios legais impulsionou o desenvolvimento de estratégias inovadoras, onde as criptomoedas vêm desempenhando um papel de destaque.

Neste contexto, a presente pesquisa visa explorar de maneira abrangente e crítica a utilização de criptomoedas e moedas digitais como ferramentas de blindagem patrimonial e, especificamente, o debate sobre a possível intenção de frustrar execuções judiciais por meio dessa abordagem. A análise detalhada dessas questões revela não apenas os desafios técnicos e legais inerentes à proteção patrimonial em um ambiente digital, mas também as implicações éticas e a necessidade de um equilíbrio entre inovação e conformidade legal.

A investigação aqui proposta tem por questionamento central: como a adoção de criptomoedas como meio de proteção patrimonial pode afetar a dinâmica das execuções judiciais e quais são os desafios éticos inerentes a essa abordagem? O fenômeno da utilização de criptomoedas para evitar execuções judiciais levanta questões cruciais sobre a eficácia e a justiça do sistema legal em um contexto de rápida inovação tecnológica. Explorar essas questões é essencial para uma compreensão abrangente da interseção entre proteção patrimonial e criptomoedas.

Este estudo se propõe, portanto, a lançar luz sobre os aspectos multifacetados dessa temática, examinando os princípios fundamentais das criptomoedas, as estratégias de proteção patrimonial que envolvem seu uso e as consequências legais e éticas associadas. Ao final, pretende-se oferecer insights valiosos para a compreensão dos desafios e oportunidades que essa interseção entre finanças digitais e blindagem patrimonial apresenta, contribuindo

para o debate acadêmico e fornecendo informações relevantes para profissionais do direito, economia e tecnologia.

Com o propósito de desvendar as complexas interações entre as criptomoedas e as práticas de proteção patrimonial, esta pesquisa tem como foco central a análise das implicações jurídicas e éticas emergentes. Ao longo desse estudo, procuramos explorar os elementos que motivam a adoção das criptomoedas como componentes essenciais em estratégias de proteção de patrimônio; Analisar situações concretas onde as criptomoedas foram integradas de forma a evitar processos judiciais, avaliando os desdobramentos dessas escolhas; Avaliar o contexto mais amplo que envolve a aplicação de criptomoedas na proteção patrimonial, considerando implicações legais e possíveis dilemas éticos.

Por meio da abordagem metodológica que combina pesquisa bibliográfica, qualitativa e indutiva, este trabalho pretende oferecer uma contribuição para a compreensão das complexas interações entre criptomoedas e proteção patrimonial, através de uma análise crítica e sistemática de fontes diversas, como literatura acadêmica, relatórios governamentais e marcos regulatórios.

A análise das implicações legais, éticas e práticas da utilização de criptomoedas em estratégias de proteção patrimonial tem o potencial de influenciar a tomada de decisões informadas por parte de profissionais, legisladores e pesquisadores, enquanto a exploração das motivações e experiências pode desencadear futuras pesquisas e discussões em uma área em constante transformação. Este trabalho busca ser uma fonte modesta de informações valiosas e uma plataforma para um diálogo contínuo e construtivo.

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E CONCEITO ACERCA DAS CRIPTOMOEDAS

Antes de iniciar o estudo das influências das criptos nos sistemas de execuções fiscais é necessário estabelecer uma definição

precisa. As criptomoedas são uma forma de moeda digital que utiliza criptografia avançada para garantir a segurança das transações e controlar a criação de novas unidades. Essencialmente, são unidades de valor digital que existem puramente em formato eletrônico e não possuem uma representação física, como moedas ou notas em papel.

A natureza descentralizada das criptos é uma de suas características centrais. Enquanto moedas tradicionais são emitidas e reguladas por autoridades governamentais ou blocos econômicos, lastreadas em bens tangíveis como ouro ou prata, as criptomoedas operam em uma rede descentralizada de pares (nós) distribuídos por todo o globo. Tal rede de pares é comumente chamada de “livro-razão distribuído”. Isto quer dizer que não há uma única entidade controladora, mas sim múltiplos participantes independentes (peers) validando as transações. Neste sentido temos Silva, 2020:

O Bitcoin, assim como as demais criptomoedas, opera num sistema de pagamentos global, descentralizado, sem a presença de intermediários financeiros (peer-to-peer) e distribuído – ou seja, todos os computadores que possuem acesso ao sistema são capazes de minerar Bitcoins e outras criptomoedas (Silva, 2020).

A segurança e a integridade das transações de criptomoedas repousam sobre a criptografia. A criptografia avançada é usada para proteger as transações e as chaves criptográficas que controlam o acesso aos ativos. Isso garante que as transações sejam seguras e que apenas os proprietários legítimos tenham acesso aos seus fundos.

Outro aspecto importante das criptomoedas, que as distingue das demais, é a transparência e imutabilidade de suas transações. Todas as transações realizadas são registradas permanentemente através da tecnologia Blockchain, tornando-as transparentes e imutáveis. Com isto, as transações, uma vez registradas, não podem ser alteradas ou apagadas, o que implica em maior confiabilidade

ao “sistema”. Reforçando a afirmação quanto a imutabilidade e segurança CASTELLO, 2019, traz:

Os aspectos de segurança e confiança são o que torna a blockchain uma tecnologia tão promissora, tanto que Tapscott e Tapscott (2016, p. 3) lhe denominam “protocolo de confiança”, pois teoricamente assegura a consistência e a imutabilidade dos dados ali registrados. (CASTELLO, 2019).

Por outro lado, enquanto as transações realizadas em criptomoedas são completamente transparentes e auditáveis, os usuários permanecem em uma espécie de anonimato, uma vez que não têm seus nomes ou qualquer dado pessoal identificador envolvido na transação, sendo identificados apenas por chaves criptográficas, possibilitando dessa forma uma ocultação dos sistemas oficiais.

As criptomoedas tem outro aspecto que traduz praticidade para seus usuários, elas permitem que transferências de valor em grandes montas em escala global, o que acaba por atrair a atenção para usuários que querem realizar remessas internacionais ou visam o comércio global sem chamar a atenção.

Neste contexto, é natural que surjam dúvidas quanto à estabilidade de tais moedas, pensando nisso, a maioria das criptomoedas em circulação mundial atualmente tem um fornecimento controlado, ou seja, um limite máximo e finito de unidades que podem ser criadas. Esse controle de fornecimento contrasta com as moedas fiduciárias, que podem ser impressas indefinidamente pelos governos, e tem implicações significativas para a oferta e demanda desses ativos digitais.

A RELAÇÃO ENTRE CRIPTOMOEDAS E AS ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

Após uma breve introdução do que são criptomoedas, devemos nos debruçar agora sobre a intrincada relação entre

as criptomoedas e a proteção patrimonial. Ao longo das últimas décadas, as criptomoedas surgiram como uma ferramenta intrigante e, em muitos casos, eficaz, para indivíduos e entidades que buscam proteger seu patrimônio de riscos diversos, veremos como as características intrínsecas das criptomoedas se alinham com os objetivos da blindagem patrimonial.

A capacidade inerente das criptomoedas de servirem como reserva de valor tem sido uma das razões pelas quais elas se tornaram tão atraentes para a proteção patrimonial. Como ativos digitais com oferta controlada, algumas criptomoedas têm demonstrado uma propensão a se valorizar ao longo do tempo. Isso as torna uma opção de investimento interessante para aqueles que desejam proteger seu patrimônio da erosão causada pela inflação.

Devido à sua natureza descentralizada, as criptomoedas não estão sujeitas, diretamente, ao controle governamental. Uma vez que os detentores de criptomoedas protejam adequadamente suas chaves privadas, torna seus valores resistentes à confiscação, e portanto, inalcançáveis às autoridades. Em países onde o confisco de ativos pode ser uma preocupação, as moedas digitais surgem como uma alternativa atraente. Neste sentido, temos o que escreveu CASTELLO, 2019.:

A maneira como a criptografia é integrada ao sistema, evitando a necessidade de um intermediário para validar a chave criptográfica, é a característica mais estudada da blockchain até o momento. É essa característica que permite que as criptomoedas sejam “moedas apátridas”, moedas que circulam na economia sem uma autoridade estatal para assegurar o seu valor ou a sua autenticidade. Ao contrário do que ocorre com as moedas tradicionais, a emissão de moedas virtuais não é controlada por um Estado, e a transferência destas moedas, em tese, não depende da validação por nenhum agente financeiro. A suposta ausência de intermediário entre comprador e vendedor só é possível porque a blockchain dispensa uma autoridade para validar a operação de transferência de recursos. (CASTELLO, 2019).

Embora não completamente anônimas, algumas criptomoedas oferecem um grau de privacidade e pseudonimato aos usuários. Isso pode ser vantajoso para aqueles que buscam proteger seu patrimônio de olhares indiscretos e para aqueles que desejam manter suas atividades financeiras mais confidenciais.

Compreender as razões por trás da escolha de criptomoedas como parte integrante das estratégias de proteção patrimonial é fundamental para contextualizar a relação entre criptomoedas e a proteção de ativos financeiros, por isso buscaremos entendê-las.

A preservação de valor em momentos de incertezas econômicas, seja pela inflação ou por incertezas políticas, é uma das principais motivações que levam à inclusão das criptomoedas nas estratégias de proteção patrimonial. A volatilidade das criptomoedas pode ser vista como uma vantagem em cenários nos quais moedas fiduciárias estão sujeitas a desvalorização.

Outro importante aspecto motivador pode ser a diversificação de portfólio, que é uma estratégia amplamente recomendada por economistas para gerenciar riscos financeiros. Para muitos investidores, a inclusão de criptomoedas em seus portfólios oferece uma forma de diversificação adicional, não correlacionada com ativos tradicionais, como ações e títulos.

Os investimentos disponíveis no mercado nacional podem se tornar limitados para alguns investidores, e a natureza global das criptomoedas permite o acesso a novos mercados e oportunidades antes não disponíveis em nível local, isso mostra-se relevante para investidores que buscam proteger seu patrimônio além das fronteiras de seus países de origem.

Consubstanciando tais afirmações, ESTELLITA, 2020, afirma, ao tratar do Bitcoin (BTC), que tais moedas têm como grande facilitador a sua natureza global, citando indiretamente GRZYWOTZ, 2019, veja-se:

Por fim, a globalidade se caracteriza pelo fato de que as transações podem ser realizadas globalmente sem nenhum obstáculo; para isso, de novo, é suficiente o acesso à internet e a um cliente de BTC. Isso também vale para troca de BTC por moedas estatais, que pode ser feita por intermediários ou mesmo por pessoas privadas. Todas essas transações são realizadas sem instâncias de controle, o que torna esse ambiente propício para aqueles que pretendem lavar dinheiro, nas tradicionais fases da lavagem de dinheiro: colocação, dissimulação ou transformação e integração. (GR-ZYWOTZ, 2019, p. 100).

A provável principal motivação para a escolha das criptomoedas, seja a confidencialidade de suas transações financeiras, quanto aos envolvidos. Para aqueles mais preocupados com a tal aspecto, pode surgir daí importante fator decisivo, uma vez que as moedas digitais podem servir como uma poderosa ferramenta que oferece um nível adicional de privacidade em comparação com métodos tradicionais de transferência de ativos.

Por fim, resta mencionar que as moedas digitais oferecem ainda, como fator decisivo, a ausência de terceiros mediando as transações, como instituições financeiras ou bancos tradicionais. Isso pode ser motivado por preocupações com a estabilidade do sistema bancário ou pela busca por maior controle sobre os próprios ativos.

VOLATILIDADE E RISCOS DAS CRIPTOMOEDAS NA ESTRATÉGIA DE BLINDAGEM PATRIMONIAL

A incorporação de criptomoedas como parte da estratégia de blindagem patrimonial traz consigo uma série de desafios e considerações contemporâneas que vão além das vantagens oferecidas por esses ativos digitais. Debrucemo-nos na tarefa de examinar especificamente os riscos financeiros associados à volatilidade das criptomoedas e explorar como esses riscos podem impactar a eficácia da utilização de criptomoedas para fins de

proteção patrimonial e consequente possível frustração de execuções judiciais.

Muitos indivíduos, frente às características das criptomoedas, e seu potencial de ocultação patrimonial, fazem uso obscuro desta importante forma de proteção do patrimônio, buscando utilizar tais mecanismos para frustrar possíveis penhoras em execuções judiciais, mas enfrentam alguns desafios.

A flutuação de preços reflete em uma volatilidade, que é uma das características mais intrínsecas das moedas digitais, que tornaram-se conhecidas por experimentar flutuações extremas de preço em curtos períodos de tempo. Para aqueles que visam o uso obscuro das criptomoedas e buscam proteger seu patrimônio de execuções judiciais, estas flutuações podem ser uma faca de dois gumes. Embora a volatilidade possa proporcionar ganhos substanciais, ela também pode resultar em perdas significativas de valor em um curto espaço de tempo.

Diante da volatilidade destas moedas, surge a necessidade de um constante controle de sua variação e rápida tomada de decisões, tornando a gestão do portfólio desafiadora, e muitas vezes onerosa. A gestão eficaz requer um entendimento profundo das dinâmicas das criptomoedas e a capacidade de ajustar estratégias de acordo com as mudanças de mercado.

A volatilidade também amplifica os riscos de segurança associados à posse de criptomoedas. Durante períodos de alta volatilidade, os investidores podem se tornar alvos mais atraentes para hackers e cibercriminosos. A necessidade de manter ativos digitais seguros por meio de medidas de cibersegurança rigorosas torna-se ainda mais crucial quando a volatilidade aumenta.

Outra notável desvantagem do uso das moedas digitais na blindagem patrimonial é a dificuldade que pode surgir ao tentar dar liquidez ao seu patrimônio, especialmente em momentos de alta

volatilidade ou turbulência, uma vez que os investidores podem não conseguir vender seus ativos pelos preços desejados.

A volatilidade das criptomoedas apresenta desafios significativos para aqueles que as utilizam como parte de estratégias de blindagem patrimonial com o objetivo de frustrar execuções judiciais. Embora esses ativos digitais ofereçam oportunidades de ganhos substanciais, os riscos financeiros associados a flutuações extremas de preço, dificuldades na gestão de portfólio, problemas de liquidez e ameaças à segurança não devem ser subestimados. A compreensão e a gestão cuidadosa desses riscos são essenciais para garantir que as criptomoedas cumpram efetivamente seu papel na proteção do patrimônio contra execuções judiciais. Em seguida, veremos outra consideração crítica: a identificação e rastreabilidade de ativos digitais em casos de execução judicial.

IDENTIFICAÇÃO E RASTREABILIDADE: O DESAFIO DE RASTREAR ATIVOS DIGITAIS EM EXECUÇÕES JUDICIAIS

A identificação e rastreabilidade de ativos digitais, como criptomoedas, em cenários de execução judicial representam um dos desafios mais complexos e intrincados na busca por ativos financeiros em casos legais. Neste sentido, exploraremos a complexidade envolvida na tarefa de rastrear e identificar ativos digitais quando estão envolvidos em processos judiciais.

Um dos principais impeditivos da identificação patrimonial de ativos repousa sobre a natureza do pseudoanonimato das transações em blockchain. Ao passo que as transações são registradas de forma pública e auditável, as identidades de seus usuários são representadas por endereços criptografados, dispensando a utilização de nomes reais, dificultando assim a ligação direta entre o indivíduo e suas transações em moedas digitais.

Outro aspecto que dificulta a rastreabilidade das partes envolvidas nas transações é o uso da tecnologia blockchain, que é a base para o funcionamento das criptomoedas, esta tecnologia foi projetada para ser resistente à manipulação, aplicando criptografia e usando chaves privadas nos detalhes destas transações, tornando assim quase impossível a identificação das partes envolvidas.

Em análise destas duas características cernes das criptomoedas, ESTELLITA, 2020, nos trás uma explicação capaz de elucidar e expor a dificuldade gerada por tais fatores à identificação de patrimônio em ativos digitais, vejamos:

A dissimulação pode ser diferenciada em simples e complexa. A simples se dá ante a possibilidade de que uma mesma pessoa possa gerar infinitas chaves públicas, mudando o endereço dos BTCs sem que o usuário perca o controle sobre eles. Também se pode usar os endereços de BTCs de terceiros ou mesmo de agentes financeiros. Em qualquer desses casos, porém, o caminho e o rastro das transações serão facilmente identificáveis, dada a transparência do blockchain. A identidade dos usuários, ou seja, dos titulares dos endereços de BTC, contudo, não é passível de conhecimento a partir dos dados do sistema. É essa combinação entre alta rastreabilidade e não identificação do titular do endereço que permite falar em pseudoanonimidade, e não em uma anonimidade total. (GRZYWOTZ apud ESTELLITA, 2020)

Diante destes aspectos e da complexidade técnica envolvida na proteção dos dados, os meios mais encontrados para identificar os usuários das transações em criptomoedas é através de falhas dos próprios usuários, como por exemplo, a localização de carteiras (wallets) de Bitcoins físicas em operações de busca e apreensão ou o uso computadores ou aparelhos não seguros na realização das transações.

Há ainda, as corretoras de criptomoedas que operam no Brasil, como a BINANCE, e por operarem no país estão sujeitas à jurisdição

brasileira, por conseguinte colaboram e fornecem dados à justiça, quando solicitado, possibilitando assim a penhora e satisfação de execuções judiciais.

Dentro deste escopo, há também casos de indivíduos que usando de intercâmbios de criptomoedas (Bitcoin para Ethereum por exemplo), ou serviços de custódia (empresas que fornecem o serviço de armazenamento de ativos de forma segura). Nestes casos a identificação dos titulares dessas contas requer cooperação das plataformas, que podem estar sujeitas a regulamentações diferentes em jurisdições distintas.

Em alguns casos, as coisas tomam proporções maiores, com dificultadores que comprometem a identificação. A natureza global das criptomoedas complica ainda mais a identificação e rastreabilidade de ativos digitais. O envolvimento de jurisdições internacionais em casos judiciais pode exigir cooperação internacional e conformidade com tratados e acordos específicos.

Por fim, não se pode ignorar os aspectos legais e éticos que a busca por ativos digitais em casos de execução judicial levantam, direitos individuais e jurisdicionais precisam ser cuidadosamente ponderados em análise individual dos casos.

A identificação e rastreabilidade de ativos digitais em execuções judiciais são processos complexos e multifacetados que envolvem considerações técnicas, legais e éticas. A natureza pseudônima das criptomoedas, a complexidade tecnológica, a cooperação de intercâmbios e serviços de custódia, jurisdição internacional e questões legais e éticas complicam ainda mais essa tarefa. No entanto, é possível abordar esses desafios com uma compreensão aprofundada e a cooperação de várias partes interessadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o estudo realizado no presente artigo científico, percebe-se que a questão da utilização da proteção patrimonial por meio da transmutação do patrimônio físico em digital é uma realidade que pode tocar o meio judicial, inclusive como modalidade de fraude ao momento da satisfação do crédito executório.

Assim, nota-se que a adoção de criptomoedas como meio de proteção patrimonial apresenta vantagens na preservação de ativos financeiros, mas também traz os desafios significativos supramencionados e explorados no decorrer do presente artigo científico.

A volatilidade das criptomoedas exige uma gestão rigorosa de portfólio, e a identificação de ativos digitais em casos de execução judicial é complexa devido à natureza pseudônima das transações. Além disso, questões éticas, incluindo privacidade e conformidade legal, requerem uma ponderação cuidadosa.

A cooperação entre investidores, instituições financeiras e autoridades legais é essencial para enfrentar esses desafios em constante evolução, enquanto a pesquisa contínua é necessária para abordar os dilemas éticos associados à proteção patrimonial com criptomoedas.

Desse modo, a presente discussão que fora posta busca justamente servir de contributo jurídico-social de análise acerca da evolução digital acerca do formato do patrimônio, bem como elucidando a possibilidade deste fenômeno das criptomoedas servirem de parâmetro executório em demandas judiciais.

Portanto, a discussão que aqui se prestou contribui à medida que a realidade dessa espécie de moeda digital se enraíza faz-se necessária evolução de cunho jurídico- legislativo, uma vez que o Direito enquanto instrumento de controle social precisa acompanhar

as transformações sociais que venham a repercutir na coletividade, não sendo diferente no âmbito patrimonial das criptomoedas, para que seja atuante e efetivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre e SILVA, Priscilla. Exequibilidade da penhora de criptomoedas no processo de execução brasileiro. **Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça**. Salvador, v. 4, n. 1, Jan/Jun. 2018. p. 70 – 90.

CASTELLO, Melissa Guimarães. Bitcoin é moeda? Classificação das criptomoedas para o direito tributário. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 3, 2019, e1931. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201931>.

EGGERSMAN, Melissa. A diferença entre “blockchain” e “DLT” (tecnologia distribuída de livro-razão). **GUIA DO BITCOIN, 2018-2020**. Disponível em: <https://guiadobitcoin.com.br/noticias/a-diferenca-entre-blockchain-e-dlt-tecnologia-distribuida-de-livro-razao/>. Acesso em 03/09/2023

ESTELLITA, Heloisa. Criptomoedas e lavagem de dinheiro. Resenha de: GRZYWOTZ, Johanna. Virtuelle Kryptowährungen und Geldwäsche. Berlin: Duncker & Humblot, 2019. **Revista Direito GV**, v. 16, n. 1, jan./abr. 2020, e1955. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201955>.

EXAME. Cointelegraph Brasil. Future of Money. Além de bitcoin e ethereum: o poder da diversificação do portfólio em criptomoedas. **Exame**, 2022. Disponível em: <https://exame.com/future-of-money/alem-de-bitcoin-e-ethereum-o-poder-da-diversificacao-do-portfolio-em-criptomoedas/>. Acesso em 07/09/2023.

FERREIRA, Priscilla. Além do cara ou coroa: bitcoin ultrapassa fronteiras e ganha mais usuários. **EBC**, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/alem-do-cara-ou-coroa-bitcoin-ultrapassa-fronteiras-e-ganha-mais-usuarios>. Acesso em: 03/09/2023.

INFOMONEY. Criptomoedas: um guia para dar os primeiros passos com as moedas digitais. **InfoMoney**, 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/blockchain/>. Acesso em: 09/09/2023.

MATOS, O. B., Abouchedid, S., SILVA, L. A. e .. (2020). As criptomoedas e os novos desafios ao sistema monetário: uma abordagem pós-keynesiana. **Revista de Economia Contemporânea**, 24(2), 281-308. Economia e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 3 (70), p. 761-778, setembro-dezembro 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art04>

SIMÕES, Miguel. Como os bancos podem melhorar o CDD com a pontuação de risco do cliente. **FEEDZAI**, 2022. Disponível em <https://feedzai.com/pt-br/blog-crime-financeiro/como-os-bancos-podem-melhorar-o-cdd-com-a-pontuacao-de-risco-do-cliente/> Acesso em 01/09/2023

TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A. **Blockchain revolution: how the technology behind bitcoin is changing money, business, and the world**. Penguin, New York, 2016. Disponível em: <https://www.amazon.com/Blockchain-Revolution-Technology>.



VIOLÊNCIA YANOMAMI: uma análise histórica e política¹.

João Victor Arêa Moraes²
Luíza Vitória Melo Machado³
Rosália Maria Carvalho Mourão⁴

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 12 – Direito, Literatura e Arte, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho e orientando do PIBIC. E-mail: joaovictorarealeao41@gmail.com

3 Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho e orientanda do PIBIC. E-mail: luizavmelomachado@gmail.com

4 Doutora em Ciências Criminais no Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho. Professora orientadora do PIBIC UNIFSA 2023. E-mail: rrosapi@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a atual situação do povo Yanomami quanto ao que levou esse povo originário à desnutrição, fome, perda da sua identidade cultural e morte. Discutindo a gestão do governo brasileiro e a falta de políticas públicas eficientes que intervenham nesse cenário. A pesquisa de teor bibliográfico visa compreender como essa população chegou a situação atual que deu oportunidade ao garimpo ilegal de se alastrar por seu território, promovendo disputas por terras, envenenamento dos rios e morte dos peixes, além da dificuldade de sobrevivência desse povo originário devido ao aumento da violência em suas terras promovidas pelos garimpeiros, madeireiros e a omissão do governo que não conseguiu protegê-los. Apesar da falta de políticas públicas e de um plano de governo que tenha como prioridade a sobrevivência da comunidade Yanomami, esses ainda buscam alternativas para preservar sua cultura e tradições.

PALAVRAS CHAVES: Yanomami. Garimpo. Política. Invasão. Exploração.

INTRODUÇÃO

Ser humano é o significado do etnônimo “Yanomami” que se refere a um dos povos indígenas que habitam a região da floresta amazônica, na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Essa comunidade tem uma rica história e uma série de práticas culturais e religiosas únicas, e esse trabalho trata da importância da preservação da sua cultura e identidade.

No entanto a escassez de ações promovidas pelo Estado que protejam esses grupos é a principal questão que contribui para a vulnerabilidade dessas comunidades. Muitas vezes, essas políticas não são implementadas ou são insuficientes, o que pode resultar em violações de direitos, como a perda de terras e recursos naturais, a violência em suas mais variadas formas, a exposição a doenças e a fome.

De acordo com Luz (2023, n/p)

os alertas gerados pelo Ministério Público (MP) acerca da situação degradante dos Yanomami: em 2019, foram registrados 117 óbitos, do total de 1329 nascimentos na região, uma taxa de mortalidade infantil de 88,04. Em 2020, esse índice saltou para 112,38. Já em 2021, apenas nos três primeiros meses do ano, foram 20 óbitos para 150 nascimentos, taxa de mortalidade de 133,33. Estavam entre as principais causas de mortes a desnutrição e o contágio de doenças. No entanto, apesar dos alertas gerados ainda houve a flexibilização de regras e incentivos para a atividade do garimpo ilegal na região. Em fevereiro de 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro foi criado por meio de um decreto assinado e publicado no Diário Oficial da União o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mapa) que foi fortemente criticado pelos ambientalistas (LUZ, 2023, n/p).

Desde o período colonial em 1500, os povos indígenas foram frequentemente subjugados e explorados pelos colonizadores europeus, que tinham como intuito a exploração de terras e recursos naturais para seu próprio benefício. A partir disso, a Coroa Portuguesa conseguiu dominar o território brasileiro, submetendo esses povos às suas leis e tradições.

Consequentemente, a vinda dos colonizadores europeus trouxe diversas doenças desconhecidas para os povos indígenas, o que causou uma grande mortalidade e o declínio dessas populações no território nacional. No atual quadro dos Yanomami, a chegada de garimpeiros, fazendeiros e madeireiros levou a exploração de recursos na região Amazônica causando destruição de áreas naturais importantes para a sobrevivência do povo indígena e à contaminação de rios e cursos d'água. Além disso, o contato com os não indígenas causou uma grande contaminação por doenças dos grupos Yanomami, que tiveram uma grande perda populacional em virtude disso.

A LUTA DO POVO YANOMAMI POR SUA LIBERDADE E IDENTIDADE

A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS SOBRE OS DIREITOS INDÍGENAS NO DECORRER DA HISTÓRIA

Desde o ano de 1500 com a colonização e o domínio da Coroa Portuguesa sobre o território brasileiro, os direitos dos povos indígenas que aqui viviam foram desprezados. Os colonizadores financiados pelo capitalismo comercial europeu subjugaram o território e logo submeteram os povos originários que aqui viviam às suas leis, assim como também transformaram os recursos naturais de suas terras em mercadorias que foram enviadas para a metrópole europeia.

Diante desse cenário, foram criadas as primeiras normas que regulamentaram os direitos indígenas. Foi promulgada por Felipe III, em 30 de julho do ano de 1609, a Carta Régia que admitia como legítimas a soberania e a posse dos índios sobre as suas terras (CAMPOS, 2007). Em seguida, a Carta Régia de 10 de setembro de 1611 trazia o seguinte:

os gentios são senhores de suas fazendas nas povoações, como o são na Serra, sem lhes poderem ser tomadas, nem sobre elas se lhes fazem moléstia ou injustiça alguma, nem poderão ser mudados contra suas vontades das capitanias e lugares que lhes forem ordenados, salvo quando eles livremente o quiserem fazer (CUNHA, 1987, p. 58).

Entretanto, a posse dos indígenas sobre seus territórios era vista como um obstáculo para o chamado “desenvolvimento”, portanto essa visão favoreceu a sua escravidão e apropriação de suas terras.

Posteriormente, foi estabelecido pelo Alvará de 1º de abril de 1680 direitos aos indígenas, que os denominou como “primários e naturais senhores”. De forma contraditória, a Carta Régia de 13 de

Maio de 1808, o príncipe regente ordenou que fosse feita guerra contra os nativos:

[...] Em primeiro lugar: Que desde o momento, em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes Índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim [...]. Em segundo lugar sou servido ordenar-vos que formeis logo um Corpo de soldados pedestres escolhidos e commandados pelos mesmos habéis commandantes que vós em parte propuzestes e que vão nomeados nesta mesma Carta Régia, os quaes terão o mesmo soldo que o dos soldados Infanteas; e sendo Índios domesticos, poderá diminuir-se o soldo a 40 réis, como se faz na guarnição dos Presídios dos Barretos e da Serra de S. João [...] (Carta Régia de 13 de Maio de 1808)

Existiam, ainda nesse período, as chamadas Guerras Justas que se referiam aos confrontos promovidos pelo governo contra os povos nativos que não se subordinavam a Coroa Portuguesa e eram considerados hostis pelos colonizadores. Nesse sentido, a Carta de Lei de 10 de setembro de 1611 declarava a liberdade dos indígenas, exceto daqueles tomados em Guerra Justa. Sendo essa uma justificativa para a escravização dos povos nativos, dando como pretexto para esses atos a salvação das almas e a condenação da antropofagia.

Outorgada em 1988, a nossa atual Carta Magna trouxe em seu texto novas normas que tratam dos direitos indígenas. Em seu artigo 231 é reconhecido aos indígenas o direito sobre suas terras ocupadas tradicionalmente, assim como seus costumes, língua, crenças e tradições. Traz também no parágrafo 1º do referido artigo o caráter permanente das terras tradicionalmente habitadas, utilizadas para atividades produtivas, bem como as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias a sua produção física e cultural. Abrangendo os

recursos naturais desses territórios, como as matas, rios e lagos, onde esses grupos desenvolvem suas atividades de caça, pesca, plantio, dentre outras.

Nesse viés, outra norma que regulamenta a situação jurídica das comunidades indígenas é o Estatuto do Índio, instituído pela Lei 6.001, 19 de dezembro de 1973. Nesta lei é estabelecida a obrigação da União, dos Estados e dos Municípios de proteger essas comunidades e seus direitos. Com o intuito de determinar sobre quem recai essas normas, o estatuto classifica as definições:

I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;

II - Comunidade Indígena ou Grupo Tribal - É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados. (Artigo 3º do Estatuto do Índio, Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973)

Ainda, considera os indígenas como:

I - Isolados - Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;

II - Em vias de integração - Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento;

III - Integrados - Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.” (Artigo 4º do Estatuto do Índio, Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973)

Em resumo, notamos claramente que os direitos sobre as terras dos povos indígenas vêm sendo ao longo da história instrumento não apenas de debate, mas também “objeto de vários expedientes normativos” (ELOY AMADO, 2020, p. 44). Contudo, a busca dos indígenas pelos seus direitos de preservação da sua cultura e bem estar tem como principal ponto a proteção de seus territórios que ainda não são preservados da maneira prevista na atual Constituição apesar de passados 523 anos da colonização.

POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TERRAS YANOMAMI

Como um reflexo da história, o modo de vida e a cultura Yanomami sofreram diversos abalos desde o contato com os brancos. Primeiro, as diferentes práticas econômicas de garimpeiros, madeireiros e fazendeiros em suas terras alteram o equilíbrio do meio ambiente local, alteram os territórios habitados pelos povos indígenas e contribuem para mudar o cotidiano das populações indígenas. Além disso, a chegada desses “atores” contribuiu para a disseminação e propagação de diversas doenças infecciosas, além de vícios e outras práticas às quais a população indígena não conseguia se adaptar totalmente. Segundo Silva (2020) toda a história do contato dos povos indígenas com a sociedade nacional sempre foi marcada por uma relação de dominação, violência e mortes.

De acordo com o Ipea (2021) os povos indígenas no Brasil estão expostos a inúmeras vulnerabilidades, nas áreas econômica, política, social, física e cultural e isso é crescente diante da percepção distorcida dos gestores públicos a respeito de seus modos peculiares de vida e organização. Nesse sentido estão submetidos a um conjunto de situações que os colocam em vulnerabilidade, e dependentes constantes da administração pública para superá-la.

Segundo Yamada e Amorim (2017) para evitar essa situação, seria mais prudente o povo Yanomami se manterem distanciados das relações com a sociedade brasileira, uma vez ser uma estratégia de sobrevivência com as relações de violência física, simbólica e étnica. A própria ação governamental, que são insipientes e quase sempre ignoram as peculiaridades indígenas, proporcionam uma perda cultural e ainda os colocam cada vez mais dependentes de um sistema que não consegue protegê-los.

A ausência de políticas públicas recentemente tem colocado em risco o modo de vida dos Yanomami. O enfraquecimento das instituições governamentais e programas sociais tem permitido atividades predatórias como o extrativismo e a agricultura, afetando sua cultura. A combinação da falta de gestão pública eficaz com a pandemia de Covid-19 levou a perdas de vidas e potencial desorganização social. A vulnerabilidade é destacada pelo Ipea (2021), com destaque para etnias pequenas que enfrentam riscos significativos para sua sobrevivência. O povo Yanomami sofre com várias formas de violência e negligência.

O relatório da Funai referente à gestão de 2019 a 2022 destaca sete processos administrativos que alertaram para a violência enfrentada pelo povo Yanomami. Esses processos incluíram recomendações e pedidos da ONU e MPF, entre outras organizações. O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) evitou assumir responsabilidades, transferindo casos para outros órgãos governamentais como a Funai, a SESAI e o Ministério da Justiça. Essa negligência foi evidente apesar das numerosas denúncias. O relatório também revelou que o MMFDH ignorou a primeira morte por Covid-19, recusou fornecer água e suprimentos básicos, não prestou assistência a crianças e adolescentes indígenas, negou ajuda humanitária ao governador de Roraima, suspendeu o policiamento e encerrou processos de investigação de violações de direitos humanos.

Como consequência, atualmente, os Yanomami enfrentam graves surtos de doenças e desnutrição, além de desmatamento, pesca ilegal, garimpo, pressão fundiária, e carecer de estruturas básicas de saúde e segurança. Essa realidade afeta negativamente a sobrevivência dessa população e sua qualidade de vida. Esse contexto da realidade Yanomami, considerando os aspectos políticos, sociais e críticos é marcado por grandes retrocessos, incertezas e ataques a direitos fundamentais conquistados desde a Constituição Federal de 1988 (RIBEIRO; TEIXEIRA, 2021).

Ainda de acordo com Ribeiro e Teixeira (2021), entre 2019 e 2020, o governo brasileiro já colocava os indígenas como empecilhos, e inimigos, do desenvolvimento Estatal. Neste sentido foram dirimidos muitos direitos conquistados pelos povos indígenas, além de serem marginalizados e criminalizados pelas queimadas na Amazônia neste período supracitado.

Para Meira (2021, p.178), a partir de 2019, “o governo brasileiro não manteve o respeito aos direitos dos povos indígenas, com ênfase às demarcações de seus territórios, um direito estabelecido e consagrado a partir da Constituição de 1988”. Picoli (2016) acrescenta que este foi um período, onde os interesses dos povos originários não foram preservados, além de promover uma expropriação indígena, para dar lugar a garimpos ilegais em terras indígenas.

Houve nesse período ações com objetivo de “engessar” a FUNAI e coagir os quadros funcionais da instituição, tornando-a praticamente inoperante e alinhada aos interesses do governo. Neste sentido, os indígenas ficariam cada vez mais vulneráveis às ações dos ruralistas, madeireiros e tantos outros grupos que se sentem amparados e legitimados pelo governo (RIBEIRO; TEIXEIRA, 2021).

É imperativo abordar prontamente essas situações, o que tem levado líderes políticos a buscar parcerias e apoio de partidos para enfrentar esses problemas. Eles também têm denunciado qualquer

medida que viole os direitos historicamente conquistados pelos povos indígenas, especialmente no que diz respeito a questões territoriais e sociais.

Assirati e Moreira (2019) destacam a importância de reverter o cenário atual, começando pelo reconhecimento dessa violência tanto pela sociedade quanto pelo Estado. É crucial tornar essa situação visível, real e inaceitável. Durante esse período, ficou evidente a falta de interesse político em abordar e reverter essa situação, assim como a dificuldade na formulação de políticas públicas para enfrentar esses desafios.

Diante da crise instalada, espera-se que o poder público atual tenha essa visão e ações que melhorem esse cenário em relação aos direitos indígenas. Vale ressaltar que Pesquisas recentes mostram que o governo brasileiro ignorou várias sugestões de órgãos internacionais sobre o bem-estar dos povos Yanomami (ASSIRATI; MOREIRA, 2019; RIBEIRO; TEIXEIRA, 2021). Esses órgãos recomendaram que o governo brasileiro visitasse as comunidades indígenas nos últimos anos. No entanto, nesta pesquisa afirmou que, entre 2019 e 2022, funcionários públicos viajaram a Roraima cinco vezes sem abordar medidas contra a mineração ilegal, afirmando também que os funcionários públicos não tomaram nenhuma medida contra a escassez de alimentos nessas viagens (ASSIRATI; MOREIRA, 2019).

Apesar da recente repercussão acerca da situação degradante que o povo indígena está passando ainda há pouca visibilidade e clareza sobre o assunto, pois muitas pessoas não tem conhecimento sobre o que está acontecendo e tampouco buscam informações para saber quem são os Yanomami, além da quase inexistência de políticas sociais e respeito as leis que protegem as comunidades indígenas colaborando para que esse quadro degradante se alastre cada vez mais.

OS INDÍGENAS COMO FONTE DE TEMAS LITERÁRIOS E CINEMATOGRAFICOS

“Ideias Para Adiar o Fim do Mundo,” um livro de Ailton Krenak, destaca o risco crescente da autodestruição humana no contexto de uma sociedade globalizada e alienada. O autor aponta que a exploração da natureza e do trabalho subordinado, juntamente com a acumulação de capital, contribui para esse cenário. Krenak enfatiza a imprudência em continuar esse padrão, que ameaça a vida de pessoas inocentes sem um fim previsível. Ele ressalta a negligência em considerar as perspectivas de outras comunidades e cita a colonização europeia como exemplo, onde a humanidade foi obscurecida pela crença em superioridade. Isso se relaciona com a exploração das terras Yanomami por garimpeiros, equivalente a ações coloniais, evidenciando como a sociedade ainda age de maneira primitiva, apesar das tentativas dos povos indígenas de recuperar e preservar sua cultura e história.

Outro escrito, “A Queda do Céu” narra a luta da etnia Yanomami, uma das maiores da América do Sul, pelo direito à terra e à salvaguarda de sua cultura. Os autores, Davi Kopenawa Yanomami, um xamã e líder, e Bruce Albert, um antropólogo francês com décadas de trabalho com os Yanomami, abordam a cosmologia e a cultura do povo, expondo as ameaças geradas pela exploração de recursos naturais em suas terras, como mineração e construção de represas. O livro destaca a resistência dos Yanomami na busca pelo reconhecimento de seus direitos, enfrentando violência e destruição ambiental. Essa obra essencial oferece uma visão sobre a preservação cultural e territorial dos povos indígenas diante dos desafios da globalização e exploração contemporânea.

O livro “O desejo dos outros - Uma etnografia dos sonhos Yanomami” oferece uma perspicaz exploração da cultura Yanomami,

destacando a diversidade de interpretações e valores atribuídos aos sonhos em diferentes sociedades. A obra também contribui significativamente para o campo antropológico ao abordar as metodologias de pesquisa em comunidades indígenas, analisando os desafios e limitações enfrentados pelos pesquisadores. A autora, Hanna Limulja, possui formação em Ciências Sociais e é Mestre e Doutora em Antropologia Social, trazendo sua experiência de trabalho com os Yanomami desde 2008 por meio de ONGs como a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), Instituto Socioambiental (ISA), Wataniba e Survival International.

A obra se concentra na interpretação dos sonhos pelos Yanomami, abordando a maneira como os sonhos são entendidos e valorizados na cultura Yanomami, bem como o papel que desempenham nas relações sociais e nas práticas xamânicas. Para os Yanomami, os sonhos não são desejos inconscientes do sujeito, como a psicanálise descreve: sonhar é habitar outros mundos, deparar com outros seres e, nesses encontros, mobilizar-se pelo desejo dos outros. O livro é baseado em entrevistas e observações feitas pela autora durante sua pesquisa de campo, e oferece uma perspectiva detalhada sobre a vida cotidiana e a cosmovisão dos Yanomami.

“A Luta Yanomami” é um livro que combina fotografia e ensaios para retratar a perseverança do povo Yanomami na preservação de suas terras e cultura. Claudia Andujar e Thyago Nogueira são os autores dessa obra, que apresenta uma visão abrangente da batalha dos Yanomami contra a invasão de suas terras por garimpeiros e a construção de projetos de infraestrutura. A fotógrafa Claudia Andujar documentou a vida dos Yanomami, capturando seu cotidiano e rituais xamânicos. O livro também inclui o texto do especialista em antropologia, Bruce Albert, que aborda a história e as ameaças enfrentadas pelo povo Yanomami. A obra oferece um olhar profundo

e informativo sobre essa luta crucial por preservação cultural e territorial.

Em síntese, à medida que exploramos esses filmes e obras literárias, fica claro que desfrutar dessas obras não apenas enriquece nossa experiência artística, mas também nos permite imergir na realidade que elas trazem. Apesar da situação indígena, mais em específico a do povo Yanomami, parecer muitas vezes distante para algumas pessoas essas narrativas temo poder de nos aproximar dessa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente trabalho buscamos alcançar maior visibilidade social sobre povos indígenas, como um todo, abordando o caso que repercutiu recentemente de violência extrema contra o povo Yanomami, devido o garimpo ilegal em suas Terras que deveriam estarsendo protegidas, no entanto estão sendo devastadas de forma hedionda.

O quadro em questão acarretou crise desse povo originário, causando a desestruturacão da assistência à saúde dessa comunidade indígena e a invasão garimpeira, que é a responsável por uma série de impactos sanitários, ambientais, socioculturais e econômicos sobre esses indivíduos.

Este projeto ressalta que existe uma notável semelhança entre livros de ficção e históricos e o estado atual do povo Yanomami. Apesar do fato de que a literatura histórica já retratou sua situação, não houve melhorias significativas. Consequentemente, os Yanomami ainda lutam para manter sua herança cultural, tradições e meios de subsistência, muitas vezes sem nenhum apoio do governo.

Nesse sentido, chegamos a esse resultado através de uma análise histórica fazendo um paralelo com o quadro atual, inclusive

político, abordando a necessidade de políticas públicas efetivas para a proteção desses grupos. Além do estudo bibliográfico de artigos e literários que já abordaram tal tema para entendermos melhor a realidade dessas comunidades indígenas em estudo.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce; YANOMAMI, Davi K. **A Queda do Céu**. Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALBERT, Bruce; MILLIKEN, William. **Urihi a: Terra Floresta Yanomami**. São Paulo: ISA/IRD, 2009.

ANDUJAR, Claudia. **A luta Yanomami**. São Paulo: IMS, 2018.

ASSIRATIE, Maria Augusta; MOREIRA, Luis Gustavo Guerreiro. O estado anti-indígena: da colônia ao novo golpe. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 15, n. 29, p. 97-118, 2019.

BIERNATH, André. Por que governo Bolsonaro é investigado por suspeita de genocídio contra os yanomami. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64417930>, Acesso em: 28 de fev. de 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808**, v.1, p. 37 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html. Acesso em: 09 de Agosto de 2023.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: **Presidente da República**, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 Mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 04 de Mar. de 2023

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Governo Federal do Brasil**. Disponível: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_mdhc_relatorio_omissaoimmfdh-yanomami-2019-2022_v2. Acesso: 05/03/2023.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. **Elo da história demográfica de Minas Gerais**: reconstituição e análise inicial dos registros paroquiais da Freguesia de N.S.A da Conceição do Antônio Dias 1763-1773. Dissertação (Mestrado em Demografia) - UFMG. Belo Horizonte, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos dos índios**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. O direito dos povos indígenas e a constituição. In: APURINÃ, Kuawá Kapukaya; SCANDOLA, Estela Márcia Rondina (orgs). **Povos indígenas no Brasil: Direitos, Políticas sociais e Resistências**. Ed. 1. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020, p. 19- 44.

GRANCHI, Giulia. Fome yanomami: por que reverter quadros de desnutrição é tão difícil. **g1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/01/24/fome-yanomami-por-que-reverter-quadros-de-desnutricao-e-tao-dificil.ghtml>. Acesso em: 28 de fev. de 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Silva, FAB; Lunelli, I.C. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Povos Indígenas.2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Ed. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMULJA, Hanna. **O desejo dos outros**: Uma etnografia dos sonhos yanomami. Ed. 1. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

LUZ, Joyce. Os Yanomamis e o retrato da ausência de políticas públicas para as comunidades indígenas. **Voto consciente**, 2023. Disponível em: <https://votoconsciente.org.br/2023/01/24/os-yanomamis-e-o-retrato-da-ausencia-de-politicas-publicas-para-as-comunidades-indigenas/>. Acesso em: 04 de Mar. de 2023.

MENEGASSI, Duda. Terra Indígena Yanomami é a área protegida mais pressionada da Amazônia. **O ECO**, 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/terra-indigena-yanomami-e-a-area-protegida-mais-pressionada-da-amazonia/>. Acesso em: 05 de Mar. de 2023.

MEIRA, Márcio. Povos indígenas no Brasil: quatro perguntas e um pesadelo. In: RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (orgs.). **Cultura e política no Brasil atual**. São Paulo: Perseu Abramo, 2021.

MORENO, Sayonara. Presidente Lula anuncia medidas emergenciais aos Yanomami em Roraima. **Radio agência Nacional**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/presidente-lula-anuncia-medidas-emergenciais-aos-yanomami-em-roraima>. Acesso em: 28 de fev. de 2023

PINHEIRO, Lara. Decreto de Bolsonaro sobre ‘mineração artesanal’ é incentivo ao garimpo ilegal na Amazônia, apontam ambientalistas. **g1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/02/14/decreto-que-estimula-mineracao-artesanal-visa-legalizar-garimpo-apontam-ambientalistas.ghtml>. Acesso em: 05 de Mar. de 2023.

PUTTI, Alexandre. Bolsonaro diz que índio está evoluindo e se tornando humano “igual a nós”. **Carta Capital**, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-indio-esta-evoluindo-e-se-tornando-humano-igual-a-nos/>, Acesso em: 28 de fev. de 2023

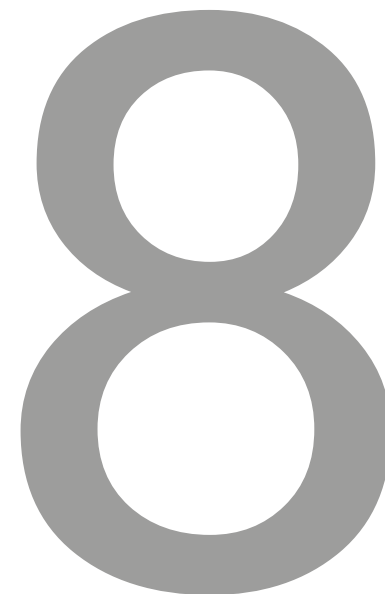
RIBEIRO, Benedito Emílio Silva; TEXEIRA, Sandra Regina Alves. Bolsonarismo e questão indígena no Brasil: discursividades, autoritarismo e os limites democráticos na política contemporânea. **Revista do Centro de Letras e Comunicação**. n. 41, set-dez. 2021

SAMPAIO, Cristiane. Medidas do governo Bolsonaro para os Yanomami “foram limitadas”, afirma MPF. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/24/medidas-do-governo-bolsonaro-para-os-yanomami-foram-limitadas-afirma-mpf>. Acesso em: 28 de fev. de 2023

SILVA, Elizene Miranda da. **Drama social e memória entre os Yawaripë (Yanomami do Ajarani)**. 2020. 179f. Tese (Programa de Pós Graduação em Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SOUZA, Oswaldo Braga. de. O que você precisa saber para entender a crise na Terra Indígena Yanomami. **Instituto Socioambiental**, 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami>. Acesso em: 04 de Mar. de 2023.

YAMADA, Erika Magami; AMORIM, Fabrício Ferreira. Povos indígenas isolados: autonomia e aplicação do direito de consulta. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 8, n. 2, p. 41-60, 3 ago. 2017.



O ESTADO E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: Dever do Estado de garantir leito de uti na rede hospitalar privada¹

Bruna Tais Gomes Macêdo e Silva²
George Barbosa Jales de Carvalho³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 13 – O Estado e a Efetivação do Direito à Saúde, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Advogada. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Santo Agostinho de Teresina. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela FAR-PI. Pós-Graduada em direito da Família e Sucessões pela Nova ESA OAB-PI.

3 Mestre em Direito pela PUC-RS. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes-RJ. Pós-Graduado em Direito Constitucional pela Faculdade São José - Timon-MA. Professor do Centro Universitário Santo Agostinho. Professor da Escola da Advocacia Geral da União. Procurador Federal. Chefe da Procuradoria Federal Especializada do INCRA no Piauí. Membro da Câmara Permanente de Licitações e Contratos da Procuradoria Geral Federal

RESUMO

Trata-se da análise do Direito à saúde e sua judicialização no ordenamento jurídico brasileiro, com ênfase na judicialização com solicitação de vagas em leitos de UTIs na rede privada, quando não houve na rede pública. Neste artigo traz a discussão necessária sobre qual peso do Direito à saúde, onde encontra o seu fundamento jurídico e quais os principais responsáveis para sua concretização. Ao final, verificou-se ser possível a internação, por força de decisão judicial, de paciente na rede hospitalar privada às expensas do Estado.

Palavras-Chave: Direito à Saúde. Leitos de UTIs. Dever do Estado.

INTRODUÇÃO

O direito social à saúde, vem sendo estudado a vários. Especificamente no que diz respeito ao direito à internação em hospital, torna-se relevante estudar em que medida é possível o Poder judiciário obrigar o Estado a providenciar a internação, na rede particular, de autor de ação judicial.

A problemática desse estudo, se dá pela avaliação da responsabilidade do Estado, com a solidariedade entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de garantir leito de UTI na rede privada, quando não houver vagas no setor público.

O artigo está composto de três tópicos específicos. O primeiro aborda a origem do Direito à saúde e a sua judicialização. O segundo versa sobre a judicialização do direito a uma vaga de UTI. O terceiro analisa o Estado como garantidor de vaga de UTI na rede privada, por ausência de vaga na rede pública.

METODOLOGIA

Visando a consecução desse estudo, foram realizados, a partir de uma abordagem qualitativa e dedutiva, pesquisas bibliográficas

sobre o Direito à Saúde, bem como pesquisas em livros e artigos científicos a luz do Direito Constitucional Brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO I - A ORIGEM DO DIREITO À SAÚDE E A SUA JUDICIALIZAÇÃO:

A origem do Direito à Saúde remonta desde a antiguidade, passando pela idade média e moderna. Era visto antigamente como um direito privado. Somente após o advento das grandes guerras do século passado, foi que a Saúde deixou de ser tratada como uma possibilidade de compra, mas como também um Direito a que todos têm acesso. (FOUCAULT, 1999, apud SCHWARTZ, 2004, p. 48).

Já na década 40, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Direito a Saúde foi consagrado como um direito Universal, sendo inerente a todo ser humano, conforme estipulado no seu artigo XXV, que define que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”.

No Brasil, foi apenas a partir da Constituição Federal de 1988 (art. 6º, Dos Direitos sociais), que o Direito à Saúde passou a integrar o rol dos direitos sociais, sendo, portanto, um direito de todos, ao contrário das constituições brasileiras anteriores que determinavam que tal direito era somente dos trabalhadores que contribuíssem para a Previdência Social.

O Direito à Saúde tem uma natureza prestacional, demandando do Estado ações positivas para sua concretização. No Brasil, o Sistema Único de Saúde, instituído e estabelecido pela constituição federal de 1988, a partir das recomendações da reforma sanitária na 8ª

Conferência Nacional de Saúde em 1986 (CARVALHO, Eloá Carneiro. 2021. P. 2), identificou o dever de o Estado garantir assistência à saúde.

Os artigos 196 e 198 da carta magna, expressamente concretizam os interesses firmados na reforma sanitária, estabelecendo no texto constitucional os parâmetros de importância dada à saúde. O art. 196 pontua que o direito à saúde “A saúde é direito de todos e dever do Estado”, sendo reforçado no art. 198 como se desenvolveram as ações efetivas do Estado, através dos seus entes (União, Estados e Municípios) para efetivar esse direito fundamental. Tal direito também encontra amparo na legislação infraconstitucional, conforme dispõe o art. 2º da Lei 8.080/90 “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”.

Nesse contexto, José Afonso e Silva (apud MASSON, 2021, p.323), na exposição do conceito dos direitos sociais, determina-os da seguinte forma:

Prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais que possibilitam melhores condições de vida ou mais fracas, direitos que tendem a realizar a igualização de situações desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais propícias ao afe-
rimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com exercício efetivo da liberdade.

Portanto, a efetivação dos direitos sociais, em especial o da saúde, sempre terá um custo comunitário, que se leva em conta o aspecto histórico e financeiro no sistema público, pois, o surgimento dos direitos sociais ocupa lugar de busca pela igualdade constitucionalmente amparada, garantidas à todos.

Por ser a saúde, um direito social de segunda dimensão, fundamentado como uma autêntica liberdade (Apud CIARLINI, 2013. P. 34), que tem aplicabilidade imediata.

Colaborando com firmamento do entendimento do texto Constitucional, reforça-se mais uma vez que, os art. 196, 197 e 198 da Constituição Federal/1988, são as diretrizes para efetivação deste direito, no que se reporta ao dever de regulamentação, fiscalização e controle do Sistema Único de Saúde, pois, com realização de políticas públicas, é que o Estado consegue organizar e viabilizar o funcionamento do sistema de saúde.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

Assim, para o funcionamento desse direito social, é necessário a aplicabilidade do direito à saúde, observando as políticas públicas a serem implementadas de maneira efetiva, com análise e aplicação das diretrizes constitucionais determinada para o sistema de saúde, em especial.

Em citação feita de J. J. Gomes CANOTILHO (Apud CIARLINI, 2013. P. 34) a esse respeito é justamente no sentido de que:

Os direitos econômicos, sociais e culturais e respectiva proteção andam estreitamente associados a um conjunto de condições – econômicas, sociais e culturais – que a moderna doutrina dos direitos fundamentais designa por pressupostos de direitos fundamentais. Considera-se pressupostos de direitos fundamentais a multiplicidade de fatores – capacidade econômica do Estado, clima espiritual da sociedade, estilo de vida, distribuição de bens, nível de ensino, desenvolvimento econômico, criatividade cultural, convenções sociais, ética filosófica ou religiosa – que condicionam, de forma positiva e negativa, a existência e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais. Esses pressupostos são pressupostos de todos os direitos fundamentais. Alguns deles, porém, como os da distribuição dos bens e da riqueza, o desenvolvimento econômico e o nível de ensino, tem aqui particular relevância. Mais do que noutros domínios, os realizem (os dados reais) condicionam decisivamente o regime jurídico constitucional do estatuto positivo dos cidadãos.

Assim, as condições que são pressupostos dos direitos fundamentais, estão ligadas diretamente com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que são: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O Direito à Saúde portanto, com sua constitucionalização, não pode ser violado. No entanto, no contexto atual do sistema único de saúde – SUS, com a precarização dos ambientes hospitalares públicos, que não atendem a demanda da maneira adequada, resta no aumento da judicialização da saúde, na busca de ter acesso pleno ao atendimento adequado.

O judiciário se transforma, como pontua a bibliografia, protagonista da efetivação do direito à saúde. Como apontamento

legal, o direito a saúde é pautado interpretando o princípio do mínimo existencial, em contraponto com reserva do possível.

Compreende-se por mínimo existencial o conjunto de direito fundamentais que assegura a cada pessoa uma vida digna, como saúde, alimentação e educação. Tal conceito surgiu na Alemanha. No Brasil ganhou destaque com medida cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 45 MC/DF de 29 de abril de 2004, de relatoria do Ministro Celso de Mello (Masson. 2021. P.334 a 336)

O mínimo existencial, em todo bojo por ele englobado, garante o que se define como a dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, assim, torna-se evidente a importância do direito à saúde a todos, com igualdade de condições.

Ainda, momentos de grande turbulência, como a pandemia oriunda do Covid-19, demonstraram o quanto o direito à saúde é um direito fundamental imprescindível para existência humana. Qualquer despreparo ou mesmo, negligência em desenvolvimento de políticas públicas para sua concretização, torna-se temerário à existência humana digna, direito a ser garantido igualmente a todos os cidadãos.

O recente período pandêmico enfrentado no mundo, revelou uma crise no Brasil, pela má gestão de decisões quanto ao enfrentamento da pandemia, o que ocasionou o elevado número de óbitos. O Direito à Saúde protagonizou diversos debates, diante da necessidade de o Estado garantir elementos necessários para sua concretização.

A busca da concretização do direito a saúde através do judiciário, deve ser a última saída, ocorre que, torna-se cada vez mais comum a busca por esta via, pois, o fenômeno de crescimento de demandas com velocidade diferente ao investimento dado as estruturas de atendimento à saúde, na rede pública, evidencia a

necessidade do paciente buscar tratamento adequado não fornecido espontaneamente pela rede de saúde pública, vez que, é dever do Estado, garantir tratamento adequado para àqueles que necessitam, pois, é a necessidade de garantir a dignidade da pessoa humana, fundamento constitucional brasileiro.

O fenômeno da judicialização impacta no orçamento das políticas públicas voltadas para a saúde, embora haja esse impacto, é com a busca da efetivação das prerrogativas constitucionais, que o judiciário garante a concretização do direito do cidadão.

Existe, portanto, a evidência da solidariedade dos entes no fornecimento do medicamento, tratamento ou disponibilidade de leito de enfermaria ou UTI, dependendo da necessidade do requerente. A justiça aponta como a concretização do direito à saúde, que deve ser observado ainda, a comprovação da recomendação médica.

Mariana Costa Reis (jun. 2023, P. 1), analisando a temática de judicialização, aponta que a necessidade de os operadores do direito firmarem compromisso com a análise cautelosa para a judicialização das demandas de saúde, é necessário evidenciar que a preservação desse direito, principalmente em casos urgentes, sempre irá sobrepor os argumentos que preponderam em outros tipos de resolução deste conflito.

Quando um paciente se encontra com a regulação aberta pelo sistema do SUS e não tem seu direito pretendido concretizado, bem como, o prontuário diariamente realizado, aponta para pioras ou estabilidade de gravidade, é necessário recorrer ao judiciário para oportunizar ao paciente os meios cabíveis necessários, direito constitucional à saúde.

CAPÍTULO II- A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO A UMA VAGA DE UTI

Dentre as mais variadas demandas judicializadas contra o sistema de saúde, figura como as principais, a reivindicação de algum

medicamento negado, ou o tratamento na rede hospitalar (ALMEIDA. 2020. P.1). Ocorre que, cresce exponencialmente também, a judicialização de demandas requerendo leitos de UTI (Jornal da USP. 24/06/2021).

Da prestação de serviço de saúde, o protocolo de prontuário é de acompanhamento o quadro clínico do paciente, que, diante do dever de prestar socorro da própria equipe médica hospitalar, avaliam ou não há necessidade do paciente ser encaminhado para um leito de terapia intensiva. Uma vez havendo esta necessidade, pela própria sistemática do Sistema Único de Saúde, é aberto a “regulação”, que consiste em uma numeração que inclui o paciente na “fila” para uma vaga de UTI. (fonte – Portaria Ministério da Saúde Nº 2.657, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004).

O crescimento na judicialização se dá pelo fato de embora aberto a regulação no sistema do SUS, identificando a necessidade de leito de UTI, não há uma resposta imediata da rede hospitalar pública, que não viabiliza informações concretas sob a ocupação dos leitos existentes muito menos a perspectiva de surgimento da vaga solicitada. Angústia essa que é realidade de muitos cidadãos, cenário esse presente no sistema de saúde brasileiro antes, durante e depois da pandemia do Covid-19.

A própria resolução nº 2077/14 (CFM, 2014, p.15), que trata a normatização do funcionamento dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho, já aponta uma problemática que só cresce, que é a falta de leitos de UTIs, sendo um dos objetivos dessa normativa, regular essa falta.

Quando da análise das decisões judiciais sobre a judicialização requerendo leitos de UTIs, é possível perceber de um lado quem está demandando, o fundamento jurídico do pedido é de garantir o mínimo existencial, Nathália Masson (2021, pág. 333), sobre a temática aduz:

Criada pela doutrina alemã, a expressão pretende delimitar um agrupamento reduzido de direitos fundamentais formado pelos bens mais básicos e essenciais a uma vida digna. Nesse sentido, segundo Barroso, o conceito do mínimo existencial pode ser enunciado com um “conjunto de condições materiais essenciais e elementares cuja presença é pressuposta da dignidade para qualquer pessoa. Se alguém viver abaixo daquele patamar, o mandamento constitucional estará desrespeitado”.

Assim, colaborando com esse entendimento, Ana Paula de Barcellos (apud MASSON, 2021, p.334) identifica o mínimo existencial como o vetor que orienta as políticas públicas e os objetivos primários do orçamento, pois, somente depois de concretizado é que as demais pretensões devem ser avaliadas e ponderadas.

No enfrentamento de todos os pontos do debate, faz jus salientar a teoria da reserva do possível, que com a leitura clássica realizada por Ingo Wolfgang, alcança uma tríplice dimensão (MASSON, 2021, p. 342):

I.-a efetiva disponibilidade fática dos recursos para a efetivação dos direitos fundamentais sociais;

II.-a disponibilidade jurídica dos recursos materiais e humanos, que guarda íntima conexão com a determinação das prioridades na alocação das receitas;

III.-a proporcionalidade da prestação, em especial no tocante à sua exigibilidade e, nesta quadra também a razoabilidade.

Essa teoria das dimensões tenta obter alguma diretriz para a razoabilidade de exigir do Estado a prestação jurisdicional existente, avaliando a limitação de recursos. Deve-se, portanto, aceitar a intervenção jurisdicional, diante da ocorrência de inadequada recusa do Estado, diante da efetivação dos direitos fundamentais sociais, como o direito à saúde.

Conforme entendimento exarado por Nathália Masson, quando discorre sobre a judicialização do direito à saúde (2021. P. 335), se trata de direito fundamental que assiste a todas as pessoas, mas, também, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e, a efetivação de tais direitos não deve consistir em meras promessas vagas do Estado, devendo se encontrar meios para dar efetividade ao acesso à saúde por todos. Assim sendo, eventual solução de continuidade ou interrupção da execução do acesso à saúde em caso específico, deverá ser providenciada a reparação de imediato, para que se afaste eventual risco de morte e se privilegie o direito à vida. O direito à saúde representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República, conforme o artigo 196.

Quando da defesa do poder público, barra sempre na espreita da reserva do possível, que é o reconhecimento da estreita e inequívoca ligação entre a realização dos direitos fundamentais sociais e a realidade financeira e econômica do Estado, com a aceitação que existe uma finitude nos recursos do Estado, portanto, existe uma tarefa direta, daqueles com poder de gestão, de delimitar as prioridades e determinar as políticas públicas com as verbas existentes.

Quando há falta de leitos de UTIs e o sistema de regulação do SUS não emiti uma resposta positiva imediata e urgente para a vaga administrativamente solicitada, põe em risco a vida do paciente. A vida é o bem jurídico mais precioso do cidadão, e é dever do Estado preservá-la.

A judicialização significa, nas palavras de Nathália Masson (2021, p.334): “a transferência para o Poder Judiciário de decisões sobre o reconhecimento e concretização de um direito, que, ao menos em tese, seriam alçadas dos demais Poderes da República

(Poder Executivo e Poder Legislativo), sobretudo na elaboração de políticas públicas.

As demandas judicializadas com requerimento por leito de UTIs para o SUS, tem tido o pleito atendido, até mesmo porque o STF, no julgamento da ADPF nº 45 (ROSSI. Informativo comentado ADPF 45. 2015), concluiu que o judiciário pode determinar a satisfação do direito à saúde, exercendo função que lhe é própria, de controlar judicialmente os atos e omissões administrativas.

CAPÍTULO III- O ESTADO COMO GARANTIDOR DE VAGA DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - UTI NA REDE PRIVADA, POR AUSÊNCIA DE VAGA NA REDE PÚBLICA

O risco de morte é principal percussor da necessidade urgente do paciente que tem regulação aberta do SUS para vaga de UTI e diante da indisponibilidade no setor público, existem decisões judiciais que quando da decisão, pontuam a extensão para a rede privada.

É possível reconhecer os fundamentos legais: solidariedade dos entes federativos na concretização do direito à saúde, garantia do mínimo existencial e o dever do Estado em Administrar a internação de pacientes em leitos de UTIs.

Em 2018, no Estado de Santa Catarina, a 4ª câmara de Direito Público do TJ/SC, em matéria sob a relatoria do desembargador Odson Cardoso Filho, responsabilizou o governo do Estado pelo pagamento de leito em UTI em hospital privado, por conta da falta de vaga na rede pública de saúde. Assim, o ente estadual teve de pagar R\$ 87.597,65, acrescidos de correção monetária e juros, pelo período de internação de uma vítima de acidente de trânsito.

No caso Supracitado, o tribunal entendeu a existência da solidariedade dos entes públicos, responsabilizando o município que recorreu decisão e o Estado a ele vinculado.

Quando se analisa as decisões jurisprudenciais sobre demandas judicializadas, é possível observar os fundamentos para efetivação da tutela:

ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. TRATAMENTO MÉDICO. INTERNAÇÃO EM LEITOS E UTI DE HOSPITAIS. MANIFESTA NECESSIDADE. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DE TODOS OS ENTES DO PODER PÚBLICO. TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EM REDE PARTICULAR. PEDIDO SUBSIDIÁRIO NA FALTA DE LEITO NA REDE PÚBLICA. POSSIBILIDADE. 1. No que tange à responsabilidade em prover o tratamento de saúde da pessoa humana, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que é dever do Estado fornecer gratuitamente às pessoas carentes a medicação necessária para o efetivo tratamento médico e garantir a internação em leitos e UTI conforme orientação médica e, inexistindo vaga na rede pública, arcar com os custos da internação em hospital privado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal. 2. Ainda, considerando que o Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, como preceitua o art. 198, § 1º, da Constituição Federal, pode-se afirmar que é solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. 3. Especificamente quanto à internação em leitos e UTI de hospitais, o Tribunal local, ao dirimir a controvérsia, asseverou (fls. 211, e-STJ): “No mérito, entendo não assistir razão à parte autora, pois não pode o Poder Judiciário determinar a internação de pacientes em leitos e UTI’s de hospitais, expulsando pacientes para colocação de outro, sem o devido conhecimento técnico, que é exclusivo dos profissionais de saúde. Assim como, também, não tem competência criar leitos em hospitais”. 4. Dessume-se que o acórdão recorrido não está em sintonia com o atual entendimento do STJ. 5. A jurisprudência consolidada do STJ entende que não viola legislação federal a decisão que impõe ao Estado o dever de garantir a internação em leitos e UTI conforme orientação médica e, inexistindo vaga na rede pública, arcar com os custos da internação em hospital privado. 6. Recurso Especial provido. (STJ - REsp: 1803426 RN 2019/0081442-6, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 16/05/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/05/2019).

Nessa própria decisão é evidenciado o entendimento do STJ quanto a matéria, que determina que o Estado tem o dever de garantir leito de UTI, conforme orientação de relatório médico e na ausência de vaga da rede pública, deve arcar com os custos da internação em hospital privado.

Durante a pandemia, foi ajuizada ADPF 671(Migalhas, 07/04/2020), em que o PSOL pedia a regulação pelo Poder Público da utilização dos leitos de UTIs na rede privada durante a pandemia do coronavírus. Foi negado prosseguimento pelo relator ministro Ricardo Lewandowski, já existem diversas normas que viabilizam a requisição administrativa de bens e serviços, e a atuação do Judiciário nesse sentido desrespeita o princípio da separação dos poderes.

A barreira criada pelo ministro, pontua que as autoridades competentes podem utilizar as requisições administrativas de bens e serviços particulares relacionados à saúde, especificamente no caso de iminente perigo público. De acordo com Lewandowski, qualquer ente da Federação tem competência para adotar essa medida tendo como finalidade o cuidado com a saúde e a assistência pública, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90) e o Código Civil.

Fora do contexto pandêmico, retornando então ao ponto primordial, que é a concretização do direito à saúde em razão do paciente que requer ao judiciário leito de UTI e não tendo vaga na rede pública, as decisões majoritárias é a de manutenção da utilização de leitos na rede privada, custeados pelo Poder Público.

A título de exemplo, temos a decisão da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina-PI, que em 13 de julho de 2023, decidiu no processo nº 0836583- 38.2023.8.18.0140: “Em face do exposto, defiro a medida liminar para determinar que os demandados providenciem imediatamente a internação do requerente em leito de UTI, preferencialmente na rede pública de

saúde, e caso não seja possível, providenciem na rede privada as custas dos requeridos.”

Citado como precedente a jurisprudência que evidencia o entendimento ainda prevalecido no STJ, se reconhece a manutenção do entendimento majoritário quanto a preservação do direito à saúde, disponibilizando leito de UTIs na rede privada a ser custeado pelo Estado, quando não houver vaga na rede pública.

Nessa conjuntura, uma vez que o paciente seja atendido pela rede privada, por força da decisão judicial, a tese firmada pelo STF é a seguinte: “O ressarcimento de serviços de saúde prestados por unidade privada em favor de paciente do Sistema Único de Saúde, em cumprimento de ordem judicial, deve utilizar como critério o mesmo que é adotado para o ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiários de planos de saúde”. STF. Plenário. RE 666094/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 30/09/2021 (Repercussão Geral – Tema 1033) (Informativo STF 1032, comentado: CAVALCANTE, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A judicialização do direito à saúde, retratada neste estudo, reforça a importância de investigações sobre a temática entre os poderes da República Federativa do Brasil, ao mesmo tempo em que oferece subsídios suficientes para compreensão que o Poder Judiciário cuida, em total desequilíbrio, de uma demanda que tem viés originário na regulamentação e efetivação de políticas públicas, a ser desenvolvida primordialmente pelo poder executivo.

Ao mesmo tempo que, é justamente pelo aumento da judicialização de demandas requerendo o direito a leitos de UTIs, para garantir ao paciente com regulação aberta no SUS, a oportunidade de ter tratamento adequado às indicações do seu prontuário, é que faz com que haja a efetiva concretização do direito fundamental à saúde.

Em suma, desenvolver um enfoque sobre a construção do entendimento necessário para que essas demandas urgentes de saúde não sejam invalidadas pelo judiciário, significa o compromisso do poder judiciário com os fundamentos e objetivos da Carta Magna de 1988.

Sendo então, determinante o entendimento do STJ, de garantir leitos de UTIS no setor privado, quando não houver vagas no setor público, a ser custeado pelo Estado, pois, o direito à saúde está diretamente ligado com o direito a vida, bem como, para concretização eficaz desse direito fundamental, é a elaboração de políticas públicas que sejam condizentes com a realidade das demandas na rede pública de saúde, para que a falta de UTIs, não seja mais uma questão a ser pontuada.

Em resposta à problemática, é possível concluir que o Estado pode ser obrigado, por força de decisão judicial, a internar um paciente (autor de uma demanda judicial) na rede privada, desde que fique evidenciado a ausência de vaga na rede pública, o paciente esteja com relatório médico indicando a necessidade de tratamento em Unidade de Terapia Intensiva-UTI, esteja na “fila” para uma vaga de UTI (regulação aberta) e não possua na rede pública nenhum leito de UTI vago. Por fim, cumpre ressaltar que uma vez internado na rede hospitalar privada, o Estado deverá ressarcir a unidade privada utilizando-se do mesmo critério o mesmo que é adotado para o ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiários de planos de saúde (STF. Plenário. RE 666094/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 30/09/2021).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. João Pedro Capini de. Judicialização da Saúde no Brasil: Conheça as principais causas e soluções. **Revista Jures**, 2020. Disponível em: < [https://jures.com.br/direito-medico/judicializacao-da-](https://jures.com.br/direito-medico/judicializacao-da-saude-no-brasil-conheca-as-principais-causas-e-solucoes/)

[saude-no-brasil-conheca-as-principais-causas-e-solucoes/](https://jures.com.br/direito-medico/judicializacao-da-saude-no-brasil-conheca-as-principais-causas-e-solucoes/) >. Acesso em: 10/09/2023.

BRASIL. **Resolução nº 2077/14**. Conselho Federal de Medicina. Dispõe sobre a normatização do funcionamento dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho. Disponível em: < <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/resolucao2077.pdf> >. Acesso em 10/09/2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF:Presidência da República, [2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09/09/2023.

CAVALCANTE. Márcio André Lopes. Blog dizer o direito. **Informativo 1032 do STF comentado**. 2021. Disponível em: < <https://dizerodireitodotnet.files.wordpress.com/2021/11/info-1032-stf-1.pdf> >. Acesso: 08/09/2023.

CIARLINI, Alvaro Luis de AS. Direito à saúde: **Paradigmas procedimentais e substanciais da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Eloá Carneiro; SOARES, Samira Silva Santos; FARIAS, Sheila Nascimento Pereira de; ANDRADE, Karla Biancha Silva de; SOUZA, Pedro Hugo Dantas de Oliveira; BRANCO, Vinícius Nemesio; VARELLA, Thereza Christina Mó y Mó Loureiro; SOUZA, Norma Valéria Dantas de Oliveira. **A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: RESERVA DO POSSÍVEL E MÍNIMO EXISTENCIAL**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/jj/cenf/a/xfSyPQkwp9LN9gQLJvWnzKS/?lang=pt#> > Publicado em: 10 Dez 2021. Acesso em: 09/09/2023.

CAMPOS, Francisco Carlos Cardoso de. CANABRAVA, Claudia Marques. **O Brasil na UTI: atenção hospitalar em tempos de pandemia (Brazil in the ICU: hospital care in times of pandemic)**. DEZEMBRO 2020, publicado: 23 Ago 2021. Disponível: <<https://>

www.scielo.br/j/sdeb/a/bxcgdZJbz3D4tKDztZdXF7b/ >. Acesso em: 10/09/2023.

DARIU. João Pedro Nabut. A Judicialização do Direito à saúde no Brasil. **Jusbrasil**, Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-judicializacao-do-direito-a-saude-no-brasil/1812296165> . 2023. Acesso em: 10/09/2023.

MASSON, Nathália. **Manual de direito constitucional**. 9 ed. Ver. Ampl. E atual. Salvador:JusPODIVM, 2021.

FREITAS, Beatriz Cristina de; FONSECA, Emílio Prado da; QUELUZ, Dagmar de Paula. **A Judicialização da saúde nos sistemas público e privado de saúde**: uma revisão sistemática. 2019. Disponível em: < <https://scielosp.org/pdf/icse/2020.v24/e190345/pt> >. Acesso em: 12/09/2023.

REIS, Mariana Costa. O papel de operadores do Direito na judicialização da saúde no Brasil. **Revista Aurum**. Publicado em Jun.2023. Disponível em: < <https://www.aurum.com.br/blog/judicializacao-da-saude/> >. Acesso em: 10/09/2023.

TJ/SC: É responsabilidade do Estado pagar UTI privada na falta de leito público. **Migalhas**. Seção: Migalhas Quentes. 04/08/2020. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/quentes/331594/tj-sc-e-responsabilidade-do-estado-pagar-uti-privada-na-falta-de-leito-publico> >. Acesso em: 10/09/2023.

SCHWARTZ, Germano. **Direito à saúde**: efetivação de uma perspectiva sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2001.

PEREIRA, Aline Ribeiro. SAIBA MAIS SOBRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O MÍNIMO EXISTENCIAL. **Revista Aurum**, 2023. Disponível: < <https://www.aurum.com.br/blog/minimo-existencial/> >. Acesso em 10/09/2023.

MIGALHAS. Lewandowski nega seguimento a ação que pedia utilização de leitos de UTIs privadas pelo SUS. **Migalhas**. Seção:

Migalhas Quentes. 06/04/2020. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/quentes/323790/lewandowski-nega-seguimento-a-acao-que-pedia-utilizacao-de-leitos-de-utis-privadas-pelo-sus> >. Acesso em: 10/09/2023.

JORNAL DA USP. Judicialização de leitos de UTI quadruplica entre março e maio deste ano. **Jornal da USP**. Seção Atualidades. 24/06/2021. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/judicializacao-de-leitos-de-uti-quadruplica-entre-marco-e-maio-deste-ano/> >. Acesso em: 10/09/2023.

ROSSI. Lycinia. **Informativo comentado da decisão monocrática final da ADPF 45**. 2015. Disponível em: < <https://liciniarossi.com.br/informativos-stf-stj/adpf-45/> >. Acesso em: 10/09/2023.



EUTANÁSIA E OS LIMITES DOS DIREITOS SOBRE O PRÓPRIO INDIVÍDUO¹

Sérgio Augusto Guimarães Castro Filho²
João Fernando Leal Lima³
Érika Cristhina Nobre Vilar⁴

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 14 – Direito, Saúde e Bioética, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Bacharelado do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).
E-mail: sc976406@gmail.com

3 Bacharelado do Curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).
E-mail: jfernandolealima05@gmail.com

4 Graduada em Direito pela Universidade Federal do Piauí. Pós-graduada em Controle Interno e Externo da Administração Pública, pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: erikavilar@hotmail.com

RESUMO

É notório que na sociedade brasileira ocorre uma série de debates que são considerados polêmicos para sua abordagem. Alguns são de tamanha problematidade que acabam por se tornar tabus, entre eles a eutanásia. Diante disso, este artigo objetivou analisar o encargo da eutanásia à luz do posicionamento jurídico e sua correlação com as garantias fundamentais. E para tanto, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica com abordagem dedutiva, utilizando-se de livros e artigos científicos, com base jurídica nas normas Constitucionais. Enfim, no que diz respeito à eutanásia, a legislação do Brasil se encontra em um limbo no qual outros países, inclusive da América Latina, não se encontram. A legislação brasileira precisa ter uma previsão legal para a eutanásia, além de contemplar de forma mais eficaz o lado humanitário deste procedimento.

Palavras-Chave: Eutanásia. Dignidade. Autonomia de Vontade. Direito à vida. Direito à morte digna.

INTRODUÇÃO

A Constituição garante a todos o direito à vida, um direito inviolável pois se entende não poder abrir qualquer margem para que tal direito seja questionado. A inflexibilidade quanto ao direito à vida acabou por criar cenários praticamente desumanos, uma vez que o direito do indivíduo sobre sua vida limita-se nos casos de o mesmo querer abreviar sua morte para se poupar de um sofrimento.

A eutanásia é um tema muito antigo, mas também bastante atual e que causa muitos debates sobre, tendo em conta que lidamos com o bem jurídico mais valioso: a preservação da vida, em detrimento de princípios constitucionais como a autonomia de vontade e a dignidade da pessoa humana.

Já a partir de uma perspectiva de pensamento civil-constitucional, o Direito Civil considera no nascimento com vida o começo da personalidade jurídica e, sendo assim, o indivíduo adquire

diversos direitos fundamentais, que são a chama dos direitos da personalidade. Dentre eles, está a dignidade da pessoa humana, garantida pelo artigo 1º, inciso III da Constituição, conceituada como sendo um valor moral e espiritual inerente à pessoa; isto é, todo e qualquer ser humano é dotado desse preceito, constituindo o princípio máximo do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, o presente artigo desenrola-se a partir do seguinte questionamento: como a não regulamentação da eutanásia afeta o direito de escolha do indivíduo e a dignidade dele como um ser humano?

Para tanto, se faz necessário compreender a eutanásia em caráter histórico e funcional, bem como explicar os parâmetros legislativos acerca da eutanásia e analisar os direitos da vida e da liberdade, suas limitações e como se relacionam com a eutanásia.

Como percurso metodológico para o desenvolvimento do trabalho, utilizar-se-á pesquisa bibliográfica com abordagem dedutiva, utilizando-se de livros e artigos científicos, com base jurídica nas normas Constitucionais, do Código Civil do ano de 2001, como também do Código Penal. Ademais, se utiliza também doutrinas e legislações não só brasileiras, mas também de países que permitem a prática da eutanásia, como Holanda, Bélgica e nosso vizinho Uruguai.

“A pesquisa é desenvolvida quando existe o anseio de investigação acerca de algo, como objetivo de obter respostas para as indagações propostas, além disso constitui parte integrante do processo reconstrutivo de conhecimento, por meio da utilização de métodos e técnicas científicas” (PRODANOV; FREITAS, 2013).

EUTANÁSIA, UM ESTUDO DE SEU PASSADO, SUAS MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E ATUALIDADES

Podendo ser traduzida como “boa morte” ou “morte apropriada”, a eutanásia possui uma longa história e abre margem para diversas interpretações e análises. A função da eutanásia já foi

ligada ao tratamento mais adequado possível para casos de doenças que não possuem uma cura certa, tal procedimento também pode ser interpretado como uma forma adequada de se findar a vida de um indivíduo, em todo o caso a eutanásia se refere ao fim da vida de um indivíduo que não possui previsão de reverter um caso grave de doença ou outro fator que gere sofrimento.

O termo eutanásia foi criado na obra “*História vitae et mortis*” criada no século XVII pelo filósofo inglês Francis Bacon. Foi nessa obra que ocorreu a conhecida definição de eutanásia para uma “Boa Morte”, tal termo desde esse período já se referia a uma morte humanitária, uma morte que poupe o sofrimento de quem irá morrer e que permita que o indivíduo vá ter uma morte humanizada.

Tratando-se do significado da palavra Eutanásia a mesma deriva do grego das palavras *eú* e *thanatos* que significam respectivamente boa e morte, tal junção criou o famoso termo.

A evolução do termo eutanásia segundo Danielle Cortez (2012, p. 23) há uma sintética evolução histórica do significado do vocábulo eutanásia: no século XVIII, queria dizer uma ação que produzia uma morte suave e fácil; no século XIX, a ação de matar uma pessoa por piedade, e, finalmente, no século XX, a operação voluntária de propiciar a morte sem dor, tendo por escopo evitar sofrimentos dolorosos aos doentes.

Segundo Guimarães (2011, p.91), a eutanásia própria ou propriamente dita seria a conduta detentora dos seguintes requisitos: provocação de morte piedosa, por ação ou inação de terceiro, no caso o médico; de que se determine o encurtamento da vida, em caso de doença incurável que acometa paciente terminal a padecer de profundo sofrimento, compreendendo assim a provocação da morte por ação, denominada eutanásia ativa ou quanto por inação, entendida como eutanásia passiva.

O que se entende por eutanásia, a base e suas modalidades

A eutanásia tanto em objetivo quanto em procedimento possui duas classificações principais, ambas possuindo o intuito de findar a vida de um indivíduo que esteja em um estado de sofrimento e sem previsão de melhora da forma mais humanizada possível, as suas formas são a “eutanásia ativa” e a “eutanásia passiva”, por mais que haja uma comparação constante, nenhuma dessas classificações pode ser confundida com outros procedimentos semelhantes, como por exemplo a ortotanásia que também é vinculada ao comportamento adequado frente a morte de um indivíduo para que a mesma seja a melhor possível mas a ortotanásia está mais relacionada aos cuidados paliativos adequados prestados aos pacientes nos momentos finais de suas vidas.

Eutanásia Ativa

É a forma mais conhecida da eutanásia, a mesma consiste na ação de um indivíduo com o objetivo de cessar a vida de um indivíduo que está em um estado que pode ser considerado desumano, seja pelo indivíduo estar em uma condição na qual ele perdeu o propósito de vida, (como por exemplo um estado parcialmente inerte como a síndrome do encarceramento por exemplo, tal síndrome inibe quaisquer movimentos ou formas de se expressar com exceção dos movimentos oculares) ou um estado em que a pessoa está em um considerável sofrimento, o mesmo pode ter diversas origens (uma lesão originada de um acidente automobilístico por exemplo).

A eutanásia ativa pode ser realizada de diversas formas, dentre eles pode se citar o desligamento de mecanismos que mantenham as funções vitais do indivíduo estáveis ou a aplicação de algum veneno ou medicamento em dose letal, todas as formas

evitando o sofrimento do indivíduo alvo da eutanásia afinal o objetivo é justamente lhe poupar de sofrimento.

Eutanásia Passiva

A eutanásia passiva por mais que seja semelhante, possui diferenças cruciais para com a sua modalidade ativa, enquanto a forma ativa se baseia na ação de um terceiro para que o indivíduo alvo da eutanásia morra, a forma passiva se baseia na omissão voluntária de certos procedimentos ou outros fatores que sejam cruciais para a sobrevivência do indivíduo, como pontua Sandro Spinsant “a omissão é legítima quando se deixa que o paciente entre naturalmente no processo de morrer, renunciando-se ao enrijecimento que qualificamos de obstinação terapêutica”.

As formas de se cessar a vida de um indivíduo pela forma passiva são mais imprecisas, uma vez que não há uma ação rápida de um indivíduo para que a eutanásia ocorra, mas sim se corta algum fator para que a eutanásia ocorra. O ponto é que tal modalidade pode acabar causando sofrimento para o indivíduo alvo da eutanásia, uma vez que o corte de algum destes recursos pode deixar o indivíduo em um estado lastimável, pois os mesmos não apenas estabilizam o indivíduo, como também o trazem conforto. Por isso, provisões como alimentos, medicamentos ou procedimentos que diminuam a dor do paciente não devem ser o alvo da eutanásia passiva pois iria contra o propósito inicial da eutanásia. O alvo da eutanásia passiva geralmente se trata da ingestão de medicamentos que tem apenas funções estabilizadoras ou procedimentos que sejam muito danosos ao paciente, podendo lhe causar um considerável sofrimento sendo de forma temporária ou até mesmo permanente, o paciente pode acreditar que tal sofrimento é demasiado e considerar que sua vida passou a ser um fardo, portanto para se preservar o intuito inicial

da eutanásia, ao se realizar a forma passiva da eutanásia deve se atentar para que se corte apenas fatores que não irão prejudicar ainda mais a condição de vida do paciente.

A forma passiva tende a ser vista como mais humana que a ativa pois possibilita que o paciente possa desfrutar ainda de bons momentos na medida do possível enquanto aguarda o fim do seu sofrimento que continua a ser minado da melhor forma possível ou apenas controlando o definhamento do paciente quando o mesmo opta por não passar por um determinado procedimento pôr o considerar danoso demais a sua condição de vida, podendo lhe trazer um sofrimento considerável.

POSICIONAMENTO SOCIAL ACERCA DA APLICAÇÃO DA EUTANÁSIA

Sempre será um tema polêmico a discussão sobre a utilização ou não da eutanásia, os valores das pessoas sempre irão guiar seu posicionamento acerca de defender ou não um tema mesmo que seja um assunto sensível e que se trata de um fator humanitário referente ao estado de uma pessoa que as vezes nem mais possui controle acerca do próprio destino, alguns pontos utilizados para a defesa e a recusa ao uso da eutanásia valem a pena serem citados.

Pontos a favor da eutanásia

Aqueles que defendem a prática da eutanásia defendem o posicionamento de que a eutanásia deve ser vista como um direito que o doente deve ter se pautando na dignidade da pessoa humana, se referindo que o indivíduo tem o direito de buscar uma condição de vida que seja a mais humanizada possível, evitando sofrimentos que o mesmo considere inaceitáveis, segundo Teixeira (2010, p.171) Em questões de maior intimidade, o fio norteador exclusivo deve ser

a autonomia privada, pois a vontade individual é a única legítima a guiar tais decisões, não a imposição do Estado ou de terceiros.

Os defensores de tal ato afirmam que os doentes não são obrigados a se manterem vivos se este não for o direito dos mesmos, eles afirmam que os doentes tem o direito de não se submeterem a determinadas situações que irão os manter em um sofrimento constante, segundo Ana da Cunha (2018, p. 48) “O paciente deve ter a escolha de viver ou não, e não ser obrigado a viver sem nenhuma qualidade de vida, apenas por existência.”, o doente pode preferir não passar por um estado de pleno sofrimento, nem que seja para se manter vivo, as vezes o indivíduo pode considerar que os procedimentos que o mantem vivo fazem com o que o mesmo viva em constante sofrimento ou fique em um estado deplorável que fira a dignidade do doente, como os defensores do uso da eutanásia apontam as vezes é mais humano cessar o sofrimento do doente ao invés de forçá-lo a viver em uma condição que seja indigna para qualquer pessoa viver.

Pontos contra a eutanásia

Os posicionamentos contrários ao uso da eutanásia se pautam em pontos legais, de cautela e ideológicos, percebe-se atualmente a eutanásia como um crime, ou seja ela é relacionada a um homicídio mesmo que com boa intenção, a mesma é prevista como um homicídio privilegiado uma vez que o autor desse homicídio se baseia em um relevante valor moral com o intuito de se cometer tal ato, mesmo que seja realizado com uma boa intenção, para que se poupe o sofrimento do doente, tal ação ainda é vista como um crime, tal posicionamento humanista apenas diminui a pena que será aplicada ao indivíduo que cometer tal crime. O uso indevido de eutanásia é outro relevante argumento contra o uso da eutanásia, afirma-se que

não se pode abrir margem para tal risco uma vez que sendo permitido o uso da eutanásia pessoas mal intencionadas poderiam se aproveitar de tal permissão para acabar com a vida de indivíduos, se apoiando no uso permitido da eutanásia doentes que estavam fora de si ou em um estado instável cessariam a vida de pacientes que poderiam estar apenas em crise ou até mesmo ok com sua condição, mesmo que seja um risco apenas afirmasse que tal cenário não pode nem ser possível uma vez que tal dano seria irreparável, a vida de um indivíduo quando for perdida não pode ser recuperada, portanto afirmasse que não se pode criar uma nova forma de se findar a vida de uma pessoa de forma não natural pois seria uma possibilidade a mais para que vidas humanas fossem interrompidas por indivíduos mal intencionados.

Querendo admitir ou não é fato que os pontos de vista morais e ideológicos das pessoas sempre moldarão seus posicionamentos acerca de qualquer tema mesmo que os temas não os envolvam, então é evidente que a eutanásia não é um tema que seria poupado dessa situação, os opositores ao uso da eutanásia utilizam como base princípios morais e até religiosos para ir contra a pratica da eutanásia ou de procedimentos semelhantes a ela, as alegações se pautam na ideia de que pessoas não podem tirar a vida de outras pessoas, que tal ação é inadmissível não importando o cenário em que tal ação é realizada, sendo por posicionamentos religiosos uma vez que certas religiões afirmam que a eutanásia seria um tipo de suicídio ou homicídio que é um ato inaceitável ou apenas por um questionamento moral que faz com que alguns indivíduos não separem tal ação de um homicídio pouco importando se possuía o viés humanitário, vale-se apontar como os indivíduos contra a eutanásia por causa de ideais de certo e errado tem apenas uma visão egoísta do cenário da eutanásia desvalorizando a vontade do indivíduo que realmente está sofrendo e que deveria ser o único a ser ouvido sobre tal situação, segundo

Teixeira (2010, p.3) Entendemos que a saúde é categoria que está adstrita à intimidade da pessoa humana. É ela quem deve decidir como tratar a sua saúde, após estar devidamente informada – de forma preventiva – sobre qual tratamento deve se submeter, bem como quais as consequências de cada uma das suas escolhas em sua integridade física.

POSICIONAMENTOS LEGAIS ACERCA DA APLICAÇÃO DA EUTANÁSIA

A Constituição Federal não aborda diretamente a eutanásia, contudo pode se analisar a postura da Constituição relacionada a eutanásia e quanto mais se analisa mais se percebe os conflitos entre os ideais da Constituição que se colidem ao se tratar da eutanásia. A Constituição Federal de 1988 impede à violação a vida, veda a tortura, veda o tratamento desumano ou degradante, também garante ao indivíduo o direito a autonomia e a liberdade. A vida e o direito a uma morte digna teoricamente seriam ambos garantidos pela Constituição Federal uma vez que a vida do indivíduo não pode ser violada mas não se pode permitir que uma pessoa fique em um estado desumano, principalmente quando isso for contra a vontade do mesmo, a eutanásia é um tema claramente difícil de se abordar no parâmetro legal devido aos conflitos que a própria Constituição Federal de 1988 cria ao desejar defender de forma irredutível dois cenários contrastantes em alguns casos, porque ao fazer o máximo possível para manter um indivíduo vivo o mesmo pode ficar sujeito a um tratamento desumano devido ao sofrimento que o indivíduo passara para ser mantido vivo, agora se for permitida uma morte digna para o indivíduo em estado de sofrimento constante irá se violar o direito à vida do indivíduo garantido pela Constituição Federal de 1988, tal escolha que atualmente não é entregue ao enfermo, contudo, segundo Teixeira (2010, p.4) Cabe ao direito civil respeitar

e contribuir para que a pessoa tenha plenas condições de exercer tal papel emancipatório na própria vida, de maneira responsável, tal direito sendo norteadado pela Constituição Federal de 1988, não podendo a mesma tirar a liberdade do indivíduo e sua autonomia.

Quando se trata do caractere penal a eutanásia também não possui indicação clara no Código Penal, no entanto a mesma é prevista como um homicídio privilegiado previsto no parágrafo primeiro, do artigo 121, do Código Penal Brasileiro.

Por mais que seja visto como um homicídio, a ação da eutanásia por ser causada por um valor social relevante, sofre um atenuante de pena, a diminuição da referida pena de homicídio que geralmente é de seis a vinte anos é de um sexto a um terço da pena original.

Fatores que criminalizam a eutanásia

Tal criminalização se baseia no conflito entre dois princípios que são estabelecidos pela Constituição Federal, o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da inviolabilidade do direito à vida, a limitação de um princípio devem ocorrer apenas para a preservação de outro princípio, como se vemos ambos os princípios como vitais buscassem a limitação que seja considerada a menos danosa para o ser humano, buscassem então limitar o princípio da dignidade da pessoa humana uma vez que se entende como menos danoso limitar o poder de escolha do indivíduo sobre sua condição do que abrir margem para que se rompa o princípio que rege o bem mais precioso do ser humano, a vida, contudo tal preservação pode passar a ser danosa ao indivíduo quando a mesma não é desejada por ele, segundo Teixeira (2010, p.221) Compreender os direitos de personalidade como irrenunciáveis significa, a priori, que o titular dos direitos de personalidade tem o dever de exercê-los.

EUTÂNASIA NO BRASIL E NO MUNDO

Devido às limitações que a legislação brasileira possui quando se trata da eutanásia vale-se analisar como o resto do mundo lida com tal procedimento, analisar os países que permitem o uso da eutanásia ou de suas “variações”, seus procedimentos, como e quando é aplicada pode ajudar o Brasil a ter um norte de como lidar com a eutanásia, superando o atual estado de estagnação que a Constituição Brasileira está, segundo Teixeira (2010, p.303) A ressignificação da recusa restrita de tratamento, ou seja, a conduta médica que respeita a vontade do paciente no sentido de deixar-se morrer, deve abandonar sua antiga interpretação como homicídio, evitando o paternalismo médico.

Para tanto o Brasil possui uma legislação sem previsão legal para a eutanásia, a mesma é um tema que a legislação brasileira simplesmente não sabe como lidar. A eutanásia é prevista como uma forma de homicídio no código penal, apenas recebendo um atenuante na pena por se tratar de um homicídio causado por um valor social relevante, previsto no parágrafo primeiro, do artigo 121, do Código Penal Brasileiro.

O primeiro país a ser analisado no presente direito comparado é a Holanda sendo este o primeiro país a legalizar a eutanásia ativa em todo o mundo no ano de 2002.

Para que a eutanásia ativa possa ser realizada na Holanda precisa-se que o médico responsável analise se é viável, analisando se o sofrimento do paciente é realmente insuportável, o médico deve receber o pedido do paciente para receber tal procedimento, pedido que deve ter sido pensado de forma lúcida pelo paciente, o paciente tem que saber de seu estado e suas perspectivas para o futuro, deve-se ter como inviáveis procedimentos alternativo, o médico responsável deve consultar pelo menos um médico independente

e se todos os pré-requisitos forem atendidos o procedimento deve seguir um rigoroso cuidado em sua realização seguindo o ponto de vista médico.

O testamento vital pode ser utilizado para garantir o desejo a eutanásia, substituindo a permissão dada diretamente pelo paciente se o mesmo estiver debilitado demais para se expressar de forma adequada.

Seguindo essa direção, a Bélgica foi o segundo país do mundo a autorizar a eutanásia ativa, legalizando tal procedimento no ano de 2003.

Para que um paciente possa receber esse procedimento, o mesmo deve estar em um estado danificado de saúde que não possua previsão de melhora, o paciente também deve estar em um estado de constante sofrimento que não possa ser satisfatoriamente aliviado, a mesma deve ser realizada por um médico capacitado, o paciente deve ser informado de quaisquer outras alternativas que ele possa ter invés de optar pela eutanásia, o desejo de realizar a eutanásia deve ser expressado por um paciente lúcido e capaz de expressar tal vontade, tal vontade deve ser expressada em documento escrito.

Se uma criança desejar realizar tal procedimento, deverá seguir os mesmos requisitos dos demais indivíduos, também deverá receber acompanhamento de um psicólogo ou psiquiatra infantil além de precisarem da permissão dos pais ou responsáveis.

O país Colômbia não trata a eutanásia como um crime desde 1997, tendo uma situação semelhante ao Brasil, a eutanásia não possuía previsão legal na legislação da Colômbia, contudo atualmente se vê prevista na Resolução 12.116/15 do Ministério da Saúde Colombiano.

Para que tal procedimento possa ser realizado na Colômbia é preciso que o paciente ao pedir para se submeter a eutanásia esteja são o bastante para realizar tal pedido de forma lúcida, o paciente

precisa estar em constante sofrimento que não possa ser aliviado de forma satisfatória, este procedimento deve ser aprovado e realizado por um médico competente que deverá ser acompanhado e apoiado por um advogado e um psicólogo ou psiquiatra.

O país Luxemburgo legalizou tanto a eutanásia quanto o suicídio assistido em 2019, um país que aderiu a esses procedimentos em um período recente.

Para que a eutanásia ou o suicídio assistido seja realizado o paciente deve ter expressado tal vontade em um documento que se chama “Disposições de fim de vida”, tal documento deverá seguir os moldes de um testamento vital, em tal documento o paciente irá expressar quais condições em que gostaria de se submeter a tais procedimentos, estes serão realizados por um médico capacitado e confiável, no momento que o paciente desejar o mesmo poderá revogar sua solicitação para tais procedimentos.

Para que o paciente possa ser submetido a tais procedimentos o mesmo deverá ser maior de 18 anos, capaz de expressar sua vontade de forma lúcida e séria, o paciente deve estar sofrendo dor insuportável em um estado clinicamente sem previsão de melhora. Para que o médico realize algum destes procedimentos o mesmo deverá antes de realizar qualquer um deles consultar um médico especialista no assunto, deverá consultar a equipe médica responsável pelo paciente que deseja algum desses procedimentos e uma pessoa de confiança apontada pelo paciente.

Na Suíça a eutanásia é penalizada criminalmente, no entanto a assistência ao suicídio não é criminalizada, devido a interpretação “aberta” que o seu código penal possui sobre o tema. A assistência ao suicídio não pode ser realizada por indivíduos que possam possuir quaisquer interesses relacionado a morte do indivíduo que tem interesse em receber assistência para o seu suicídio.

Para que a assistência ao suicídio seja permitida na Suíça é necessário que o paciente que irá receber tal assistência, expresse tal vontade de forma séria por um tempo considerável, que o mesmo esteja em um estado de saúde que já comprometa a qualidade de vida do paciente devido ao sofrimento que o mesmo passa.

Por mais que possua um intervalo entre a decisão de querer tal assistência e a realização de tal procedimento são muito poucos os relatos de desistência na Suíça, percebesse que o sofrimento de determinadas situações clínicas é o suficiente para que podendo esses indivíduos optassem por parar de viver.

Por fim se observa o Uruguai, este país não legalizou a eutanásia, contudo reconhece que tal ato pode ter um lado benevolente, a partir do ano de 1934 se tornou possível que o juiz exonere a pena de um indivíduo que mate outro por motivos honráveis buscando tirar a vida de uma pessoa que em estado de sofrimento suplique para que tenha sua vida finalizada, tal possibilidade é prevista no artigo 37 de seu código penal, para que tal exoneração ocorra aquele que comete tal ato tem que o cometer por piedade.

O que o Brasil pode aprender com o mundo sobre a eutanásia

Quando se trata da eutanásia a legislação do Brasil se encontra anos atrás de outros países inclusive de outros da América Latina, a legislação brasileira precisa ter uma previsão legal para a eutanásia além de contemplar de forma mais eficaz o lado humanitário deste procedimento.

A eutanásia no Brasil deve ser uma opção para que enfermos em estado de sofrimento constante possam terminar com o seu sofrimento, segundo Teixeira (2010, p.176) O Estado não é o melhor juiz e que não pode haver substituto para a consciência individual, sob a pena de responsabilizar e infantilizar-se os indivíduos, reduzindo-

se, na mesma proporção, o nível de liberdade da sociedade, contudo tal procedimento não pode apenas ser permitido ele precisa ser regulamentado, deve se estabelecer em quais condições um enfermo poderá ser submetido ao procedimento da eutanásia e como este deverá ser realizado.

Como o Brasil é um país adepto do Testamento Vital o mesmo pode se utilizar dele para que um indivíduo possa afirmar quais situações ele gostaria de ser submetido a eutanásia, a preservação da vida de um paciente se torna um estado de constante tortura ao se forçar um indivíduo a ficar vivo então para que se preserve as ideias da Constituição Brasileira se precisa respeitar a vontade do paciente enfermo.

O Brasil analisando os procedimentos dos países que utilizam a eutanásia de forma legalizada pode criar um padrão de procedimento, para que se garanta que apenas pacientes que desejam serem submetidos a eutanásia passem por ela e que ela seja realizada da maneira mais humana possível para se evitar ainda mais sofrimento para o paciente enfermo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico apresentou a história, o funcionamento e as previsões legais da eutanásia no Brasil e em outros países do mundo, com o objetivo de ampliar a visão sobre a eutanásia a desmistificando e expondo o lado positivo de tal procedimento que é menosprezado pela Legislação Brasileira.

A eutanásia se trata de um procedimento que visa encerrar a vida de um paciente que possui uma enfermidade sem previsão de melhora e que se encontra em estado de constante sofrimento insuportável.

A eutanásia é um procedimento que não é permitido legalmente, mesmo que seja vista como um homicídio piedoso, a Legislação Brasileira já começa sua confusão no momento em que penaliza a prática da eutanásia mesmo reconhecendo o seu viés humanitário.

A mesma é um tema que sempre gera conflitos, a discussão sobre se tal procedimento deve ser realizado ou não sempre possuirá diversas facetas do porquê um indivíduo é a favor ou contra esse procedimento, como foi apresentado neste trabalho o posicionamento a favor da eutanásia possui um ponto de vista bem mais humano que os que se posicionam contra, uma vez que por mais que ambos pautem seus posicionamentos em suas próprias visões de certo ou errado e que teoricamente busquem o que é melhor para o enfermo, os que defendem a eutanásia demonstram mais empatia uma vez que respeitam o desejo do enfermo de perder sua vida e ter uma morte digna, os que se posicionam contra por mais que tenham um viés positivo ele se perde pelo extremismo gerado pelo fato de que defendem a vida do indivíduo até se for contra a vontade dele.

O melhor caminho para o futuro da eutanásia no Brasil é o mesmo se inspirar nos países que já utilizam de tal procedimento o prevendo legalmente, legalizando a eutanásia e estabelecendo como tal procedimento será realizado. Se a eutanásia for legalizada ela poderá ser realizada de forma humanitária, porque a eutanásia não ser legalizada não vai impedir que ela seja realizada, mas se ela for legalizada a mesma terá um procedimento já estabelecido de como será realizada e garantir que seja realizada por um profissional adequado para tal situação. Como o Brasil utiliza o testamento vital, ele pode seguir o caminho dos países que o usam para estabelecer que um paciente gostaria de se submeter a eutanásia em determinados cenários.

Como já preestabelecido o presente trabalho possui um ponto de vista positivo acerca da eutanásia e busca gerar reflexão para seus leitores para que se analise a possível legalização da eutanásia no Brasil e como ela poderia ser realizada, uma vez que neste tema deve-se prevalecer a vontade dos indivíduos que estão a passar pelo sofrimento e não dos demais que estão apenas contemplando a dor do enfermo e o mesmo ficando à mercê da empatia de estranhos sem ter o direito de escolher finalizar a própria vida com dignidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Código Civil**. LEI Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm>. acesso em: 26. maio. 2023.
- _____. Presidência da República. **Decreto - lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Ed. Planalto, 1988.
- CAROLINA, A. **Saude, corpo e autonomia privada**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010
- CUNHA, Ana Luisa Marzola da. **Eutanásia e o direito brasileiro: uma análise sobre seus aspectos favoráveis e desfavoráveis**. 2018. 55 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. dez. 1940. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decretolei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 26. maio 2023.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- EUTANÁSIA. **Toda Matéria** Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/eutanasia/#:~:text=Eutan>>. Acesso em: 29 de abril 2023.
- GOLDIM, José Roberto. **Eutanásia - Uruguai**. Núcleo Interinstitucional de Bioética - UFRGS, 1997 Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/eutanasia.htm#:~:text=O%20termo%20Eutan%C3%A1sia%20vem%20do>>. Acesso em: 27 abril 2023.
- REVISTA JUS NAVIGANDI. Eutanásia: conceito, história e legislação - **Jus Navigandi**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23299/da-eutanasia-no-direito-comparado-e-na-legislacao-brasileira>>. Feevale, 2013.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Luiz Flávio. Eutanásia, morte assistida e ortotanásia. **Jus Navigandi**. <https://jus.com.br/artigos/9437/eutanasia-morte-assistida-e-ortotanasia>. Acesso em: 01 set. 2023.
- JUS BRASIL. Qual a diferença entre eutanásia, distanásia e ortotanásia? **Jusbrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/qual-a-diferenca-entre-eutanasia-distanasia-e-ortotanasia/87732>. Acesso em: 01 set. 2023.
- SWISSINFO.CH. Mitos e realidades sobre o suicídio assistido na Suíça. **Swissinfo.ch**. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/mitos-e-realidades-sobre-o-su%C3%ADc%C3%ADdio-assistido-na-su%C3%AD%C3%A7a/893224>. Acesso em: 01 set. 2023.
- MENDES, A. C. et al. A polêmica da legalização da eutanásia no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 79803–79814, 2020.
- PAIVA, Vitor. Como funciona o suicídio assistido e qual o impacto nos países onde foi adotado. **hypoeness**. Disponível em: <https://www.hypoeness.com.br/2017/09/setembro-amarelo-como-funciona-o-suicidio-assistido-e-qual-o-impacto-nos-paises-onde-foi-adotado/>. Acesso em: 02 set. 2023.
- PORTO, C. S.; FERREIRA, C. L. EUTANÁSIA NO DIREITO PENAL: os aspectos jurídicos do homicídio piedoso. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 5, n. 2, p. 63–72, 1 mar. 2017.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. Metodologia do trabalho científico [recurso] Spinsanti S. **Ética biomédica**. São Paulo: Paulinas, 1990.

10

DIVERSIDADE, DIFERENÇA E INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE: os corpos de homens negros por eles mesmos¹

Josué Gonçalves Freitas Lima²
Michelle Vicente Torres³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 17 – Caminhos e Trilhas de uma Educação Inclusiva: um Manual de Experiências Vivas, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Graduando em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

3 Fisioterapeuta, graduada pela Universidade Estadual do Piauí, Especialista em Fisioterapia Cardiovascular em Regime de Residência pelo Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia do Estado de São Paulo, Mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Especialista em Docência na Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Gestão de Programas de Residência pelo Hospital Sírio Libanês. Docente de Ensino Superior para o Curso de Fisioterapia da Universidade Estadual do Piauí, pós-graduanda em Gestão de Programas de Residência em Saúde do SUS (MS/Hospital Sírio-Libanês) e Tutora de Campo da VIII Turma de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da UESPI.

RESUMO

O estudo busca a partir da expressão individual compreender perspectivas sobre a corporeidade do homem negro acadêmico que se encontra em uma instituição de nível superior do Estado do Piauí. Entende-se de antemão que as observações e conclusões do corpo permeiam as agruras históricas vivenciadas em uma conjuntura racial excludente e que se distanciam de uma análise semiótica crua e simplista, mas que adentra e remete as repressões sociais, à falta de representatividade e a contextos econômicos e espaciais distintos entre os próprios entrevistados que com suas diferenças, convergem em um ponto: a presença na universidade. Os dados coletados foram pormenorizados conforme Análise de Conteúdo proposta por Bardin e a pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa, transversal, observacional e analítica, com amostra do tipo qualitativa, intencional. Por fim, concluiu-se que urge criar mecanismos de interseccionalidade e conscientização em sala de aula que remetam ao empoderamento sobretudo no contexto educacional de saúde.

Palavras-Chave: Corporeidade. Homem Negro. Acadêmicos De Saúde.

INTRODUÇÃO

A compreensão humana acerca do corpo, em sua ampla abordagem sociológica, busca mediante fenômenos sociais e culturais o entendimento do corpo na perspectiva semântica interpessoal e de forma simbólica com o mundo (LE BRETON, 2011, p. 17). De forma introdutória, a expressão da natureza corporal em um espaço social, torna a matéria física maleável e manipulável aos anseios e normas temporais, culturais e ideológicos vigentes (RIBERA, 2017). Dessa forma, a compreensão dos mecanismos onerantes que suscitaram a discriminação racial durante séculos faz-se imprescindível para a descaracterização da repulsão fenotípica vivenciada pelo povo negro diariamente, inclusive em esferas acadêmicas.

Dessarte, um traçado inovador que permita ampliar discussões na estrutura racista de percepção corporal que mantém espaços de poder segundo a análise semiótica, finca-se na análise decolonial, onde observar a trajetória contrária à eurocêntrica visão, suscita um pensamento crítico complexo, menos cético, ao passo em que novas vertentes e pontos de vistas são considerados. Para tanto, é fulcral contornar o estereotipado discurso hegemônico moderno, o qual restringe a corporalidade negra à simbologia e à repulsa, sustentada historicamente na premissa colonizadora que desconsidera a organização socioafricana das diferentes civilizações milenares existentes naquele continente (MBEMBE, 2014, p. 9-11).

Segundo Mbembe (2014) três momentos sobretudo destacam-se na construção temporal e facilitam o entendimento da didática racial nos moldes atuais, sendo estes a espoliação no tráfico atlântico, onde há um “calabouço das aparências” na busca de um esquecimento dos valores e tradições do escravizado, posteriormente, o acesso à escrita e as articulações e resistências, e em seguida, o mais recente momento, a codificação, pautada na indiferença e sustentada pela marginalização própria do capitalismo (MBEMBE, 2014, p. 12-15). Sem dúvidas portanto, o apagamento das memórias é a chave para um ponto de partida no resgate do entendimento rizomático da conjuntura excludente existente. (SODRÉ, 2017)

Ao pisar em terras da colônia, os escravos logo deparavam-se com um tratamento animalizado, reféns de uma linguagem zoológica, mostrando assim, que para o colono, o corpo negro, precipuamente do homem, detinha apenas valor de força (FANON, 1968). Observa-se assim, o epistemicídio sofrido pelo povo e a tentativa de desumanização, reiterando a égide de um corpo sem alma, sem liberdade, sem língua, cultura ou religião (QUEIROZ, 2013).

Tal conjuntura, conduziu o sistema onerante de forma a operar na contemporaneidade ainda de forma consistente,

escondido, mas ainda sim muito bem articulado, apresentando consigo novas multifaces e desafios (DIANGELO, 2018, p. 65). Cita-se a hipersexualização, por exemplo, como uma adaptação do molde animalesco projetado sobre corpos de homens negros no período colonial, desconsiderando as capacidades racionais, afetivas e psicológicas, que por esses, estereotipadamente, devem ser reprimidas. Como resume Fanon: “diante do negro, com efeito, tudo se passa no plano genital” (FANON, 2008, p. 138). Ademais, o equivocado positivismo científico, inaugurou no século XX uma forma inusitada de racismo, sendo esse, com a prerrogativa de “melhoramento genético”, em terras brasileiras, a mestiçagem ganhou o nome de “purificação” através de incentivos à vinda de imigrantes vistos pelo governo como heróis do “branqueamento”. Décadas após, o Brasil colhe uma dualidade racial de complexo entendimento e que estabelece hoje em dia um regime pigmetocrata onde a mestiçagem exige um olhar ainda mais apurado quanto à presença de traços negroides por exemplo, e a relação com a intensidade das violações racistas. (MOORE, 2007, p265-266)

De certo, independente de espaço e tempo, o homem de forma intrínseca consolida-se ativamente como emissor e receptor da experiência corporal na trama social de sentidos o qual está inserido, compondo a comunidade, entretanto, o racismo, a percepção obscura emitida por ele e suas nuances, implicam estigmas que historicamente afetam pessoas pretas nos mais diferentes aspectos, primordialmente no modo em que são enxergadas e por conseguinte, no jeito em que se interpretam. O ato discriminatório deleita-se na semiótica corporal, e, portanto, é imprescindível um estudo minucioso acerca das violências e intolerâncias derivadas do imaginário executor e experimentadas nas vivências das vítimas (LE BRETON, 2007, p. 72).

Dessa maneira, o ciclo de manutenção de privilégios deve ser rompido e para isso, a inclusão acadêmica, o fomento à criação

de conhecimento e debates, a autoria de pesquisas, e a extensão da produção acadêmica à comunidade fazem-se imprescindíveis, visto que os espaços educativos representam um local de poder (BOURDIEU, 1998) que ao longo de anos distanciou-se estruturalmente às necessidades das minorias sociais, devendo agora, inclusive por meio de políticas públicas assistenciais, cooperar democraticamente à tão estimada mobilidade.

Dessarte, considerando a universidade um órgão interventor na comunidade e potencialmente mobilizador, consoante ao pensamento de Santos (2003) há necessidade da percepção de caracterizar o seu âmbito acadêmico e científico como incluyente e equitativo, de forma a não alimentar as desigualdades do meio externo, mas que de forma ética e democrática busque não reproduzir passivamente configurações desiguais, nesse caso, referente à estrutura racista que mantém longínquo da inserção academicista o homem negro, recusando um olhar autêntico e identitário nos debates academicistas. Assim sendo, a produção científica nesse caso suscita relevantes reflexões nos mais diversos aspectos, sejam estes externos e até psicológicos inerentes à vida desse estrato social. À vista disso, justifica-se o caráter de resistência atribuído à escolha temática de tal estudo, pela relevância e atualidade discursiva e sobretudo na busca de um mundo mais acolhedor e compreensivo à minoria supracitada, projetando a desconstrução ao amargor equivocado e injusto experimentado no passado

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, transversal, observacional e analítica, com amostra do tipo qualitativa, intencional, realizada com acadêmicos autodeclarados negros, acima de 18 anos, regularmente matriculados na graduação bacharelado em

Fisioterapia, Psicologia e Enfermagem e que encontravam-se entre o curso do quinto (5º) ao décimo (10º) período de uma Instituição Pública de Ensino Superior, localizada no município de Teresina, Piauí, Brasil. A pesquisa foi pautada nos princípios éticos que regem e envolvem pesquisas com seres humanos e seguiu as normas da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil para encaminhamento ao Comitê de Ética Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí e somente após a aprovação do CEP deu-se início à pesquisa.

Nesse tipo de abordagem qualitativa não foi especificado o número de sujeitos, sendo este delimitado conforme o Princípio da Saturação e Amostragem Teórica, ou seja, quando a coleta é suspensa e não há a inclusão de novos participantes a partir do momento em que os conteúdos trazidos pelos sujeitos apresentam-se redundantes e/ou repetitivos e não mais contribuem com o aprofundamento das discussões sobre a temática abordada (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

A produção de dados foi realizada entre agosto de 2022 e julho de 2023. O convite formal de participação dos convidados se deu através do envio de uma mensagem contendo uma breve apresentação da pesquisa nos grupos específicos de cada turma e a solicitação de sinalização caso apresentasse interesse pela pesquisa mediante preenchimento de formulário na ferramenta Google Forms.

A partir disso, para aqueles que acenavam positivamente para participação voluntária, era realizado o agendamento de uma entrevista. Estas, por sua vez, ocorreram no aplicativo de chamadas instantâneas Google Meet. Antes do início das entrevistas, era abordado para os participantes a necessidade da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), além de orientações de como consistiria em sua participação. Ressalta-se que uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi enviada

para o WhatsApp dos participantes, para que devolvessem aos pesquisadores, de forma digital e assinado.

Após a confirmação de que foram devidamente esclarecidos sobre os termos que regem a pesquisa, procedeu-se com a entrevista primeiramente solicitando a permissão para gravação da conversa para posterior transcrição e logo em seguida descarte, além da escolha de um codinome para maior garantia do sigilo. Por conseguinte, a execução prática do roteiro semiestruturado composto pelas seguintes perguntas: - “Como você vê seu corpo?”; “Como você, homem negro, percebe a presença do seu corpo na sociedade?” e “Você acredita que o meio em que você se insere exerce influência na forma de compreender o seu corpo? Fale sobre isso.”.

É oportuno destacar que deveriam ser excluídos os participantes que desistissem de consentir com a divulgação dos dados, não seguissem o roteiro da entrevista semiestruturada, que não aceitassem a gravação da entrevista, que desistissem da permanência no curso até o período final da coleta, ou aqueles que optassem por desistir da participação na pesquisa antes de responderem por completo o instrumento de coleta. A amostra foi composta por 10 participantes, em decorrência da proposta de saturação. Não houve exclusões.

Os dados produzidos foram analisados conforme a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2004), que possibilita a interpretação cifrada do material de caráter qualitativo. A construção da análise de dados da pesquisa foi, assim, realizada conforme as etapas de: pré-análise, com sucessivas e exaustivas leituras do material transcrito, onde foram destacadas as possíveis unidades de registro, as unidades de contexto e categorizações, bem como conceitos teóricos gerais; exploração do material, onde foi realizado recorte do texto em unidades de registro (previamente escolhidas), a codificação dessas unidades de registro, bem como a classificação e a junção

dos dados em unidades temáticas, segregando-se as categorias temáticas; tratamento dos resultados obtidos e interpretação, onde as informações fornecidas pela análise ficaram evidenciadas, permitindo inferências e interpretações com base no referencial teórico adotado.

As falas foram transcritas na íntegra para um computador, possibilitando uma melhor análise do conteúdo. Destaca-se que o material coletado passou por correções linguísticas, que não eliminaram o caráter natural das mesmas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da presente pesquisa 10 participantes acadêmicos autodeclarados negros dos cursos de fisioterapia, enfermagem e psicologia, devidamente matriculados entre o 5º e o 10º bloco da Universidade Estadual do Piauí (CCS-FACIME) e que frequentando regularmente as atividades da instituição concordaram com os termos que regeram a entrevista e responderam integralmente o instrumento de coleta de forma devida. Ressalta-se que a partir das entrevistas realizadas tornou-se possível construir as seguintes categorias: “Corporeidade, a imposição dos padrões estéticos e a criação de estereótipos”; “A construção histórica de um ‘homem selvagem’”; e “O letramento e a (re)educação racial no ambiente acadêmico”.

Categoria 1 – Corporeidade, a imposição dos padrões estéticos e a criação de estereótipos.

“O corpo, eu vejo assim como uma forma de me mostrar perante a sociedade, e que correlacionando a esse lado racial, como homem negro, eu imagino que existem muitas especificações que a gente coloca a partir do conceito racial... o corpo negro hoje em dia traz muito significado por conta das lutas e tudo mais... então como homem negro imagino que exista toda essa carga por cima”. [CINZA]

De forma introdutória, ontologicamente tanto a dimensão física quanto a subjetiva pautam-se intrinsecamente ao contexto da subjetividade social, ou seja, as identidades e compreensões que atravessam as estruturas sociais criam paralelamente uma concepção ideal de corpo, condizente ao contexto antropológico comunitário pré-existente em tal esfera, sendo para a consolidação e perpetuação do mesmo, aplicados diferentes mecanismos como a mídia, a indústria e até mesmo a arte. Fato é que a imposição de tais padrões necessariamente implicam a invisibilidade, opressão ou marginalização dos corpos que não condizem aos requisitos exigidos e trazem consequências mentais e sociointerativas entre aqueles que se apresentam “diferentes” do reverberado, portanto, para Tomas Tadeu da Silva (2000) compreender a identidade necessariamente adentra à compreensão da diversidade.

“... Já na questão racial, eu acho que tipo, levando ao lado de gente branca eu acho que eles são o “padrão” para as pessoas negras se espelharem.... Vamos dizer assim.... Até um tempo atrás, diziam que a Gisele Bündchen era o padrão do corpo, ou de beleza feminina, aí todo mundo a via como o padrão para se espelhar... para homem eu consigo imaginar o Tom Cruise, seria a mesma coisa”. [Vermelho]

Sob esse viés, no mundo pós-moderno, a presença do corpo negro carrega marcas de agruras históricas e de um passado tenebroso – como a escravidão e a segregação promovida pelo apartheid - que implicaram e implicam em um mecanismo opressor, duradouro e persistente, presente até a atualidade, que se adapta aos moldes situacionais e temporais apresentando-se seja de forma sutil, disfarçada, estruturada ou ostensiva, não somente na construção do padrão semiótico de beleza, mas bem além. Todas essas formas segregantes, entretanto, possuem algo em comum: a manutenção dos espaços de poder e dominação por aqueles que são cientes do seu local de privilégio e que não aspiram à minimização

das desigualdades e injustiças sociais presentes no atual modelo hierárquico que sustentam as relações raciais. (BHABHA, 1998)

“... aí no final do atendimento ela me chamou num canto e falou assim: “eu posso falar contigo?”... ela me falou assim: “você é lindo, sua cor é linda, mas corte esse seu cabelo por favor!”... e aí, essa frase ainda hoje mexe comigo o meio que a gente vive influencia muito sobre a nossa percepção da autoconfiança, também na questão da autoestima”. [Verde]

Os padrões de beleza eurocêntricos impuseram uma percepção de beleza que visa excluir e marginalizar corpos negros, negando também os espaços de poder aos afrodescendentes, demolindo expressões artísticas e culturais, impedindo a representatividade e eliminando dessa forma os referenciais estéticos, intelectuais e artísticos de um povo, distanciando-os dos locais de destaque nas sociedades, reduzindo de forma estereotipada a função cognitiva e intelectual de pessoas negras uma narrativa étnica dominante que segue vigente correlacionando os corpos negros necessariamente à força física e aos trabalhos braçais e condições de subalternidade ou submissão.

“Pela sociedade, é que ela enxerga mais os negros com aquele corpo mais forte sabe? E o meu não é tão forte assim como o dos outros Um corpo que não atende ao padrão da sociedade.” [Preto]

É notório através das primeiras falas analisadas constatar que sim, o meio em que você se insere exerce influência na forma de compreender o seu corpo, sobretudo em uma sociedade racista. A percepção do corpo negro ainda sofre as consequências do período colonial e ainda que a entrevista tenha sido em um ambiente acadêmico, estas pessoas que encontram-se na graduação, durante a sua vida já perceberam e percebem o distanciamento de sua identidade aos padrões estéticos exigidos na comunidade em questão.

Compreender a importância da representatividade e lutar por ela é uma das garantias às futuras gerações de que um pontapé inicial está sendo dado em busca da autoestima e do empoderamento destes jovens para que eles encontrem um referencial autêntico, desconstruído de estereótipos, identitário, plural, diverso culturalmente onde possa ser visto e desenvolvido suas próprias capacidades e potencialidades não mais próximas ao racismo estrutural, mas próximas à inclusão, à igualdade de oportunidades, à mobilização social.

Categoria 2 - A construção histórica de um “homem selvagem”.

“Eu acredito que a ideia do corpo negro sempre foi ligado muito à ideia de força física... e historicamente foi ligada à ideia de força física e de resistência... mais do que de uma pessoa branca por exemplo... atrelado a trabalhos mais braçais, a serviços mais braçais...” [Marrom]

“Quando eu jogava bola, eu tinha meio que obrigação, obrigação não, eu tinha um... não sei a palavra, mas eu ia jogar bola e a galera já tinha medo da minha marcação, do meu estilo de jogo... mesmo não tendo jogado comigo ainda... só de me ver, já diz assim: cuidado com o negão ali, se ele chegar em ti, tu tá lascado!” [Azul]

Diante do já exposto, entende-se a escravidão como um capítulo relevante para a compreensão do legado desumanizante acerca da corporeidade negra. Em primeira análise, convém ressaltar a institucionalização e a normalização do tráfico negreiro, onde a objetificação do corpo negro como mercadoria ao longo dos anos passaria a acentuar a sexualização e abusos que resultaram em um processo de miscigenação forçada, que mais tarde a branquitude justificaria em uma visão distorcida a criação do mito “democracia racial”, difundida e notabilizada, sobretudo na obra de Gilberto Freyre. (2002, p. 301)

Durante esse período sombrio, a religião encarregava-se de justificar a exploração em um discurso que retirava dos negros até o direito de ter uma alma, igualando-os à uma figura animalesca. Reduzidos a uma mera força de trabalho de seus senhores, sofrendo violações, sendo-lhes negado a humanidade, e em constante associação à características negativas e ameaçadoras, o corpo negro desde então sofre os efeitos da criação de uma forte discriminação social e da difusão de medos infundados que reverberam até hoje no imaginário racista o que pode ser resumido como: a construção de um perfil violento e selvagem do homem negro, que ao longos dos anos, a urbanização e marginalização de tais consolidaram a narrativa sectária da branquitude e exigem uma compreensão profunda do lugar da negritude no espaço citadino e as implicações que geram a desvalorização destes. (WERMUTH,2020)

“Há além de toda a pressão estética que acontece em todos os tipos de corpo... em específico no corpo preto há essa estigmatização em relação a preconceitos como perigo ... pessoa ser perigosa... as pessoas não confiarem, terem sempre uma desconfiança sobre a índole da pessoa somente pelo corpo e... deixa eu ver... até formas de pseudo privilégio como a sexualização, alguns homens negros continuam se utilizando disso, mas isso também traz consequências negativas...” [Prata]

Para isso, o conceito de Necropolítica adentra os debates a partir do filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) onde o exercício das atribuições estatais encontram-se à serviço e em reforço a uma realidade opressora. Sob essa égide, associação entre a corporeidade negra e a violência a violência estrutural e governamental não somente na estruturação quem pede a geração de oportunidades ou um acesso igualitário aos direitos básicos, seja educação, saneamento ou saúde, mas sobretudo, na consumação da violência física. O estigma racial alimenta o medo e a desconfiança em relação às pessoas negras,

pautando por exemplo a conduta policial que reflete um tratamento diferenciado por parte das autoridades e da sociedade em geral reforçada pela mídia. De tal forma, a criação de uma fragmentação territorial no sub imaginário comunitário, permite identificar para além do olhar geográfico, a permissibilidade da violência expressa, por exemplo, nas abordagens e investidas violentas acometidas pelos órgãos de controle estatal em espaços periféricos. (WERMUTH,2020)

“...Nós negros temos uma marginalização social... então acredito que se expor na sociedade, sendo você negro é algo bastante dificultoso, ainda mais na questão de pele, orientação sexual, enfim, é uma forma bastante problemática para a sociedade.”[Amarelo]

Paralelamente, na esteira dos aforismas provocados por Souza (2013), entende-se a hipersexualização do homem negro como mais uma criação histórica identitária perpetuada na expressão dos estereótipos de objetificação e animalização dos mesmos. As origens dessa representação remetem à justificativa da exploração, associando homens negros à virilidade e à irracionalidade, que por conseguinte afeta as interações sociais em todos os aspectos, desde a hostilidade em expressões como “ameaçadores” ou “predadores sexuais” e que se estendem aos prejuízos quanto as oportunidades de emprego, educação e inclusão social, podendo levar a problemas de autoestima, ansiedade e depressão, descredibilizando-os à legitimação emocional e afetiva nas relações e aproximando-os apenas ao contexto sexual.(FANON, 2008)

Categoria 3 – O letramento e a (re)educação racial no ambiente acadêmico.

“Especialmente depois que eu estive na universidade, especialmente esse espaço, eu pude me apropriar do conhecimento acerca do que é ser negro... movimento negro... questões de corpo, de mente, de auto percepção, e isso faz com que normalize ao mesmo tempo e ao mesmo tempo não normalize muitas percepções,

formas de agir, formas de pensar o ser negro... como eu comecei a ter contato com esse tipo de temática, também comecei a frequentar espaços mais negros e isso vai exercendo cada vez mais influência na autoestima na autopercepção na criticidade nos outros espaços... então é totalmente influenciado de locais ao qual participo.” [Roxo]

O reconhecimento da identidade racial pode ser interpretado como a chave do entendimento do indivíduo negro sobre sua posição e papel na esfera social. Esse reconhecimento constitui um processo de empoderamento onde o indivíduo luta contra auto negação imposta mental e socialmente em uma ambientação racista. Ao reconhecer-se como negro é comum que essa consciência acarrete uma percepção ampliada quanto os recortes raciais presentes de forma escassa nas esferas de convívio ou interesse, seja no meio político representativo, nas mídias e propriamente no ambiente acadêmico. A ampliação do esclarecimento traz de forma proativa paralela afirmação de sua presença e elucida o debate da sub-representatividade, o que principalmente recorre à necessidade de mais representantes negros em posições de liderança organizacionais para que assim as demandas e necessidades da comunidade negra sejam realmente legitimadas, atendidas e solucionadas.

De antemão é necessário entender a composição dos espaços escolares e acadêmicos e a elaboração epistemológica debatida dentro desses lugares. Na esteira desse pensamento, Nilma Lino Gomes (2002, p. 39) cita o “olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola [...] pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”, haja vista atualmente. quem tem o privilégio social diretamente está conduzindo a consciência crítica da sociedade e traçando a formação curricular que reforça a invisibilidade dos valores históricos, culturais, tecnológicos advindos da África e reduzem o pensamento crítico afrocentrado, além do mais,

persistindo para além do academicismo a dificuldade de ascensão desses. (NASCIMENTO, 2008)

Portanto, nesse debate faz-se importante trazer à tona alguns questionamentos, como o epistemicídio e a inferiorização do conhecimento ancestral em nome do colonialismo (SANTOS, 2009), a garantia da diversidade cultural e dos pensamentos multifacetados em esfera acadêmica e sobretudo a busca pela equidade e legitimação da presença e permanência do corpo negro nas universidades, além da ampliação e efetividade de políticas públicas assistenciais já existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos resultados obtidos, a fundamentação epistemológica desse estudo contempla o conceito de corporeidade, as mediações filosóficas em torno do corpo permeiam os mais diferentes momentos e moldes de comunidade, para cada um desses modelos e recortes históricos a percepção do corpo adentra os conceitos psicológicos, culturais, sociais, políticos e até religiosos de determinada época, dessa forma, observou-se que na visão dos acadêmicos participantes da entrevista o meio que você se insere exerce influência na forma de compreender o seu corpo, e a percepção da presença do mesmo na sociedade engloba questões como a mestiçagem, a interpretação externa, as violações, além de abranger os fatores históricos e culturais que os cercam, portanto, urge reconhecer a importância, bem como criar mecanismos de interseccionalidade e conscientização dentro da sala de aula e que exacerbemos limites da mesma trazendo o reconhecimento identitário pautado nas raízes históricas que remetam ao empoderamento, consolidando dessa forma o passo inicial resolutivo da problemática existente. No contexto da saúde, uma vez que a coleta desenvolveu-

se dentro de um campi destinado as ciências médicas, o letramento racial e a presença dos debates raciais no espaço acadêmico afeta positivamente o atendimento prestado a pacientes negros, uma vez que o profissional encontra-se capaz e habilitado para a correlação de empatia em enxergar as necessidades comuns do seu corpo e correlacioná-la à de quem está sendo atendido, de forma identitária ao seu povo, também fortalecendo assim a universalidade e paralelamente a saúde comunitária e sua prestação de forma integral almejada pelas diretrizes fundamentais do Sistema Único de Saúde.

Nessa direção, sugere-se novas pesquisas acerca da temática abordada para se obter mais informações no sentido de que outras reflexões sejam geradas, inclusive sobre a capacitação permanente dos profissionais, ou futuros profissionais da área da saúde para mitigando o viés racial, trazer uma compreensão que os distanciam de tratamentos ríspidos e comportamentos verticalizados em relação aos pacientes, e que ao mesmo tempo os aproximem do reconhecimento identitário em um movimento de rompimento proativo e autêntico com os padrões e estereótipos sociais vigentes e criação do senso de autoestima, pertencimento e consciência racial de si próprios.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, H.K. **O local da Cultura**. Belo horizonte: Editora UFMG, 1998. p.107.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista**: sejamos antirracistas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Edição crítica de Guillermo Giucci, Enrique Larreta, Edson Fonseca. Paris: Allca XX, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria**: Revista de Estudos de Literatura, v. 9, 2002, p. 39

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Antropologia do corpo e modernidade**. Trad. Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018a.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NASCIMENTO, Alexandre do. “Para uma pedagogia da (re)educação das relações étnico- raciais. In: NASCIMENTO, Alexandre do [et al]. **Histórias, culturas e territórios negros na educação**: reflexões docentes para uma reeducação das relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 40,41..

QUEIROZ, Ivo Pereira de. **Fanon, o reconhecimento do negro e o novo humanismo**: horizontes descoloniais da tecnologia. 2013. Tese (Doutorado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

RIBERA, Jordi P. **Corpo, cultura e educação**. Trad. Maria José Vicentini Jorente, Natalia Nakano, Lais Alpi Landim. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

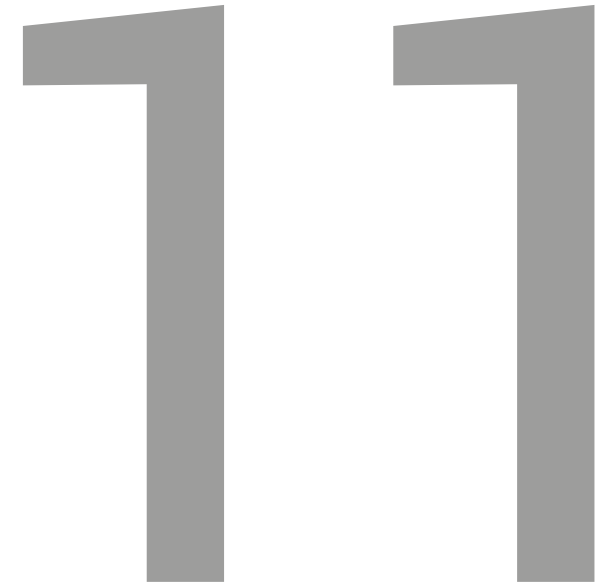
SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra, PT; Editora Almedina, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

SOUZA, R. M. Falomaquia: homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. Antropolítica. **Revista Contemporânea de Antropologia**. 2013.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi ; MARCHT, Laura Mallmann; MELLO, Letícia de. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 12, nº 2, 2020.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: extensão “promoção de saúde bucal em idosos institucionalizados”¹

Ana Brígida Guimarães de Macêdo²
Marcondes Cavalcante Santana Neto³
Isabela de Azevedo Berger Xerez⁴
Isla Rita Brito Fontenele Ramos⁵
Marina Lua Vieira de Abreu Costa⁶

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 18 – Produções Atualizadas sobre Envelhecimento, Famílias e Cuidados, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Aluna de graduação, Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA–Teresina-PI.
E-mail: aanabrigida@icloud.com

3 Professor Mestre, Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA–Teresina-PI.
E-mail: marcondescsn@gmail.com

4 Preceptora Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA–Teresina-PI.
E-mail: isabelabergerr@gmail.com

5 Preceptora Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA–Teresina – PI.
E-mail: islaodontologiaa@gmail.com

6 Professora Mestre, Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA–Teresina-PI.
E-mail: marinalua@unifsa.com.br

RESUMO

Uma extensão acadêmica tem como objetivo o processo educativo cultural e científico e viabiliza a relação transformadora entre o acadêmico e a sociedade. Com o envelhecimento fisiológico, a população idosa tende a ser mais vulnerável a certas doenças. Idosos institucionalizados são propensos a problemas de saúde oral e podem ser incapazes de manter a prática de uma boa higiene oral pessoal sozinhos. A extensão PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS foi orientada pelos professores Marina Lua e Marcondes Cavalcante com alunos do 5 ao 10 período do curso de Odontologia do UNIFSA teve como foco a interação dos futuros cirurgiões-dentistas pela atenção e cuidado especial à saúde dos idosos, incentivando a especialização de profissionais na odontogeriatrica. As visitas, além de agregar com orientações de higiene oral corretas, colaboram com diagnóstico de lesões antes de se agravarem ou já no tratamento completo.

Palavras-Chave: Saúde bucal. Idosos. Odontologia geriátrica.

INTRODUÇÃO

Idosos de forma geral necessitam de uma atenção especial em relação a qualidade de sua vida pois tendem a ter maior comprometimento funcional, um aumento de comorbidades, ocorrência de polifarmácia e, em algum momento, dependência de cuidadores. Idosos institucionalizados são propensos a ter problemas de saúde oral, porque têm acesso reduzido a cuidados dentários profissionais e podem ser incapazes de manter a prática de uma boa higiene oral individual (BERG 2000; GASZYNSKA 2014).

Com o envelhecimento fisiológico a população idosa tende a ser mais propensa a certas doenças como a demência, Alzheimer, alterações vasculares e neurológicas, Parkinson, perda de massa óssea como osteoporose e osteopenia, dificuldade de mobilidade e tornando os mais frágeis e propícios a acidentes domésticos e além

de violência e maus tratos de forma física, mental, emocional e econômica. Os idosos se tornam ainda mais suscetíveis a doença periodontal, melanoma, hipossalivação, queilite, recessão gengival, desgaste dental, lesão de cárie e o edentulismo. As medidas de cuidados podem ser realizadas, por cuidadores, enfermeiros, dentistas ou demais profissionais de saúde em qualquer frequência.

O processo de envelhecimento refere-se à manutenção da saúde do idoso e ao controle de suas atividades do dia a dia garantindo seu bem-estar físico, social e mental, ainda participação social, proteção, segurança e cuidado dos idosos para evitar deficiências, doenças crônicas e menor utilização de serviços de saúde, as casas de abrigo agem sobre esse pensamento, idosos institucionalizados recebem atendimento especial e personalizado da melhor forma possível cercados por profissionais que entendem suas necessidades e promovem qualidade de vida aos moradores da casa. Já as extensões universitárias formam um canal de difusão de conhecimento e aprendizagem para autoconhecimento e melhoria profissional, uni ainda o lado ao ensino e à pesquisa, a tal ponto que esses componentes se tornaram indissolúveis.

O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência da participação discente em um projeto de extensão cujo propósito foi vivenciar a promoção de saúde bucal em idosos em uma instituição de longa permanência.

DESENVOLVIMENTO

A extensão teve uma programação teórico e prática, somando 4 dias, sendo no dia quinze de maio de dois mil e vinte três, uma apresentação da extensão, aula teórica e casos clínicos, no dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e três houve uma aula teórica e uma atividade de leitura crítica e discussão de 10 artigos relevantes,

no dia dezessete de maio de dois mil e vinte e três foram feitas instruções, apresentação da ficha clínica a ser utilizada, prática de higiene oral, montagem de dispositivos para higiene, prescrição de higiene oral e montagem de kits de higiene, no dia dezoito de maio de dois mil e vinte e três houve o encontro na Casa São José com os idosos e a equipe da instituição.

No 1º dia, a aula aconteceu sobre a pessoa idosa e as mudanças gerais e no sistema estomatognático que acontecem com o envelhecimento, seguindo essa ordem:

- Objetivos da extensão;
- Relatos de caso dos professores e alunos;
- Extração dentária planejada e estratégica;
- Idosos na atualidade + vídeo da profª. Dalva falando da normalidade do edentulismo;
- Aumento na população de idosos;
- Doenças da população idosa:
 - Demência
 - Alzheimer + doença periodontal e relação com radicais livres
 - Problema vascular no cérebro
 - Parkinson
- Influência do álcool na saúde do idoso;
- Violência e maus tratos + notificação compulsória
 - Física
 - Mental
 - Emocional
 - Econômica
- Dificuldade de mobilidade + vídeo de um idoso saudável aos 91 anos;
- Envelhecimento fisiológico;
- Cuidados maiores em emergências;
- Importância sobre estimular as sinapses;

- Perda de massa óssea + osteopenia e osteoporose;
- Acidentes domésticos;
- Hipossalivação + relação com anti-hipertensivo;
- Melanoma + lesão negra bucal;
- Queilite + perda do vermelhão do lábio + presença de úlceras;
- Recessão gengival comumente encontrada;
- Casos clínicos de patologias bucais;

No 2º dia foram abordados detalhes sobre o atendimento domiciliar e em ILPIs com detalhes sobre:

- Determinações e atribuições do Ministério da saúde e ANVISA;
 - ILPIs – instituição de longa permanência para idosos com 60 anos ou mais;
 - Abandono X Qualidade de vida
 - Grupos de debate sobre os artigos:
1. Situação dentária em residentes de lares de idosos com atendimento odontológico domiciliar, cuidados na Suécia;
 2. Cuidados de saúde dentária e oral em lares de idosos: Resultados de duas pesquisas com múltiplas partes interessadas;
 3. O desenvolvimento e a psicometria, propriedades da avaliação da saúde bucal, instrumentos usados por não-dentistas, profissionais para residentes de lares de idosos: uma revisão sistemática;
 4. Melhorando a higiene bucal dos residentes de lares de idosos: resultados de um ensaio de intervenção randomizado em cluster;
 5. Impacto do COVID-19 no ambiente circundante de residentes de lares de idosos e atitudes em relação

à infecção, controle e cuidados de saúde bucal entre funcionários de lares de idosos no Japão;

6. Efeitos da higiene bucal profissional domiciliar para Idosos dependentes de cuidados em asilos – higiene oral, sangramento gengival, cárie radicular e conhecimento em saúde bucal da equipe de enfermagem e atitudes;
7. Segurança do paciente no atendimento odontológico domiciliar para idosos de enfermagem residentes em casa na Suécia;
8. Avaliação de tempo e recursos necessários para profissionais odontológicos na limpeza em residentes de asilos;
9. Eficácia e aceitação da limpeza odontológica profissional entre a enfermagem e moradores de casa
10. Cochrane Biblioteca - Evidência confiável. Decisões informadas. Melhor saúde.

No 3º dia ocorreu um Hands-on sobre prevenção, dispositivos auxiliares e prescrição de higiene oral usando tecnologias assistivas seguindo essa ordem:

- Instruções de como se portar no local da visita;
- Apresentação da ficha clínica utilizada na anamnese;
- Prática de higiene oral em pacientes colaboradores e não colaboradores, independentes e acamados utilizando abridores e bonecas de madeira gaze e fita;
- Dispositivos prescrição de higiene oral como saliva artificial, clorexidina em diferentes veículos, escovas adaptadas, raspador de língua e fios dentais;
- Montagem de kits de higiene para utilizar na ação e para serem entregues aos idosos dependendo da sua necessidade.

IMAGEM 1 e 2. Hands-on utilização do abridor de boca de madeira e boneca com os alunos.



FONTE: Imagens produzidas pelos autores

No 4º dia, ocorreu a visita a casa são José em Teresina-PI com os professores e acadêmicos as exatas 9:00 horas no horário livre de recreação dos idosos do local pós café da manhã e antes do almoço, seguido de karaokê, seleção e divisão dos pacientes as duplas de acadêmicos, anamnese com o paciente e auxílio do cuidador, avaliação clínica da face, condição bucal e da prótese do paciente, higienização oral e orientação de cuidados com a prótese ao paciente e ao cuidador de acordo com a necessidade do paciente e por fim uma tour pelos cômodos e áreas da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais e a efeito de formulação de políticas públicas, esse limite mínimo pode variar segundo as condições de cada país. Atualmente, o país conta com cerca de 14% de pessoas

idosas na população total, mas se espera que, em poucos anos, esse percentual aumente até mais de 20%.

Há planos de Ação voltados à adaptação das cidades às necessidades dos idosos e são determinados alguns domínios da vida urbana que podem influenciar na saúde e na qualidade de vida dessa população, que seria:

- Espaços ao ar livre e edifícios;
- Transportes;
- Habitação;
- Participação social;
- Respeito e integração social;
- Participação cívica e emprego;
- Comunicação e informação;
- Apoio da comunidade e serviços de saúde.

A casa abrigo São Jose que tem como razão social associação Divina Providencia, foi fundada em 14/06/2007 e está cadastrada na Solutudo no segmento de Casas de Repouso com o CNPJ 41.256.967/0002-05. É localizada na Rua Orlando Carvalho, Nº 4470 no bairro Morada Do Sol em Teresina - PI, CEP 64055-250. A Casa São Jose está cadastrada na Receita Federal sob o CNAE 8711-5/02 com atividade fim de Instituições de Longa Permanência Para Idosos. Atualmente conta com 40 idosos moradores com variadas demandas e peculiaridades, os moradores da instituição recebem assistência médica e fisioterápica, assistência terapêutica e ocupacional e assistência nutricional.

A associação de divina providencia fundada em 28 de agosto de 1991 pelo Sr. Joaquim Gomes da Costa e sua família é uma entidade beneficente e de assistência social e sem fins lucrativos. Seu projeto CASA SÃO JOSE tem por objetivo abrigar idosos carentes e solitários, dando-lhes moradia, assistência de saúde, espiritual, alimentação, diversão e lazer proporcionando-lhe vida com dignidade e esperança,

combatendo a ociosidade e a falta de afetividade. Possui infraestrutura ampla e adequada, com ala masculina e feminina, jardins, área de alimentação, médica, fisioterapia, recreação, refeitório e banheiros acessíveis e capela. Recebe doações e visitas de grupos de jovens e profissionais de forma voluntária sempre que possível.

IMAGEM 3-7. Fotos de área interna do abrigo de idosos casa São José



FONTE: Imagens produzidas pelos autores

Visitamos a casa em 44 pessoas sendo 42 acadêmicos e dois professores, formaram-se duplas e cada dupla teria um kit clínico composto por sonda exploradora, espelho clínico, pinça clínica,

abridor de boca de madeira, boneca e gaze em uma bandeja estéril, foi solicitado ainda uma prancheta, caneta 3 cores e babador para facilitar o atendimento, cada dupla receberia um kit de higiene bucal pessoal personalizado a depender da condição do paciente atendido.

Dezenove moradores da casa organizaram-se no pátio em uma grande roda, 14 em cadeiras de rodas, houve um breve momento de karaokê antes de iniciar os atendimentos. No momento do atendimento os idosos permaneceram no lugar e os acadêmicos se dirigiram a eles com o material. Vale ressaltar que foi respeitado o uso de EPIs durante o atendimento e máscara descartável durante toda a visita, as duplas foram distribuídas a cada paciente pela supervisão da casa, foram atendidos 21 idosos com anamnese, avaliação da prótese (se houver), assepsia intraoral com clorexidina, exame clínico contemplando face, lábios, gengiva, mucosa e dentes, orientação de higiene bucal ao idoso e ao cuidador e interação com o paciente com conversas descontraídas. Todas as fichas e alterações clínicas foram monitoradas pelos professores que davam assistência.

Apenas uma paciente ofereceu resistência ao atendimento e o professor precisou assumir utilizando de manejo adequado para concluir a avaliação com a mesma. Dois pacientes foram atendidos em seus quartos por serem acamados. Por fim, todos foram direcionados novamente aos quartos e afazeres cotidianos.

Por conta do envelhecimento fisiológico pacientes idosos são mais propícios a contraírem alguma doença ou lesão, dentro do contexto da odontologia ainda pode ocorrer o edentulismo que por

TABELA 1. Condição e sexo dos pacientes que foram atendidos

CONDIÇÃO	HOMEM	MULHER
Deambula sozinho	4	1
Cadeira de rodas	4	10
Acamado	1	1
Total	9	12

TABELA 2. Necessidade odontológica dos pacientes da casa

PACIENTES	SEXO	NECESSIDADE ODONTOLÓGICA
A. J. P.	Masculino	Raspagem periodontal, Cirurgia(exodontia) e Prótese total superior e parcial inferior.
E. P. M.	Masculino	Prótese total inferior e superior .
F. G. C.	Masculino	Prótese total inferior e superior.
D. R. S.	Masculino	Prótese total inferior e superior.
R. J. S.		Raspagem periodontal, Restaurações, Cirurgia (exodontia) e Prótese totalsuperior.
R. N.	Masculino	Cirurgia (exodontia) e Prótese total superior e inferior.
A. F. R.	Masculino	Prótese total inferior e superior.
V. A. A.	Masculino	Cirurgia (exodontia), Restaurações, Prótese parcial, superior e inferior.
J. M. M.	Masculino	Raspagem periodontal, Cirurgia(exodontia), Prótese total superior.
J. M. S.	Masculino	Raspagem periodontal e Prótese total superior.
J. V. M.	Masculino	Raspagem periodontal, Restaurações e Prótese parcialinferior.
F. A. F.	Masculino	Uso de prótese total superior.
M. S.	Feminino	Prótese parcial removível superior e inferior, restaurações, cirurgia (exodontia), raspagemperiodontal.
F. P. A.	Feminino	Prótese total superior e inferior
M. L. S.	Feminino	Prótese total superior e inferior
C. S. S.	Feminino	Exodontia (cirurgia), restaurações e prótese total.
C. M. A. M.	Feminino	Limpeza periódica da língua, prótese total superior e inferior
M. F. C.	Feminino	Raspagem periodontal, prótese parcial removível superior einferior
V. C. A.	Feminino	Prótese total superior e inferior
A. M. M. A.	Feminino	Raspagem periodontal, exodontia, restaurações e prótese parcial superior e inferior
M. M. V.	Feminino	Orientação de higiene da prótese
J. M. V.	Feminino	Raspagem periodontal e restaurações, prótese parcial removível inferior e prótese totalsuperior
R. P. S.	Feminino	Sem necessidade
M. L. L.	Feminino	Raspagem periodontal, restaurações, prótese totalsuperior e prótese parcial removível

IMAGEM 8. Atendimento de paciente acamado



IMAGEM 9 e 10. Atendimento dos pacientes no pátio



muitos é considerado normal na velhice, mas para que essas pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida isso pode ser evitado com um melhor entendimento a respeito de cuidados de higiene bucal aos idosos e cuidadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde bucal de fato é importante para todos, principalmente para aqueles que devido a algumas circunstância não tem acesso a ela, é importante que os profissionais da odontologia abram espaço para atender em lares pacientes que não possuem acesso a eles. O acompanhamento de profissionais com o domínio das peculiaridades desse tipo específico de paciente pode colaborar muito com a promoção de saúde bucal a população, a falta de profissionais especialistas no atendimento odontológico geriátrico gera um problema de saúde pública. As visitas utilizando de manejo correto, avaliação humanizada e personalizada dos profissionais além de agregar com orientações de higiene oral corretas, colaboram com diagnóstico de lesões antes de se agravar ou já no tratamento completo, mostrando assim de fato a importância de extensões acadêmicas a pacientes em situação de risco e que necessitem de atendimento especial.

REFERÊNCIAS

ANDERSSON P; Renvert S; Sjogren P; Zimmerman M. Dental status in nursing home residents with domiciliary dental care in Sweden. **Community Dental Health**, p.203-207, April, 2017.

BARBE, G, A et al. Efficacy and acceptance of professional dental cleaning among nursing home residents. **Clinical Oral Investigations**. Maio, 2018.

_____. Evaluation of time and resources required for professional dental cleaning in nursing home residents. **Special Care Dentistry Association and Wiley Periodicals, Inc.** p. 1-8, dezembro, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** [Internet]. 3rd ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde;

2010, disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf.

CHANTAL L; Zwetchkenbaum, S R; Baier R R; Gardner R L; Haris D. Dental and Oral Health Care in Nursing Homes: Results from Two Multi-Stakeholder Surveys. **Rhode island medical jornal**. P.62-68, outubro, 2020.

GIRESTAM, C, et al. Effects of Domiciliary Professional Oral Care for Care-Dependent Elderly in Nursing Homes – Oral Hygiene, Gingival Bleeding, Root Caries and Nursing Staff's Oral Health Knowledge and Attitudes. **Dove Press journal: Clinical Interventions in Aging**. P 1305–1315, 2020.

HIDAKA, R.; Matsuo, K.; Maruyama, T.; Kawasaki, K.; Tasaka, I.; Arai, M.; Sakoda, S.; Higuchi, K.; Jinno, E.; Yamada, T.; et al. Impact of COVID-19 on the Surrounding Environment of Nursing Home Residents and Attitudes towards Infection Control and Oral Health Care among Nursing Home Staff in Japan. **J. Clin. Med.** P 1-9, dezembro, 2023.

LIU C, Cao Y, Lin J, Ng L, Needleman I, Walsh T, Li C. Oral care measures for preventing nursing home-acquired pneumonia. **Cochrane Database Syst Rev**. 27, setembro, 2018.

SJÖGREN, P et al. Patient safety in domiciliary dental care for elderly nursing home residents in Sweden. **Community Dental Health**. P 216–220, junho, 2015.

THAPA, R; Chimoriya, R; Arora, Amit. The development and psychometric properties of oral health assessment instruments used by non-dental professionals for nursing home residents: asystematic review. **BMC Geriatrics**, p.1-16, 2021.

WEINTRAUB, J et al. Improving Nursing Home Residents' Oral Hygiene: Results of a Cluster Randomized Intervention Trial. **J Am Med Dir Assoc**. p. 1-16, dezembro, 2018.

12

UMA REFLEXÃO CRÍTICA À MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO DA SAÚDE¹

Helizane Fernandes e Santos²

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 20 – Diálogos Entre a Política de Assistência Social e de Saúde Mental na Produção do Cuidado, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Acadêmica do curso de Psicologia, 6º período, do Centro Universitário Santo Agostinho, UNIFSA. Bacharel em Serviço Social pelo Instituto Camillo Filho.

RESUMO

O artigo analisa a medicalização e patologização em saúde mental, focando na influência das redes sociais. Aborda a importância de informar sobre transtornos mentais, mas também problematiza o autodiagnóstico e o uso excessivo de medicamentos. O estudo destaca a associação equivocada de problemas sociais com diagnósticos médicos, como a relação entre falta de atenção e TDAH. Explora a busca por alta performance e a inadequação social como impulsionadores da medicalização. A pesquisa reconhece a complexidade de definir normalidade e patologia, destacando a necessidade de abordagens multidisciplinares para um tratamento eficaz. O trabalho se baseia em métodos analíticos e críticos, identificando os impactos da medicalização na sociedade. Conclui enfatizando a importância de considerar fatores sociais, econômicos e culturais no diagnóstico e tratamento da saúde mental.

Palavras-Chave: SAÚDE MENTAL. MEDICAR. MEDICALIZAÇÃO. DIAGNÓSTICO. TRANSTORNOS MENTAIS.

INTRODUÇÃO

A investigação em foco neste trabalho aborda a crescente tendência de medicalização e patologização da saúde mental, em grande parte influenciada pelo cenário das redes sociais, em outra, pela busca do ajuste social. O problema de pesquisa se concentra na análise crítica desse fenômeno, especialmente no que diz respeito ao autodiagnóstico e à atribuição indevida de características médicas a questões sociais e culturais.

A pesquisa visa compreender os motivos subjacentes a essa tendência, incluindo a busca por alta performance e a pressão social pela adequação. A relevância do estudo se encontra no contexto contemporâneo, onde a divulgação de informações sobre transtornos mentais é cada vez mais difundida, gerando impactos na percepção pública e na busca por tratamentos. A originalidade deste trabalho reside na análise crítica da medicalização e patologização,

explorando não apenas as implicações médicas, mas também as sociais, culturais e psicológicas.

A investigação se baseia em uma abordagem analítica e crítica, inspirada por teóricos como Conrad (2007) e Dalgallarrondo (2019), que discutem os aspectos complexos da medicalização e da definição de normalidade e patologia. A escolha das referências se deu com base na relevância e atualidade de suas contribuições para o entendimento desse fenômeno contemporâneo, orientando a lógica e a originalidade desta pesquisa.

METODOLOGIA

A investigação se baseia em uma abordagem analítica e crítica. Também de caráter bibliográfico, ocorreu a coleta de dados a partir de artigos, livros, reportagens da atualidade, com ênfase também nos principais autores, tal qual Conrad (2007) e Dalgallarrondo (2019), dentre outros. Também, uma pesquisa qualitativa, onde não se busca números para compor um resultado efetivo, mas sim, a compreensão de uma trajetória que levou ao problema do trabalho.

MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO

Com a ascensão das redes sociais tem se percebido um movimento crescente e sutil nas propagações das informações de doenças psíquicas, tais como o TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, Ansiedade, Depressão. E tal movimento não é por si negativo, visto que informa acerca de tais transtornos. No entanto, um outro movimento também emerge: o do autodiagnóstico para questões nem sempre médicas.

É visto com frequência que a falta de atenção ou esquecimentos por uma vida corrida, resultado de uma dinâmica sobrecarregada de atividades, já está sendo relacionada diretamente ao TDAH, e vídeos

surgem reforçando essa temática. Com isso, também se observa que um terceiro movimento emerge, o da medicalização para a busca de alta performance, resultados a demandas escolares, e como a principal via terapêutica para tratar o suposto transtorno.

Assim, questões não médicas são tratadas como tais, e a falta do ajuste social também fortalece a necessidade pela busca de laudos médicos para justificar a inadequação social. Por isso, a discussão acerca da medicalização e patologização é ainda mais necessária. Com o debate da luta antimanicomial, para humanização dos tratamentos com viés terapêutico e inclusivo, regredimos quando usamos do medicar o principal, e por vezes único, meio para diminuição dos sintomas e a inclusão.

A medicalização é compreendida como “o processo pelo qual problemas não médicos passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, frequentemente em termos de doenças ou transtornos” (Conrad, 2007). Geralmente, o processo de medicalização é confundido com o termo medicação. Medicar é o ato de tratar uma doença orgânica, já a palavra medicalizar se refere à atribuição de um caráter patológico a situações socioculturais. (Eidt, Tulesk e Franco, 2014).

Atualmente, o contexto social a qual crianças, jovens e adultos estão inseridos vem exigindo cada vez mais atenção, disciplina e um comportamento rotulado, e em vista disso, a busca pelo atendimento médico e psicológico tem aumentado, com a busca não apenas da compreensão do fenômeno, mas, para a patologização destes, agregando o uso de laudos para aceitação em determinados ambientes.

A patologização vincula-se ao conceito de medicalização, focando na atribuição do status de doença para questões da vida cotidiana. “Calcado no binômio saúde-doença, termina por escamotear a influência de aspectos históricos, sociais, econômicos

e políticos sobre o desenvolvimento humano, além de individualizar questões que se constroem na relação das pessoas entre si” (Moysés & Collares, 2013a).

A crítica não está necessariamente ligada ao uso de medicamentos, mas de usá-los em situações em que estes não são necessários, cuja finalidade é uma forma de controlar e reprimir comportamentos. Como afirma Dalgalarondo, “como processo ideológico e político de rotular comportamentos desviantes, moralmente repreensíveis ou mal adaptados e transgressivos como doença, como transtorno mental, e, assim, monitorar, regular e controlá-los melhor, ou, desqualificar as pessoas que recebem tal rótulo”.

Paradoxalmente, aqueles que são acometidos por transtornos mentais graves - como esquizofrenia, transtorno bipolar, autismo, depressão grave, e etc. – não tem acesso a atendimento para os cuidados mentais, enquanto grupos socialmente privilegiados usufruem da medicalização e psiquiatria para questões não médicas – tristeza em virtude da frustração amorosa, baixo rendimento escolar, como reflexo da inadequação pedagógica, etc.

Assim, tendo em vista a relação da medicalização com comportamentos desviantes e moralmente repreensíveis, abre-se outra discussão entre normal e patológico, “e essa discussão é extremamente contextual e local, é uma escolha e um arranjo do grupo que decide o que é saudável e patológico” (FRIAS, L. 2013). Logo, a análise dos comportamentos para uma definição patológica, dever-se-ia considerar além dos sintomas apresentados, os ajustes sociais, afim de compreender se as manifestações apresentadas diminuiriam, e mesmo que as modificações ambientais possam melhorar a situação dos pacientes, caso eles continuem padecendo com sofrimentos e limitações, essas condições não são construções sociais.

Os critérios para a distinção entre normal e patológico é bastante imprecisa, visto que tais características são multifatoriais e dependem diretamente do contexto socio, econômico e cultural que um indivíduo está envolvido. No entanto, é possível citar pelo menos três critérios de normalidade. Critério subjetivo, quem está doente sofre ou se sente doente. Critério estatístico ou quantitativo, onde o normal é sinônimo comum, ou significa próximo à media – este apresenta falhas, quando considera por exemplo a quantidade percentual para definição de patológico, a exemplo, alguém com o QI elevado não possui uma patologia, é considerado saudável, já alguém com uma única cárie encontra-se carecendo de cuidados odontológicos-, e por fim, o critério qualitativo, normal é aquilo adequado a determinado padrão funcional considerado ótimo ou ideal.

Na busca por um diagnóstico, o profissional deverá pautar-se além dos sintomas orgânicos, atribuindo o significado com ênfase nos manuais de diagnóstico, ser imprescindível que haja uma análise dos fatores além das questões médicas. Como por exemplo, a fome, a moradia, o lazer, a situação econômica. O ser humano é múltiplo, seu desenvolvimento carece diretamente das suas relações, primeiro, no seio familiar, onde desenvolve-se os aspectos primeiros de sua personalidade, como nas relações sociais, desenvolvendo autoestima, autonomia.

Em virtude da Luta Antimanicomial, movimento que busca a erradicação de manicômios e dos tratamentos desumanos utilizados na época para o enfrentamento da saúde mental, muito tem-se falado acerca dos transtornos mentais, e como reflexo desse debate, tem-se criado um espaço cada vez mais democrático e consciente para a discussão e atenção ao adoecimento mental tão crescente. Estima-se que, em 2019, quase um bilhão de pessoas – incluindo 14% dos adolescentes do mundo – viviam com um transtorno mental. O

suicídio foi responsável por mais de uma em cada 100 mortes e 58% dos suicídios ocorreram antes dos 50 anos de idade.

(...) as enfermidades físicas são ameaças à vida, as enfermidades mentais são ataques à liberdade. (...) no transtorno mental (...) o processo mórbido travando, bloqueando, dissolvendo a atividade psíquica, diminui a liberdade e responsabilidade do paciente mental. (Ey, 2008, p.77)

Os transtornos mentais são a principal causa de incapacidade, e pessoas acometidas por transtornos mentais morrem 10 ou 20 anos mais cedo comparado com uma pessoa saudável (OMS). Assim, o diagnóstico aliado à atenção multidisciplinar pode garantir uma qualidade de vida se diagnosticado assertivamente e precocemente.

Mais uma vez, reitera-se que a crítica ao modelo de medicalização tão crescente em nosso meio, não diz respeito ao uso discriminado de psicoestimulantes (são a categoria de medicamentos comumente utilizados durante o tratamento de TDAH), antidepressivos (são medicamentos cuja ação decorre no Sistema Nervoso Central, normalizando o estado do humor), benzodiazepínicos (são medicamentos hipnóticos e ansiolíticos com efeitos notáveis. Amplo índice terapêutico que apresentam, ainda, propriedades anticonvulsivante, relaxante muscular e amnésica.), mas ao uso indiscriminado para questões não médicas. Crescemos em estudo e aperfeiçoamento para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e isso ocorre quando respeitamos sua subjetividade bem como o contexto ao qual está inserido. Falar sobre medicalização e patologização, é mencionar os manuais existentes cujo objetivo é padronizar e definir o diagnóstico dos diversos transtornos mentais. A CID, Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, e o DSM, Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, fomentam ainda mais a demanda médica,

bem como o mercado farmacêutico, pois contribuem para a padronização de comportamentos isolados como patológicos.

Neste debate, os manuais citados servem como um norteador para o tratamento dos comportamentos desviantes, que são os observáveis, bem como os sofrimento relatados pelo indivíduo, e para direcionar o tratamento e nunca reduzindo-os por completo a esses conceitos.

PSICOPATOLOGIA E DIAGNÓSTICO

A psicopatologia é um campo de conhecimento que requer debate constante e aprofundado, no qual não pode haver uma teoria ou perspectiva amplamente engessada. Para Campbell (1896), “psicopatologia é o ramo da ciência que trata da natureza essencial da doença ou transtorno mental – suas causas, as mudanças estruturais e funcionais associadas a ela e suas formas de manifestação”. A psicopatologia biológica enfatiza os aspectos cerebrais, neuroquímicos ou neurofisiológicos das doenças e dos sintomas mentais, cuja base de todo transtorno mental são as alterações de mecanismos neurais e de determinadas áreas e circuitos cerebrais. Em contraposição, a psicopatologia sociocultural estuda os transtornos mentais como comportamentos desviantes que surgem a partir de certos fatores socioculturais, como discriminação, pobreza, migração, estresse ocupacional, desmoralização sociofamiliar, etc. (DALGALARRONDO, 2019).

Portanto, os diagnósticos devem pautar-se na avaliação dos sintomas e considerando eminentemente o seu contexto sociocultural, simbólico e histórico, não apenas a descrição sintomática, visto que os sintomas são temporários em relação ao estado real. Em detrimento do diagnóstico, não se considera que este é ruim ao indivíduo, visto que as suas finalidades são a

comunicação, através de uma linguagem comum e padronizada, previsibilidade, onde diagnóstico é prognóstico - que traça o provável desenvolvimento futuro ou o resultado de um processo, e favorece uma investigação científica e fundamenta as medidas terapêuticas e preventivas.

Para que seja atendido o mínimo dos requisitos para um atendimento à saúde mental, é necessário observar os sistemas de saúde disponíveis, bem como fomentar o debate sobre transtornos mentais e o uso do medicamento como suporte ao tratamento. A OMS, Organização Mundial de Saúde, estabelece que, para haver o uso racional de medicamentos, é necessário que se cumpra alguns requisitos: estabelecer a necessidade do uso do medicamento; a seguir, que se receite o medicamento apropriado, a melhor escolha, de acordo com os ditames de eficácia e segurança comprovados e aceitáveis; é necessário que o medicamento seja prescrito adequadamente, na forma farmacêutica, doses e período de duração do tratamento; que esteja disponível de modo oportuno, a um preço acessível, e que responda sempre aos critérios de qualidade exigidos; que se dispense em condições adequadas, com a necessária orientação e responsabilidade, e, finalmente, que se cumpra o regime terapêutico já prescrito, da melhor maneira possível (Aquino, D. S.).

Atendidos tais requisitos, esta medicação deverá ser feita para amenizar ou erradicar os sofrimentos causados pelos transtornos, e não como único meio de tratamento, e nem servindo para fins de controle das massas.

O diagnóstico, como já fora no passado, especialmente nos regimes totalitários, em que servia para punir e excluir pessoas dissidentes ou opositoras, hoje, possui um valor norteador e importante para o desenvolvimento subjetivo de cada indivíduo. Se outrora serviu como limitante, como um rótulo, hoje serve muito

mais para direcionar o sujeito frente aos desafios, e dando-lhes a chance de perceber o mundo sob uma nova perspectiva.

No processo diagnóstico há uma relação dialética entre o particular – àquilo que é do indivíduo, e o geral – categoria diagnóstica que pertence. Assim, diagnósticos são construtos, fundamentais para o trabalho clínico e científico.

Como diz Dalgallarrondo, “apesar de ser absolutamente imprescindível considerar os aspectos pessoais, singulares de cada indivíduo, sem um diagnóstico psicopatológico aprofundado não se pode nem compreender adequadamente o paciente e seu sofrimento, nem escolher o tipo de estratégia terapêutica mais apropriado”. No processo diagnóstico há uma relação dialética entre o particular – àquilo que é do indivíduo, e o geral – categoria diagnóstica que pertence.

CONCLUSÃO

A crítica ao modelo de medicalização não anula a necessidade da medicação para pacientes certamente diagnosticados, se diz respeito, principalmente, à busca pela diminuição do movimento de patologizar e medicar questões não médicas.

Como dito anteriormente, as redes sociais vêm a acelerando e disseminando informações acerca dos transtornos mentais, onde, quase sempre, tais informações não são atestadas à uma fonte crítica, confiável e científica, sendo pautadas apenas pelo senso comum. Portanto, o debate não se limita em criticar o uso dos medicamentos como complemento de uma rede terapêutica, mas seu uso único e exclusivo para o tratamento dos transtornos, e entendendo que os transtornos como Ansiedade, Depressão, TDAH, também se mostram responsivos quando o tratamento é feito em conjunto com atividade física, terapia com Psicólogo, uma boa alimentação, e a adequação de novos hábitos.

Por fim, reafirma-se a necessidade dos profissionais para a busca multidisciplinar do diagnóstico, bem como na estratégia terapêutica, visando abarcar o mais possível o indivíduo e sua subjetividade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Daniela Silva de. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade. **Ciência & Saúde Coletiva**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZqY8ZMrDQnVZNtdLNjQsFvM/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CHAGAS, Julia Chamusca; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Patologização e Medicalização da Educação Superior. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Universidade de Brasília, v. 32, n. esp., p. 1-10, 2016.

CHENIAUX, Elie. Psicopatologia: questões gerais. In: **Manual de Psicopatologia**. 4ª ed. Editora Guanabara Koogan, 2018. p. 29.

DALGALLARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FRIAS, Lincoln; JÚLIO-COSTA, Annelise. Os equívocos e acertos da campanha “não à medicalização da vida”. **Psicologia em Pesquisa**, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), p. 3-12, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. OMS divulga Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos. **Biblioteca Virtual em Saúde**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

RODRIGUES, Thais de Sousa; SILVA, Silvia Maria Cintra da. Medicalização, Dislexia e TDA/H no ensino superior: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia em estudo**, v. 26, 2021.

13

O ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO BRASIL E AS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA¹

Iolanda Carvalho Fontenele²
Isadora Ravenna de Brito Pedreira³
Lívia Danniele de Lima e Silva⁴
Lourdes Vitória de Melo Veloso Silva⁵
Pamela da Silva Geraldo⁶

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 21 – Políticas de Seguridade Social e seus Reflexos sobre a Questão Social, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Professora do departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.
E-mail: iolandaservicosocial@gmail.com

3 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí.
E-mail: isadoraravenna22@ufpi.edu.br

4 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí.
E-mail: livdanniele@ufpi.edu.br

5 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí.
E-mail: vitoria10melo21@ufpi.edu.br

6 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí.
E-mail: pamelageraldo@ufpi.edu.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir sobre o enfrentamento da pobreza no Brasil através das transferências de renda a partir de 1988, com destaque para apreensão dos avanços, continuísmos, limites e desafios. O artigo é resultado de uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir de artigos, pesquisas, o uso de dados estatísticos, estudo do ordenamento jurídico, tendo em vista uma análise quanto-qualitativa. O estudo apontou como conclusão o fato de que apesar dos avanços e da importância das transferências de renda como medidas voltadas para intervenção na pobreza no período 2003-2016, especialmente nos primeiros anos, elas foram apenas coadjuvantes no enfrentamento dessa problemática, os fatores principais foram os ganhos na renda do trabalho, no combate ao desemprego e ao trabalho precário. Outro achado importante foi que a pobreza voltou a crescer no período 2016-2022 considerando as medidas de ajuste fiscal e as restrições nas políticas públicas.

Palavras-Chave: Pobreza. Programas Assistenciais. Benefício Monetário.

INTRODUÇÃO

A pobreza constitui uma problemática na trajetória da humanidade, atravessa as mais diversas épocas históricas, os distintos espaços geográficos, as culturas dos diferentes povos e nações. Ela se expressa enquanto questão de ordem estrutural, conjuntural, regional, com acirramentos em contextos de crises, de calamidades, de desastres, bem como por situações familiares e individuais, objetivas e subjetivas. A pobreza se manifesta de modo heterogêneo, considerando, ainda, o nível de desenvolvimento da sociedade, como no caso do capitalismo, onde a pobreza, que passa a ser expressão da questão social enquanto conflito, não é gerada por problemas de escassez, de baixa produtividade, ao contrário, o grau de produtividade e enriquecimento é altíssimo, em contraste com níveis de pobreza bastante extensos e intensos.

No Brasil, da mesma forma, a pobreza se expressa de forma multidimensional e heterogênea, no tempo e no espaço. As interpretações, as análises, os critérios de medição e as formas de enfrentamento também divergem. Historicamente as medidas voltadas para a pobreza no campo das iniciativas privadas ou das políticas estatais estiveram associadas com a Assistência Social, que esteve ancorada no favor, no clientelismo, figurou como ação marginal no contexto das políticas sociais brasileiras.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988 o Brasil deu um salto no tocante às políticas sociais, reconhecendo os direitos sociais como direitos de todos e responsabilidade do Estado, trouxe a seguridade social como modalidade de proteção social, pensada enquanto conjunto articulado de ações de previdência, saúde e assistência. Com essas mudanças, a CF/1988 apresenta a seguridade como uma política firmada no Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos, dentre outros, a cidadania, a democracia e a justiça. A CF/1988 ainda define como objetivos da República Brasileira a erradicação da pobreza, das desigualdades, da marginalização, a promoção do bem de todos, sem discriminação. A Assistência Social é definida como política pública, e, assim, o contrato constitucional aponta para um projeto onde a Assistência deixa para trás as marcas de um passado pautado na filantropia pública e as intervenções na pobreza dão um passo com a instituição do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado para pessoas idosas e com deficiências (PCD's). O fato é que nesses quase 35 anos de CF/1988 a Assistência Social conquistou avanços, enfrenta os mais diversos desafios, continuísmos e retrocessos.

Nesse contexto de avanços trazidos pela CF/1988, a erradicação da pobreza, apesar de figurar como um objetivo e uma área de política pública do Estado, ela permanece do ponto de vista legal, institucional e prático na área da Assistência Social, o que

representa um continuísmo no trato dessa questão. Um outro dado importante e que cabe destacar aqui é a entrada do tema da pobreza na agenda pública brasileira no final dos anos 1980, com destaque para a década de 1990 em função do contexto internacional, a crise do neoliberalismo; no âmbito nacional a ação dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, a importância dos institutos de pesquisas e a divulgação de dados estatísticos, a mídia, a contribuição da academia, dos intelectuais, dos profissionais e das políticas do poder público.

Como decorrência desse movimento (no cenário nacional e internacional) as medidas de enfrentamento da pobreza no Brasil ganham um novo patamar. Elas saem das ações no campo da distribuição irregular de cestas básicas e outros bens materiais de consumo e adentram nas ações de transferência de renda (enquanto uma tendência internacional), através do repasse sistemático e continuado de benefícios monetários.

Nesse sentido o foco desse artigo é no sentido de discutir sobre o enfrentamento da pobreza no Brasil a partir de 1988, através das transferências de renda, os benefícios financeiros assistenciais, marcadamente diferenciados por sua natureza não contributiva e de transferência continuada, com destaque para apreensão dos avanços, continuísmos, limites e desafios dos mesmos. O artigo é resultado de uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir de artigos, pesquisas, mas também o uso de dados estatísticos, estudo do ordenamento jurídico, tendo em vista uma análise quanti- qualitativa. Espera-se poder contribuir com a socialização do conhecimento, com a formação e o trabalho profissional na área específica do Serviço Social.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, apresenta-se nas sessões do desenvolvimento, resultados e discussões uma síntese sobre a questão da pobreza no

Brasil, conceitos, as formas de enfrentamento, mais especificamente através dos programas de transferência de renda e finalmente as conclusões sobre o conteúdo abordado.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Crespo e Gurovitz (2002, p. 3), “a percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta”. Na visão dos autores a pobreza relativa está estritamente interligada com a desproporção da distribuição de renda, está vinculada às necessidades que precisam ser atendidas em determinada sociedade. Portanto, a pobreza relativa diz respeito à posição dos indivíduos e das famílias em relação à distribuição de renda e de consumo em determinada região ou país (Pizzio, 2009). A pobreza absoluta refere-se a um padrão básico de necessidades não atendidas, como por exemplo, moradia, transporte e educação (Crespo; Gurovitz, 2002). A extrema pobreza está relacionada a privação das necessidades nutricionais e alimentares (Pizzio, 2009; Fontenele, 2007).

Nessa ótica, conforme Pizzio (2009), a pobreza pode ser entendida como a privação de necessidades básicas, ao invés de ser meramente uma questão de renda abaixo de um certo patamar, de um dado nível. Dessa forma, a privação pode variar desde a insuficiência de renda monetária para obter acesso a serviços e bens, até a falta de acesso à saúde e educação, ao trabalho, à renda tanto quanto a violação de direitos civis e políticos. Portanto, deve-se ressaltar que a problemática da pobreza é um processo que se vincula e se constitui a partir da construção histórica da sociedade brasileira, bem como do Estado, da Nação. De acordo com Godinho é fundamental a análise de diversas questões como o desenho “[...] da cidadania, da economia nacional, das relações de poder, [...] e de trabalho, no

trato com o que é coletivo, na capacidade de mobilização e luta da população, nas diferenças sociais, na cultura política que temos[...]”, na construção da democracia (Godinho, 2011, p. 3).

De acordo com Wlodarski e Cunha (2005), percebe-se que no Brasil a pobreza não ocorre por conta da falta de recursos e sim em função da distribuição desigual destes. Entende-se que o Brasil é um país abastado, contudo, possui os maiores índices de desigualdade do mundo. Ou seja, “o Brasil poderia ter um enorme crescimento econômico, no entanto, se não enfrentar suas desigualdades, se não tiver equidade na distribuição de seus recursos ele continuará sendo muito pobre” (Godinho, 2011, p. 3). A desigualdade social presente no estado brasileiro é proveniente de seu contexto histórico, político e econômico. Como defendido por Oliveira (2015), o Brasil ao longo de sua trajetória tratou as desigualdades sociais, em maior parte, com indiferença, como caso de polícia. Todavia, somente na década de 1930, com a introdução dos direitos sociais a partir da era Vargas é que essa questão começou a ganhar atenção. No entanto, o trato da pobreza esteve pautado em ações assistencialistas, clientelistas, ancoradas no favor e na negação de direitos. As políticas sociais foram institucionalizadas a partir do código da dualidade – serviços para pobres e serviços para cidadãos – onde os cidadãos são aqueles que se encontram em situação de vantagem no mercado de trabalho, no acesso à riqueza e ao poder, que por isso são contribuintes no sistema de proteção atravessado pelo princípio da justiça contributiva, do seguro individual, do mérito e do mercado. Aos cidadãos os direitos e aos pobres o favor, as benesses. Ou seja, um sistema de proteção social iníquo, injusto e desigual. Por outro lado, a trajetória brasileira também mostra, a despeito dos investimentos em políticas sociais, a primazia das políticas econômicas nas agendas dos governos, sem falar da problemática do trabalho, a concentração da riqueza e da renda, a marca do desenvolvimentismo populista, de controle das

massas e dos longos períodos de ditadura, de supressão de direitos civis e políticos, associada com políticas sociais.

Assim, as políticas voltadas para os pobres tiveram um perfil clientelista e de forte instabilidade, com doação de produtos como cesta básica, leite, medicamentos, a assistência funerária e as intervenções no campo da qualificação para o trabalho e a geração alternativa de renda com centralidade no trabalho informal (Fontenele, 2007). Porém, como afirmado acima, considerando o ambiente político da década de 1980, o processo constituinte no Brasil, os números alarmantes da pobreza no cenário nacional, as crises do neoliberalismo no cenário internacional, a atuação dos organismos internacionais, em vista desses fatores a pobreza entra na agenda pública brasileira no final dos anos 1980 e segue nos anos 1990 e 2000 e nesse contexto surgem os benefícios e os programas de transferência de renda que passam a ser discutidos na sequência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O BPC foi instituído pela CF/1988 e regulado pela LOAS/1993, portanto, um direito constitucional. Trata-se de um benefício monetário assistencial, de prestação continuada, de natureza não contributiva, voltado para pessoas idosas e com deficiências em situação de pobreza, tendo como critério de elegibilidade a idade, a renda familiar per capita e as deficiências. O BPC foi normatizado inicialmente por decreto em 1995 e implantado em 1996, tendo sido alvo de diversas alterações, discussões e tentativas de desmontes nesses últimos anos, especialmente no período 2016-2022, conforme decreto nº 6.214/2007 e lei nº 14.176/2021 (IPEA, 2022).

Segundo Fontenele (2007) um outro marco importante em relação ao debate em torno das propostas de Renda Mínima na agenda brasileira foi em 1991, com o Projeto de Lei apresentado no

Congresso Nacional, pelo então Senador Eduardo Suplicy, voltado para indivíduos, numa perspectiva de renda mínima. No campo do poder executivo, os programas de transferência de renda tiveram início no Brasil a partir das iniciativas de Municípios e do Distrito Federal, em 1995. Depois das iniciativas das unidades subnacionais da federação, essas propostas chegam no governo federal, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), também na década de 1990⁷, que passa a implementar os Programas de Transferência de Renda Condicionada.

Em 2003 um novo marco significativo com o Programa Bolsa Família (PBF), criado a partir da fusão de programas de transferência de renda mencionados antes. O PBF foi instituído no governo de Lula da Silva, pela Medida Provisória nº132/2003 e depois com a lei n.º 10.836/2004, uma das principais características do programa é a tentativa de vincular a transferência de renda com o acesso a direitos como saúde, educação, alimentação e assistência social (Fontenele, 2007).

Os investimentos nessas transferências assistenciais de renda mais que triplicaram nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, especialmente no período 2003- 2015, bem como no número de famílias e indivíduos atendidos. O investimento em assistência social saiu de 0,9% em 2006 para 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 (PASSOS, et al, 2019). A partir de 2015 os recursos começam a apresentar reduções, acumulando perdas no orçamento entre 2015-2019⁸, bem como diminuição no número de beneficiários,

7 Em 1996 o governo federal cria o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e em 1997 o Bolsa Escola, na sua primeira fase, e em 2001 o governo faz um relançamento do Bolsa Escola, agora na sua segunda fase, e cria o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, dentre outros. Em 2003 foi criado o Cartão Alimentação no Governo Lula da Silva no âmbito do Programa Fome Zero. (Rocha, 2019)

8 Em 2004 o governo federal gastou uma média de 10 bilhões com o PBF (IPEA, 2020). A partir de 2015, os recursos acumularam perdas numa faixa de 11%, passando de 34,5 bilhões em 2014 para 30,6 bilhões em 2018⁹. Em 2019 os gastos ficaram

especialmente no PBF. No caso do BPC, as tentativas de mudanças estiveram relacionadas ao valor do benefício, bem como ao critério da idade e apesar de que não foi possível aprovar essas propostas em emendas constitucionais nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, os ajustes ocorreram mais no sentido de redução do público atendido, especialmente em 2019 (IPEA, 2021). Esses governos (2016-2022) foram marcados por um forte ajuste fiscal no orçamento público, corte nos gastos, acirramento da precarização das políticas de cunho social e medidas que tendiam para o enfraquecimento das instâncias deliberativas, de participação da sociedade nas políticas públicas, previstas na CF/1988.

No contexto da pandemia (2020-2023) da COVID-19 (doença do novo coronavírus) os benefícios assistenciais de transferência monetária, a exemplo do auxílio emergencial⁹, bem como o BPC e o PBF, foram muito importantes quando contribuíram para amenizar e evitar uma maior agudização da pobreza no período pandêmico, bem como a melhoria no desempenho da economia. Nesse contexto emergencial, os recursos da Assistência Social saíram, excepcionalmente, de R\$ 95,9 bilhões em 2019 para 423,5 bilhões em 2020 (Osório, 2023). Contudo, o período pandêmico foi marcado pelo negacionismo do governo federal em relação à gravidade da COVID-19, pelas resistências e demora no sentido de assegurar recursos e as condições públicas no enfrentamento da pandemia e por outro lado, o auxílio emergencial, bem como as transferências

em torno de 32,5 bilhões. O BPC registrou uma queda no orçamento de 2018, em comparação com 2017, (saindo de R\$ 56,7 em 2017 para 56,1 bilhões em 2018), com um incremento em 2019 da ordem de 4,28% (58,5 bilhões) (IPEA, 2021).

9 O auxílio emergencial teve vigência entre 2020-2021. Em 2020 foram 293 bilhões gastos, correspondendo a 56% do total dos gastos com o enfrentamento da pandemia e em 2021 foram 60,5 bilhões, representando 55% do montante (IPEA, 2022), tendo atingido 68, 2 milhões de pessoas, ou seja, 44% dos domicílios brasileiros. Apesar de que 108 milhões de trabalhadores solicitaram o benefício (IPEA, 2021).

de renda de um modo geral, sem desconsiderar sua importância, representaram e representam mecanismos de amenização da pobreza e das desigualdades e controle dos pobres (Fontenele, 2007).

Em 2021 o PBF foi substituído pelo Auxílio Brasil por meio da Lei n.º 14.284/2021 (revogada pela lei 14.601/2023) (Brasil, 2023b), no governo de Jair Bolsonaro, tendo em vista a garantia de renda articulada com benefícios e serviços do SUAS, mas, principalmente, como parte da narrativa da cúpula bolsonarista no sentido de se contrapor, revogar e interromper as propostas do governo de Lula da Silva.

Com o resultado das eleições de 2022 e a vitória do candidato Luiz Inácio da Silva, mudanças significativas foram implantadas, dentre elas, o antigo “Auxílio Brasil” volta a ser novamente “Bolsa Família”, mas não com as mesmas configurações (Brasil, 2023b). Nessa perspectiva, o PBF-2023 traz um aumento no valor do benefício, de 400,00 para uma média R\$ 670,00 por família e ainda o alcance de uma meta de 21,1 milhões de famílias atendidas em todo o país (Brasil, 2023c). O atual governo também toma iniciativas no sentido de fazer a recomposição do orçamento para investimentos em políticas públicas, no crescimento econômico, a exemplo da emenda constitucional (EC) nº 126/2022, bem como a revogação da EC nº 95/2016, do teto dos gastos, a criação do regime fiscal sustentável que contempla o investimento socioeconômico, a depender do desempenho do crescimento e da arrecadação do Estado, associado com o controle da dívida, da inflação e um ajuste fiscal flexível (Brasil, 2023a).

Institutos de pesquisa e pesquisadores no Brasil, bem como Organismos Internacionais, considerando o período 2003-2016, especialmente nos dez anos iniciais, deram conta de melhorias das condições de vida, houve crescimento do PIB, ou seja, crescimento econômico associado com controle da inflação, por conta da “geração

e sustentação do desenvolvimento econômico e, consequentemente, ao papel do Estado e às inovadoras políticas que passaram a ser adotadas”, como é o caso do combate à pobreza (Mattoso, 2013, p. 112). Segundo dados de Singer (2018) os pobres e os miseráveis, em conjunto, passaram de 53% para 30% da população no período 2002-2014, já os miseráveis saíram de 24% em 2002 para 7% em 2014. Para Singer (2018) a queda da pobreza extrema foi expressiva, no entanto, para o autor, apesar dos ganhos, a pobreza permaneceu, considerando o fato de que os miseráveis passaram para a condição de “novos” pobres. Apesar disso, verificou-se, no cômputo geral, uma diminuição nas taxas de pobreza e de desigualdade, com uma queda de 9,7% segundo o índice de Gini na medida da desigualdade, o que resultou na “saída do Brasil do mapa da fome em 2014”. Os dados também dão conta de um aumento da classe média, saltando de 38% para um percentual superior a 52% da população total (IPEA, 2016, p.100).

Por outro lado, com as crises no Governo Dilma Rousseff, seu impeachment e os governos de 2016-2022 “houve um aumento da desigualdade de renda no país, [...] retrocesso de uma década em termos distributivos, com aumento das taxas de pobreza entre 2014 e 2017, seguidas por estabilidade até 2019” (IPEA, 2021, p. 67), e significativo aumento no período pandêmico, especialmente em 2021 (Neri, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços foram de grande monta, nomeadamente na melhoria da qualidade de vida das famílias, especialmente dos segmentos mais vulneráveis, o favorecimento da economia de municípios especialmente aqueles de pequeno porte. No tocante aos limites e às críticas, é importante destacar mais especificamente em relação ao PBF, a questão das condicionalidades que acabam

por ferir o princípio do direito, quando o governo passa a fazer exigências de contrapartidas e adotar formas de controle, além do fato de que a associação do PBF com outras políticas como educação e saúde acabam por denunciar a precariedade dessas políticas. Outros problemas como a fragilidade legal-institucional do programa, os critérios de elegibilidade das famílias, que acabam por acentuar a questão da seletividade, bem como o valor médio do benefício¹⁰ (apesar dos avanços conquistados no aumento dos beneficiários e no valor mensal do auxílio), depois o tempo de permanência e as possibilidades de saída das famílias da dependência desses benefícios e o viés do assistencialismo (Fontenele, 2007).

Finalmente, uma conclusão importante é que a queda nas taxas de pobreza e desigualdades no período 2003-2013, a melhoria na qualidade de vida das famílias brasileiras, especialmente aquelas mais pobres esteve relacionada às medidas na área econômica, os avanços no rebaixamento do desemprego e da precarização do trabalho, aumento da renda, com gasto público no campo social (Rocha, 2019). Fica claro que quando a centralidade da política governamental se desloca para o controle da inflação, pagamento da dívida pública, as medidas duras de ajuste fiscal e corte de gastos, em detrimento da garantia de proteção social, essas agendas resultam em prejuízos tanto para o crescimento econômico quanto para as políticas públicas de corte social, repercutindo negativamente nas condições de vida da população, com acirramento da pobreza e das desigualdades (Mattoso, 2013).

10 Segundo Rocha (2019, p. 150) “a participação relativa da renda do trabalho na renda total das famílias”, corresponde a 76,2% em 2009, o que representa mais de ¾ na renda total dos grupos familiares. No caso das transferências assistenciais de renda, “apesar do vigor de sua expansão [...], representavam em 2009 apenas 1,3% da renda das famílias”, o BPC em torno de 0,6% e o PBF 0,7%. Nesse caso, as transferências de renda assistenciais são apenas medidas coadjuvantes no enfrentamento da pobreza relacionada ao acesso à renda.

Como afirma Godinho, enfrentar as condições de pobreza e desigualdades, historicamente firmadas na sociedade brasileira não é algo simples, trata-se de “um processo complexo e que agrega, ao mesmo tempo, aspectos econômicos, sociais e políticos, [...] a integração de políticas estruturantes” que a médio e longo prazo possam alterar esse quadro (Godinho, 2011, p. 4), o que significa dizer que o enfrentamento da pobreza não pode ser uma atribuição da assistência social somente. Apesar da sua importância, ela apenas tem efeito compensatório. E para fechar essa discussão é por demais esclarecedora a conclusão de Singer quando afirma que a sociedade brasileira, de capitalismo periférico incompleto, criou um limbo de onde os pobres podem sair e deixar de ser pobres, no entanto, a pobreza não pode deixar de existir (Singer, 2018), apenas é fundamental a gestão e o controle da mesma (Fontenele, 2007).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023a. Disponível em: [https://portal.stf.jus.br/CF\(1\).pdf](https://portal.stf.jus.br/CF(1).pdf). Acesso em: 02 de jun. de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**, institui o Programa Bolsa Família. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/aros/?tipo=LEI&numero=146017ano=20237data=19/06/20237ato=fa7cXW610MZpWT573>. Acesso em: 21 de jul. de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **O Brasil voltou. 100 dias**: um governo que voltou a investir no Brasil e em seu povo. Brasília, DF: Presidência da República, 2023c. Disponível em: https://static.poder360.com.br/governo-lula-250-acoes-dos-100-dias-10abr2023_compressed.pdf. Acesso em: 10 de jul. de 2023.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica** [online]. São Paulo, SP: FGV-EAESP, v. 1, n. 2, p. 1-12, jul-dez/2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

FONTENELE, I. C. **O controle da pobreza na ordem do capital: a centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal**. São Luís, MA: UFMA, 2007. Tese de Doutorado em Políticas Públicas.

GODINHO, I. C. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. **Anais do I circuito de debates acadêmicos das ciências humanas**. Brasília, DF: IPEA, n.1, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/area2-artigo31.pdf>.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, DF: **IPEA/DISOC**, n.24, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/20170519_bps24.pdf. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, DF: **IPEA/DISOC**, n.27, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10273>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, DF: **IPEA/DISOC**, n.28, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10796>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, DF: **IPEA/DISOC**, n.29, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11537>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo/Rio de Janeiro, RJ: FLACSO Brasil, 2013. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/10_ANOS_GOVERNOS.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2023.

NERI, M. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro, RJ: FGV SOCIAL/Centro de Políticas Sociais, 2022. Disponível em: https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

OLIVEIRA, F. M. Desigualdade Social: uma trajetória de insistência no Brasil. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, MA: Programa de Pós-Graduação em Políticas/UFMA, 2015. Disponível em: <http://joinpp.ufma.br/desigualdade-social-uma-trajetoria-de-insistencia-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

OSÓRIO, A. G. **Análise do Orçamento da Política de Assistência Social nos anos de 2010 a 2022: impactos para sua efetivação**. Franca, SP: UNESP, 2023. Dissertação de Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/Osorio_ag_me_fran.pdf. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

PASSOS, L; SANTOS, A. A. dos; SCARPARI, A. Financiamento da política de assistência social: avanços e perspectivas. **Revista Textos e Contextos**. Seguridade Social e Políticas Públicas. Porto Alegre, RS: PUC-RS, v.18, n.1, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/33523>. Acesso em: 13 de jul. de 2023.

PIZZIO, A. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. **Anais do 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2009. Disponível em: https://www.anpocs.com/AlexPizzio_O_QUE.pdf. Acesso em: 03 de jul. de 2023.

ROCHA, S. **Transferências de renda no Brasil: O fim da pobreza? Evolução, efeitos e perspectivas dos programas de renda para os pobres**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2019.

SINGER, A. **O Lulismo em crise**. Um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018.

WLODARSKI, R; CUNHA, L. A. Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade. **Anais do IX simpósio internacional processo civilizador: Tecnologia e Civilização**. Ponta Grossa, PR: CEFET-PR, 2005. Disponível em: <https://www.uel.br/art15.pdf>. Acesso em: 17 de jul. de 2023.

14

CADÊ MEU CELULAR? EU VOU LIGAR PRO 180: análise da rota crítica percorrida pelas mulheres na busca pela superação da violência¹

Estelyta Hanna Guedes Rodrigues Morais²
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 22 – Feminismos, Interseccionalidade e Políticas Públicas, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM).

3 Pós-Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Livre-Docente pela Universidade Estadual Paulista. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca e Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI- Universidade Federal do Piauí/Teresina.

RESUMO

O presente artigo tem como tema a violência contra as mulheres e objetiva analisar a rota crítica percorrida pelas mulheres em situação de violência, evidenciando os principais fatores que obstaculizam o processo de buscar ajuda para romper com as situações violentas. Por meio da pesquisa bibliográfica, o trabalho apresenta os caminhos trilhados pelas mulheres na busca por ajuda, caminhos esses que, muitas vezes, são tortuosos e cheios de obstáculos em virtude da falta de apoio, seja por parte dos familiares, amigos e conhecidos, seja por parte dos serviços especializados que compõem a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Os resultados apontam que os serviços que compõem a Rede de Enfrentamento ainda apresentam muitos óbices a serem superados, pensando na difícil missão de enfrentar a violência contra as mulheres e desmontar modelos desiguais de gênero.

Palavras-chave: Rota crítica. Mulheres em situação de violência. Rede de Enfrentamento.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de estudos realizados no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (PPGPP/UFPI), e tem como objetivo analisar a rota crítica percorrida pelas mulheres em situação de violência na cidade de Teresina, capital do Piauí, evidenciando os principais fatores que obstaculizam o processo de buscar ajuda para romper com as situações violentas.

A violência contra as mulheres é um fenômeno complexo que desafia as políticas de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça, ao mesmo tempo que envolve um longo processo histórico baseado na dominação de gênero, produzindo tensões e visões de mundo, em muitos casos, diretamente imbricadas às discriminações de classe e raça/etnia. É nesse contexto que o enfrentamento da violência contra as mulheres tem compreendido um longo e tortuoso

caminho, marcado por importantes avanços, mas também por muitos obstáculos. Para Johas e Viana (2022), a complexidade dessa questão, aponta para os desafios, no campo das políticas públicas, encontrados no planejamento, na estruturação, na capacitação dos profissionais e no funcionamento dos serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A violência perpetrada por homens contra mulheres não é um fato novo e muito menos restrito ao cenário brasileiro. Segundo Gomes (2021), trata-se de um fenômeno mundial socialmente construído, cujas raízes “se encontram nas relações desiguais de gênero, engendradas na multiplicidade de marcadores sociais, que se interseccionam e se materializam em uma variabilidade de expressões e contextos sociais” (GOMES, 2021, p. 60). As mulheres continuam aparecendo ostensivamente nas estatísticas da violência e do feminicídio, e em muitos casos, os perpetradores são homens sem laços consanguíneos, escolhidos para a convivência íntima, sejam eles: maridos, namorados, companheiros ou ex-parceiros. É nesse cenário assustador que Bandeira (2017), remetendo à clássica frase de Simone Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p.9), nos afirma que: “Não se nasce mulher, mas se morre por ser uma” (BANDEIRA, 2017, p.16).

Este problema social grave e, ao mesmo tempo, complexo no que se refere ao seu desvelamento e solução, inclui uma plêiade de fatores socioculturais e independe de idade, raça/etnia, classe social, escolaridade ou religião. Todavia, apesar de todas as mulheres estarem propícias a passar por situações violentas, existem grupos de mulheres que sofrem não só com a violência de gênero, mas também com outros tipos de discriminações simultaneamente. É nessa ótica, que a perspectiva interseccional nos auxilia na compreensão de como os marcadores sociais podem agudizar as situações de violência a partir do lugar social que as mulheres ocupam.

Para Akotirene (2019), a interseccionalidade define o posicionamento do feminismo negro frente às opressões da sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeia, buscando desfazer a ideia de um feminismo hegemônico com voz única. Nesses termos, trata-se de um conceito que visa dar “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis heteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p.14), produtores de avenidas identitárias em que as mulheres, sobretudo as negras, são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição do gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. Nesse sentido, a violência contra as mulheres é um conceito que tem por base a questão de gênero, no qual “remete à um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais e permeado por questões étnico-raciais, de classe e de geração” (BRASIL, 2011, p.21). A aprovação da Lei Maria da Penha em agosto de 2006, conforme Pasinato (2010), representou um importante marco no extenso processo histórico de reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema social no Brasil, resultado de uma luta que ganhou ímpeto a partir da década de 1970, com a intensa participação dos movimentos de mulheres lutando pela conquista da cidadania para todos, mas com respeito pelas diferenças de gênero. A aludida lei tipificou as formas dessa violência e a qualificou como crime, passando a tratar o fenômeno de forma integral, com medidas de caráter social, preventivo, protetivo e repressivo.

De fato, o Brasil conquistou nas décadas de 1980 a 2010, “um significativo avanço no desenho das políticas públicas para as mulheres, com o advento de aportes normativos inovadores com vistas a proporcionar direitos e garantir segurança às mulheres” (JOHAS e VIANA, 2022, p.2). No entanto, conforme corrobora Johas e Viana (2022), diversos serviços da vida pública atendem rotineiramente mulheres em uma rota crítica, em busca de que

lhes sejam assegurados direitos (à vida, a seus próprios corpos, à liberdade de ir e vir, aos seus bens etc.).

Essa realidade nos estimula a refletir sobre o alcance das respostas que as políticas ofertam para as mulheres em situação de violência. Afinal, elas estão sendo, de fato, amparadas e acolhidas pelos serviços que compõem a Rede de Enfrentamento? A hipótese é que uma grande parte das mulheres podem encontrar respostas dissuasoras de seu projeto de interromper a violência por parte dos serviços especializados, como delegacias, serviços jurídicos, de saúde e assistência social, fazendo com que haja a reiteração da violência.

Conforme Sagot (2000), a rota crítica corresponde ao caminho cheio de meandros trilhados por mulheres na busca de romper com a violência. Este conceito emergiu em um estudo realizado em 10 países latino-americanos organizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que investigou a sequência de ações e decisões tomadas pelas mulheres em situação de violência na busca pela superação da violência. Todavia, o pioneiro estudo realizado na década de 1980, como aponta Meneghel *et al* (2011), não incluiu o Brasil, o que torna necessário elaborar mais análises que adaptem essa experiência anterior para a realidade brasileira.

A justificativa deste trabalho reside no fato da rota crítica da violência ainda ser um conceito pouco estudado no Brasil, carecendo de novos estudos que investiguem essas rotas, buscando identificar os desafios encontrados na busca pela superação da violência. Cabe perscrutar, que este estudo não tem a pretensão de esgotar a temática, mas possui importância visto que irá trazer para comunidade acadêmica e, sobretudo, para os profissionais que trabalham nos serviços especializados no atendimento às mulheres, um maior conhecimento sobre a rota crítica da violência e os desafios encontrados pelas mulheres nesse processo de buscar ajuda para romper com o ciclo da violência.

METODOLOGIA

Neste trabalho, a abordagem qualitativa foi adotada pela sua relevância em apreender os significados dos processos vividos pelas mulheres na busca de ajuda para acabar com os episódios de violência. Com a escolha da abordagem qualitativa, vem a importância de realizá-la imbricada à pesquisa exploratória, que para Gil (2008), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p.27).

O trabalho apresenta a interseccionalidade como ferramenta analítica, pois estudar as mulheres em situação de violência exige que se tenha o conhecimento dos seus marcadores sociais, como forma de dar visibilidade à variabilidade de discriminações sofridas pelas mulheres. Conforme Crenshaw (2002), “onde os contornos específicos da discriminação de gênero não são bem compreendidos, as intervenções para tratar de abusos aos direitos

humanos das mulheres serão provavelmente menos efetivas” (CRENSHAW, 2002, p.174).

A pesquisa exploratória foi realizada tendo como base a pesquisa bibliográfica, realizada a partir de um levantamento feito na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scielo, livros e revistas científicas, com o intuito de fundamentar teoricamente a proposta da pesquisa e contribuir nas reflexões sobre a rota crítica das mulheres em situação de violência. Para Gil (2008), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

O trabalho encontra-se organizado em introdução, metodologia, resultados e discussão e considerações finais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência sempre esteve presente na história, como o ato que fere, ofende e degrada outros indivíduos sociais. Para Minayo e Souza (1993), ela se expressa através das ações de indivíduos, grupos, classes e nações, que resultam na morte de outros seres humanos ou que afetam suas integridades físicas, morais, mentais ou espirituais. A violência é, assim, resultado dos meios e das formas como os indivíduos se relacionam.

Por ser um fenômeno histórico, a violência humana é um elemento que produz e influencia as estruturas, as conjunturas e os cotidianos de diferentes formas em várias temporalidades. A história da sociedade brasileira é atravessada pelo uso constante da violência, que, como aponta Bernaski e Sochodolak (2018), tem sua origem com o processo de colonização do país, a partir da violência política de genocídio indígena, seguida pelo escravismo que, durante séculos, suprimiu a vida de milhões de pessoas negras, e ainda de forma mais suave, com a política de subterfúgio empregada ao imigrante europeu, submetendo-o a condições degradantes.

A violência também está presente no processo de subjugação das mulheres brasileiras. Como aponta Saffioti (2015), o patriarcado que rege as relações sociais desde o Brasil Colônia, concede aos homens poder irrestrito sobre as mulheres, cabendo a eles disciplinarem e controlarem os corpos femininos, o que justifica o frequente uso da violência como forma de moldar seus comportamentos. Para a autora, o sistema patriarcal produz relações desiguais e hierárquicas entre os gêneros, levando à opressão feminina através da dominação e exploração das mulheres pelos homens. Esse sistema foi disseminado

por gerações, estando presente até hoje, na realidade da sociedade brasileira.

Saffioti (2000) alerta para a necessidade de abordar a violência contra as mulheres dentro da perspectiva interseccional, pois as noções de classe e raça/etnia também atuarão de maneira estruturante, constituindo-se em relações de poder tal qual as relações de gênero. Com isso, a autora aponta a existência do patriarcado-racismo-capitalismo, sistemas de dominação-exploração que atuam de maneira conjunta, formando um nó entre eles.

Vale destacar que, não se trata de culpabilizar e estigmatizar grupos sociais a partir da violência, atribuindo de maneira determinista essas práticas, mas sim de entender que as relações desiguais de poder criam desigualdades, resultando em atos violentos contra determinados grupos. Portanto, à luz da análise de Saffioti (2000), o patriarcado-racismo-capitalismo opera na realidade brasileira de modo a excluir do poder, corpos que não atendem a determinados requisitos (masculinidade, branquitude e recursos monetários), deixando-os à mercê de múltiplas violências, tanto por parte da sociedade quanto por parte do Estado. Nessa perspectiva, ser mulher, negra e pobre é uma tríade que impõe desafios, adversidades, desigualdades e violências.

A compreensão da violência contra as mulheres envolve distintas concepções categóricas, e dentre elas, destacamos a importância de compreender o conceito de rota crítica da violência. Conforme Sagot (2000), a rota crítica da violência constitui os caminhos percorridos pelas mulheres na busca pelo rompimento da violência, no entanto, esses caminhos são longos e marcados por muitos obstáculos, em sua maioria, desprovidos de apoio, seja por parte de familiares, amigos e conhecidos, seja por parte dos próprios serviços que compõem a Rede, que em muitos casos, agem através de atitudes julgadoras e culpabilizantes, reiterando assim, a violência.

Nesses termos, se trata de um problema atual, “que diz respeito não apenas aos investigadores, mas aos operadores sociais, sendo necessário tanto a avaliação do trajeto das mulheres na busca por ajuda nos serviços, quanto a reflexão crítica acerca dessas vivências” (MENEGHEL et al, 2011, p. 744).

Para Sagot (2000), as dinâmicas da violência vivenciadas rotineiramente são tão complexas e opressivas, que a postura de enfrentamento das mulheres para acabar com a situação de violência envolve muitos desafios e dificuldades para sua construção. No entanto, as mulheres nem sempre vivenciam a violência de forma passiva, tampouco a aceitam como destino. Em verdade, estudos têm apontado que as mulheres em situação de violência buscam diversas alternativas para superar a situação.

Essas violências impetradas contra as mulheres dentro de um contexto conjugal, geralmente, ocorrem dentro de um ciclo, chamado de ciclo da violência, composto por três fases. A primeira fase é nomeada Aumento da Tensão, onde o agressor demonstra irritação com coisas irrelevantes, passando a ter acessos constantes de raiva. A segunda é chamada de Ataque Violento, que corresponde à explosão do agressor. Nesse momento, toda a tensão acumulada se materializa em violência física, psicológica, verbal, moral e/ou patrimonial. É nessa fase que muitas mulheres tomam decisões, sendo as mais comuns: buscar ajuda, denunciar, esconder-se na casa de amigos e parentes, pedir a separação. Há, em geral, um distanciamento do agressor. A terceira é conhecida como Lua de Mel, fase em que o agressor demonstra arrependimento, promete que a agressão não irá mais se repetir e procura a reconciliação, é nesse momento que muitas mulheres voltam para o relacionamento. Pouco tempo depois, o ciclo se repete.

Nesse percurso complexo, a correlação de uma série de fatores, que vão desde a crescente escalada das situações de violência

até os apoios encontrados, produz sentimentos e gera reflexões que resultam em decisões para encontrar alternativas de enfrentamento às violências vividas. Coerentemente, quanto maior a gravidade da violência, maior a procura por apoio. No entanto, buscar apoio não significa necessariamente encontrá-lo.

Para D'Oliveira e Schraiber (2013), a rota crítica começa quando as mulheres conseguem romper o silêncio sobre as violências vivenciadas e decidem buscar ajuda fora do ambiente doméstico. As mulheres buscam o apoio de pessoas próximas como familiares e amigos, em seguida, vão atrás de maiores informações sobre os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, com o objetivo de obter respostas e orientações quanto as condutas necessárias para romper com as situações de violência.

No entanto, a rota crítica não apresenta caráter linear e nem unidirecional. No caminho em busca de ajuda, as mulheres podem passar por diversos setores, como por exemplo, saúde, sistema judiciário, assistência social, instituições policiais, escolas, entre outros. Profissionais desses diferentes setores possuem distintas concepções sobre as mulheres e a situação de violência. Em alguns casos, o desconhecimento das/os profissionais acerca da rede de serviços que atendem essas mulheres pode fazer com que sejam encaminhadas para instâncias onde não receberão o apoio necessário.

De fato, mais que uma única rota crítica, em geral, as mulheres transitam por múltiplas rotas e itinerários antes de encontrar uma solução definitiva, se é que a encontram. De outro lado, o início da rota crítica implica, em muitas ocasiões, riscos para mulheres, incluindo o aumento da violência ou riscos a seus bens patrimoniais. Neste sentido, após um primeiro passo, muitas vezes segue-se um retrocesso ou a busca de outros caminhos. De fora, esses processos podem parecer contraditórios ou até mesmo irracionais, mas os testemunhos de mulheres entrevistadas em todos os

países sugerem melhor a existência de elaborados raciocínios, avaliação da situação e balanços, que guiam suas decisões e ações e que vão construindo a busca de alternativas para uma vida livre de violência (SAGOT, 2000, p. 89-90).

Conforme D'Oliveira e Schraiber (2013), apesar dos avanços representados pelas iniciativas legislativas, de políticas públicas e organização e distribuição social de serviços voltados especificamente à violência contra as mulheres, muitos problemas ainda permanecem no que diz respeito, tanto a qualidade da assistência oferecida em cada serviço e a capacidade de bem responder às demandas das mulheres, quanto à articulação dos serviços entre si. Esses serviços fazem parte de “dispositivos governamentais e não governamentais, e se distribuem em diversos setores de prestação de assistência, compondo uma grande rede, mas ainda pouco interrelacionada” (D'OLIVEIRA e SCHRAIBER, 2013, p.137).

Importa destacar, que quando falamos em rede no campo das políticas públicas, estamos nos referindo ao conceito que tem sido usado para “identificar as relações entre diferentes atores/atrizes e agentes que planejam, movimentam, monitoram ou operam uma política pública” (JOHAS e VIANA, 2022, p.5). A rede é uma espécie de arranjo institucional que conecta diversas áreas com suas respectivas estratégias e contextos institucionais, possibilitando que os atores e atrizes públicos/as que as integram promovam o fluxo de serviços necessários para execução de uma determinada política.

Na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a definição de Rede de Enfrentamento é associada “à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões” (BRASIL, 2011, p. 10), requerendo ações conjuntas

dos diversos setores (Saúde, Segurança Pública, Justiça, Educação, Assistência Social, entre outros), no propósito de que:

a) desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; b) interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; c) promovam o empoderamento das mulheres; e, d) garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência (BRASIL, 2011, p.10).

Nesse sentido, a Rede de Enfrentamento tem como objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – combate, prevenção, assistência e garantia de direitos – além de dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres.

Como parte da Rede de Enfrentamento tem-se a Rede de Atendimento, que consiste:

No conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência, à integralidade e à humanização do atendimento (BRASIL, 2011, p. 14).

A Rede de Atendimento contempla o âmbito da assistência que, segundo o previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, objetiva:

Garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-Abrigo/ Serviços de Abrigo, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos – Federal, Estadual,

Municipal, Distrital- e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento.” (BRASIL, 2007, p. 8).

Para Johas e Mota (2022), a Rede de Enfrentamento é composta por serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, por serviços não- especializados de atendimento às mulheres, como as delegacias gerais e os hospitais gerais que geralmente constituem a porta de entrada das mulheres na Rede, e pelas instituições responsáveis pela articulação e planejamento das políticas e ações de combate, prevenção e enfrentamento à violência. Nessa ótica, os principais setores que concentram a maior parte dos serviços responsáveis pela proteção das mulheres em situação de violência são: o Sistema de Justiça e a Segurança Pública, a Assistência Social, a Saúde e a Educação.

Os serviços de atenção primária no Brasil têm um papel importante no enfrentamento da violência contra as mulheres. Em razão do contato próximo com a população, eles poderiam ser uma chance de detecção precoce dos casos, evitando assim, que a violência evoluísse para quadros mais graves. Com a implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, os agentes comunitários de saúde e os profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) estão mais próximos dos lares, o que tecnicamente possibilita uma maior facilidade em reconhecer casos que envolvem violência doméstica. No entanto, o que se observa é que as ações ainda são “isoladas e fragmentadas e, em caráter pessoal, há uma grande dificuldade em reconhecer o trabalho com a violência doméstica de gênero como o escopo dos profissionais de saúde” (D’OLIVEIRA e SCHRAIBER, 2013, p.137).

Os estudos sobre as rotas percorridas pelas mulheres em busca de recursos para sair do ciclo da violência identificam a falta de

apoio, a revitimização e a atitude preconceituosa por parte de alguns profissionais que deveriam acolhê-las como os principais motivos que fazem às mulheres voltarem para as relações violentas. Segundo Bruhn e Lara (2016), embora existam serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, sua atuação isolada não impede a exposição das mulheres a novas formas de violência. Nessa perspectiva, “percebe-se a importância da articulação em rede das instituições de proteção das mulheres em situação de violência para que ocorra uma mudança no ciclo da violência” (BRUHN e LARA, 2016, p.71).

Do mesmo modo, o que se nota é que na esfera institucional, o acesso, a disponibilidade e a qualidade dos serviços ofertados dependem dos elementos estruturais e normativos que permeiam o comportamento das/os profissionais que trabalham diretamente com a problemática da violência contra as mulheres nos diferentes setores. No geral, as atitudes não acolhedoras das/os profissionais e a falta de sensibilidade em lidar com as vivências dessas mulheres, acabam por fazê-las voltarem às situações de violência, podendo acarretar, até mesmo, no feminicídio.

Em casos de violência contra as mulheres perpetrada por parceiros íntimos, o feminicídio é resultado de uma sequência de várias formas de violências sofridas pelas mulheres ao longo do tempo. Nesse sentido, a falta de uma rede de apoio e de profissionais capacitados, pode fazer com que elas voltem para o convívio com os agressores, aumentando sobremaneira, a possibilidade de serem mortas.

É certo que, a transversalidade de gênero e a articulação desses serviços em rede são significativas estratégias usadas no enfrentamento à violência contra as mulheres, no entanto,

o que podemos apontar no momento presente, é que os serviços e as políticas que compõem essa rede, ainda apresentam

muitos óbices a serem superados, pensando na difícil missão de enfrentar a violência contra as mulheres e desmontar modelos desiguais de gênero.

Portanto, para atuar no enfrentamento da violência contra as mulheres, é fundamental que as/os profissionais que compõe a Rede de Enfrentamento atuem com uma atitude acolhedora e não julgadora. Além da escuta qualificada e do correto encaminhamento para os serviços que irão atender as necessidades básicas das mulheres, é importante situar as demandas e oferecer alternativas assistenciais às mulheres e à suas famílias no interior dos serviços de saúde (contracepção adequada, psicoterapia, atendimento ao abuso de substâncias, grupos de apoio) assim como em outros setores jurídicos e assistenciais (Delegacias das Mulheres, Defensorias da Mulher, Centros de Referência, Serviços de Assistência Social, trabalho e moradia).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rota crítica da violência é um conceito que trata dos caminhos percorridos pelas mulheres no processo de buscar ajuda para romper com a violência. Como pudemos observar, os caminhos trilhados pelas mulheres nem sempre resultam no encontro de uma rede de apoio disposta a ajudá-las, seja de familiares e amigos, seja de instituições que, teoricamente, deveriam ser responsáveis por acolhê-las. Pelo contrário, essa rota pode ser cheia de obstáculos que, muitas vezes, acabam por reiterar a violência, ocasionando a “revitimização” das mulheres.

Neste trabalho, buscamos evidenciar a violência contra as mulheres como resultado do patriarcado, racismo e capitalismo, sistemas de dominação-exploração que agem de maneira conjunta, formando uma simbiose entre eles; discorreremos sobre a definição de

rota crítica e a sua relação com a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, e buscamos trazer os principais obstáculos encontrados pelas mulheres na busca pela superação da violência.

Os resultados apontam para a necessidade de fortalecer e capacitar os serviços especializados no atendimento e na proteção das mulheres em situação de violência, com a adoção de protocolos, ações e políticas que garantam a transversalidade de gênero, através da desconstrução das estruturas do patriarcado, racismo, classismo e misoginia. Do mesmo modo, é necessário dar maior visibilidade ao fenômeno da rota crítica da violência, pois com isso, será possível discutir essas ações em todos os setores que compõem a Rede, com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe que são as grandes geradoras das desigualdades e violências.

Tendo em vista que a construção do conhecimento é constante e que ele não se esgota, esperamos que esse estudo possa servir de incentivo para que outras pesquisas a respeito da temática da rota crítica da violência sejam feitas no Brasil, com o foco na sua maior visibilidade e na elaboração de estratégias que, de fato, poderão compor na prevenção e na luta contra a violência contra as mulheres e sua manifestação mais grave, o feminicídio.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.
- BANDEIRA, Lourdes. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: **Mulheres e violências: interseccionalidades**, Brasília, DF: Technopolitik, p. 14-35, 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Sérgio milliet (trad.), 4.ed, v.2. Difusão Europeia do livro, 1967.
- BERNASKI, Joice; SOCHODOLAK, Hélio. História da violência e sociedade brasileira. **Oficina do Historiador**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 43–60, 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, 2011

BRUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de. Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. **Revista Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 70- 86, jul. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

D’OLIVEIRA, Ana Flávia; SCRAIBER, LÍlian. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersectoriais de atenção. **Revista de Medicina**, 92(2), p. 134-140, 2013.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GOMES, Rosilene Pimentel. “**Para chegar aqui arrastei correntes**”: Análise da rota crítica de mulheres em situação de violência na cidade de São Paulo. Orientadora: Nívia Valença Barros. 2021. 156f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Política Social, Programa de Estudos Pós Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

JOHAS, Bárbara; VIANA, Masilene. Mapeando a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Teresina-Piauí. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. 1- 18, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34032> Acesso em: 28 mai. 2023.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 4, p. 743–752, abr. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de; SOUZA, Edinilsa. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 9, n. 1, pp. 65-78, 1993.

PASINATO, Wânia. Oito anos da Lei Maria da Penha entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 352, p.533-545, 2010.

SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. Washington: PAHO, 2000.

15

O FEMINICÍDIO E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO CONTEXTO DO SISTEMA HETERO-PATRIARCAL- RACISTA CAPITALISTA BRASILEIRO¹

Brenna Galtierrez Fortes Pessoa²
Rosilene Marques Sobrinho de França³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 23 – Expressões da Violência de Gênero em Perspectiva Interseccional, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, em Teresina, PI, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: brennagaltierrez@hotmail.com

3 Professora da Universidade Federal do Piauí. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Teresina, PI, Brasil. E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o feminicídio e a violência contra mulheres no contexto do sistema hetero-patriarcal-racista capitalista brasileiro. Partiu das seguintes questões de pesquisa: De que forma a crise estrutural do capital fomenta a farsa da austeridade fiscal e aprofunda as estruturas de desigualdades que perpassam o sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista brasileiro? Como as estruturas de aparências montadas pelo Estado moderno político contribuem para que haja efeitos contraditórios para as políticas públicas, em especial as voltadas para o feminicídio? O método utilizado foi o histórico-dialético, com metodologia qualitativa. Restou demonstrado que, no capitalismo, aprofundaram-se as desigualdades de classes que são atravessadas pelas desigualdades de gênero e raça/etnia, sendo comuns a exploração de mulheres negras em serviços de babás e domésticos, bem como na sua falta de acesso ao ensino universitário; as transexuais e travestis ainda são mortas, vítimas de transfeminicídio; as mulheres cisgêneras vitimadas pelo feminicídio, dentre outros casos.

Palavras-chave: Austeridade fiscal. Aparências. Estado. Interseccionalidade. Feminicídio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o feminicídio e a violência contra mulheres no contexto do sistema hetero-patriarcal-racista capitalista brasileiro, tendo como base as estruturas de aparências pelas quais perpassa o Estado moderno político, que contribuem para que as políticas públicas tenham efeitos contraditórios, visto que, ao mesmo tempo em que são criadas para atender necessidades sociais, essas políticas contribuem para proteger as bases de sustentação da elite dominante formada por homens brancos, ricos, heterossexuais e cisgêneros, dando legitimidade à ordem fundada na propriedade privada, na exploração da massa trabalhadora em suas diferentes frações (urbanas da

classe média, operária, agrícola, comercial e serviços) e categorias (mulheres, negros(as), indígenas, LGBTQIA+ e outros), e na opressão de gênero e raça/etnia.

As políticas públicas, bem como o ordenamento jurídico nesse sistema, encontram-se como consensos do Estado para evitar uma barbárie entre classes. Por terem bases fundantes no colonialismo e no patriarcalismo para além do capitalismo, muitas políticas públicas e legislações sociais não abarcam certas categorias da classe trabalhadora, como o caso das mulheres negras na questão do feminicídio, colocando todas as mulheres enquanto iguais sem observar suas particularidades e diferenças.

O método utilizado foi o histórico-dialético, com metodologia qualitativa, em que, pelo critério da intencionalidade da pesquisadora, escolhe-se as referências bibliográficas capazes de atender aos objetivos propostos, neste caso as teorias marxistas, para entender a lógica das estruturas de aparências do Estado. Esse método nos leva a abdicar de qualquer análise unidimensional ou monocausal para trabalhar as múltiplas mediações formadas pela situação de exploração, dominação e opressão.

As referências marxistas permitiram trabalhar os elementos denotadores da temática, como crise, estruturas, aparências, propriedade privada, exploração de classe, neoliberalismo e austeridade fiscal, que movem e reproduzem as contradições e antagonismos de classes. As classes, como a classe trabalhadora, são marcadas por diferenças, com as frações e categorias, assim como a classe capitalista em suas frações (financeira, industrial, comercial, agroexportadora e outras).

Para dar conta das intersecções em que diferenças e desigualdades se ampliam conforme os determinantes de gênero e raça/etnia, utiliza-se o conceito analítico da interseccionalidade para entender melhor as relações fundantes de opressão-domação

promovidas pelo colonialismo/patriarcalismo/capitalismo. Desse modo, as perguntas de pesquisa deste estudo foram: De que forma a crise estrutural do capital fomenta a farsa da austeridade fiscal e aprofunda as estruturas de desigualdades que perpassam o sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista brasileiro? Como as estruturas de aparências montadas pelo Estado moderno político contribuem para que haja efeitos contraditórios para as políticas públicas, em especial as voltadas para o feminicídio?

O SISTEMA HETERO-PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA BRASILEIRO E AS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES

Considerando as bases do sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista, a violência contra mulheres no Brasil compreende estruturas e conjunturas que perpassam a trajetória histórica brasileira, com importantes desdobramentos junto às mulheres pobres, negras e periféricas.

A partir dos anos 1970, tem-se no Brasil a crise do capital, com a reestruturação produtiva do capital e a retração da ação do Estado nas políticas públicas. Braz e Paulo Netto (2007) corroboram a concepção de Diligenti e Araújo, ao afirmarem que as crises do capitalismo são cíclicas e sistêmicas, ou seja, fazem parte do sistema, sendo sempre por superacumulação, hipertrofia do consumo e queda da taxa de lucros.

Em tempos de neoliberalismo e conservadorismo, tem-se um aprofundamento da pobreza, da miséria, do desemprego, bem como da disseminação dos discursos de ódio e de reafirmação dos papéis conservadores historicamente atribuídos à família e às mulheres.

É preciso lembrar que o neoliberalismo chega com as suas propostas de austeridade fiscal, quando boa parte do mundo se encontra em crise. Nos países da América Latina, é imposto o ajuste estrutural com a reestruturação produtiva, financeirização e políticas

neoliberais, que incluem redução de gastos públicos, especialmente os destinados às políticas sociais, cujos beneficiários são a classe trabalhadora e suas frações e categorias. Nesse sentido, o Estado passa a assumir os interesses da burguesia financeira ou associada ao capital financeiro, com o contexto da retomada do neoliberal clássico, sobretudo nos governos Temer e Bolsonaro, para o fortalecimento do voluntariado feito pela sociedade civil, fomentado por um discurso ideológico próprio do neoliberalismo de que o privado faz melhor e mais eficiente, mascarando a desregulamentação do mercado e das políticas públicas, enquanto difunde a lógica de austeridade fiscal com a diminuição dos gastos públicos e a ampliação do ordenamento de expansão do capital (Brandão, 2018).

Esse protagonismo das ações filantrópicas começou nos anos 1990 nos governos Collor e FHC, sendo retomado com os governos de Temer e Bolsonaro. Neste último governo, de forma ainda mais virulenta, ocorreu a retomada do neoliberalismo clássico, despolitizando a questão social para responsabilizar o indivíduo, a família e as organizações não governamentais, acobertado pelo discurso de solidariedade difundido pela classe dominante e vocalizado pelo Estado.

Os principais desdobramentos desse processo são: desproteção social de jovens pobres que não conseguem se manter na escola; falta de emprego no mercado de trabalho; mulheres sobrecarregadas e sob violência; idosos sem abrigos, dentre outros fatores. Esses grupos procuram, em primeira instância, as organizações não governamentais (ONGs), pois há ausência de alguns serviços no âmbito estatal e são, muitas vezes, atendidos por voluntários e não por profissionais especializados.

Nessa perspectiva, a crise não é um acidente, mas uma contradição inerente ao capitalismo. Segundo Braz e Paulo Netto (2007), nas sociedades pré-capitalistas, uma catástrofe ou uma guerra

promovia a subprodução; nas sociedades capitalistas, elas ocorrem pela superacumulação e possibilidades reduzidas para obtenção de superlucros, superprodução de valores de uso para venda, geração de estoque ou de hiperacumulação de mercadoria. Outra causa atribuída pelos citados autores à crise é a baixa capacidade de consumo da classe trabalhadora, que Mandel (1982) chama de subconsumo. Nesse sentido, a crise é de superprodução, que gera baixa nas taxas de lucros, retração, busca de redução de custos da produção, de novos mercados. Para Marx (2009), há uma relação orgânica entre produção e circulação, na qual tudo tem impacto nas taxas de lucros.

Por conseguinte, a crise é a interrupção de um ciclo e impulsiona à adaptação e mudanças. Há um ciclo, conforme Marx, ao começar pela crise (que tem um estopim, como a falência de uma grande empresa, banco, aumento de preço de matéria prima ou sua escassez); a depressão (desemprego, baixos salários e quebra de empresas); retomada (investimento da tecnologia, novas mercadorias e novos negócios) e o auge (com o retorno do crescimento da produção). Como exemplo disso, Braz e Paulo Netto (2007) citam várias delas; as que afetaram o capitalismo foram as de 1929, 1970 e de 2008. Estas duas últimas alimentaram o neoliberalismo como saída.

Lavalle (2003) afirma que, em virtude disso, o neoliberalismo deixa de ser apenas uma política econômica para ser um novo modo de ser, ao demonstrar como saída da crise o investimento financeiro e o capital portador de juros, mudando as técnicas de trabalhos, a forma de lidar com o mercado e deixando mais livre o giro de consumo.

Chenais (2005) defende que, nesse aspecto, a política neoliberal de desregulamentação financeira, de mercado e do trabalho deu hegemonia ao capital financeiro.

No Brasil, a adoção de medidas neoliberais começou nos anos 1990 com governo de Collor, mas se aprofundou com Fernando Henrique Cardoso, imposta pelo Consenso de Washington aos países devedores, mediante o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com FHC, a crise foi tomada como crise provocada pelo Estado burocrático, cujas propostas foram austeridade nos gastos públicos, privatização, redução do tamanho do Estado e adoção da gestão gerencial. Nesse governo, destaca-se a privatização da maior empresa estatal de minério brasileira, a Vale do Rio Doce, em 1997, sob a justificativa de pagamento da dívida pública, tanto interna como externa. Atualmente, o foco de privatização está na Eletrobras, uma empresa energética estatal de alta lucratividade no Brasil.

A austeridade fiscal significa redução do gasto público, o que precariza as políticas sociais. Assim, o destino de leis importantes como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio podem esbarrar em entraves como a falta de profissionais concursados, delegacias especializadas, equipes de acompanhamento dos casos em CREAS e no Judiciário. A sociedade civil com suas organizações oferece serviços, porém, com metas reduzidas, poucos recursos e estrutura de serviços, ou seja, falta de abrigos temporários e os canais de deliberações e fiscalização esvaziados pelo governo Bolsonaro. As políticas sociais ainda não adotam a interseccionalidade no atendimento, mascarando o agravamento das mazelas sociais em determinados grupos e categorias, como as mulheres negras e pobres.

Ao se discutir políticas públicas, é necessário tratar do Estado, sendo de fundamental importância, para compressão da sua essência, ultrapassar as aparências, pois, no modo de produção capitalista, tanto o Estado como a sociedade civil aparecem desprovidos de relações com os interesses de classes, constituindo-se, dessa maneira, uma pseudoconcreticidade, não correspondendo de fato

à sua verdadeira forma. Para entender o real, enquanto síntese de múltiplas determinações, torna-se necessário compreender que a sua essência está localizada no objeto, captado pelas mediações ou particularidades, como modo de apreender teoricamente o movimento dialético da realidade.

Essa realidade é considerada caótica pelos marxistas devido às contradições e antagonismos de classes serem desconsiderados. O Estado moderno político passa a aparência de estar acima da sociedade, como se ele fosse um mero administrador ou gerenciador dos antagonismos e contradições de classes. Os antagonismos das classes principais são marcados por diferenças, como a classe trabalhadora com suas frações e grupos e a classe burguesa e suas frações (Marx, 2009). A classe trabalhadora é diferenciada em frações e categorias (mulheres, negros(as), indígenas, LGBTQIA+ e outras) e a classe capitalista é constituída praticamente de forma dominante por homens brancos e ricos, acrescentando-se cisgêneros e heterossexuais, devido ao forte preconceito que pairam na sociedade, fomentada também por esta classe com relação, respectivamente, a pessoas transgêneros, travestis e não binários, bem como às demais da população LGBTQIA+, de modo que as suas esposas também são da mesma cor, contendo as demais características que correspondem ao gênero oposto dominante.

Nesse sentido, o Estado pertence a uma única classe, a dominante, e serve apenas aos interesses dela, ainda que na aparência atenda necessidades de outras classes. A classe dominante burguesa ou capitalista, historicamente, emerge após o desenvolvimento e destruição de outros modos de produção, como o fundado na escravidão, o estamental ou a servidão, fundado nos feudos, na qual, com a ascensão do capitalismo, a burguesia deixou de ser estamento para ser classe, ocorrendo isso, primeiramente, com as pequenas

indústrias e, depois, em suas frações, como as grandes indústrias, as financeiras, entre outras.

AS HIERARQUIAS SOCIAIS, RACIAIS E DE GÊNERO, O RECRUDESCIMENTO DAS VIOLÊNCIAS E O AUMENTO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL

O feminicídio e a violência contra as mulheres é um fenômeno social experienciado de maneiras diversas entre as mulheres, ainda presente atualmente pela permanência do patriarcado e de sua funcionalidade ao capitalismo. As lutas feministas avançam para que se reconheça o recorte racial, e também classista, nas opressões de gênero, possível pela proposta interseccional como perspectiva teórica.

A palavra austeridade fiscal significa um grupo de políticas que contém valores político-econômicos cujo objetivo é realizar a redução de “déficits” orçamentários do governo por meio dos cortes de gastos, em especial os sociais, e/ou aumento de impostos, respectivamente outorgados à classe trabalhadora e pagos por ela na forma de tributos, formando, assim, o fundo público, tornando-se usual no Brasil com a entrada do neoliberalismo nos anos 1990. Neste momento ainda vigente (pós-golpe de 2016), não era mais de interesse do grande capital manter o Estado social como principal fomentador de políticas públicas.

No Brasil, o neoliberalismo foi intercalado com o neodesenvolvimentismo do governo Lula-Dilma (2003-2016) e se acentuou no pós-2016, quando as responsabilidades sociais do Estado foram “jogadas” para a sociedade civil com as ações filantrópicas, tendo o Estado como financiador com o mínimo de recurso para os mais pobres, sob os discursos de protagonismo, solidariedade, autonomia, empoderamento e de responsabilidade social associados à ideia de articulação de rede entre as pessoas carregadas pelo

“espírito” voluntariado agindo de forma precária e assistencialista (Coutinho, 2004).

Para Engels (2002), os explorados domésticos dos senhores patriarcais saem do âmbito familiar para serem compostos por inúmeros grupos da classe trabalhadora, formados por pessoas pobres e/ou de raça/etnia não branca, mulheres e homens. A monogamia fez com que fossem submetidas várias opressões às mulheres, como a hierarquização do homem sobre a mulher e, posteriormente, as famílias nucleares burguesas, cujos filhos eram limitados com o objetivo de que não se tivesse muitos entes na divisão da fortuna. Essas opressões ocorriam também entre os trabalhadores, que se casavam de forma monogâmica, reproduzindo assimetrias e desigualdades de gênero como reflexo da dominação patriarcal, mas, por serem empobrecidos e não terem muito que dividir com relação à riqueza, não tinham limitações na quantidade de filhos; na visão da classe dominante, o nascedouro deles era encarado como mais trabalhadores para serem explorados (Engels, 2002).

As mulheres brancas e ricas nessa época viviam integralmente no âmbito privado nos seus lares. Antes do casamento, eram tomadas de posse pela figura do pai, que delegava a elas apenas o espaço doméstico, sendo uma das causas expressas para a desvalorização da mulher na sociedade, em razão da sua exclusão no âmbito público. Já as mulheres pobres e/ou étnico- raciais não brancas trabalhavam, não vivendo exclusivamente do cuidado nos seus lares e acumulavam duplas jornadas: trabalho em fábrica e/ou como domésticas e o trabalho doméstico em seus lares, sendo, assim, superexploradas. Seus maridos, ao contrário, eram trabalhadores apenas laborais, sofrendo a exploração somente do ponto de vista de classe, por isso alguns autores enxergam a propriedade privada como a raiz do patriarcado. Em razão disso, não é difícil assimilar a razão da violência

de gênero ocorrer, na maioria das vezes, no âmbito doméstico, incluindo o feminicídio (Cunha, 2007; Akotirene, 2019).

A marca mais expressiva das hierarquias de gênero é o feminicídio. O crime é realizado por homens com quem as vítimas têm ou tiveram laços afetivos, consanguíneos ou não. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, o principal algoz das mulheres, em 88,8% dos casos, são homens, sendo 65,6% dos assassinatos acometidos no âmbito privado do seu lar, podendo também ocorrer no espaço público. Com a pandemia da Covid-19 e com as medidas de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aguardam um aumento de pelo menos 46,2% dos números de casos de feminicídio.

Ao citar, como exemplo, o fato de que na classe trabalhadora existem mulheres nas mais diversas frações e grupos que sofrem com o feminicídio, incluindo as mulheres que pertencem às classes dominantes, é comum o desejo de não serem mortas por seu gênero, visto isso de forma mais preeminente nas mulheres da classe trabalhadora, ao tornarem públicas as suas lutas coletivas em prol da causa com as mais diferentes frentes.

Em relação aos interesses econômicos, a classe trabalhadora, de modo geral, luta contra sua exploração, requerendo direitos trabalhistas e sociais como: um banco de horas definidas, descanso remunerado, férias, uma base salarial e outros direitos nos quais o Estado oferece como resposta, a fim de que certas lutas não fujam do controle e atinjam legitimidade. Os consensos buscados se materializaram em leis, ordenamentos jurídicos e políticas públicas, mas decorreram das lutas de classes, do potencial organizativo da classe trabalhadora e do projeto hegemônico e imperialista do capital.

Nisso, o Estado “atende” as demandas sociais de grupos diversos a fim de evitar conflitos, como no Brasil com as leis trabalhistas por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), devido ao medo da “onda” do comunismo advindo da Europa no governo Vargas. Em relação às desigualdades de gênero e seu enfrentamento, a Lei Maria da Penha, de 2006, e a Lei de Feminicídio, de 2015, são legislações e políticas públicas de proteção à mulher para que ela não seja vítima de crimes e violências de gênero.

Em relação às lutas sociais contra as diferentes formas de desigualdades, a exemplo das de gênero, a Lei de Feminicídio e Lei Maria da Penha, são frutos das lutas de movimentos sociais da categoria formada por mulheres, mas que também servem para salvaguardar trabalhadores no capitalismo, pois uma mulher que é morta é também menos uma trabalhadora a ser explorada.

A classe dominante vigente continua tendo o mesmo perfil da época do surgimento da burguesia no país, e até antes com o Brasil Colônia, formada majoritariamente por homens brancos, ricos, cisgêneros e heterossexuais. Conforme Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), de 2019, 75% dos negros são mais pobres do que os brancos, e estes são 70% mais ricos. A composição da classe dominada, de acordo com o IBGE, é heterogênea, composta também por mulheres não brancas (pretas e pardas), a maioria responsável pelos afazeres domésticos, cerca de 94,1% delas. Destaca-se que, nos tempos da escravidão no Brasil, elas trabalhavam como cozinheiras e “babás” dos filhos dos senhores e da Casa Grande, mas também nos serviços braçais ou na limpeza, portanto, tendo um forte fundamento histórico na colonialidade e que continua em vigência, agora como empregadas domésticas, diaristas e outras atividades de menor valor econômico.

As mulheres brancas começaram a trabalhar um pouco depois, com o surgimento do Estado moderno, sendo que elas estão

em lugares mais carregados de status, pois o gênero e a raça influem principalmente nas oportunidades. De modo geral, as mulheres que tiveram acesso ao ensino, incluindo o universitário, podem estar em profissões elitizadas como medicina, direito e engenharia, sendo estas ainda exceções para as mulheres não brancas no Brasil (Góis, 2008). A pesquisa Estatísticas de gênero (IBGE, 2018) revela que apenas 10% das mulheres de cor preta completaram o ensino superior; mulheres de cor branca no ensino médio completo correspondem a 23,5%, sendo 2,3 vezes mais do que mulheres pretas ou pardas (10,4%) e mais que o triplo de homens pretos ou pardos (7%).

No Brasil, onde o capitalismo é dependente, as mulheres se destacam como vendedoras em comércios e mercados, totalizando 59%. Apesar de mulheres brancas pobres fazerem parte desse rol, a pesquisa afirma que os rendimentos de mulheres que são pretas e pardas são inferiores aos delas, de forma que as mulheres brancas ficam abaixo somente dos homens brancos neste requisito.

Segundo Marx (2009), os direitos humanos só existem na condição em que prevalecem os indivíduos egoístas, sendo um princípio disseminado pela burguesia ao sobrepor-se ao coletivo. O individualismo é reproduzido quando os homens dominam e oprimem suas companheiras ao ponto de desfacelar as suas vidas, violentando-as ou até matando-as. Os direitos humanos que visam garantir a segurança das mulheres são representados por meio das leis de proteção da mulher contra o feminicídio e contra a violência, como a Lei Maria da Penha. Essas legislações não são ato de bondade do Estado ou da classe dominante, são resultantes de lutas, reivindicações e muitas vidas perdidas pela violência doméstica.

Como exemplos para desvelar o que ocorre entre as diversas mulheres, cita-se o assassinato (não se tinha o termo feminicídio na época) da socialite mineira Ângela Diniz (mulher branca), em 1976, morta aos 32 anos pelo marido, Raul Amaral Street. Em julgamento,

Street afirmou que a matou por “amor” devido à crise de ciúmes. O argumento deu origem ao slogan “Quem ama não mata!” e mais tarde resultou na condenação do empresário em 15 anos de prisão (Misaka; Costa, 2019). Mais recentemente, outro caso tomou repercussão: o feminicídio de Vitória Melissa Motta, 22 anos e branca, morta a facadas por Matheus dos Santos da Silva, seu colega de classe de um curso técnico de enfermagem. Vitória havia recusado a proposta de namoro de Matheus e foi morta em um shopping em Niterói, onde era vendedora em uma cafeteria (Heringer, 2021).

Essa visibilidade pública não ocorre com os casos de violência contra mulheres negras e pobres da classe trabalhadora. 68% das mulheres negras que morreram de feminicídio, de acordo com o Atlas da Violência 2020, não foram visibilizadas nas grandes mídias nem tiveram suas mortes sentidas pela sociedade. Isso ocorre porque a sociedade capitalista cria desigualdades e exponencia as que decorrem de outros períodos históricos, já que o patriarcado não foi rompido, mas reatualizado e reproduzido pelo Estado. No Brasil, os resquícios coloniais são reproduzidos no racismo estrutural da ordem burguesa, nos quais corpos negros sempre foram programados para o extermínio, o que se reflete bastante nas políticas públicas de feminicídio (IPEA; FBSP, 2020).

O mesmo ocorre com as mulheres transexuais e travestis com relação a não se ter políticas públicas específicas, em que as suas mortes por transfeminicídio são resultados da misoginia, da motivação universal do crime de feminicídio e da transfobia, da repulsa ou preconceito contra pessoas travestis ou transexuais, contando com o agravante da falta de dados, tais quais as mulheres indígenas.

O Atlas da Violência 2019 destaca o fato de existir somente uma única delegacia com corpo técnico reduzido que relata os crimes em atas manuscritas, justificando a violência contra as mulheres indígenas

como uma dimensão cultural dos povos originários, colocando impasse para os registros das denúncias e, conseqüentemente, não produzindo dados quantitativos, ficando inviável a implementação e a execução de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher nesse contexto (IPEA; FBSP, 2019).

Marx (2009) traz a questão da emancipação humana como a necessária ruptura com o modo de produção capitalista da sociedade e única solução para o fim das explorações e opressões. A ruptura radical e revolucionária com o sistema é muito confundida com a emancipação política, que é assimilada, principalmente, com o sufrágio universal, os direitos sociais, a cidadania limitada e dentro da ordem. Todos esses direitos se restringem à emancipação política e ao reconhecimento de direitos individuais que favorecem a manutenção e legitimidade da ordem.

Nessa atual fase do capitalismo financeirizado, o Estado continua tendo um papel fundamental de fazer as mudanças políticas, jurídicas e ideológicas necessárias. Nesse contexto, os direitos pactuados e decorrentes dos acordos entre as classes são atacados, subtraídos, desmantelados e predomina o Estado social neoliberal de austeridade fiscal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capitalismo, aprofundaram-se as desigualdades de classes que são atravessadas pelas desigualdades de gênero e raça/etnia. As mulheres, especialmente as da classe trabalhadora, ficaram subalternas às supremacias do homem, de cor branca, de mulheres brancas sobre as não brancas, de classe, e a interseção delas ou junção da supremacia branca, de classe e de gênero, que garantem a manutenção e a reprodução da cisgeneridade e da heterossexualidade. Essas hierarquias e desigualdades são aprofundadas no capitalismo

atual, sendo comuns a exploração de mulheres negras em serviços de babás e domésticos, bem como na sua falta de acesso ao ensino universitário; as transexuais e travestis ainda são mortas, vítimas de transfeminicídio; as mulheres cisgêneras vitimadas pelo feminicídio, dentre outros casos.

O Estado capitalista mantém sua forma aparental de estar acima das classes e de seus conflitos, do seu papel de administrador dessas inúmeras desigualdades, com repostas via políticas públicas, que apesar de atender também necessidades dos explorados, oprimidos e dominados visa, acima de tudo, garantir as condições gerais de reprodução do capital, resguardando a propriedade privada, a exploração e as opressões.

Para uma crítica a esse Estado e às limitações das políticas sociais criadas, foi necessário um arcabouço teórico marxista e as análises de interseccionalidade para entender as imbricações das desigualdades, mas também as várias dimensões da hegemonia neoliberal no Brasil, que vêm desmontando a proteção social, subtraindo direitos conquistados pela classe trabalhadora, repassando responsabilidades para a sociedade civil e reatualizando a filantropia, incapaz de romper com o ciclo da pobreza e com o ciclo da violência contra as mulheres. Nesse sentido, apenas a emancipação humana poderá romper com essa realidade de exploração e opressões históricas, como o patriarcalismo e o neocolonialismo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRANDÃO, T. B. Os desafios da concretização dos direitos sociais na contemporaneidade frente a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e financeirização da riqueza. **Projeção, Direito e Sociedade**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 49-64, 2018.

CHENAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHENAIS, F. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COUTINHO, J. A. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CUNHA, T. R. A. **O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Salvador: UESB, 2007.

DILIGENTI, M. P.; ARAUJO, R. S. Nova Previdência: o austericídio neoliberal sob a ótica da teoria marxista da dependência. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 67-77, 2019.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

GÓIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3 p. 743-768, 2008.

HERINGER, C. Jovem que matou colega a facadas ficou indignado após vítima ter dito que queria ser apenas sua amiga. **O Globo**, 7 jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/jovem-que-matou-colega-facadas-ficou-indignado-apos-vitima-ter-dito-que-queria-ser- apenas-sua-amiga-25050237>. Acesso em: 19 jul. 2021.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero->

indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e.
Acesso em: 27 jul. 2021.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. IBGE, 2019.
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>.
Acesso em: 27 jul. 2021.

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2020**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

LAVALLE, A. G. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p. 75-93, 2003.

MANDEL, E. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MISAKA, M. Y.; COSTA, A. C. N. M. A (i)legitimidade do tribunal do júri. **Revista JurisUniToledo**, Araçatuba, v. 4, n. 2, p. 83-95, 2019.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

16

TECENDO SUBJETIVIDADES: o legado de mussum e o racismo recreativo¹

EDSON RODRIGUES CAVALCANTE²
MONALISA PONTES XAVIER³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 24- Processos Psicológicos e Subjetividades, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Mestre em Comunicação (PPGCOM-UFPI). Graduado em Biblioteconomia (USP). Professor do curso de Biblioteconomia (UNIRIO).

3 Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Professora do curso de Psicologia (UF-DPar) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Comunicação, Identidades e Subjetividades (NEPCIS).

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de um esquete do programa humorístico “Os Trapalhões”, líder de audiência nas décadas de 1970-1980. O objetivo é analisar os processos de subjetivação forjados pelo racismo recreativo na atuação do personagem Mussum, um dos componentes do quarteto trapalhão, uma vez que interpretava um personagem racista. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (AC), que, segundo Bardin (2016), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Os resultados alcançados permitiram verificar que os quadros humorísticos do programa faziam (re) circular (re)criações subjetivas racistas que tinham no personagem Mussum o seu ponto de apoio. Em consequência, na atual sociedade midiaticizada, é possível observar muitos desses processos de subjetivação que perpetuam as representações humorísticas derogatórias sobre as pessoas negras.

Palavras-Chave: Racismo. Racismo recreativo. Subjetividade. Processos de subjetivação. Programa humorístico.

INTRODUÇÃO

Este artigo é oriundo de minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (PPGCOM-UFPI). Trata-se de um estudo aprofundado na área de mass media, situado nas décadas de 1970 e 1980, sobre o programa infantil “Os Trapalhões”, transmitido pelo canal hegemônico na época. Importante salientar que, durante a ditadura, a Rede Globo de Televisão foi a rede nacional que mais ganhou dividendos – com uma colaboração estreita com o regime militar – em que foi beneficiada pela política de incentivos fiscais e pela

proteção política, em troca de sua cobertura jornalística que não focava as mazelas sociais do país.

Dentro desse contexto, o programa “Os Trapalhões”, exibido pela Rede Globo entre 1977 e 1994, foi um dos programas de entretenimento popular líder de audiência e serviu para a emissora consolidar a sua posição de poder no período. No entanto, é importante ressaltar, que a ênfase na comédia e no entretenimento era uma forma de escapar da censura do regime e evitar críticas diretas ao governo. Dessa forma, a trupe trapalhona⁴ faziam piadas em torno de estereótipos e preconceitos sobre negros, nordestinos, mulheres, gays etc., mas evitavam fazer críticas políticas ou sociais que pudessem ser consideradas subversivas.

Sobre o racismo, o programa humorístico atingia audiência exorbitante, sem que nenhuma voz dissonante evidenciasse a presença de piadas violentas de cunho racial. Talvez, o impeditivo tenha sido a Rede Globo em não querer pautar o debate nacional, uma vez que o humor caricatural e sem filtros era visto como uma das pratas da casa e o elenco era campeão de bilheteria nos cinemas. Em consequências, as ofensas racistas – “crioulo, negão, fumê, macaco, morceirão, fuscão preto, azulão, cromado, boi da cara preta, galinha de macumba, fumaça, Kunta Kinté, urubu sem asa, Tia Anastácia e Veio Zuza, dentre outras” – recorrentemente dirigidas ao personagem Mussum, tornar-se-iam naturalmente pedagógicas em doutrinar gerações de brasileiros que conviveram, uma vez por semana, com o programa.

No trabalho dissertativo, discuto como o nascimento do personagem Mussum⁵ ocorreu dentro de um contexto racista, e

4 Didi, Dedé, Mussum e Zacarias (nota explicativa)

5 Foi Grande Otelo quem o batizou com o apelido em um programa televisivo na época. Muçum era um apelido racista muito comum, um equivalente a macaco ou “buiú” (moleque de morro, geralmente retinto), entre outros que reforçavam a relação da cor da pele com animais ou com a bandidagem. (nota explicativa).

como esse nome de batismo subverteria para sempre o nome do sambista em ascensão Carlinhos Reco-Reco, membro do grupo “Os Originais do Samba”. Esse nome se fixaria para nunca mais largar. Mais tarde, ele foi incorporado ao quarteto trapalhão como parte de um projeto deliberado para atrair público, seguindo a lógica de que a inclusão de um afrodescendente – como eram feitos nos sitcoms (situation comedy ou comédia de situações) estadunidenses, fonte de inspiração para o programa “Os Trapalhões” – era uma garantia de muitas risadas e muito sucesso.

Uma vez inserido no elenco, o personagem Mussum performatizaria diversas (re)criações subjetivas – a partir de marcadores racializados comumente associados às pessoas negras em piadas depreciativas – que converteria o seu corpo como fonte de riso, ao explorar estereótipos raciais e reforçar preconceitos de forma caricatural. Em consequência, essas performances – inseridas na lógica dos esquetes protagonizado pelo Mussum – teria por objetivo último perpetuar os desenhos dos corpos negros como encarcerados também no riso, que buscariam delinearlos subjetivamente como inferiores e dignos de zombaria.

Somente para lembrar, o termo “racismo recreativo” foi cunhado pelo professor de direito Adilson Moreira (2019) e refere-se às “piadas” e às “brincadeiras” que, aparentemente, são inofensivas em um meio rotineiro de interação social, mas que possuem um cunho racial em que associa as características físicas e culturais das pessoas negras como algo inferior ou desagradável. Portanto, o humor não nasce isolado de seu contexto cultural, sendo operacionalizado de acordo com esses significados existentes nas mensagens, que circulam nas interações entre os diversos indivíduos que compõem uma sociedade.

Moreira (2019) ainda elucida que o racismo recreativo deve ser visto também como um projeto de dominação, que procura

promover a reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais, por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial. O racismo recreativo decorre da competição entre grupos raciais pela estima social, sendo que ele revela uma estratégia consciente empregada por membros do grupo racial dominante para garantir que o bem público da respeitabilidade permaneça um privilégio exclusivo e restrito às pessoas brancas.

Tomando como base o trabalho de Siebra (2005) sobre os estereótipos e preconceitos que circulavam no programa “Os Trapalhões”, o estudo elencou alguns elementos constitutivos de modos de subjetivação, a partir do humor racista, para (re)criações subjetivas reproduzidas pelo personagem Mussum:

[...] Também foi Mussum (em 67% das vezes) quem mais protagonizou cenas de agressão física (30% no total) – estereótipo do “negão ameaçador”? –, seguido do personagem “alemão” – estereótipo nazista? –, com 33% das ocorrências [...] todos os personagens eventualmente vertiam um ou outro gole, porém foi Mussum que, em 99% das vezes, fez apologia à “birita” – o que ajuda a delinear a figura do negro como “be-bum”. Em 99% dos esquetes que aparecia o personagem Mussum, ocorriam piadas racistas envolvendo algumas ofensas ou situações de cunho racial. (SIEBRA, 2005, p. 66-68).

Dessa maneira, o tracejado da pesquisa buscou responder à questão problema: como o racismo recreativo, presente na atuação do personagem Mussum no programa “Os Trapalhões”, contribuiu para a formação de subjetividades racistas? Posto que, esses atravessamentos não se restringiram apenas às décadas de 1970 e 1980. Na atual sociedade midiaticizada é possível observar muitos desses processos de subjetivação⁶ – tendo o próprio Mussum

⁶ Processo de subjetivação ou modo de subjetivação é todo o jogo de poder nas relações que visa promover tipos de subjetividades que são moldadas de acordo com determinados interesses presentes no discurso (LEMONS, 2007)

como protagonista póstumo – que perpetuam as representações humorísticas derogatórias sobre as pessoas negras.

A relevância do estudo proposto foi compreender os processos de subjetivação atravessados pelo racismo recreativo não como um fato isolado, mas sim em uma razão operacionalizada pelo racismo enraizado no período colonial e cuja multiplicidade rizomática teve adesão em todos os dispositivos sociais antes e após a Abolição. No entanto, muito além de ser um processo social, histórico e político, o racismo possui um continuum na produção de subjetividades, cujas consciências e afetos são constantemente moldados de acordo com narrativas estereotipadas e generalizadas (ALMEIDA, 2019).

Nessa perspectiva, Rolnik (2018) apresenta o conceito de “Inconsciente Colonial- Capitalístico” (ICC), uma noção que abarca as interpretações dominantes e hegemônicas que perpetuam a posição estruturalmente atribuída às pessoas negras, privando-as de serem protagonistas de suas próprias histórias. Desde os tempos da escravidão até os dias atuais, o ICC opera com uma influência inabalável e uma pulsão persistente – mantendo viva a dinâmica psíquica da escravidão que ainda não terminou – a partir de subjetividades esvaziadas ou moldadas pelos códigos da branquitude. Nesse sentido, a autora ainda aponta que um corpo esvaziado de sua subjetividade, não possui a potência da singularidade, ou seja, a força vital de criação e cooperação canalizada para a construção de mundos segundo seus desígnios. Ao contrário, tornar-se-á uma tela branca sobre a qual projetará a razão de seu mal-estar, convertendo ódio em ressentimento.

A importância do estudo para o campo da Comunicação foi em entender como a produção de mass media impactou e consolidou alguns aspectos do racismo recreativo na sociedade brasileira. O trabalho partiu da perspectiva de que a esquematização de personagens negros no programa “Os Trapalhões” era a (re)

circulação de velhos discursos racistas que buscavam (buscam ainda) produzir e perpetuar efeitos de verdade sobre os grupos não hegemônicos, especialmente as pessoas negras, e que o próprio personagem Mussum representava o ápice dessa mensagem, uma vez que ele interpretava um personagem também racista. Esses efeitos tinham como objetivo também forjar subjetividades e reciclá-las no intrincado jogo de dominação e de resignação para naturalizar o preconceito e a discriminação racial naquele período históricos, com desdobramentos no presente.

Sobre o racismo, coloco no trabalho como fonte de estudo dois autores que realizaram abordagens díspares sobre o tema, cito: Gilberto Freyre (2003; 2010; 2015) e Darcy Ribeiro (1986; 2006). Coube principalmente a Gilberto Freyre (1900-1985), na sua prosa sociológica, a disseminação de conceitos problemáticos para a negação do racismo brasileiro, dentre eles: o mito de que o Brasil é uma grande democracia; a ideia de mestiçagem como padrão de nossa raça; e a cordialidade como um padrão de comportamento que camufla as diferenças e as práticas de violência diárias cometidas contra os grupos não representados.

Cumpré apontar, contudo, que Ribeiro (2006), ao contrário de Freyre, não compreendeu a miscigenação e o mito da democracia racial como processos que se desenrolaram de maneira pacífica na sociedade brasileira. Pelo contrário, o autor evidenciou a violência direta, sexual e estrutural do processo de miscigenação antidemocrática conduzido por meio da subjugação da massa de indivíduos constrangidos – por meio de violências físicas e psíquicas – para gerar sujeitos depreciados e desumanizados, principalmente as pessoas negras que tinham contato direto com os colonizadores nos grandes centros.

Para abordar os processos de subjetivação, utilizei os escritos de Deleuze (1988) e Guattari (1981) que destacam a importância da

experiência subjetiva em um contexto social e histórico específico. Para eles, a subjetividade é um processo que se desdobra em uma multiplicidade de formas e expressões, que emergem da interação entre indivíduos, instituições e estruturas sociais. Rolnik (2018) que afirma ser o racismo uma prática micropolítica inserida no habitus inconsciente das pessoas nas relações cotidianas. Já Foucault (2020) destaca a importância do poder em produzir e moldar as subjetividades, que se desdobram em relações de poder e em formas de resistência.

METODOLOGIA

Antes de abordar o racismo recreativo como um território passível de estudo, foi necessário selecionar a ferramenta mais adequada para realizar a pesquisa, bem como identificar o conjunto de estratégias que possibilitaria alcançar os resultados desejados. Nesse contexto, foi optado pela Análise de Conteúdo (AC):

A Análise de Conteúdo (AC) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 18).

A AC é uma técnica amplamente utilizada em pesquisas sociais e humanas, que permite ao pesquisador analisar e interpretar dados qualitativos, como textos, discursos e imagens, de forma sistemática e objetiva. A AC se baseia na identificação de temas, categorias e padrões nos dados coletados, visando compreender a mensagem subjacente aos dados. Não se pode esquecer que AC é realizada em etapas, começando com a seleção dos dados, seguida pela codificação e categorização dos dados, e finalizando com a interpretação e análise dos resultados.

Nos estudos sobre a comédia trapalhona, Siebra (2005), Barreto (2014) e Carrico (2020) destacam uma diversidade de estereótipos que aparecem em diversas cenas e situações nos programas. Em muitos quadros – a construção da piada racista e os sentidos que ela emprestava, não estava apenas nos ditos ou não ditos discursivos contidos nas narrativas – ocorriam todo um suporte não-linguístico que podia ser visto na ambiência, nas expressões faciais, no posicionamento de câmera, no tempo de desempenho de cada personagem e até mesmo nos grunhidos.

Inicialmente, na leitura flutuante do material, existia um universo de 47 esquetes que formavam uma espécie de quebra-cabeça. Apesar da presença do personagem Mussum e outros personagens do programa “Os Trapalhões” nos materiais selecionados, eles careciam de conexão e plausibilidade entre si. O objetivo era selecionar um conjunto de esquetes adequado para uma pesquisa qualitativa. Portanto, foi necessário agrupá-los de forma coerente e criteriosa para garantir a validade e confiabilidade dos resultados da pesquisa. Nas diversas revisões de inclusão e exclusão, o material foi reduzido a um universo de nove esquetes, totalizando 38 minutos e 57 segundos de material audiovisual para pesquisa, o que foi significativo para levantamento de pontos para reflexão.

No entanto, seria necessário elencar alguns eixos temáticos relacionados aos processos de subjetivação necessários à pesquisa. Não foi necessário ir longe, uma vez que diversos autores apresentam esses processos em suas obras. Na busca, Moreira (2019) elenca aprioristicamente nove modalidades de processos de subjetivação categorizadas que operacionalizam o racismo recreativo: a manutenção do status; a gratificação psicológica; a representação positiva de si mesmo (brancos); estereótipos derogatórios explícitos; as microagressões; a pedagogia da subordinação racial; a autodiscriminação; antipatia social; e a dimensão institucional.

Após esses procedimentos de constituição da base de análise, o que Bardin (2016) vai denominar de CATEGORIZAÇÃO – que envolve a organização dos dados em categorias temáticas ou conceituais para facilitar a identificação de padrões e significados – manifestou-se outra categoria de análise que também foi configurada como processos de subjetivação. Nisto, Bardin (2016) explica que a pesquisa qualitativa permite que o pesquisador tenha condições de adaptação às circunstâncias cíclicas e mutáveis durante o processo de coleta e análise de dados.

Para tratamento das informações, optou-se pelo uso do MAXQDA. O aplicativo é uma ferramenta amplamente utilizada por pesquisadores, estudantes e profissionais em todo o mundo para análise de dados qualitativos e mistos. Além de trabalhar em ambas as plataformas Windows e Mac, o software é altamente flexível e pode lidar com variados tipos de dados, como entrevistas, artigos, imagens, vídeos, áudios, bibliografias, tweets e até mesmo dados estatísticos complexos. Este trabalho propõe a utilização do aplicativo para sistematizar as etapas da AC, desde a análise de conteúdo em multimeios até a sistematização dessas informações em tabelas e gráficos visuais.

A condição básica para a utilização do MAXQDA é que o material a ser utilizado tenha passado por um tratamento das informações, no caso os esquetes desta pesquisa foram compilados em formato textual para a análise de categorias por meios das quais foram classificados (ver novamente a tabela 1). Essas categorias foram construídas no aplicativo de códigos. Uma vez elaborados, os códigos ou a estrutura de codificação, a maioria do processo de pesquisa com o MAXQDA consiste no exercício de codificar os materiais, ou seja, “rotular as passagens dos dados conforme o que eles tratam ou com outro conteúdo”.

Para explorar os dados, após inserção no MAXQDA, foi utilizado os procedimentos metodológicos aplicados sobre o material inserido e codificado. Em seguida, foi examinado cada registro isoladamente, buscando as unidades de significação a partir dos temas identificados. Apesar de todo o suporte tecnológico oferecido pelo MAXQDA, essa parte se configura como um trabalho artesanal de análise, uma vez que envolve do analista o conhecimento e a contextualização referencial teórico sobre o material estudado na AC.

Por conseguinte, após a inserção dos nove esquetes, foi possível identificar os diversos contextos e criar rótulos. Buscou-se identificar o local, a temporalidade e o contexto histórico. Em seguida, foi lida cuidadosamente cada frase transcrita, buscando congruências, contextos, relações semânticas e significado entre elas. Os textos foram separados também por cores diferentes e categorizados com legendas para identificar os diferentes temas que foram surgindo ao longo da análise.

Um dos Temas Emergentes (TEs) foi “Os processos de subjetivação e os estereótipos raciais” muito associado a três pontos de análise: Gratificação psicológica - Ofensas ou insultos; Gratificação psicológica – Provocações; Estereótipos derogatórios explícitos - Associação de pessoas negras aos animais. Esses pontos estão presentes no esquete 1 (<Esq1>) que será apresentado nos resultados e discussão deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

[<Esq1>](#)⁷

AMBIENTE: Oficina

– Olha menino, vou fazer uma satisfação aqui que esse carro não vai ferver nunca mais! Dedê dá uma bronca:
– Espero, espero!! E depois pergunta: – Cadê o **ma-**

⁷ https://www.youtube.com/watch?v=6lbMsZBC6r8&ab_channel=MoisesL.

caco, heim!!?? Zacarias responde: - Sei lá onde você enfiou o **macaco**!! Dedé retruca deslocando para lateral do carro: - Mas, você é desorganizado hein, rapaz!! Gritando, Dedé procura pelo **macaco**. - Cadê o **macaco**!? Onde está o **macaco**!? Dedé se agachado lado do pneu traseiro do carro e grita para debaixo do carro: - **Macaco** tá aí!!?? Surge Mussum deitado em cima de uma plataforma e responde: - **Tô!!! Mas macaco é a tua mãe!!** (MOISÉS, [2011?], grifo nosso).

Bona (2016) afirma que a maioria dos trabalhos em televisão e no cinema produzido pela trupe trapalhona eram paródias de outras produções (geralmente estadunidenses), mas nunca em sua totalidade e sim como referência intertextual, que depois seria pasteurizada para se aproximar do imaginário popular e que fosse a gosto da população. Os príncipes encantados e princesas, até mesmo super-heróis (como o super-homem, o super-herói do bem comumente associado ao Didi), fundiam-se na comédia trapalhona para dar espaços a novos discursos, que era o motor de seus esquetes.

Não obstante, olhando essas estruturas – permeadas de novos e velhos sentidos ideológicos, no que diz respeito também à violência racial – vemos uma série de repetições, elementos e situações que são comuns a todas elas: o protagonista branco (cômico) principal e os companheiros que gravitam em torno dele. Quando estão em cena, Mussum e Didi são antagônicos. Eles trocam ofensas raciais e xenófobas (até se tornou uma característica do dois durante algum tempo) sempre procurando ridicularizar alguma característica de um do outro: a nordestinidade do Didi e a negritude do Mussum.

De maneira preponderante, Didi sempre se sobressaía aos demais companheiros, principalmente ao personagem Mussum – a vítima preferencial e direta das afrontas racistas que lhe eram dirigidas – em uma disputa que parecia não haver trégua. No esquete <Esq1>, vemos Dedé e Zacarias no exercício da cordialidade branca, uma das características do pacto da branquitude. Eles se dirigem a

um personagem oculto chamando-o de macaco (que aparecerá ao término da piada). Segundo Almeida (2019, p. 20), ser comparado a animais é uma tônica muito comum no racismo e incorpora o velho sentido herdado do ICC, de que as pessoas negras eram “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição”, característica que são desumanizadoras.

Contudo, ser comparado a animais incorpora outros sentidos, dentre eles, o de colocar o racionalismo europeu como padrão cultural universalmente aceito e renegar outros povos à periferia desse sistema. Nisto, Fanon (2020) explica de maneira controversa ao apresentar as impressões dos europeus sobre os povos da África colonizada: o negro representava o instinto no seu estágio mais latente (não educado), assim como a potência genital acima da moral e das proibições, o que eram para eles comportamentos de animais irracionais. Portanto, ser comparado a qualquer outro animal é uma representação da irracionalidade e da incivilidade.

Ainda seguindo Fanon (2020), ele diz que esse espelhamento do que as pessoas negras são foram carregadas no inconsciente, que em si não é uma simples herança cerebral, mas aquilo que ele designou como imposição cultural irrefletida, que foi uma das consequências diretas das práticas colonialistas. Esse pensamento atravessou o Oceano Atlântico e aportou no Novo Mundo como um padrão de comportamento, criando diferenciações marcantes que repercutem nos modos de subjetivação que as pessoas negras se veem.

No esquete (<Esq1>), percebemos uma questão importante sobre o posicionamento espacial. Vemos que o posicionamento do Mussum em relação aos demais é inferiorizada. Essa escolha de câmera não é ao acaso, serve também a mostrar a hierarquia de poder entre os componentes do grupo, evidenciando a exclusão e a relação assimétrica entre os componentes. Os colegas brancos

(Dedé e Zacarias) são vistos em uma perspectiva superior e Mussum é colocado abaixo no esquete.

Hall (2017) posteriormente vai definir esse enquadramento de câmera como “enquadramento hierárquico”, que se trata de uma técnica utilizada para reforçar os estereótipos raciais para a manutenção da superioridade branca. Em comédias racistas, por exemplo, era comum que os personagens brancos fossem enquadrados de cima para baixo; enquanto os personagens negros eram filmados de baixo para cima, dando a impressão de que os brancos estavam em posição de superioridade intelectual e física.

Nesses quadros, vemos que Mussum expressava sua revolta deixando claro a estrutura básica do sistema opressor que buscava sempre o inferiorizar. Neles, as imagens associativas que eram criadas procuravam sempre o aproximar mais de animais do que de seres humanos. Segundo Moreira (2019), esse tipo de piada racista relacionado a animais era recorrente no repertório de humoristas brancos e houve uma época que alcançavam um índice elevado de popularidade, o que fazia recircular os estereótipos e os estigmas raciais.

São diversos tipos de comparativos que buscam aproximar o Mussum dos animais. Algumas comparações mais antigas são diretas (macaco e urubu, por exemplo) e outras seguem indiretamente (azulão ou índigo). Mas todas remetem a ideia de que as pessoas negras são menos humanas ou mais próximas dos animais, sendo uma construção ideológica que serviria apenas para justificar a opressão e a exploração colonial, que se perpetuou como modo de subjetivação até a atualidade com consequências danosas.

A figura atribuída ao personagem Mussum adere ao que Fanon (2020) caracteriza como um arquétipo clássico de comportamento, conforme descrito em um estudo do século XIX. Aos olhos de muitos brancos, as pessoas negras eram vistas como uma antítese de seu

próprio eu agitado: apresentando traços de alegria, sociabilidade, expressividade verbal, relaxamento muscular, ausência de tédio ou apatia, exibicionismo desinibido, ausência de autocomiseração (mesmo em meio a uma dor intensa) e fluidez emocional.

Observamos também que havia uma suposta cordialidade entre os brancos, no entanto, era perceptível que a permanência somente ocorria quando as diferenças de status entre as pessoas negras e as pessoas brancas eram mantidas. Qualquer violação nessa ordem, qualquer faiscar de conflito deflagrado pelo Mussum era motivo de reações racistas imediatas. Apesar de amigos, “o amigo negro” era somente aceito na trupe se ele se esquadrasse nas regras assimétricas da amizade, ou seja, que ele aceitasse naturalmente a condição de sujeição na hierarquia que lhe era imposta.

Ao adotar as ideias de Fanon (2020), torna-se possível constatar, no esquete em questão, a supressão da perspectiva e vivência do personagem Mussum diante dos outros, o que culminava na desestruturação de sua identidade sob a égide de modos de subjetivação que se correlacionavam aos estereótipos depreciativos sobre pessoas negras. A frequente presença de personagens brancos nos quadros, que exerciam poder e objetificavam a performance de Mussum, reforçava a reprodução da sociedade brasileira como um sistema de referência hegemônico.

Barros (2019) ainda aponta que, a objetificação das pessoas negras acaba por destruir sua subjetividade, reduzindo-o a uma mera condição subalterna. Isso leva o indivíduo negro a redescobrir seus próprios limites e a reconhecer-se como tal, o que muitas vezes não era possível antes. O problema é que, ao resistir a essa objetificação racista, o indivíduo negro acaba por carregar consigo as referências do mundo branco dominante – como preconceitos, taras raciais e fetichismo – o que se torna um fardo em sua luta por reconhecer e afirmar sua identidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. (Coleção Feminismos Plurais).
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Juliano. **Mussum forevis**: samba, *mé* e trapalhões. São Paulo: Editora Leya, 2014.
- BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco? esboço para uma crítica à metafísica racial**. São Paulo: Editora Hedra, 2019.
- BONA, Rafael. Intertextualidades midiáticas na narrativa do cinema de Os Trapalhões (1987- 1989). *In*: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 17., 2016, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...] Curitiba: Intercom, 2016. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0178-1.pdf>. Acesso em: 06 abril 2023.
- CARRICO, André. **Os Trapalhões**: uma leitura da comédia popular brasileira. Natal: EDUFRN, 2020.
- DELEUZE, Giles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o cuidar de si. v. 3. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal! 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- _____. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- _____. **Um brasileiro em terras portuguesas**. Rio de Janeiro: Editora É Realizações, 2010.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart. **Conversations, Projects and Legacies**. New York: Goldsmiths Press, 2017.

LE MOS, F. C. S. História, cultura e subjetividade: problematizações [online]. **Revista do Departamento de Psicologia-UFF**, Niterói, v. 19, n. 1, p. 61-68, jan./jun., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/R3FtDwqRKHwVjv9h9dTX9Vj/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MOISÉS L. **Racismo nos trapalhões com o pobre do Mussum**. Youtube, [2011?]. Digital (17s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6lbMsZBC6r8&ab_channel=MoisesL. Acesso em: 22 jan. 2022.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Pólen, 2019. 175 p. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Rio de Janeiro: Editora: Global Páginas, 2006.

_____. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

ROLNIK, Suely. O inconsciente colonial capitalístico. *In*: _____. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018. p. 14-27. *E-book*.

SIEBRA, Gilca Bezerra Alves. **Estereótipos na programação televisiva infantil**: a trapalhada de Os Trapalhões. Orientador: Prof. Dr. Marcos Emanuel Pereira. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/gilca_siebra.pdf. Acesso em: 29 maio 2021.

17

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA A POPULAÇÃO NEGRA: implicações para a Psicologia clínica¹

Lídia Ramos de Araújo²
Emanoel José Batista de Lima³

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 25 - Psicologia e Processos Psicossociais Contemporâneos: Múltiplos Saberes e Práticas, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Psicóloga formada pela Universidade Estadual do Piauí.

3 Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente da Universidade Estadual do Piauí e do Centro Universitário Santo Agostinho.

RESUMO

Esta pesquisa de revisão da literatura tem como objetivo discutir as implicações do racismo e da branquitude no âmbito das práticas em psicologia clínica, a partir da relação entre terapeuta e cliente. Para isso, utilizou-se as seguintes bibliotecas: Lilacs, Scielo e Periódicos Capes. As produções foram selecionadas de acordo com os descritores: “Psicologia Clínica”, “Psicologia”, “Racismo” e “Branquitude”. A partir dos 10 artigos selecionados, elaborou-se as seguintes categorias: a) Ensino e Prática em Psicologia Clínica; b) Psicólogas(os) Brancas(os) e questões étnico-raciais; c) Por uma escuta psicológica antirracista. Assim, percebeu-se uma ausência em estudos específicos sobre Psicologia Clínica e Branquitude e de um currículo nos cursos de Psicologia sobre questões étnico-raciais. Verificou-se que a(o) psicóloga(o) branca(o) não se reconhece como sujeita(o) racializada(o) e que há medo/receio de pessoas negras em serem atendidas por terapeutas brancas(os). Avistamos, também, a urgência de uma clínica antirracista.

Palavras-Chave: Psicologia Clínica; Racismo; Branquitude.

INTRODUÇÃO

A categoria de racismo estrutural, trabalhada por Almeida (2018), atravessa as relações, sejam institucionais ou não, vivenciadas por pessoas negras. O autor ainda delimita o racismo em: individual, institucional e estrutural de modo a tornar sua compreensão didática. A concepção individual considera uma ideia de “patologia” associada às pessoas negras e ocorre por meio da discriminação racial. Já o racismo, como estrutura de poder, tem impacto diretamente na subjetividade, o que se faz importante que as(os) psicólogas(os) se atentem e entendam de que forma o racismo está presente nas demandas de saúde mental trazidas pelos pacientes.

Para Almeida (2018), Biologia e Física são duas grandes áreas que assumem histórico e cientificamente uma explicação sobre as

pessoas, de forma que demarcam capacidades intelectuais, morais e psicológicas sobre diferentes raças. Dessa forma, biologia, etnia e cultura tornam-se marcadores de hierarquização das pessoas e potencializam o discurso e práticas racistas.

Ainda segundo Almeida (2018), O racismo estrutural diz respeito ao modo como a própria sociedade se estrutura, à forma como a mesma se organiza e se constitui, incluindo-o de modo naturalizado nas relações políticas, econômicas, sociais, entre outras, ao longo de sua historicidade e práticas humanas. Dessa forma, o racismo é fundante nas sociedades nas quais o mesmo é concebido de forma “normal”, sendo uma regra e não uma exceção, o que leva as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas não serem questionadas e passarem incólumes por mentes e corações dos sujeitos.

Ademais, tendo como aporte Lélia Gonzales (2020), no Brasil consolidou-se um imaginário de cordialidade e pacificidade entre brancos, negros e indígenas, em que a miscigenação teria sido produto desse “romance”. Tal discurso perpetrado, de uma “democracia racial”, corrobora com estereótipos acerca do negro: passivo, infantil, incapacitado intelectualmente e etc, além de impor uma normalização da violência racista. Djamila Ribeiro explicita que “Essa visão paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia.” (Ribeiro, p 10, 2019). Tanto Djamila, quanto Lélia e as/os demais teóricas/os negras/os evidenciam que o mito da democracia racial é uma narrativa colonial e que a história do povo Negro foi a da resistência contra a desumanização, a partir dos quilombos.

Frantz Fanon (2008), no que tange às discussões sobre psicopatologia e negritude, afirma que o complexo de Édipo e outras categorias específicas da Psicanálise, tais como inconsciente,

arquétipo e inconsciente coletivo não foram pensadas para as pessoas pretas. Pois o que há, na realidade, é uma psicologia que é dos brancos, no qual às pessoas pretas está destinado o lugar do Outro, do biológico, do pecado, da inferioridade, da servidão, da imoralidade, da miséria, da fome.

Assim, pode-se pensar no que Neusa Santos (2021) formula ao trabalhar a construção da identidade do sujeito negro. Para ela, há um imaginário da “brancura”, no qual o sujeito negro, reprime a própria realidade histórica e corpórea a fim de se identificar com o ideal embranquecido. Isto para a autora, é uma das principais manifestações da violência racista, ou seja, existe uma construção colonial que nega a todo instante a possibilidade de manifestação do próprio Eu e que coloca as pessoas negras no lugar do desamparo.

Ainda sobre a construção de si, Grada Kilomba (2019) se opõe ao lugar de Outridade fabricado pelo colonialismo e resgata a posição de tornar-se sujeita. De tal forma que elucida os processos de silenciamento criados pelas políticas coloniais brancas e a manutenção das mesmas em tentativas lógicas de brancos justificarem atos racistas quando confrontados.

Logo, para Cida Bento (2022), há um pacto narcísico da branquitude, no qual as contribuições negras são invisibilizadas e no qual existe cumplicidade entre brancos para a manutenção de privilégios, de tal modo que a mesma configura a meritocracia como uma dessas formas. Além disso, ao citar a pesquisadora Robin DiAngelo, expõe uma certa fragilidade branca que perpassa sentimentos de culpa, medo e raiva, ao serem confrontados sobre questões étnico-raciais.

Destarte, o Sistema Conselhos de Psicologia lançou em 2017 o documento Psicologia e Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o), elaboradas em consonância à temática racial na sociedade brasileira, dando lugar à constituição

de investigações, explicações psicológicas e, ainda mais, atuação do profissional da psicologia nos mais diversos espaços.

O texto de referência para a atuação do psicólogo tem a função de somar forças ao movimento da Psicologia, que é histórico, em considerar as relações raciais em sua formação e prática profissional, posicionando-se política e socialmente no enfrentamento ao racismo e todas as formas de exclusões e desigualdades. Com isso, reconhece que a formação em Psicologia carece de mais engajamento, onde as teorias e reflexões contribuam a uma leitura crítica da realidade, para assim embasar as práticas e intervenções, visto que os conteúdos curriculares raramente contemplam a temática.

Para isso, resgatamos a Psicologia Preta de Lucas Veiga (2019), na qual a ideia de aquilombamento perpassa o campo epistemológico-acadêmico, mas também o do setting terapêutico, no qual possa ser possível o encontro de pessoas negras. Assim, este artigo é fruto do encontro de uma estudante e de um professor, ambos negros, que reivindicam um olhar crítico-racializado para as ciências psicológicas.

Após a minha consciência racial e o reconhecimento enquanto mulher negra, bissexual e periférica, que só se deu após a entrada na Universidade e o contato com meus pares, devido a espaços de acolhimento e pertencimento. Foi lá onde minhas vivências raciais puderam ser discutidas e fomentaram em mim o desejo e a busca pelos meus antepassados.

Nesse processo, fui percebendo que os currículos de psicologia nas universidades brasileiras são marcados pelo colonialismo. E os autores mais estudados são homens brancos europeus, autores esses que são importantes na construção da Psicologia Ocidental como ciência, mas que construíram conceitos para manejar subjetividades brancas com foco no sofrimento psíquico, desconsiderando os processos de subjetivação não brancos. Ao limitar-se a essa conceituação branca e europeia sobre saúde mental, sempre me

gerou questionamentos ao longo da graduação: Como a psicologia brasileira contempla e trata adequadamente 54% da população do país, composta por negros e negras? Como acolher a subjetividade, sofrimentos e particularidades da pessoa negra?

Não tive respostas para esses questionamentos durante a graduação. Percebi o quanto essa subjetividade é ignorada, e um dos efeitos diretos disso são pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolher. Dessa forma, pela falta da abordagem no percurso da graduação de psicologia, é importante discutir e questionar como é oferecido o cuidado em saúde mental a essa parcela da população, especificamente na clínica psicológica de atendimento a pessoas negros/as.

Por conseguinte, este artigo tem como objetivo geral produzir uma revisão de literatura sobre as implicações do racismo e da branquitude no âmbito das práticas em psicologia clínica, a partir da relação entre terapeuta e cliente. E tem-se como objetivos específicos: Categorizar e analisar as temáticas que abordam a relação entre psicologia, racismo e branquitude; Compreender, por meio da literatura, o impacto do racismo e da branquitude na formação e nas práticas em psicologia clínica.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa do tipo Revisão de Literatura, pois se utiliza de referenciais e temáticas já trabalhadas por outros autores (GIL, 2009). Assim, busca-se identificar e compreender o que as pesquisas brasileiras tem produzido acerca das questões sobre racismo e branquitude na prática da(o) psicólogo clínico no atendimento a pessoas negras. Para isso, utilizou-se as seguintes bibliotecas virtuais: La Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific ElectronicLibrary Online (SciELO) e Periódicos Capes.

As produções foram selecionadas de acordo com os seguintes descritores: “Psicologia Clínica”, “Psicologia”, “Racismo”, “Branquitude” e “Setting terapêutico”. Os critérios de inclusão foram: produções científicas brasileiras com idioma em português e escritas nos últimos dez anos (2013 a 2023). Sendo desconsideradas toda e qualquer produção que não se enquadrou nos critérios de inclusão. Logo, os estudos selecionados foram catalogados em um quadro com as seguintes categorias: Autor, Ano, Título e Base de Dados.

A partir da análise de conteúdo dos artigos e da elaboração de uma planilha com os artigos selecionados, elaborou-se as seguintes categorias: a) Ensino e Prática em Psicologia Clínica: “Pratica-se na Psicologia o racismo por omissão”; b) Psicólogas(os) Brancas(os) e questões étnico-raciais: “a branquitude não se mobiliza para discutir a questão do racismo”; c) Por uma escuta psicológica antirracista: “A clínica deve buscar atuar conjuntamente no individual e no social”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca realizada na base de dados LILACS, encontrou-se 30 artigos, na base de dados Scielo, 12 resultados e na Periódicos Capes, 48 resultados. Perfazendo um total de 90 textos. Por meio da leitura dos resumos dos artigos obtidos nesse processo, selecionou-se os artigos que se referiam as temáticas da Psicologia Clínica em interface ao racismo e a branquitude. Destaca-se que, destes artigos, o texto “Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta” de Lucas Veiga foi um dos achados, contudo não iremos utilizá-lo na tabela, pois este já se encontra como referencial e é um texto base para dialogar sobre Psicologia e Negritude no Brasil. Ademais, alguns dos artigos selecionados encontravam-se repetidos, de modo que se totalizou 10 (dez) que correspondiam aos critérios.

Vale ressaltar que durante as pesquisas nas três bases, ao se utilizar os seguintes descritores: “Psicologia clínica and Racismo and

Branquitude” e “Psicologia clínica and branquitude”, não foram encontrados resultados nas buscas, o que pode evidenciar uma ausência de estudos com enfoque exclusivo em Branquitude na Psicologia Clínica.

IMAGEM 1 - Estudos Selecionados

	Autor (Ano)	Título	Base de Dados
1	Benedito; Fernandes (2020)	Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica	SciELO
2	Gouveia; Zanello (2019)	Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras	SciELO
3	Meireles et al (2019)	Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude	LILACS
4	Schucman; Gonçalves (2020)	Raça e subjetividade: do campo social ao clínico	LILACS
5	Carvalho; Missiato (2021)	Raça e classe na clínica psicológica: concepções de estagiários do interior da Amazônia Ocidental	LILACS
6	Guerra et al (2021)	Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico	CAPEs
7	Lanza (2021)	Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica	CAPEs
8	Ribeiro (2017)	Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo	CAPEs
9	Rosa; Alves (2020)	Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras	CAPEs
10	Tavares; Kuratani (2019)	Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”	CAPEs

Fonte: Araújo e Lima (2023)

Percebe-se também que os artigos encontrados são recentes, sendo 1 (um) com publicação em 2017, 3 (três) em 2019, 3 (três) em 2020 e 3 (três) em 2021. O que nos permite dizer que os estudos sobre branquitude e racismo na psicologia clínica ainda são escassos e, por mais que Neusa e Fanon tenham iniciado esse diálogo décadas atrás, o assunto ainda não está evidente nas pesquisas brasileiras. Assumindo, assim, um lugar da invisibilidade.

- a. Ensino e Prática em Psicologia Clínica: “Pratica-se na Psicologia o racismo por omissão”

Neste tópico, visamos analisar como os textos selecionados dialogam sobre os currículos de Psicologia, temáticas raciais e saúde mental da população negra e como isso reverbera na atuação da(o) psicóloga(o) na clínica psicológica e no acolhimento percebido (ou não) por pessoas negras no setting terapêutico, tendo como principal enfoque a omissão da Psicologia para as questões étnico-raciais como um marcador do racismo. Para isso, utilizamo-nos dos seguintes artigos: Benedito e Fernandes (2020), Gouveia e Zanello (2019), Carvalho e Missiato (2021) e Guerra et al (2021).

Benedito e Fernandes (2020), tendo como base a psicanálise de René Kaes, fazem um resgate do processo de identificação da negritude brasileira e investigam, por meio de entrevistas com três psicólogos, como estes atuam diante de questões terapêuticas relacionadas ao racismo. Por meio de levantamento bibliográfico, as autoras pontuam que as temáticas raciais são melhor desenvolvidas pela Psicologia Social, enquanto que no âmbito Clínico ainda encontram-se escassas. Ainda para elas, com base nas entrevistas realizadas, a formação em Psicologia não oferece subsídios para acolher pessoas negras, de tal forma que o racismo acaba sendo equiparado a demais formas de opressão, não sendo colocado em um lugar singular de análise.

Gouveia e Zanello (2019) em sua pesquisa coletam narrativas de sete mulheres negras atendidas por psicoterapeutas brancas(os) e correlacionam com as experiências individuais de racismo e a escuta clínica feita por brancas(os). No que condiz a formação acadêmica das(os) psicólogas(os) para atender pessoas negras, as autoras tecem as seguintes conclusões: 1) há universalização de teorias euroamericanas, nas quais “o branco” é o humano universal; 2) que a ausência de formação específica sobre raça-etnia está ligado a ineficácia terapêutica, tanto no que diz respeito à psicólogas(os) brancas(os) e psicólogas(os) negras(os); 3) aponta-se a necessidade

de uma abordagem afrocentrada na psicologia; 4) que experiências de racismo aoserem relatadas não foram consideradas ou exploradas pelas(os) profissionais; e, 5) para as entrevistadas, as questões raciais são trabalhadas em espaços familiares, de amizades e religiosos.

Desta forma, para as autoras, a prática psicológica brasileira é a do racismo por omissão, já que há uma universalização do sofrimento humano ao não se evidenciar a subjetivação singular e própria às vivências das pessoas negras brasileiras. Para o CFP (2017), o silêncio histórico da Psicologia diante do racismo é a concretização da convivência da ciência psi com uma ideologia política que ainda perpetua às violências e desigualdades brasileiras.

Ainda sobre a temática, Carvalho e Missiato (2021), por meio de entrevistas semiestruturadas com 23 estagiárias(os) de psicologia no interior de Rondônia, obtiveram que não existe discussão acadêmica satisfatória nos cursos de Psicologia, o que inabilita a prática profissional no que concerne às questões sócio-raciais. Assim como as demais pesquisadoras, sinalizam que a formação em Psicologia no Brasil eurocêntrica, o que, por exemplo, impossibilitou uma análise crítica do racismo por meio das(os) estudantes. Ademais, retomam a discussão de Gouveia e Zanello (2019) no artigo ao afirmarem que a Psicologia Brasileira parece estar satisfeita com a prática do racismo por omissão.

O apagamento de discussões sobre questões raciais nos centros de ensino se mostra como mais um sintoma da exclusão do debate sobre raça e racismo em nosso país, o que se relaciona diretamente ao mito da democracia racial. Enquanto esse mito prosperar, as questões raciais ainda vão continuar a ser negligenciadas, produzindo mais e mais profissionais despreparados e incapazes de lidar com essas demandas. (CARVALHO; MISSIATO, p 15, 2021).

Guerra et al (2021), por meio da psicanálise lacaniana e da necessidade de localização do psicanalista no contexto sócio-

histórico de subjetivação em que está inserido, identifica possíveis deslocamentos epistêmicos para uma nova prática clínica que seja antirracista. Os autores sinalizam que não ocorreu o “giro decolonial” no campo clínico brasileiro, haja vista que autores decoloniais brasileiras(os) e latino-americanas(os) são pouco conhecidos e não recebem o devido reconhecimento no campo teórico-epistêmico-acadêmico. À exemplo, os pesquisadores citam a figura de Neusa Santos, mulher negra psicanalista pioneira no Brasil nos estudos de racialidade e psicologia, que particularmente só pude conhecer por meio do movimento estudantil, pois na sala de aula, Neusa não entrava. Desta maneira, os autores incitam a seguinte pergunta: “seria possível apontar essa lacuna como a configuração de um racismo/seletivismo epistêmico?” (GUERRA ET AL, p 9, 2021). Assim, como os autores deste artigo confirmamos que sim.

Lanza (2021) faz um resgate teórico das produções de Frantz Fanon e articula com a psicologia clínica no Brasil. Segundo o autor, a psicologia brasileira está ainda distante de compreender os impactos do racismo na subjetividade e saúde mental de pessoas negras(os), o que se relaciona a ausência do debate crítico sobre as teorias coloniais e ocasiona em profissionais inaptos para ofertar serviços clínicos de qualidade e que ainda estão envoltos discursiva-praticamente no mito negro que desumaniza o povo negro.

Este mito é o que transforma o negro em irracional, feio, ruim, sujo, sensitivo, superpotente e exótico e são essas características que irão fabricar ainda mais uma imagem fantástica de uma ordem natural negra, rejeitando a ideologia e política branca por trás disso (SANTOS, 1983).

Neusa Santos (2021) também indaga sobre como a psicanálise no Brasil foi conivente e cúmplice da violência racista ao ser omissa diante da desumanização à qual as pessoas negras sofrem.

Parafraseando Neusa, perguntamos: “Que psicologia é essa? Que psicólogas(os) somos nós?”.

- b. Psicólogas(os) Brancas(os) e questões étnico-raciais: “a branquitude não se mobiliza para discutir a questão do racismo”

Tendo como objetivo analisar as influências da branquitude no atendimento psicológico às pessoas negras, elencou-se a presente categoria. Para tal, selecionou-se os estudos de Benedito e Fernandes (2020), Gouveia e Zanello (2019), Meireles et al (2019), Guerra et al (2021), Tavares e Kuratani (2019) e Rosa e Alves (2020).

Conforme Benedito e Fernandes (2020), o “branqueamento” é responsável pelo apagamento histórico das glórias, resistência e memórias do povo negro, o que faz com que a branquitude seja uma forma de impedir que uma pessoa negra se reconheça como pertencente ao seu povo. Citam também que a acomodação por parte das(os) profissionais de psicologia em discutir racismo é uma manifestação da branquitude. Para Guerra et al (2021), a ciência psi é construída por uma base eurocêntrica e universalista, na qual o sujeito branco não se percebe como produtor de violências e nem se reconhece como sujeito racializado. O que ocasiona em uma incapacidade clínica de compreender como o racismo impacta na subjetividade e nas vidas de pessoas não brancas.

Logo, a ciência psi se constitui dentro de um espaço acadêmico-institucional que é a Universidade, o que nos permite afirmar, embasados em Cida Bento (2020), que há um pacto narcísico silencioso branco diante dos estudos étnico-raciais:

Os pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram. Devem reconstruir a história positivamente e assim usufruir da herança, aumentar os ativos dela e transmiti-los para as próximas gerações. As instituições são constituidoras, regulamentadoras e transmissoras desses pactos, que em sua essência são coletivos. (BENTO, p 66, 2020)

Ademais, para Guerra et al (2021), psicólogas(os) negras(os) não fogem das discussões e temáticas raciais, mas sempre encontram falta de recursos e instrumentos psicológicos capazes de um diálogo crítico sobre raça, racismo e implicações na prática profissional. Ao contrário de pessoas brancas que possuem a opção de fugir dos debates sobre negritude e do próprio reconhecimento da branquitude. Sobre isso, o CFP (2017) elenca algumas hipóteses que justificam a falta de estudos sobre branquitude na Psicologia: 1) a maioria das(os) pesquisadoras(es) é branca e acreditam ser desracializadas(os); e, 2) falar de branquitude, para pessoas brancas, seria expor privilégios dentro de uma estrutura racista.

Deste modo, pode-se questionar os lugares de poder nos quais as pessoas brancas estão, no caso o acesso ao espaço universitário e às pesquisas, que fazem com que não haja um aprofundamento teórico na Psicologia sobre questões de branquitude. A branquitude ao demarcar nas pessoas brancas um lugar de privilégio, assume uma marca de violência estrutural (RIBEIRO, 2019), o que pode dificultar a escuta e o acolhimento no setting terapêutico, em uma relação psicóloga(o) branca(o) e paciente negra(o).

À exemplo, tem-se a categoria “Parede de Vidro”, a qual refere-se à estagnação da psicoterapia, e que é trabalhada por Gouveia e Zanello (2019). Para elas, conforme os dados das entrevistas:

A estagnação pode acontecer porque: (a) a(o) profissional é alheio(a) a questões raciais, sendo essa a razão para não as abordar na psicoterapia, ou porque (b) ignora, minimaliza ou universaliza, quando a entrevistada aborda, ou ainda porque (c) a entrevistada não tocou no assunto por temor de que a/o profissional não fosse ‘dar conta’. Então, tanto as expectativas frustradas da paciente – que não consegue o que tenta ou nem tenta por não acreditar – quanto a incapacidade da/o psicoterapeuta participam da constituição, para estas mulheres, da ‘parede de vidro’. Essa experiência parece ser independente da raça/cor da psicoterapeuta. (GOUVEIA; ZANELLO, p 7-8, 2019)

Outra categoria trazida pelas autoras é a de transferência inter/intra-racial. Esta é explicitada por meio do desejo das entrevistadas em serem atendidas por uma psicóloga negra, em contraposição ao temor pelo atendimento ser realizado por uma psicóloga branca, pois manifestaram que não teriam suas vivências legitimadas, que a psicóloga branca não “daria conta”, não seria empática. Contudo, as pesquisadoras frisam que a ausência de uma formação acadêmica voltada para as temáticas raciais faz com que tanto uma psicóloga branca quanto uma negra não tenham expertise clínica para lidar com os casos.

Talvez a psicoterapeuta preta não dê conta por questões diferentes da psicoterapeuta branca: a branca porque não consegue ver ou perceber, por sua alienação em relação ao mundo negro e à sua própria branquitude; já a negra, porque o assunto pode abordar questões raciais que a tocam e que ela talvez não tenha tido oportunidade de acessar, nomear ou elaborar para si mesma. (GOUVEIA; ZANELLO, p. 12, 2019).

No artigo de Meireles et al (2019) são apresentadas sínteses de um grupo de estudo composto por psicólogas brancas, no qual foram discutidos os efeitos da branquitude na formação profissional e também individual de cada uma delas. Dentre as conclusões alcançadas pelas psicólogas, houve a de que o grupo em questão possibilitou o reconhecimento crítico das mesmas enquanto mulheres brancas, assim como reflexões sobre democracia racial e supremacia racial branca, as quais puderam focar numa postura ao enfrentamento do racismo estrutural.

Tavares e Kuratani (2019) apresentam em sua pesquisa relato de experiência de atendimento à duas mulheres negras universitárias. Destaca-se que as pesquisadoras são de base Comportamental e trabalham com a Terapia de Aceitação e Compromisso (TAC). E tem como principal objetivo produzir estratégias para o manejo clínico

das repercussões do racismo na saúde mental da população negra. Durante as sessões, as clientes Carolina e Tereza, são questionadas sobre como se sentiam ao serem atendidas por uma mulher branca. Carolina, responde que teve receio de julgamento ou punição, mas que acreditaria que esse sentimento seria maior caso fosse atendida por um homem branco. Ao passo que acrescenta que sentiu-se acolhida pela terapeuta para falar sobre os casos de racismo que sofre/sofreu. Assim, as autoras ressaltam que reconhecer e nomear o sofrimento da cliente é fator decisivo para o sucesso na aliança terapêutica e para a adesão às intervenções. Tereza, ao ser questionada, afirmou que no início achava que seria difícil o processo terapêutico, mas que logo sentiu-se acolhida.

Rosa e Alves (2020) realizaram pesquisa a partir da escuta à quatro estudantes negras(os) da Universidade Federal de Pelotas no setting de estágios curriculares do curso de psicologia. Nesse estudo, as autoras se propõem a responder a seguinte pergunta: “De que modo a escuta clínica de vozes silenciadas pode estilhaçar a máscara do silenciamento e da invisibilidade?”. Elas trazem que o conceito de estilhaçamento é o de Conceição Evaristo, ao dizer que a máscara se estilhaça quando se fala com potência pelos orifícios da mesma. Para as pesquisadoras, a militância política promove (re)xistência pois se constrói a partir do pertencimento.

Ressalta-se que a máscara do silenciamento a qual as autoras se referem é a que Grada Kilomba (2019) expõe como sendo um instrumento da colonização europeia em que um pedaço de metal é colocado na boca da pessoa negra e tinha como principal função impor mudez e medo. Haja vista que há um medo branco em ouvir o negro, pois isso o coloca de frente com verdades que foram negadas, reprimidas e guardadas em segredo durante séculos: “Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo” (KILOMBA, p. 41, 2019).

Rosa e Alves (2020) frisam que ainda se faz necessário que pessoas brancas compreendam-se enquanto sujeitas(os) racializadas(os) e assim se comprometam efetivamente no enfrentamento ao racismo produzido pela branquitude. O que se mostra como uma prática desafiadora para a clínica psicoterápica branca. Conforme Djamila,

(...) o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar (RIBEIRO, p 18, 2019).

Por outro lado, as autoras trazem na narrativa das(os) entrevistadas(os) a importância de psicólogas(os) negras(os) devido a identificação racial e o sentimento de segurança/amparo, o que fortalece o acolhimento, já que esse corpo negro que escuta e acolhe empaticamente possui compreensão da violência racista cotidiana devido as suas próprias vivências.

Por uma escuta psicológica antirracista: “A clínica deve buscar atuar conjuntamente no individual e no social”

Após os diálogos acima, faz-se imprescindível questionar a possibilidade de uma nova Psicologia e as formas de atuação antirracista na clínica. Isto posto, foram selecionados os seguintes autores: Lanza (2021), Rosa e Alves (2020), Tavares e Kuratani (2019) e Schucman e Gonçalves (2020).

Lanza (2021) embasado por Fanon, explica que o fazer clínico em psicologia deve abarcar o contexto de violência colonial no qual o Brasil está localizado, ou seja, o enfoque da(o) psicóloga(o) não deve centrar somente em singularidades, mas em aspectos sócio-culturais

e étnicos. Logo, é imprescindível o entendimento da(o) profissional de que a sociedade ao mesmo tempo que produz e gere saúde, também produz e gere adoecimento mental. Ao mesmo tempo que, para ele, a psicoterapia implica somente em uma parte importante na construção de uma outra sociedade, mas que essa só é possível através do rompimento com o colonialismo e neocolonialismo, sendo que isso não se dá por meio da Psicologia Clínica. A terapia individual/grupal não é a solução para problemas estruturantes da coletividade.

A Psicologia Preta proposta por Veiga (2019) toma como base essa premissa de que somente o trabalho psicológico não é suficiente para acabar com os efeitos do racismo. Por mais que o objetivo da Psicologia Preta seja a promoção do autoamor e do resgate pela própria história e pela história do povo ao qual se pertence, o trabalho psicoterápico atua como ferramenta de fortalecimento diante dos confrontos em uma sociedade racista.

Destarte, para Rosa e Alves (2020), as(os) psicólogas(os) brancas(os) devem se aprofundar na própria racialidade e reconhecer o lugar social de privilégio para que a escuta clínica seja qualificada. Consoante às narrativas trazidas pelas autoras, as(os) entrevistadas(os) Jamila, Fayola e Akin ressaltam que cabe às(aos) psicólogas(os) independente da raça/etnia implicarem-se com as discussões sobre racismo para assim melhor compreenderem sobre o sofrimento psíquico produzido por essa violência. Isto dialoga com Lélia Gonzales (2020) que acredita que todas(os) que lutam por uma democracia devem aliar-se contra as forças de opressão imperialistas-colonialistas, as quais ela enfatiza que são racistas.

E assim como Lanza (2021), Rosa e Alves (2020), acreditam que cabe à(ao) terapeuta assumir compromisso ético-político antirracista ao manter diálogo crítico com o contexto social em que está inserida(o). Além disso, Tavares e Kuratani (2019) afirmam que cabe à(ao) psicoterapeuta estar disponível para acolher os sentimentos de

raiva e ressentimento, além de uma visão de mundo em que há a dor da opressão pelo racismo.

Schucman e Gonçalves (2020) elencam algumas questões importantes sobre uma atuação psicológica antirracista no setting terapêutico, são elas: 1) compreender sobre questões de raça e as consequências do racismo para a vida coletiva e individual, o que possibilita a superação de uma leitura patologizante sobre pessoas negras; 2) aprofundar-se do ponto de vista histórico e teórico nos debates raciais, de modo a considerar os diversos significados e sentidos de raça; 3) identificar os demais marcadores da diferença que atuam junto do racismo na vivência particular das(os) sujeitas(os); e, 4) investigar como aquela(e) sujeita(o) lida com o racismo e como se movimenta diante do preconceito.

Desta forma, a clínica pode se transformar em um espaço contra-hegemônico em que se é exercitada a autonomia e o protagonismo de pessoas negras frente ao racismo. A emancipação deve ser horizonte, nunca a passividade. Outrossim, ao compararmos esses passos com o proposto por Djamila Ribeiro (2019), tem-se que há pontos de convergência no que tange à um passo-a-passo antirracista, ou seja: informa-se sobre o racismo, enxergar a negritude, reconhecer privilégios da branquitude, perceber racismo internalizado, questionar a cultura que se consome, conhecer desejos e afetos e combater a violência racial.

Tais tensionamentos sobre Racismo e Branquitude são de fundamental importância ao se pensar uma decolonização da ciência psicológica no Brasil, contudo para que isso ocorra não basta uma mudança epistemológica-teórica, mas sim uma efetivação da prática clínica (VEIGA, 2019), um repensar do próprio fazer da psicologia no setting terapêutico e nos efeitos que racismo e branquitude produzem na escuta, na postura e na fala da(o) psicóloga(o), principalmente de profissionais brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo discutir e compreender as implicações do racismo e da branquitude dentro do âmbito da psicologia clínica, a partir da relação entre terapeuta e cliente. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura. Destaca-se que por meio de pesquisa nas bases de dados Scielo, Lilacs e Periódicos Capes, percebeu-se uma ausência em estudos específicos sobre Psicologia Clínica e Branquitude, sendo os artigos mais voltados para os estudos do racismo e da qualidade ao atendimento clínico à população negra.

No que diz respeito aos serviços de saúde mental ofertados para a população negra, identificou-se que a ausência de um currículo obrigatório nos cursos de Psicologia sobre questões étnico-raciais, racismo e branquitude, corroboram para uma inaptidão de profissionais, sejam brancas(os) ou negras(os), para trabalhar e acolher demandas específicas da população negra. Tal fator influencia diretamente na qualidade dos serviços de saúde mental e acolhimento à população negra, de tal modo que no exercício da Psicologia brasileira há uma expressão do racismo estrutural brasileiro. As(os) profissionais se tornam omissos às discussões críticas sobre colonialidade e racialidade e potencializam saberes brancos europeus ainda embasados no mito negro.

Ao analisar as influências da branquitude no atendimento psicológico às pessoas negras, verificamos que a(o) psicóloga(o) branca(o) não se reconhece como sujeita(o) racializada(o) e nem se percebe como produtor de violências, que há um medo/receio de pessoas negras em serem atendidas por terapeutas brancas(os), que há um maior número de psicólogas(os) negras(os) dispostas(os) em debater temáticas raciais, mas que não conseguem encontrar quantidade significativa de instrumentos e estudos acerca disso que possam auxiliar nas intervenções terapêuticas.

Avistamos, também, a possibilidade de uma clínica antirracista, na qual a psicoterapia atue no fortalecimento pessoal e coletivo diante de uma sociedade racista. Clínica esta que deve questionar o fazer psicológico e os efeitos do racismo e da branquitude no setting terapêutico, principalmente quando o local de escuta é ocupado por psicóloga(o) branca(o).

Como mulher negra, durante o percurso da graduação, atendida por diversos psicólogos brancos, senti falta de uma compreensão empática das minhas demandas, que tinham relação direta com o Racismo, assunto que nunca foi pautado na relação terapêutica. Talvez por medo? Por falta de conhecimento sobre a pauta racial? Ou simplesmente por ser condicionado a atender um ideal de ser humano, branco, europeu e universal? Será mesmo que a Psicologia Clínica, em suas diversas abordagens, conseguem lidar com o sofrimento e reverberações do Racismo na saúde mental de pessoas pretas? Tentei buscar, nessa pesquisa, resposta para meus questionamentos, enquanto mulher negra e futura profissional. É notório a urgência de reformulação no currículo dos cursos de Psicologia, visando dar vez e voz, a aquelas(es) que sempre foram silenciadas(os). Porque nós existimos, e resistimos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BENEDITO, Maiara de Souza. FERNANDES, Maria Ines Assumpção. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.40, 2020, p 1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229997>. Acesso em: 10 abr 2023.

BENTO. Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e

branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

CARVALHO, Fabio Rodrigues. MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Raça e Classe na clínica psicológica: concepções de estagiários do interior na Amazônia Ocidental. **psicologia & sociedade**, 33, e250991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33250991>. Acesso em: 11 abr 2023

Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negras, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

GUERRA, Andrea Maris Campos et al. Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico. **Quaderns de Psicologia**, Vol. 23, Nro. 3, 2021, e1787. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1787>. Acesso em: 10 abr 2023

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LANZA, Hugo Ribeiro. Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Vol. 03, 2021. Disponível em: doi:10.12957/epp.2021.62732. Acesso em: 11 abr 2023.

MEIRELES, Jacqueline et al. Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 3, p. 1-15, set. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S1809- 89082019000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1 Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Emanuele Oliveira. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. Odeere: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** – UESB. Ano 2017, Volume 2, número 4, Julho – Dezembro de 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2361>. Acesso em: 11 abr 2023

ROSA, Evellyn Gonçalves da. ALVES, Miriam Cristiane. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (re)existência de estudantes negros/negras. **Psicologia: Ciência e Profissão** v. 40 (n.spe), e229978, 2020, p 1-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982- 3703003229978>. Acesso em: 11 abr 2023

SCHUCMAN, Lia Vainer. GONÇALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.): 109-123. Disponível em: DOI: 10.36482/1809-5267.ARBP2020v72s1p.109-123. Acesso em: 11 abr 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TAVARES, Jeane Saskya Campos. KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e184764, 2019, p 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982- 3703003184764>. Acesso em: 11 abr 2023

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a Psicologia: notas para uma psicologia preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niteroi, v. 31, set, 2019, p 244-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/>

NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/?lang=. Acesso em: 20 abr 2023. ZANELLO, Valeska. GOUVEIA, Marizete. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em estudo**, v. 24, e42738, 2019. Disponível em: 10.4025/psicolestud.v24i0.42738. Acesso em: 10 abr 2023.

18

JUVENTUDE, PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO NA REALIDADE BRASILEIRA¹

Samara Cristina Silva Pereira²
Juliano Vargas³

¹ Trabalho premiado no Grupo Temático 26- Políticas Públicas e o Mercado de Trabalho: Inter-Relações, Características e Tendências, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

² Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Assistente Social do Instituto Federal do Piauí (IFPI) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI).

³ Professor Adjunto no Departamento de Ciências Econômicas (DECON) e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências Econômicas e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel e Licenciatura em Educação Física pela Universidade de Caxias do Sul. MBA em Gestão Estratégica em Comércio Exterior pela Universidade Candido Mendes.

RESUMO

A profissionalização incide sobre a iniciação laboral dos jovens, suas possibilidades de progressão no trabalho, e sobre os seus rendimentos. Considerando a relevância desta temática, objetiva-se evidenciar a política de profissionalização da juventude enquanto direito social e estratégia para inserção digna no trabalho. A questão central é: como tem se materializado o direito à formação profissional da juventude para acesso ao trabalho no contexto das políticas brasileiras? Para tanto, situa-se a concepção de juventude historicamente, contextualiza-se a condição dos jovens no mercado de trabalho atual, o direito a profissionalização e sua intrínseca relação com o trabalho. Metodologicamente, esta pesquisa foi elaborada via revisão de literatura e pesquisa documental. Conclui-se que as políticas de profissionalização para o trabalho entre a juventude constituem uma agenda em construção com importantes avanços quanto ao reconhecimento de direitos, havendo ainda muitos desafios à sua plena efetivação.

Palavras-Chave: Brasil. Direitos da Juventude. Educação. Mundo do Trabalho.

INTRODUÇÃO

No presente artigo é apresentada uma discussão com foco na temática da juventude, formação profissional e trabalho. A juventude constitui uma categoria social múltipla e diversa, que compõe um mosaico de “juventudes” (CASTRO; AQUINO, 2008; ABRAMOVAY; CASTRO, 2015). Ela é atravessada por uma série de dimensões que afetam diretamente suas vivências e possibilidades, dentre as quais têm relevo formação e trabalho.

Em suas diversas modalidades e níveis, a formação ocupa-se em contribuir de maneira direta para a inserção de trabalhadores no mercado laboral através do atendimento a requisições específicas, figurando como um diferencial para jovens, considerando-se o momento de iniciação profissional em que se encontram.

Paradoxalmente a esta vinculação, tais dimensões encontram dificuldades de se concretizar entre os jovens brasileiros, pois grande parte destes se constituem como trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação profissional, ocupando postos de trabalho informais e sem proteção (IPEA; OIT, 2020).

Nesse interim, no presente artigo realiza-se uma discussão sobre o tema juventude e política de formação profissional para o trabalho, entendendo esta como direito social dos jovens e como uma relevante estratégia de desenvolvimento social e econômico na agenda pública do Estado brasileiro. O intento é responder ao seguinte questionamento: como tem se materializado o direito à formação profissional da juventude para acesso ao trabalho no contexto das políticas públicas brasileiras?

A hipótese subjacente é a de que essas políticas tenham galgado avanços quanto à sua organização e oferta no Estado brasileiro, haja vista o seu reconhecimento como direitos de cidadania, ratificados no arcabouço jurídico norteador das políticas públicas da juventude. Isso também por compor o planejamento da educação nacional, através das metas previstas no Plano Nacional da Educação (PNE) instituído em 2014.

A justificativa para a realização desta investigação deriva do cenário de adversidades que enfrenta o segmento juvenil quanto à sua condição de vulnerabilidade no contexto do mundo do trabalho e a necessidade de construção de políticas públicas que deem conta de responder suficientemente a tal problemática, com destaque para as políticas públicas de formação para o trabalho entre jovens.

Visando a contemplar a problemática proposta, o escopo do trabalho discorre no primeiro momento sobre o processo de reconhecimento da juventude enquanto categoria social, as concepções norteadoras das políticas públicas e sua relação com

os contextos históricos. A discussão segue problematizando sobre a condição da juventude no mercado de trabalho e a efetivação do seu direito à profissionalização. Encerra-se com considerações finais sobre os aspectos analisados, com reflexões sobre a atual condição da juventude brasileira quanto à efetivação do direito à profissionalização e sua inserção no mundo do trabalho.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada para a construção do trabalho é de natureza descritiva, utilizando-se de revisão bibliográfica sobre o tema juventude, formação profissional e mundo do trabalho. Procedeu-se ainda com pesquisa documental tendo como referência o levantamento da legislação nacional referente aos direitos da juventude e, especificamente, ao direito à formação profissional e ao trabalho e relatórios de instituições como do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A revisão de literatura objetivou conhecer o processo de construção histórica da categoria juventude e sua definição. A análise dos documentos possibilitou conhecer as formas de inserção no mundo do trabalho nos diferentes contextos, bem como as possibilidades de acesso à formação profissional. Também possibilitou conhecer os principais aspectos que compõem o arcabouço jurídico que fundamenta os direitos da juventude na realidade brasileira.

CONCEPÇÕES JUVENTUDE

A categoria juventude compreende no Brasil uma condição social de cidadãos que atualmente compreende a idade entre 15

aos 29 anos⁴, conforme preceitua a Política Nacional de Juventude (BRASIL, 2006). É consensual entre estudiosos da área que o processo de reconhecimento dessa categoria social é acompanhado por mudanças quanto à sua compreensão conceitual nos diferentes contextos, com reflexos na condição que assume em nossa sociedade e no âmbito das políticas públicas.

No quadro da realidade brasileira, assim como dos demais países latino-americanos, duas abordagens sobre juventude dominaram as políticas sociais até o início do século XXI: uma que concebia a juventude como etapa problemática e a outra como etapa preparatória (CASTRO; AQUINO, 2008; ABRAMOVAY; CASTRO, 2015).

A compreensão de juventude como etapa problemática está centrada sobre aspectos relacionados à delinquência, comportamentos de risco, envolvimento com drogas, entendendo a juventude enquanto fase de risco, vinculando à desordem social. Isso impôs, nos termos de Castro e Aquino (2008, p.9), “a identificação dos jovens como o grupo prioritário sobre o qual deveriam recair as ações de controle social tutelar e repressivo, promovidas pela sociedade e pelo poder público”.

Conforme Sposito e Carrano (2003), tal concepção norteou políticas sociais a partir de iniciativas voltadas à ocupação dos jovens que visavam ao controle do tempo livre através do esporte, cultura e/ou trabalho. Ou ainda, segundo análise de Muniz (2019), tal tematização orientou ações no campo da saúde e segurança, como prevenção às situações tidas como de risco ou problemáticas – drogas, criminalidade, dentre outras.

A outra abordagem, centrada na compreensão da juventude enquanto etapa transitória para a vida adulta (e que por isso necessita

4 Até 2005 eram considerados jovens a população com idade entre 15 a 24 anos, sendo que houve em 2013 uma ampliação desse grupo populacional (BRASIL, 2013). Atenta-se para o fato de que a população em idade ativa (aptos a trabalhar) é composta também – conforme definição do IBGE – por pessoas com 14 anos de idade.

de um preparo para viver essa nova fase), colocava sobre a família e a escola grande responsabilidade na preparação do jovem, para que se tornasse um “adulto ajustado e produtivo”.

A concepção de ciclos que se sucedem de maneira organizada a partir de papéis sociais bem definidos, coloca a condição juvenil como uma passagem em que os estudos são progressivamente substituídos pelo trabalho, a condição de filho pela de chefe de família, entre outros. Segundo Muniz (2019), as ações públicas para juventude orientadas por tal concepção centravam-se sobre as dimensões educação e trabalho. As desigualdades que acompanham a juventude no cenário dos anos noventa, com destaque para a dimensão trabalho frente ao movimento do seu adensamento sociodemográfico, evidenciam os limites das concepções de juventude como problema social e como fase de transição. Mas não apenas no mundo do trabalho, conforme Castro e Aquino (2008), a emergência de novos padrões comportamentais no exercício da sexualidade, da nupcialidade e na conformação dos arranjos familiares contribuem para a disrupção acerca da compreensão tradicional de transição para a vida adulta.

Nesta esteira, o foco para o futuro é deslocado para o momento presente, “para a juventude em si”, que ganha lugar enquanto etapa genuína e com sentidos próprios. Os jovens emergem como sujeitos de direitos, “definidos não mais ‘por suas incompletudes ou desvios’, mas por suas especificidades e necessidades, que passam a ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas” (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 9).

Abrem-se espaço para novos enfoques, dentre os quais a concepção do jovem quanto agente estratégico de desenvolvimento, cristalizada na expressão protagonismo juvenil como dinamizadora dos processos de mudanças na sociedade – difundida por agências multilaterais e organismos internacionais em seus documentos

oficiais, dos quais o Brasil é signatário e com desdobramentos sobre as políticas públicas. Em tal enfoque, a visão preparatória da juventude é reatualizada, demandando investimentos na área educacional em prol do acúmulo de capital humano adequado às requisições do mercado (CASTRO; AQUINO, 2008).

Contemporaneamente, estudiosos de juventudes passam a forjar novas discussões e elaborações sobre o segmento. Abramovay e Castro (2006) entendem que a concepção de juventude é sempre provisória, uma vez que é situada historicamente em contextos específicos que repercutem sobre suas definições, significados, construções sociais e relações estabelecidas entre os jovens. Entendem, assim, a juventude como pluralidade, por isso juventudes, afirmando que não existe uma única juventude, mas um conjunto diversificado que varia conforme o seu acesso a oportunidades, dificuldades, facilidades e poder em nossa sociedade, isto é, conforme suas condições materiais, sociais, culturais e políticas.

Nesta perspectiva, Abramo (2008) esclarece que a condição juvenil é um fenômeno geracional histórico-social, pois mantém relação com a forma como uma sociedade compreende e atribui sentido a tal momento do ciclo de vida. Além disso, a situação dos jovens refere-se ao modo como tal condição geracional se materializa em relação às dimensões de extrato social, gênero, etnia, sexualidade e outras.

Tem-se que a condição juvenil passa a ser compreendida como um momento etário na trajetória humana em que se compartilham uma série de interesses, desafios e situações em dado tempo e em uma dada realidade social. Destarte, as maneiras como tal condição social é vivenciada pela juventude difere e muito em uma sociedade atravessada por distintas possibilidades de materialização desta etapa, conforme discutido a seguir ao se tratar da condição juvenil em relação ao mundo do trabalho e a profissionalização.

JUVENTUDE E TRABALHO

Entre as problemáticas que afetam a juventude no contexto de transformações da sociedade capitalista atual e que precisam ser enfrentadas pelo Estado brasileiro, tem centralidade o trabalho e suas exigências, como a formação profissional que demanda. A despeito da relevância que tais dimensões assumem para os jovens, hodiernamente, muitos encontram-se em busca de trabalho, sem encontrar colocação.

O desemprego, enquanto uma condição em que se encontra a população acima de 14 anos que não trabalha, mas encontra-se disponível e em busca de trabalho, é marcante entre esse público, altamente vulnerabilizado nos momentos de crise do mercado em que aumentamos índices de desocupação.

Destarte, em recente atualização do diagnóstico sobre a condição dos jovens brasileiros no mercado de trabalho realizado pelo IPEA e OIT (2020), verificou-se que no primeiro trimestre dos anos de 2013 e 2019 a proporção de jovens desempregados que buscavam trabalho há pelo menos um ano, era, respectivamente, de 29,9% e 38,8%, representando um crescimento de 8,9% de jovens desempregados no intervalo. Sobre este fato Corseuil e Franca (2020) destacam que nos momentos de recessão, com diminuição dos postos de trabalho, os jovens além de serem os mais atingidos pela falta ou pouca experiência e pela baixa qualificação, “também são potencialmente mais prejudicados pelas regulamentações do mercado de trabalho, que tornam mais fácil a demissão de trabalhadores jovens” (CORSEUIL; FRANCA, 2020, p.550).

A situação de desvantagem dos jovens em relação ao mundo do trabalho no período também é verificada em pesquisa do IPEA coordenada por Silva e Vaz (2020) a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostragem dos Domicílios (PNAD) Contínua 2019, ao

analisar a condição dos jovens que não trabalham e nem estudam, os “nem-nem”. Segundo a pesquisa, entre os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, 27% se encontravam nessa condição, e entre os jovens entre 25 a 29 anos, eram 25%.

A desocupação do mercado e o desengajamento dos estudos ou formação profissional são ressaltados como aspectos que comprometem o acúmulo de capital humano, o que pode levar a perdas de rendimentos significativas e persistentes que comprometem as trajetórias laborais desses jovens ao longo da vida (SILVA; VAZ, 2020).

Outro aspecto que pode comprometer a trajetória profissional dos jovens é a informalidade, que se configura como a principal porta de entrada de trabalho entre o segmento. Durante o período 2012-2018, em média, 53% dos jovens de 15 a 29 anos entraram no mercado de trabalho por meio do emprego informal (IPEA; OIT, 2020). Consoante, Cruces, Ham e Viollaz (2012 *apud* CORSEUIL; FRANCA, 2020, p. 178) destacam “o jovem que ocupa um posto informal, no início de sua trajetória profissional, tem um crescimento de salário menor que outro jovem semelhante que ingressa no mercado de trabalho em um posto formal”.

Além do desemprego e informalidade, Cacciamali e Tatei (2017) ao analisarem o padrão de inserção da juventude no mercado de trabalho atual, sublinham que este é marcado por fortes exigências, em que os jovens se defrontam com reduzido número de oportunidades e maior número de concorrentes mais bem preparados para assumir uma colocação no mercado. Assim, recai sobre o segmento juvenil o aumento da exigência por escolaridade e qualificação.

JUVENTUDE E PROFISSIONALIZAÇÃO

A vinculação entre profissionalização e trabalho é evidenciada em diversos estudos contemporâneos. Reis e Aguas (2019), asseveram que a ausência de qualificação exigida tende a impactar negativamente sobre os rendimentos no mercado de trabalho, posto que trabalhadores que completaram cursos de educação profissional recebem mais que aqueles que não completaram, mesmo em ocupação em que esse nível de qualificação não é considerado necessário.

Regressões lineares estimadas por Severninni e Orellano (2010) ao analisarem a realidade brasileira, evidenciam que os rendimentos do trabalho são 37% maiores para os que fizeram curso de qualificação profissional, apontando que cursos de qualificação profissional podem ter efeitos bastante positivos sobre o desempenho dos indivíduos no mercado de trabalho. Nesta esteira, recente estudo de Tavares Neto e Vargas (2023) acerca da informalidade no mercado de trabalho piauiense, constatou que a frequência anterior a curso de educação profissional proporciona melhor condição de competição e de acesso ao mercado de trabalho formal.

Tais constatações reforçam que a profissionalização dos jovens através de políticas que possibilitem a sua preparação, visando melhores padrões de inserção destes no mercado, apresenta-se de forma imperativa. Destaque-se que a profissionalização constitui para esse segmento um direito fundamental enquanto desdobramento do direito social ao trabalho previsto em instrumentos jurídicos normativos de nível nacional e internacional, dos quais o Brasil é signatário.

A Constituição Federal de 1988 e seus dispositivos infraconstitucionais, com destaque para a Lei 12.852 de 05 de agosto 2013 - Estatuto da Juventude, se volta ao pleno exercício

da cidadania dos jovens e prevê que direitos de cidadania já assegurados constitucionalmente como educação, profissionalização, trabalho, saúde e cultura atendam aos jovens considerando as suas necessidades, especificidades, trajetórias e a diversidade que compõe a juventude.

A dimensão da profissionalização é ratificada nos seguintes termos no Estatuto da Juventude: “Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente” (BRASIL, 2013, s.n.). O direito à profissionalização é articulado ao trabalho e à renda, conforme especificado na Seção III da referida Lei e seus artigos, que tratam tais dimensões de forma indissociável.

Dentre os documentos elencados, o Estatuto da Juventude constitui um marco por representar o reconhecimento da institucionalidade da juventude, num processo de amadurecimento conceitual e no âmbito das políticas públicas para o segmento jovem no estado brasileiro. O mesmo, foi delineado no bojo de um processo histórico no contexto de pós-redemocratização e reconhecimento dos direitos sociais, em que as políticas de juventude no Brasil começam a ganhar institucionalidade.

Na esteira do reconhecimento de direitos da juventude, com destaque para a dimensão da profissionalização e do trabalho, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014, que define as principais necessidades das políticas educacionais brasileiras e objetiva coordenar as ações nas diferentes esferas administrativas do estado brasileiro, também confere lugar de destaque à educação profissional, presente de forma direta e indireta entre suas 20 metas para a educação brasileira a serem cumpridas até 2024.

Assim, encontra-se definido no PNE-2014 em sua Meta 10 – “Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da educação de jovens

e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014). Anteriormente, a Lei nº 11.741/2008, já estabelecia que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional” (BRASIL, 2008). A EJA é destinada às pessoas que não completaram a educação básica na idade esperada, contemplando jovens a partir de 15 anos para o ensino fundamental e a partir dos 18 anos para realização do ensino médio. A articulação da EJA com a educação profissional visa estimular os alunos da EJA e ao mesmo tempo ampliar suas oportunidades profissionais.

Na sequência das metas do PNE-2014 tem-se a Meta 11 – “Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% da expansão no segmento público”. Em termos numéricos, a referência para a meta 11 é o número de matrículas na EPT em 2013, que correspondia a 1,6 milhão, logo em 2024 o número de matrículas a ser perseguido nesse nível era de 4,8 milhões. Tal meta visa ampliar o acesso à essa modalidade, mas a sua materialização encontra-se distante de se concretizar.

Conforme Censo Escolar de 2021 (BRASIL, 2022), a oferta da educação profissional técnica de nível médio passou de 1.831.003 em 2017 para 1.892.458 em 2021, o que representa um crescimento de apenas 3,35% em um intervalo de cinco anos. O destaque é para a matrícula do ensino médio integrado à educação profissional que cresceu 31,2%, passando de 554.319 em 2017 para 726.991 em 2021. Nesse mesmo período de 2017-2021, as matrículas nas demais modalidades foram respectivamente: 874.371 e 836.040 na formação técnica subsequente; 328.073 e 248.066 na formação técnica concomitante; 39.197 e 40.917 na Formação Inicial e Continuada; 35.043 e 40.444 na EJA de Nível Médio.

As vagas da educação profissional de nível médio são compostas predominantemente por alunos com menos de 30 anos de idade, que representam 77,5% do total das matrículas neste nível, evidenciando a forte relação entre o segmento jovem e a busca por essa formação. Tal fato pode ser explicado pela função que esta modalidade educacional desempenha enquanto educação preparatória para exercício de profissões através do desenvolvimento de habilidades e competências para atuação específica.

Quanto à rede, as matrículas da educação profissional concentram-se na rede estadual com 42,6% das matrículas, enquanto a rede privada detém 37,7% e a federal 17,6%. A restrita oferta de vagas na educação profissional é agravada quando se considera a localização urbana e rural, assim distribuída respectivamente em cada rede: estadual 764.963 X 41.344; Privada 703.512 X 9.814; Federal 287.525 X 45.202; Municipal 32.802 X 7.296 (BRASIL, 2022). Logo, a zona rural possui maior restrição quanto à oferta de educação profissional, e a rede federal destaca-se por possuir maior participação em tal oferta, evidenciando o processo de interiorização desta política através das instituições da rede federal, com destaque para os Institutos Federais de educação.

Do exposto, tem-se que a modalidade educacional dirigida ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, que favorecem a inserção de jovens no mundo do trabalho, e que, portanto, possui relevante papel na transição entre os estudos e trabalho, conta ainda com uma oferta reduzida e com grande participação da rede privada. Tal fato evidencia a busca por tal política, que leva muitos inclusive a pagarem por tal serviço frente às restrições da oferta na rede pública e as imposições postas pelo mercado altamente competitivo e cheio de exigências, quanto às requisições atuais por qualificação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral neste artigo foi discutir a condição da juventude na realidade brasileira, com foco sobre o direito à profissionalização e ao trabalho, dada a conexão intrínseca entre sistema educativo e sistema produtivo, bem como o reconhecimento da juventude enquanto sujeitos de direitos na última década, com demandas específicas à sua condição.

Verificou-se que a condição juvenil se materializa em contexto de contradição no mundo de trabalho em que se tem de um lado a redução dos postos de trabalho, redução de direitos trabalhistas, desemprego e informalidade; e do outro, o aumento da exigência por qualificação profissional, decorrente das reconfigurações do capitalismo e seus processos de modernização tecnológica. Em tal contexto, a profissionalização sobressai-se enquanto mecanismo de preparação para exercício de profissões, contribuindo para a transição entre os estudos e trabalho, repercutindo sobre a condição de inserção no mercado, progressão profissional e rendimentos presentes e futuros.

Apesar do consenso acerca da relevância e impactos da educação profissional sobre as trajetórias das juventudes, do lugar conferido a essa modalidade educacional no PNE e do reconhecimento do direito à profissionalização articulada ao trabalho e renda entre os jovens, a realidade revela muitas limitações quanto à efetivação das políticas públicas neste campo, manifestadas sobretudo na baixa cobertura quanto à oferta da educação profissional, que conta ainda com significativa participação da rede privada.

Destarte, a efetivação de tal política tem ainda grandes desafios à sua consolidação, com impactos sobre o direito à profissionalização e inserção profissional digna da juventude brasileira, especialmente aquela juventude em condição social desfavorecida, principal

demandante da educação profissional e que é constrangida a ingressar mais cedo no mundo do trabalho, em busca de uma renda que permita a sua reprodução social.

Neste sentido, esse estudo ainda que de caráter bibliográfico e documental, contribui com as discussões acerca da condição da juventude em relação profissionalização e trabalho no Estado brasileiro, evidenciando que estes requerem maior atenção e espaço na agenda governamental. Além disso, suscita outras questões relacionadas a demanda da juventude quanto à política de educação profissional em construção, como a necessidade de compreensão sobre os seus interesses e expectativas quanto à oferta por educação profissional e suas conexões com as demandas do mercado, o que se pretende debater em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. Helena Wendel Abramo; Pedro Paulo Martoni Branco (Orgs). São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37- 73.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. In: **Juventude, Juventudes, o que Une e o que Separa**. Brasília, UNESCO, IBOPE, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146857>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Sdenauer**, V. XVI, n. 1., p 13-25, 2015, Disponível em: MAbramovay_kas.pdf (flacso.org.br). Acesso em: 11 de set.de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.>

planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 de set. de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude et al (Org.). **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

BRASIL. **Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 12 de set. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [L13005 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 9 de set. de 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2021: resumo técnico**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: [resumo tecnico censo escolar 2021.pdf \(inep.gov.br\)](http://resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf). Acesso em: 02 de set. de 2023.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1335.pdf. Acesso em: 12 de set. de 2023.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. In: **Boletim regional, urbano e ambiental**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, n. 16, p. 57-69, jan.-jun. 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7916/1/BRU_n16.pdf. Acesso em: 11 de set. de 2023.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; FRANCA, Maíra Penna; Poloponsky, Katcha. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **CEBRAP**, v. 39, n. 3, p.501-520, SET.-DEZ. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030003>. Acesso em: 13 de set. de 2023.

GUIMARÃES, Nadya. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In: **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. Abramo, Helena; Branco, Pedro (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania; Perseu Abramo, 2004, p. 149-174.

IPEA; OIT. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Organização Internacional do Trabalho. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Ministério da Economia. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10107/1/Diagnostico_de_insercao_de_joven_s.pdf. Acesso em: 13 de set. de 2023.

MUNIZ, Luciano Borges. **Mundo do Trabalho e Juventudes na sociedade contemporânea**. Paraná: Brasil Publishing, 2019.

REIS, Mauricio Cortez; AGUAS, Marina. In: **Educação profissional, exigências da ocupação e rendimentos do trabalho no Brasil**. Texto para discussão. Rio de Janeiro; Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: [td_2446.pdf \(ipea.gov.br\)](http://td_2446.pdf). Acesso em 11 de set. de 2023.

SEVERNINI, Edson Roberto; ORELLANO, Verônica. O Efeito do Ensino Profissionalizante sobre a Probabilidade de Inserção no Mercado de Trabalho e sobre a Renda no Período Pré-PLANFOR. **Economia**, Brasília, v.11, n.1, p.155-174, 2010.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. In: **Dossiê: jovens e mercado de trabalho na pandemia**. IPEA, Mercado de Trabalho, n. 70, set. 2020. Disponível: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10414/1/bmt_70_jovens_que_nao.pdf. Acesso: em abri. de 2022.

TAVARES NETO, José; VARGAS, Juliano. Informalidade laboral piauiense em 2019: caracterização e inter-relações com a educação profissional. **Sociedade em Debate**. Pelotas, v.29, n. 2, p.92-109, maio/ago. Disponível em: [Vista do Informalidade laboral piauiense em 2019: caracterização e inter-relações com a educação profissional \(ucpel.edu.br\)](#). Acesso em:14 de set. de 2023.

19

GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS: Uma Análise de uma empresa de produção de Gelato¹

Renata Ramos Ribeiro Santiago²
Lucas Gabriel Soares Damasceno³
Rhubens Ewald Moura Ribeiro⁴

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 28- Gestão Estratégica de Custos na Qualidade do Produto, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Discente no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

3 Discente no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

4 Mestre em Administração (UFPR), MBA em Gestão Estratégica, Inovação e Conhecimento (UNIMAIS), Capacitado em Tutoria da EaD (UFPR), Bacharel em Administração (UFPR) e Sargento de Comunicações Militares (EsSA- Exército Brasileiro). Atualmente é Administrador da UFPI, Professor do Discente no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Membro do Comitê de Ética em Pesquisa, no UNIFSA. Consultor da Real Inteligência em Negócios (REAL). E-mail: rhubens.ribeiro@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa como é realizado a gestão estratégica de custos de uma empresa de fabricação e distribuição de gelato gourmet na cidade de Teresina/PI. O objetivo geral deste estudo foi realizar uma análise da Gestão Estratégica de Custos na empresa identificando quais são os fatores críticos de sucesso para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico. A coleta dos dados e informações foi realizada através de visita institucional onde a empresa disponibilizou os relatórios e arquivos. Espera-se ao final deste estudo demonstrar qual a relação do planejamento estratégico com a gestão estratégica de custos.

Palavras-Chave: BSC, Gestão Estratégica de Custos, Planejamento Estratégico

INTRODUÇÃO

As constantes modificações nos cenários econômicos e financeiros por consequência das crises de mercado e com o avanço constante e rápido da tecnologia geram nas empresas impactos negativos tais como perda de mercado para os concorrentes, diminuição das margens de lucro entre outros. Relacionando esses impactos as expectativas do mercado, que estão cada vez mais fortes e variadas principalmente no que tange a qualidade dos produtos, fazem com que as empresas busquem soluções para a relação custo-qualidade.

A necessidade gerenciar os custos e a qualidade em um mercado competitivo e em constante transformação modifica o formato de gestão das empresas para se obter vantagens competitivas em relação aos concorrentes. Como consequência, as empresas começaram a adotar a Gestão Estratégica de Custos para gerenciar seus negócios auxiliando na sua perenidade e sustentabilidade.

Diferente dos métodos habituais de análise e gestão de custos, que são voltados especialmente para o controle de estoques

e para fins fiscais, a Gestão Estratégica de Custos reúne métodos e ferramentas para planejar e gerenciar os custos da organização alinhando sua estrutura organizacional com o desenho do produto, possuindo como base a estratégia do negócio.

Diante do exposto, a questão de pesquisa desse estudo é: Como uma empresa pode encontrar o equilíbrio na relação custo-qualidade tornando esse equilíbrio um diferencial competitivo no mercado?

Este artigo teve como objetivo analisar a Gestão Estratégica de uma empresa considerando quais são os fatores críticos de sucesso para o alcance dos objetivos definidos no Plano Estratégico. Como objetivos secundários temos: analisar a estratégia da empresa identificando sua relação com a gestão do custo e identificar os métodos e ferramentas de gestão do custo na empresa.

A contribuição deste trabalho para o meio acadêmico e gerencial consiste na disseminação do conhecimento sobre o tema de Gestão Estratégica de Custos, alinhando os conceitos teóricos e práticos. Entende-se que os objetivos apresentados para este trabalho consideram as premissas essenciais para contextualização do tema e, por isso, justificam o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão de Estratégica de Custos

A análise dos custos é exposta geralmente como o processo de análise dos impactos financeiros das decisões gerenciais tomadas. As análises levam em consideração os custos com produção, venda e gestão de estoque. Olhando sobre a ótica da Gestão Estratégica de Custos (GEC), a análise de custos é vista sob um conjunto mais aberto, onde as definições e metas estratégicas se tornam mais

côncios, explícitos e fazem mais sentido para o todo. Na GEC os dados e informações de custos são utilizados para criar estratégias e diretrizes de negócios como propósito de atingir o que se foi definido no planejamento estratégico (SHANK; GOVINDARAJAN, 1997).

Para Moraes et al (2013) a Gestão Estratégica de Custos necessita de uma análise mais aprofundada dos custos que vão além dos limites da empresa. A Gestão Estratégica de Custos procura entender a cadeia de valor da empresa, desde a compra da matéria prima no fornecedor até a aquisição do consumidor final.

A Gestão Estratégica de Custos é o alinhamento deliberado dos recursos financeiros e organizacionais da empresa, relacionando os recursos com os custos incorridos e com o planejamento estratégico de longo prazo e de curto prazo (ANDERSON; DEKKER, 2009).

As estratégias de negócios são as diretrizes definidas para alcance dos objetivos da empresa. A elaboração de uma estratégia é um processo que a alta administração executa, analisando a empresa e o mercado onde se encontra, em seguida, define quais são as diretrizes que devem ser seguidas para aproveitamento das oportunidades e atingimento dos resultados planejados (VOESE; MELLO, 2013).

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma metodologia de gestão que tem como objetivo ajudar no processo de tomada de decisão, orientando a alta gestão para os caminhos que a empresa deverá seguir. O planejamento estratégico aborda características e procedimentos indispensáveis para a organização e visão de futuro, podendo projetar a empresa para longo prazo envolvendo todos os Stakeholders (OLIVEIRA, 2014; RIBEIRO; SOUSA; DUARTE, 2019).

O Planejamento Estratégico é uma ferramenta utilizada em vários modelos de gestão organizacionais na com o propósito de elaborar e planejar suas estratégias. Sua utilização pode ser empregada ainda como uma forma de comunicação geral entre as partes interessadas, envolvendo desde a operação a alta gestão. É através do planejamento estratégico que é possível construir um caminho onde todos os envolvidos estejam buscando o mesmo objetivo (COLTRO; PAZZINI, 2017).

A construção do planejamento estratégico deve ocorrer no topo da hierarquia, sendo desenvolvido por presidentes, diretores ou alta gestão, pois serão as pessoas que irão definir quais são as estratégias que norteiam a empresa, estabelecendo as diretrizes empresariais. Além desse fato, ele envolve a empresa como um todo, visto que busca ter uma visão panorâmica da empresa e buscando utilizar todos os recursos disponíveis de forma eficaz, para que as decisões e ações da operação estejam de acordo com as estratégias definidas (CHIAVENATO, 2009).

O planejamento estratégico busca identificar as ameaças do ambiente em que a empresa está inserida, a fim de maximizar suas oportunidades e mitigar as probabilidades de que acontecimentos dentro ou mesmo fora da organização a impeçam de desenvolver a implementação de sua estratégia (KURTESSIS ET AL., 2017).

Uma das ferramentas mais utilizadas para visualização da estratégia empregada nos dias de hoje é o Balanced Scorecard (BSC). O BSC é uma ferramenta que tem como propósito dar forma visual e prática para a estratégia (THOMPSON et al., 2012).

BSC – Balanced Scorecard

O Balanced Scorecard é um método de construção e acompanhamento da estratégia que, por meio de indicadores

financeiros e não financeiros, objetiva-se ter uma visão total dos resultados da organização alinhado a sua visão. Ele emprega os objetivos estratégicos e financeiros permitindo uma visualização mais balanceada sob a ótica de quatro temas: perspectiva financeira, perspectiva do cliente, perspectiva dos processos internos, perspectiva aprendizado e crescimento (KAPLAN; NORTON, 1992; FLORIANO NETO; RIBEIRO, 2022).

A perspectiva financeira apresenta as informações econômicas-financeiras das atividades da empresa. Esse tema pode ser demonstrado através de objetivos relacionados a lucratividade, rentabilidade, liquidez, endividamento, criação de valor e outros. Essa perspectiva representa a sustentabilidade do negócio (HOQUE, 2014).

Para se alcançar os objetivos da perspectiva financeira que foram definidos, é fundamental que a organização tenha clientes fidelizados e satisfeitos. A perspectiva de clientes permite aos gestores definir e implementar posicionamentos, estratégias e ações para gerir e satisfazer seus clientes tendo em vista a ótica do mercado (PATZLAFF; PATZLAFF, 2015).

Em relação a perspectiva dos processos internos abrange a definição acerca dos processos críticos a serem executados ou melhorados com o propósito de alcançar a excelência do negócio. Já perspectiva do aprendizado e crescimento abrange os assuntos referentes à instrução e desenvolvimento das pessoas, metodologias de aprendizado e desenvolvimento, diretrizes de gestão de pessoas e inovação (HOQUE, 2014).

O BSC faz uso dos mapas estratégicos como uma ferramenta de disseminação da estratégia. Os indicadores definidos no BSC são provenientes dos objetivos que foram definidos pela alta gestão. Os indicadores de performance servem método de monitoramento da

estratégia, servindo como base para as análises futuras. O mapa estratégico precisa comunicar a estratégia para todos os níveis da organização, enquanto os indicadores de performance servem de controle para garantir que a empresa esteja indo pelo caminho definido (KAPLAN; NORTON, 2004).

METODOLOGIA

Do ponto de vista de sua natureza, este trabalho é classificado como uma pesquisa aplicada, visto que tem como objetivo a produção de conhecimentos que apresentem aplicação prática e solução de algum problema real e específico. Em relação aos objetivos a pesquisa é classificada como exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, o trabalho é classificado com um estudo de caso. Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa é classificada como qualitativa.

A pesquisa foi realizada em uma empresa de produção e venda de Gelato, na cidade de Teresina/PI. Devido a questão de privacidade o nome da empresa não será divulgado e para sua identificação será utilizado o nome “Santos e P. LTDA”. Para coleta dos dados foi utilizado como procedimento a observação direta alinhada à análise documental, na qual consistiu na análise dos relatórios gerenciais e operacionais, de produção e no planejamento estratégico da empresa estudada.

A visita institucional foi realizada com o gestor das unidades da Santos e P. LTDA da cidade de Teresina/PI, onde o gestor disponibilizou materiais com dados e informações, como, por exemplo, o planejamento estratégico e relatórios do setor de controladoria. Em seguida a empresa cedeu alguns dados financeiros e de produção para realização das análises necessárias para o desenvolvimento deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A empresa objeto de estudo é uma loja especializada na fabricação e venda de Gelato e sorvete gourmet. Em Teresina, a empresa possui três unidades de negócio onde cada uma possui sua própria fabricação e venda dos produtos. As unidades de negócio seguem as diretrizes definidas pelo corporativo que determinam quais as metas a serem alcançadas e os seus objetivos estratégicos.

Em relação aos fatores críticos de sucesso (FCS) é possível destacar que a gestão estratégica de custos contribui para o aumento dos resultados operacionais e estratégicos da empresa, bem como a garantia da sustentabilidade e perenidade do negócio. Foi possível identificar como os principais FCS a gestão da estratégia e as ferramentas de análise de controle do custo, que serão detalhados a seguir.

Gestão da Estratégia

O Planejamento Estratégico da empresa é realizado pela equipe de Assessoria de Gestão e os Regionais, em conjunto com a alta gestão. O planejamento ocorre de maneira plurianual na qual possui uma estratégia definida para os próximos quatro anos. Atualmente a empresa faz uso do Balanced Scorecard (BSC) como modelo de gestão para a definição e planejamento da estratégia do negócio, onde para cada perspectiva do BSC são definidos os objetivos, metas e os indicadores de performance.

Para definição dos objetivos são realizadas análises de mercado, de concorrentes e análises econômico-financeiras a fim de identificar possíveis oportunidades. Todas as análises realizadas pela Santos e P. LTDA buscam explicitar informações referente a qualidade dos produtos e dados econômico-financeiros. As análises servem de insumo para os Sócios e os Regionais elaborarem a estratégia do

negócio, que pode ser revista caso os indicadores de performance estejam fora dos limites mínimos e máximos calculados nas análises.

Após a definição dos objetivos são traçadas metas de acordo com as análises elaboradas. As metas são calculadas levando em consideração os aspectos qualidade, custo e potencial de mercado.

A empresa possui uma gestão voltada para o controle dos custos e redução dos desperdícios, tornando tais medidas como um dos seus diferenciais competitivos. As principais análises realizadas pela equipe de Assessoria que servem para embasar as partes interessadas são as análises de custo do negócio. Nas análises de custos são levantados os custos de produção, custo de venda e custos de operação das unidades de negócios. Os custos são analisados por processo, onde é possível identificar melhorias e otimização de processos podendo alcançar uma redução de custo e/ou melhoria da qualidade do produto.

Em relação a estratégia de custos, para definição de suas metas e planejamento das atividades a Santos e P. LTDA faz uso do método de Custeio ABC para determinar os custos por departamento, identificando os custos por processo e identificando possíveis reduções de atividades/processos assim como otimização dos mesmos; que permite a alta gestão definir quais são os valores exatos quando se remete aos custos de fabricação e venda do Gelato. Com a utilização dessa metodologia a equipe responsável pela análise consegue rastrear os custos reais de cada atividade realizada buscando relacionar como essas atividades estão contribuindo para o aumento das receitas e para a otimização do consumo dos recursos.

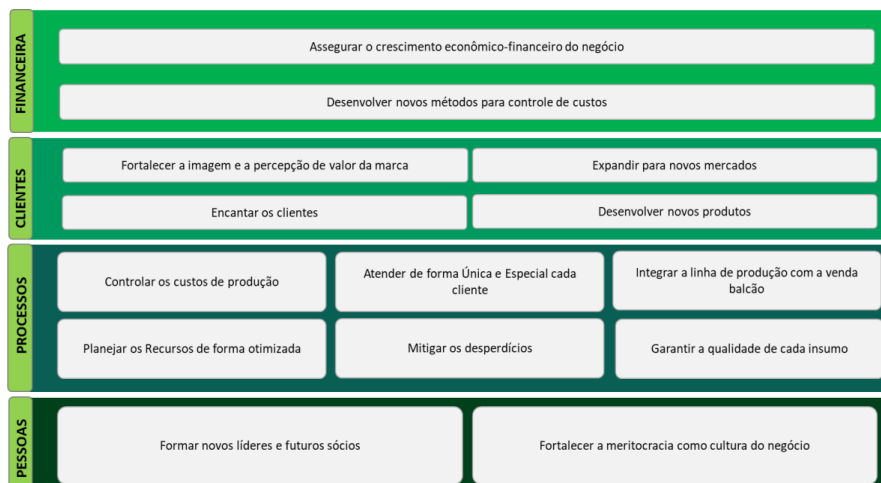
Outra estratégia abordada pela empresa objeto de estudo é a de mensuração e análise dos custos dos concorrentes. O foco desta análise é avaliar como está o mercado e como estão sendo posicionados os produtos da empresa perante a seus concorrentes. O estudo consiste em realizar uma mensuração reversa do preço do

produto, estimando quais são os custos a partir do preço de venda dos produtos de mercado, mix de produtos e infraestrutura. A partir dessas análises, são realizados cálculos para estimar quais são os custos dos produtos e da operação dos concorrentes, para que os Stakeholders tomem decisões estratégicas.

Em relação aos indicadores de performance a Santos e P. LTDA divide em dois tipos: Indicadores chave e indicadores de controle. Os indicadores chave são aqueles que representam o objetivo ou o tema estratégico, onde sua relação está diretamente alinhada com as metas. Os indicadores de controle são os indicadores que irão garantir que os indicadores chave sejam alcançados.

Posteriormente a elaboração das análises, definição dos objetivos, metas e indicadores de performance, os dados são consolidados pela equipe de estratégia e discutidos entre a alta gestão, onde irão definir o mapa estratégico do negócio. A definição do mapa estratégico traz consigo toda a cadeia do planejamento para os próximos quatro anos da empresa.

Imagem 1 – Mapa Estratégico 2021 – 2024, Santos e P. LTDA



Fonte: Fornecido pela empresa

A Imagem 1 apresenta o mapa estratégico atual da Santos e P. LTDA que representa a estratégia para o período de 2021 – 2024.

Conforme é possível observar na Imagem 1, a perspectiva financeira possui duas frentes: “Assegurar o crescimento econômico-financeiro do negócio” e “Desenvolver novos métodos para controle de custos”. Com a visão da gestão para o controle dos custos alinhado com o crescimento econômico-financeiro do negócio transforma a estratégia financeira em uma vantagem competitiva perante aos seus concorrentes.

Vale ressaltar que a base para o alcance dos objetivos definidos na perspectiva financeira está na perspectiva de processos, onde nota-se que a maioria dos processos organizacionais da Santos e P. LTDA está focada na gestão e controle dos custos. Esse enfoque justifica-se como o diferencial da gestão da empresa, pois está intrínseco na cultura dos colaboradores.

Métodos e ferramentas de gestão e controle do custo

A empresa possui um setor de Controladoria que é responsável pela gestão e controle dos custos em cada unidade de negócio, servindo como um apoio aos regionais e a alta gestão. Na cidade de Teresina/PI possuem dois colaboradores responsáveis por realizar as análises de custo, relatórios de mensais e de rotina bem como verificar in loco o desenvolvimento dos processos de produção, venda e armazenamento dos produtos e insumos

Como mencionado anteriormente, a empresa utiliza o método do custo baseado em atividades (custeio abc) para mensurar os custos de seus processos de fabricação e venda de Gelato. No método a Santos e P. LTDA segmenta a empresa por departamento e em seguida elenca os processos dos departamentos analisando as etapas de cada atividade e quantificando os custos de execução.

O processo de coleta dos dados é manual onde o colaborador da controladoria verifica a execução da atividade e, através de uma ficha de controle/inspeção, realiza uma auditoria verificando os custos do processo e se a atividade está seguindo o padrão definido pela empresa. Cada processo considerado crítico para a empresa possui uma ficha de controle/inspeção onde são analisados: o padrão das atividades, os custos diretos e indiretos e cada atividade, custos com desperdícios e verificação das projeções de consumo.

Nos processos que envolvem a utilização dos insumos para a fabricação, cada matéria prima é pesada em uma balança de precisão e anotado a quantidade que está sendo usada para a fabricação do Gelato e inserido na ficha de controle/inspeção. No momento que a equipe insere no sistema o peso dos insumos utilizados o sistema realiza um cálculo da quantidade estipulada na receita e o total utilizado. As diferenças são consolidadas e analisadas pela equipe da controladoria para que a operação consiga fabricar os produtos com as medidas mais próximas possível das receitas.

Em relação ao controle dos desperdícios nas vendas o processo de mensuração é relacionado a quantidade do produto que não é possível realizar venda ou o que sobra das vendas. Esses valores são mensurados e contabilizados dentro do sistema, onde são realizadas análises para identificar como reduzir o desperdício. Nestes casos as equipes de produção e vendas e analisam junto com a controladoria para realizar um planejamento de produção mais próximo a demanda e assim reduzir os desperdícios de produto final.

Após a coleta dos dados, todas as informações obtidas são inseridas dentro do sistema de gestão da empresa, onde os dados são compilados e relacionados com as demais informações operacionais. Com os dados consolidados dentro do sistema, o mesmo fica responsável de relacionar e consolidar os custos dos processos para definição dos custos totais de fabricação, venda e estoque. Em

seguida, são gerados os relatórios de gestão de cada unidade de negócio para análise da operação.

Outra ferramenta utilizada pela empresa para realizar a gestão dos custos são os BI's estratégicos. Atualmente a empresa possui três painéis de gestão dentro da plataforma Power BI para consolidar a estratégia do negócio com os resultados das análises e da operação: "Operação Santos e P.", "Estoques totais" e "Painel Estratégico". Todos os painéis possuem conexão direta com o banco de dados do sistema onde à medida que as informações são atualizadas no sistema de gestão também são atualizadas nos painéis de gestão. Em todos os painéis as informações de custo estão presentes e bem estratificadas desde o início do processo até a sua resultante.

O Painel Estratégico é o local onde é consolidado os dados operacionais com o mapa estratégico do negócio. No painel os regionais e a alta gestão pode avaliar a performance de cada unidade, cidade ou região, bem como entender quais são os mixes de produtos adequados para cada região. Entretanto o foco principal do painel é apresentar como está a performance do negócio de acordo com o que foi planejado e analisar o que pode ser feito para melhorar ou manter o desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a Gestão Estratégica de uma empresa considerando quais são os fatores críticos de sucesso para o alcance dos objetivos definidos no Plano Estratégico, bem como identificar quais qual a relação do custo com a estratégia da empresa e quais são os métodos e ferramentas utilizadas para a gestão do custo.

Observa-se a partir do estudo de caso apresentado que a empresa possui um planejamento estratégico bem definido com dados e informações amplas e precisas. As etapas do planejamento

são organizadas e seguem uma sequência lógica para sua execução. Apesar da forte concorrência no setor, a Santos e P. LTDA apresenta uma estratégia forte baseada nos fundamentos teóricos e práticos, oferecendo produtos de qualidade com o controle efetivo dos custos sendo apresentado como o diferencial competitivo.

A utilização do BSC como ferramenta de gestão da estratégia permite a empresa buscar uma projeção clara do seu futuro a partir das definições estratégicas, sendo possível visualizar o resultado gerado por cada indicador ou ação. Além disso, com o uso do BSC a empresa e seus colaboradores conseguem visualizar de forma clara e prática quais são os objetivos e metas definidas a partir do Mapa Estratégico.

Em relação a abordagem de custos, o setor da controladoria possui uma definição clara de qual é o seu papel dentro da organização, entendendo bem quais são suas atividades bem como sua importância. Percebe-se que o setor consegue demonstrar um domínio na gestão do controle dos custos de fabricação e venda de Gelato, tendo em vista que a apuração e medição dos dados é realizada de maneira independente para cada processo.

Analisando a estratégia da empresa com a gestão estratégica de custos observa-se que a mesma conseguiu estruturar seus processos internos para ter como base a premissa do custo. Com essa gestão, é possível que se tenha uma maior garantia de baixo custo mantendo a qualidade dos produtos ofertados.

No que tange às ferramentas empregadas pela empresa, todas conseguem atender as demandas da alta administração, dos regionais e da operação. Os painéis de gestão conseguem apresentar uma visão do negócio como um todo, sendo possível estratificar as informações e a estratégia por unidade de negócios, cidade e região.

A partir do exposto apresentado e tendo em vista a relevância sobre o tema de gestão estratégica de custos para o mercado, fica

como sugestão para trabalhos futuros análise e otimização dos processos, análise aprofundada dos custos de fabricação e venda e técnicas de redução de desperdícios.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Shannon W.; DEKKER, Henri, C. Strategic cost management in supply chains, part1: structural cost management. **Accounting Horizons**. v. 23, n. 2, p. 201-220, Jun. 2009.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações da intenção aos resultados. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2009.

COLTRO, A; PAZZINI, E. F. A Função do Planejamento Estratégico Dentro de uma Organização. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 20, n. 32, p. 55-62, 2017.

FLORIANO NETO, Joaquim. RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura Ribeiro. Planejamento estratégico com uso do Balanced Scorecard de uma empresa pré-moldados: um estudo de caso. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 15, pp. 05-30. Novembro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/engenharia-de-producao/pre-moldados>

HOQUE, Z. 20 years of studies on the Balanced Scorecard: Trends, accomplishments, gaps and opportunities for future research. **The British Accounting Review**, v. 46, n. 1, p. 33-59, 2014.

KAPLAN, RS; NORTON, DP. O Balanced Scorecard – medidas que impulsionam o desempenho. **Harvard Business Review**, n. 70, v. 1, 1992.pp. 71-79. Disponível em: https://steinbeis-bi.de/images/artikel/hbr_1992.pdf

KAPLAN, R. S; NORTON, D. P. **Mapas estratégicos**: Balanced Scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KURTESSIS, J. N.; EISENBERGER, R.; FORD, M. T.; BUFFARDI, L. C.; STEWART, K. A.; ADIS, C. S. Perceived organizational support: A meta-analytic evaluation of organizational support theory. **Journal of management**, v. 43, n. 6, p. 1854-1884, 2017.

MORAES, R. O.; IGARASHI, E. T.; CAMALHO, R. R.; MARQUES, K. C. M. Gestão Estratégica de Custos: Investigação da Produção Científica no Período de 2008 a 2012. **Congresso Brasileiro de Custos**, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 32 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PATZLAFF, A. C., Patzlafl, P. M. G. Análise da relação “causa e efeito” do balanced scorecard: um estudo aplicado no terceiro setor. **Faro**, Valparaíso, v. 1, n. 21, p. 3-25, 2015.

RIBEIRO, REM; SOUSA, LHSS; DUARTE, CTT (Org.). **Piauí Cases**. (1a ed.). Teresina: Kindle Direct Publishing, 2019. Disponível em: <https://unifsa.com.br/site/e-book-piaui-cases-esta-disponivel-para-download/>

ROESCH, S. M.; BECKER, G. V.; de MELLO, M. I. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. São Paulo: Atlas, 2015.

SHANK, J. K.; GOVINDARAJAN, V. **A Revolução dos Custos: como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Christian Luiz da. Gestão estratégica de custos: o custo meta na cadeia de valor. **Revista da FAE**, v. 2, n. 2, 2017.

THOMPSON. A. A. *et al.* **Administración estratégica**. Delegación Álvaro Obregón: McGraw-Hill Companies, Inc. 2012.

VOESE, Simone Bernardes; MELLO, Rebert José Gomes. Análise bibliométrica sobre gestão estratégica de custos no Congresso Brasileiro de Custos: Aplicação da lei de Lotka. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**, v.11, n. 1, 2013



PREVALÊNCIA DE DIABETES MELLITUS AUTORREFERIDA EM ADULTOS¹

Jesyvan Ferreira Ferro²
José Adolfo Leal Almeida³
Rayara Sousa Silva do Nascimento⁴
Carla Solange de Melo Escórcio Dourado⁵

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 29 - Alimentação, Nutrição em Saúde Pública, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Discente do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Piauí- jesyvanferro@ufpi.edu.br

3 Discente do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Piauí- adolfoalm20@gmail.com

4 Discente do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Piauí- rayara.sousa@ufpi.edu.br

5 Doutora em Biotecnologia pela Rede Nordeste de Biotecnologia, Mestre em Ciências Farmacêuticas, área de concentração Farmácia Clínica pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário UNIFSA, Especialista em Gestão da Assistência Farmacêutica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Farmácia-Bioquímica pela Universidade Federal do Piauí. Docente da Universidade Federal do Piauí (Curso de Farmácia) de Bioquímica Clínica, Estágio VI e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e II). Avaliadora do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. Email: csmdourado@gmail.com

RESUMO

O diabetes mellitus é uma doença crônica que se caracteriza por hiperglicemia, afeta especialmente olhos, rins, nervos, cérebro, coração e vasos sanguíneos. O objetivo desse estudo foi descrever a prevalência de diabetes mellitus autorreferida na população adulta de Teresina, entre os anos de 2019 a 2021. Estudo ecológico descritivo realizado com base nos dados do sistema de monitoramento de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis (Vigitel). A população foi constituída por adultos (≥ 18 anos de idade) residentes em Teresina (PI). Houve um aumento da prevalência de diabetes mellitus no ano de 2021, passando de 6,4% em 2019 para 11,1% em 2021, sendo as mulheres as mais afetadas pela doença. O sobrepeso foi observado em cerca de 50% da população estudada. A prevalência de diabetes mellitus autorreferida na população adulta de Teresina (PI) entre os anos de 2019 a 2021 apresentou crescimento de 33%.

Palavras-Chave: Fator de Risco. Hábitos Alimentares. Vigilância em Saúde.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como condições de saúde de longa duração que geralmente progridem lentamente e são caracterizadas por sintomas persistentes ou recorrentes. Entre as DCNT com maior evidência no cenário de saúde pública mundial, destaca-se a Diabetes Mellitus (DM) (WHO, 2022). Essa doença é caracterizada por hiperglicemia persistente associada a defeitos no metabolismo dos carboidratos, lipídios, proteínas e disfunções em vários órgãos, especialmente olhos, rins, nervos, cérebro, coração e vasos sanguíneos. Ela resulta de defeitos na ação e/ou secreção da insulina, envolvendo etiologias específicas como a destruição das células beta do pâncreas e resistência à insulina (RODACKI et al., 2022).

Dados da Federação Internacional de Diabetes (IDF) revelaram que, em 2021, 6,7 milhões de pessoas foram a óbito em decorrência dessa doença. A prevalência global estimada para o mesmo ano na população entre 20 e 79 anos de idade foi de 10,5%, ou seja, cerca de 540 milhões de pessoas. Além disso, estimou-se que haja aumento da prevalência de diabetes na população mundial nos próximos anos, chegando, em 2045, a 12,2%, isto é, aproximadamente 780 milhões de pessoas. Nessa mesma pesquisa, o Brasil ocupou a sexta posição, com 15,7 milhões de pessoas acometidas pela doença (IDF, 2021).

O aumento da prevalência do DM está associado a vários fatores como a urbanização, mudanças nutricionais, tabagismo, aumento da frequência de pessoas com excesso de peso e estilo de vida sedentário (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2019). Esses fatores são considerados como de risco para o aumento da prevalência do diabetes na população, e podem ser rastreados através de Inquéritos Nacionais de Saúde (INS), os quais permitem conhecer o perfil de saúde e a distribuição dos fatores de risco em uma população (MALTA et al., 2023). No Brasil, o Vigitel, um sistema de Vigilância de Fatores de Risco de DCNT do Ministério da Saúde vem desde 2006 monitorando a frequência e a distribuição dos principais fatores de risco e de proteção das DCNT em todas as capitais dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal (BRASIL, 2022).

Nesse contexto, o objetivo desse estudo foi descrever a prevalência de diabetes mellitus autorreferida na população adulta de Teresina, entre os anos de 2019 a 2021.

METODOLOGIA

O estudo utilizou os dados do Vigitel, coletados por meio de inquérito telefônico realizado nos anos de 2019 a 2021 com a população adulta (≥ 18 anos de idade) residente em Teresina (PI).

Esse sistema utiliza amostras probabilísticas da população adulta a partir do cadastro das linhas de telefone fixo residenciais das cidades, e pesos de pós-estratificação calculados pelo método rake. Esses pesos buscam igualar as distribuições sociodemográficas da amostra à distribuição estimada para a população total de cada ano. No cálculo dos pesos de pós-estratificação, foi considerado o peso da amostra, composto pelo inverso do número de linhas telefônicas no domicílio e o número de indivíduos no domicílio. O peso pós-estratificação é empregado para gerar todas as estimativas fornecidas pelo sistema. Em 2019, o Vigitel entrevistou 2.075 adultos, nos anos de 2020 e 2021 foram 1.002 teresinenses, respectivamente, totalizando a amostra do nosso estudo em 4.079 pessoas entrevistadas (BRASIL, 2012). O questionário do Vigitel engloba 94 questões, divididas em módulos: (1) Características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos; (2) padrão de alimentação e atividade física; (3) peso e altura referidos; (4) consumo de cigarro e de bebidas alcoólicas; (5) avaliação própria do seu estado de saúde, morbidade referida e exames preventivos. O estudo analisou dados referentes à prevalência de DM autorreferida, segundo a resposta positiva à seguinte pergunta: Algum médico já lhe disse que o Sr.(a) tem diabetes? O indicador foi expresso pela proporção de adultos que responderam ‘Sim’ à questão do diabetes, a cada ano de realização do inquérito (BRASIL, 2012).

As variáveis explicativas foram: a) classificação quanto à massa corporal (eutrófico, sobrepeso, obeso); b) consumo de carne vermelha com gordura (sim, não);

c) insuficientemente ativo nos domínios “lazer”, “trabalho”, “deslocamento” e “atividades domésticas” (sim, não), ativo no tempo livre – prática de no mínimo 150 minutos semanais de atividade física de intensidade moderada ou 75 minutos semanais de atividade física moderada – (sim, não); d) fator de proteção: consumo recomendado de frutas e hortaliças — cinco ou mais porções diárias (sim, não);

e) doença crônica autorreferida: diabetes (sim, não) e colesterol elevado (sim, não); e) avaliação do estado de saúde (bom, regular, ruim/muito ruim) (BRASIL, 2012).

No Vigitel foi apresentada a estimativa para a frequência (intervalo de confiança de 95%) de fatores selecionados de risco ou proteção para DM. A frequência desses fatores está apresentada segundo o sexo para Teresina (PI).

Segundo a Resolução Nº 510, de abril de 2016, não é necessário registrar e analisar por meio do sistema CEP/CONEP pesquisas que utilizam dados de acesso público, domínio público e/ ou que estejam em banco de dados, uma vez que não é possível a identificação dos participantes. Entretanto, é reforçada a observância e comprometimento em manter a fidedignidade dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2019 foi entrevistado um total de 2.075 pessoas, sendo 733 homens e 1.342 mulheres. No ano seguinte, o número total de entrevistados foi de 1.002, composto por 327 homens e 675 mulheres. Em 2021, o quantitativo de entrevistas também foi de 1.002, com 324 homens e 678 mulheres. Ao longo dos três anos foram entrevistadas um total de 4.079 pessoas no município de Teresina (Tabela 1).

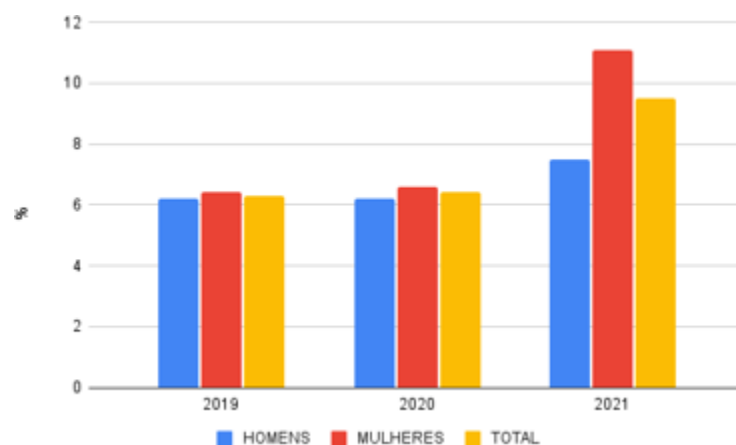
Tabela 1 - Número de entrevistas realizadas pelo Vigitel, por sexo, por ano.

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
2019	733	1.342	2.075
2020	327	675	1.002
2021	324	678	1.002

Fonte: Teresina – PI, Julho de 2023. Autoria própria.

Quanto à prevalência do DM segundo a variável sexo, entre os anos 2019 a 2021, observou-se que houve um aumento geral de pessoas diagnosticadas, tanto homens quanto mulheres. Contudo, em 2020, ano de início da pandemia no Brasil, os percentuais se mantiveram praticamente os mesmos em relação ao ano anterior, apenas no percentual de mulheres houve modificação de 6,4% para 6,6%. Foi constatado também que a prevalência de homens com a doença saiu de 6,2% para 7,5% nos anos 2019 e 2021, respectivamente, enquanto o percentual de mulheres praticamente dobrou saindo de 6,4% para 11,1%, além disso o total geral aumentou de 6,4% para 9,5% no mesmo período (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Percentual de adultos (≥18 anos) que referiram diagnóstico médico de diabetes mellitus, por sexo, na cidade de Teresina - PI.



Fonte: Teresina – PI, Julho de 2023. Autoria própria.

O aumento da prevalência de diabéticos em Teresina ao longo dos 3 anos analisados, acompanhou a elevação da prevalência nacional estimada pelo Vigitel que mostrou o percentual de 7,4% em 2019, 8,2% no ano seguinte e 9,1% em 2021. Os dados do Vigitel (2006-2021) também revelaram que o DM é maior entre as mulheres

que nos homens no conjunto das capitais brasileiras, resultados que concordam com os obtidos para Teresina (BRASIL, 2022). Todavia, vale ressaltar que esses resultados representam apenas o percentual de pessoas que relataram ter diabetes e podem não refletir a prevalência real da doença na população de Teresina, isto é, esse número pode ser ainda maior.

Uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, realizada por Reis *et al.* (2022), mostrou um aumento da prevalência de DM entre 2013 e 2019, de 6,2% e 7,7%, respectivamente, tendo um maior aumento entre os homens que nas mulheres. Embora a prevalência em 2019 tenha permanecido mais elevada nas mulheres (8,4%) em comparação com os homens (6,9%). Nesse mesmo estudo foi constatado que no Piauí houve tendência de aumento, atingindo uma prevalência de 6,6% em 2019. Os dados comparados indicam que houve aumento na prevalência de DM, tanto em nível nacional, estadual e municipal, sugerindo que ao longo do tempo, mais pessoas foram diagnosticadas com essa condição médica específica (REIS *et al.*, 2022).

A maior prevalência de DM no sexo feminino pode estar relacionada com o maior número de mulheres entrevistadas nesse estudo, representando praticamente o dobro do número de homens entrevistados. Essa diferença pode também ser associada à maior procura dos serviços de saúde pelo público feminino e assim maior oportunidade de diagnóstico, ressaltando a maior conscientização das mulheres sobre a importância do cuidado com a saúde, além da maior expectativa de vida apresentada por elas (ROSSANEIS *et al.*, 2016). Outra possível explicação se relaciona com o processo de envelhecimento que exerce impacto no aumento do peso corporal nas mulheres. Desse modo, o corpo feminino passa por uma série de transformações fisiológicas nessa etapa da vida, incluindo a menopausa, que se associada a uma diminuição na prática de

atividades que demandem menor gasto energético naturalmente haverá uma desaceleração na taxa metabólica (SAMOUDA *et al.*, 2018). Um estudo transversal reuniu informações de 981 mulheres adultas no Brasil, com idades entre 20 e 60 anos. Os resultados revelaram que as taxas mais elevadas de obesidade foram constatadas nas faixas etárias mais avançadas (50 a 60 anos), sugerindo uma possível ligação entre a maior incidência de obesidade ao longo do envelhecimento (LISOWSKI *et al.*, 2019), talvez essas implicações possam explicar a maior prevalência do DM em mulheres em Teresina.

Os dados de 2019 e 2020 foram muito semelhantes considerando que a amostra do segundo ano foi menor que a do primeiro, isso pode estar associado a um menor número de diagnósticos, devido à menor procura por atendimento e consultas em 2020, ano da pandemia, período no qual as pessoas foram obrigadas a ficarem em um estado de isolamento social. Estudo realizado com informações do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo mostrou que houve redução de 47,9% no número de consultas, e 19,69% de exames laboratoriais realizados durante a pandemia (SILVA; MOROÇO; CARNEIRO, 2021).

Uma revisão realizada por Moynihan *et al.* (2021), utilizando 81 estudos que abrangeram mais de 17,9 milhões de serviços de saúde prestados em 20 países revelou consistentes evidências de uma notável redução na utilização de serviços de saúde durante o período pandêmico, até maio de 2020, em comparação com anos anteriores. Os resultados indicaram uma redução mediana de 37% na utilização de serviços de saúde em geral. Situação que pode ter ocorrido em Teresina e prejudicado o diagnóstico de DM. Vale lembrar que em 2021 cerca de cinco milhões de brasileiros adultos não possuíam diagnóstico da doença fazendo com que o Brasil ficasse na oitava

posição de países com maior número de diabetes não diagnosticada (IDF, 2021).

Tabela 2 - Caracterização da amostra, segundo IMC, hábitos alimentares e prática de atividade física.

	2019			2020			2021		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
IMC ≥ 25 kg/m ²	5	49	5	6	50	5	6	46	5
IMC ≥ 30 kg/m ²	1	18	1	1	18	1	2	17	2
Consumo de frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana	2	35	3	2	33	2	3	36	3
Consumo de cinco ou mais grupos de alimentos ultra processados	1	14	1	2	13	1	2	11	1
Prática de 150 minutos de atividade física no tempo livre	5	35	4	4	37	4	4	35	3
Prática insuficiente de atividade física	3	53	4	3	47	4	3	57	4

Fonte: Teresina – PI, Julho de 2023. Autoria própria.

O sobrepeso foi observado em mais da metade da população estudada. Com relação à obesidade, a prevalência total referida em 2021 foi de 20,2%, sendo ambas as condições maiores em homens que em mulheres, esses dados corroboram com os resultados nacionais obtidos pelo Vigitel 2019, que revelou 55,4% de adultos com sobrepeso ou obesidade, sendo o maior percentual observado

no sexo masculino (57,1%). Ainda nesse mesmo inquérito foi apresentada uma forte associação entre o sobrepeso e a morbidade por diabetes independente do sexo, indicando o sobrepeso como um fator de risco para DM (SOUSA et al., 2021). Revisão realizada por Chobot et al. (2018), ao investigar as evidências relacionadas à interligação entre o excesso de peso corporal e o DM, constatou uma clara associação entre sobrepeso, obesidade e o surgimento do diabetes tipo 2. Além disso, verificou-se uma ligação direta com as implicações do desequilíbrio metabólico, evidenciado pelos níveis glicêmicos, bem como no desenvolvimento de complicações associadas.

O consumo de alimentos saudáveis foi positivamente mais observado nas mulheres, já os homens foram mais associados ao consumo de alimentos processados. Metanálise realizada por Delpino et al. (2022), revelou que há uma relação direta entre o consumo de alimentos ultraprocessados e o aumento do risco de desenvolver DM. Os autores revelaram ainda que em comparação com a ausência de consumo, a ingestão moderada de alimentos ultraprocessados resultou em um aumento de 12% no risco de diabetes, enquanto o consumo elevado desses alimentos elevou esse risco para 31%. Dados esses que podem ser associados positivamente com os resultados de Chen et al. (2023), os quais mencionaram que o consumo dos subgrupos de alimentos: pães refinados; molhos, cremes e condimentos; bebidas adoçadas artificialmente e açucaradas; produtos de origem animal; e pratos mistos prontos para consumo foram correlacionados com um maior risco de desenvolver DM tipo 2.

Em contrapartida, Jiang et al. (2020) apontaram que uma maior diversidade da microbiota intestinal, relacionada ao consumo de frutas, juntamente com mudanças metabólicas estar vinculada a um risco reduzido de desenvolvimento de DM Tipo 2. Esses achados

respaldam a orientação dietética pública de incorporar um consumo elevado de frutas como medida preventiva contra a doença. Sousa et al. (2021) observaram que houve uma menor prevalência de sobrepeso e obesidade e, conseqüentemente, um menor risco de desenvolver DM em homens que referiram consumir frutas de forma regular. Assim, o consumo habitual de alimentos saudáveis, como frutas, desempenha um papel fundamental na prevenção das DCNT, pois além de serem ricos em nutrientes, fibras e hidratação, esses alimentos promovem uma dieta que favorece a manutenção do peso corporal saudável e proporciona um aumento no bem-estar geral (BRASIL, 2014).

Um estudo realizado no Reino Unido por Coulthard et al. (2021), que buscava avaliar as mudanças comportamentais da alimentação durante o isolamento na pandemia da COVID-19, revelou que padrões alimentares menos saudáveis, como a ingestão de alimentos altamente energéticos e densos em calorias, eram mais prevalentes entre indivíduos do sexo feminino. Além disso, esses padrões alimentares estavam associados a características como um Índice de Massa Corporal (IMC) mais elevado. Também foram encontrados padrões positivos de comportamento como o aumento no consumo de frutas e hortaliças, juntamente com a preparação de refeições em casa, ambas consideradas opções alimentares saudáveis. Essas mudanças alimentares devido ao isolamento durante a pandemia também podem ter acontecido em Teresina, o que poderia explicar o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados em homens como também o aumento do consumo de alimentos saudáveis em ambos, embora com um percentual maior no sexo feminino.

Em relação à atividade física, foi observado que os homens foram mais ativos fisicamente, porém com o tempo ambos os sexos tenderam a uma diminuição do percentual da prática de exercícios. As evidências disponíveis sugerem que é possível evitar

o desenvolvimento da DM tipo 2, com a adoção de mudanças no estilo de vida, bastando promover alterações na dieta e associar com aumento da atividade física. A redução do risco de desenvolver DM tipo 2 está intimamente ligada ao grau de perda de peso a longo prazo, e à adesão consistente às modificações no estilo de vida (UUSITUPA et al., 2019). Estudo realizado por Kullmann et al. (2022) indicou que um programa de exercícios com duração de 8 semanas em indivíduos sedentários teve a capacidade de restabelecer a resposta da insulina no cérebro.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos foi possível constatar que de 2019 a 2021 houve um aumento de 33% na prevalência de diabetes mellitus autorreferida na população adulta de Teresina. Destacamos a importância da realização de novos estudos com o intuito de se conhecer a real prevalência com a busca ativa de novos casos da doença nessa população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Vigitel 2012**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde; 2013. 136 p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1521. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2a ed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2e_d.pdf. Acesso em: 08 Ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2006-2021**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, DF: MS, 2022. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_morbidade_autoavaliacao_2006-2021.pdf ISBN 978-65-5993-221-4. Acesso em: 20 Jul. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2021**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, DF: MS, 2022. Disponível em: [vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao- sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas](http://vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas) (www.gov.br). Acesso em: 25 jul. 2023.

CHEN, Z. et al. *Ultra-processed food consumption and risk of type 2 diabetes: three large prospective US cohort studies*. **Diabetes Care**, v. 46, n. 7, p. 1335-1344, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36854188/>. Acesso em 08 Ago. 2023.

CHOBOT, A. et al. *Obesity and diabetes-Not only a simple link between two epidemics*. **Diabetes Metabolism Research and Reviews**, v.34, n.7, e3042, 2018. Doi: 10.1002/dmrr.3042. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6220876/>. Acesso em: 16 de jul.2023.

COULTHARD, H. et al. *Eating in the lockdown during the Covid 19 pandemic; self-reported changes in eating behaviour, and associations with BMI, eating style, coping and health anxiety*. **Appetite**, v. 161, p. 105082, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7976455/>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

DELPINO, F. M. et al. *Ultra-processed food and risk of type 2 diabetes: a systematic review and meta-analysis of longitudinal studies*. **International Journal of Epidemiology**, v. 51, n. 4, p. 1120-1141, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34904160/>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION. **IDF Diabetes Atlas**, 10th edn. 021. Disponível em: [IDF_Atlas_10th_Edition_2021.pdf](#) ([diabetesatlas.org](#)). Acesso em: 31 jul. 2023.

JIANG, Z. *et al.* *Dietary fruit and vegetable intake, gut microbiota, and type 2 diabetes: results from two large human cohort studies.* **Biomed Central Medicine**, v. 18, n. 1, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7712977/>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

KULLMANN, S. *et al.* *Exercise restores brain insulin sensitivity in sedentary adults who are overweight and obese.* **Journal Clinical Investigation Insight**, v. 7, n. 18, 2022.

LISOWSKI, J. F. *et al.* *Prevalência de sobrepeso e obesidade e fatores associados em mulheres de São Leopoldo, Rio Grande do Sul: um estudo de base populacional.* **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, p. 380-389, 2019.

MALTA, D. C. *et al.* *Inquéritos populacionais e informações para análise e monitoramento da saúde da população brasileira.* **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 27, 2023. DOI: 10.35699/2316-9389.2023.42056. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/42056>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MOYNIHAN, R. *et al.* *Impact of COVID-19 pandemic on utilisation of healthcare services: a systematic review.* **Journal Biomed Open**, v. 11, n. 3, p. e045343, 2021. Disponível em: 10.1136/bmjopen-2020-045343. Acesso em: 06 Ago. 2023.

REIS, R. C. P. *et al.* *Evolução do diabetes mellitus no Brasil: dados de prevalência da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 e 2019.* **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00149321, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00149321>. Acesso em: 06 Ago. 2023.

RODAK, M. *et al.* *Classificação do diabetes.* **Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes**, 2022. Disponível em: DOI: 10.29327/557753.2022-1, ISBN: 978-65-5941-622- 6. Acesso em: 30 jul. 2023.

ROSSANEIS, M. A. *et al.* *Differences in foot self-care and lifestyle between men and women with diabetes mellitus.* **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 24, n.15, 2016. Doi: 10.1590/1518-8345.1203.276. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27533270/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SAMOUDA, H. *et al.* *Geographical variation of overweight, obesity and related risk factors: Findings from the European Health Examination Survey in Luxembourg, 2013-2015.* **PloS one**, v. 13, n. 6, p. e0197021, 2018. DOI: 10.1371/journal.pone.0197021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29902172/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SILVA, N. C. A; MOROÇO, D. M.; CARNEIRO, P. S. O impacto da pandemia COVID-19 no atendimento eletivo: experiência de um Hospital de nível terciário e Centro de Referência para a doença. **Revista Qualidade HC**, v. 2, p. 70–80, 2021. Disponível em: <https://www.hcrp.usp.br/revistaqualidadehc/uploads/Artigos/447/447.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2019-2020.** São Paulo: Clannad, 2019. Disponível em: https://diretriz.diabetes.org.br/?utm_source=google-ads&utm_search&gclid=Cj0KCQjw0IGnBhDUARIsAMwFDLm0TPwYHr3oCEX3YdEtcdB1SaHReib7MwoKt_iNun4Hg2Lry6oD5bcaAryiEALw_wcB. Acesso em: 15 jul. 2023.

SOUSA, A. P. M. *et al.* *Prevalência e fatores associados ao excesso de peso em adultos nas capitais do Distrito Federal, Brasil, 2019.* **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, p. e2020838, 2021. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-49742021000300309&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2023.

UUSITUPA, M. *et al.* *Prevention of type 2 diabetes by lifestyle changes: a systematic review and meta-analysis.* **Nutrients**, v. 11, n. 11, p. 2611, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31683759/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Noncommunicable Diseases. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/noncommunicable-diseases>. 2022. Acesso em: 29 jul. 2023.



NUTRIÇÃO DE PEITO ABERTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ENTRE ALIMENTAÇÃO E CÂNCER DE MAMA¹

Karyni Lemos Carreiro²
Rayane Fortes Carvalho³
Rivanna Sousa Moura⁴
Ana Caroline de Castro Fernandes⁵
Daniele Rodrigues Carvalho Caldas⁶

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 30 – Alimentação, Nutrição e Diagnósticos e Intervenção em Nutrição e Saúde, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Discente do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: karynelemos4@gmail.com.

3 Discente do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: rayanefortes@outlook.com.

4 Discente do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: vanna-moura@hotmail.com.

5 Nutricionista mestre em saúde da família pela UNINOVAFAP. E-mail: anacaroline@unifsa.com.br.

6 Graduação em nutrição pela Universidade Federal do Piauí; mestrado em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí, doutorado em alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: danielcaldas@unifsa.com.br.

RESUMO

A alimentação é uma das principais aliadas ao tratamento de neoplasias, pois seguindo as orientações dietéticas adequadas e optando por melhores hábitos alimentares é capaz de estimular uma possível prevenção do câncer de mama. Trata-se de um relato de experiência do projeto de extensão desenvolvido pelo curso de Nutrição do UNIFSA denominado Nutrição de Peito Aberto com o objetivo de realizar ações de educação alimentar e nutricional, atendimento e orientação individualizada e acolhimento para mulheres com câncer de mama. O projeto de extensão nos permitiu conviver com as participantes em quatro encontros, no primeiro ocorreu uma reunião para conhecer o grupo, depois realizado palestra sobre câncer com alimentação saudável, nos demais encontros, realizado atendimento nutricional e uma oficina gastronômica. É notório, que pesquisas voltadas a essa patologia sempre serão necessárias, e que quanto maior abrangência e vivência de estudantes da área da saúde, melhores profissionais ligados a essa área existirão.

Palavras-Chave: Câncer de mama. Mulheres. Alimentação Saudável.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o perfil da morbimortalidade vem passando por uma mudança intensa, passando de doenças infecto-parasitárias a crônico-degenerativas, como o câncer, tendo como principais causas as mudanças nos hábitos de vida e no perfil epidemiológico da população. Dentre os tipos de câncer que vem acometendo as mulheres brasileiras, o câncer de mama surge representando a principal causa de morte no sexo feminino, e em nível mundial cede o lugar apenas para o câncer de pulmão, representando um grande problema de saúde pública em todo o mundo (PAULINELLI et al, 2003; CANTINELLI, 2006; HADDAD; SILVA, 2001; SILVA; RIUL, 2012).

Dentre os fatores que podem ocasionar o câncer de mama, os aspectos endócrinos, genéticos e a idade destacam-se como principais

fatores de risco, e esse risco aumentado para o desenvolvimento de câncer de mama relaciona-se com história de menarca precoce, menopausa tardia, primeira gravidez após os 30 anos, nuliparidade e terapia de reposição hormonal pós-menopausa, principalmente se prolongada por mais de cinco anos. Alguns demais fatores incluem a exposição a radiações ionizantes, ingestão regular de bebida alcoólica, obesidade, principalmente quando o aumento de peso se dá após a menopausa, e sedentarismo. O histórico familiar também entra como fator, principalmente em parentes de primeiro grau antes dos 50 anos, o que constitui importante fator de risco para o câncer de mama. Entretanto, o CM de caráter hereditário corresponde a cerca de 5-10% do total de casos (INCJAGS, 2015; JUNK et al, 2014; SCHEIBLER et al 2016).

Segundo Alves (2018), a alimentação é vista como uma das principais aliadas ao tratamento de neoplasias, pois usando a combinação dos alimentos, evitando alimentos gordurosos, seguindo as orientações dietéticas adequadas e optando por melhores hábitos alimentares é capaz de estimular uma possível prevenção do câncer de mama. Considera-se que uma base de educação nutricional possa contribuir para o comportamento alimentar de cada indivíduo, além de que optar por uma alimentação saudável contribui não só para prevenção dessa doença, mas também de doenças cardíacas e demais enfermidades crônicas (NUNES; MARTINS, 2022).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo de experiência, vivenciado no projeto de extensão desenvolvido pelo curso de Nutrição do Centro Universitário Santo Agostinho denominado Nutrição de Peito Aberto com o objetivo de realizar ações de educação alimentar e nutricional, atendimento e orientação nutricional individualizada e

acolhimento para mulheres com câncer de mama. Considerando que a nutrição tem um papel crucial na melhora e manutenção do estado nutricional deste público, a escolha desse grupo justifica-se pela falta de assistência e conhecimento nutricional que muitas dessas mulheres não possuem por questões econômicas, sociais e culturais.

As atividades executadas durante o projeto se deram em seis etapas, iniciando no dia 4 de abril de 2023 e finalizando no dia 2 de junho de 2023 com a carga horária total de 40 horas. Quanto aos locais de ação, aconteceram inicialmente em centros, clínicas e projetos destinados a mulheres com câncer de mama para divulgação do projeto de extensão e capacitação de mulheres para o mesmo. Após esta primeira etapa, todas as outras atividades se deram nas intermediações do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Vale ressaltar que todas as etapas tiveram supervisão das nutricionistas e coordenadoras do projeto.

A primeira etapa, como já mencionado anteriormente, se deu para divulgação do projeto e recrutamento de mulheres com câncer de mama através de conversação e materiais informativos, importante relatar que a maioria das mulheres que participaram do projeto estavam em período de remissão do câncer justamente por estas terem condições de saúde mais favoráveis para se deslocarem para os locais de ação. A segunda etapa ocorreu uma reunião com as mulheres acolhidas para tirar dúvidas e explicar como se daria a execução do projeto partir daquele momento. A terceira etapa foi destinada para os extensionistas do projeto bem como os demais alunos da instituição que tivesse interesse no assunto, onde ocorreu relato de experiência e treinamento com uma nutricionista oncológica tendo como intuito de fortalecer o conhecimento dos envolvidos no projeto sobre a temática abordada.

Ainda nesse contexto, a quarta etapa veio como uma transmissão de conhecimento por parte dos extensionistas através

de palestras e dinâmicas que tanto buscaram passar informações básicas sobre nutrição no tratamento e prevenção do câncer quanto acolher as mulheres lá presentes em momentos de descontração através de apresentação em slides, tira dúvidas, coffee break e sorteio de prêmio. A quinta etapa foi direcionada para o atendimento e orientação nutricional individualizado para as mulheres com câncer no Serviço Integrado de Saúde da Instituição, tendo apoio os consultórios e materiais do local como a balança de bioimpedância, balança convencional e estadiômetro. A sexta e última etapa se deu por uma oficina culinária de preparações anti-inflamatórias e vegetarianas que ocorreu no laboratório de gastronomia do UNIFSA com o intuito de ensinar preparações práticas e saudáveis para a realidade dessas mulheres, o material utilizado nessa etapa resultou tanto dos instrumentos já disponíveis no laboratório quanto de materiais fornecidos pelos alunos e professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O câncer de mama atualmente é o segundo tipo de câncer mais comum entre as mulheres do Brasil e do mundo, que corresponde cerca de 25% dos casos novos da doença a cada ano, sendo estimados, apenas para 2016, a ocorrência de 57.960 (INCA, 2011). Tendo isso em vista, é imprescindível que haja meios de prevenção para evitar o surgimento como o tratamento adequado para isso, e a nutrição é uma ciência que tanto auxilia no tratamento preventivo como terapêutico das patologias, incluindo o câncer, através da alimentação.

Na iniciação do projeto foram visitadas instituições com alvo de residenciar o projeto, porém nem todas tiveram aderência, e isto ocorreu por alguns motivos, divergência de ideias na concretização do projeto, pela dificuldade de algumas das mulheres se locomoverem

para o centro universitário onde seria realizado, algumas só deslocavam para a cidade em um dia de semana para realizar consultas e tratamento, devido a muitas mulheres de outras cidades vizinhas se direcionarem a capital, por fim, questões econômica ou até mesmo de saúde.

O projeto de extensão permitiu a convivência com as participantes por meio de quatro encontros, os quais houve acolhimento seja da parte das estudantes ao acolhê-las, como serem acolhidas, que foram desenvolvidos da seguinte forma, a princípio ocorreu uma pequena reunião para conhecer o grupo denominado como “Divas”, em síntese, é um grupo de apoio onde mulheres que enfrentam ou enfrentaram o câncer são rede de apoio umas às outras, dentre elas portadoras ou ex- portadoras de neoplasias variadas como de mama, e dentre esse grupo sempre ocorre as programações e atividades, incluindo festividades, importante ressaltar que o alvo da extensão seria apenas pacientes com neoplasia mamária, entretanto o grupo escolhido também havia pacientes inseridas com outros tipos de câncer, mas sua maioria era de mama. Nesse primeiro encontro ocorreu uma reunião de conhecimento do grupo, realizado em uma cafeteria, no shopping da cidade de Teresina, em ambiente descontraído e de forma bem aberta foram estabelecidas as principais definições e propostas do projeto, assim como o objetivo e explicação em que atividades as participantes seriam enquadradas.

Foi realizado uma pesquisa realizado pelo departamento de psicologia da universidade estadual de Maringá, que por dois anos foram desenvolvidos grupos de apoio psicológico para pacientes portadores de câncer e seus familiares, onde eram expostos temas relacionados a patologia e pensamentos a respeito desta e a partir dali era gerado relatos, experiências (SILVA, 2005). Em uma das sessões foi abordado sobre ser cuidador de si mesmo, no enredo do artigo é

relatado que o paciente com câncer experimentam uma abrangência de auto cuidado que ultrapassa as prescritas pelos profissionais de saúde, e foi descrito ainda frases que os pacientes proferiram sobre o auto cuidado. De maneira análoga, o segundo encontro do projeto é baseado no auto cuidado através da alimentação, que se desenvolveu por meio das palestras, a verdade é que assim como citado no relato de psicologia, pacientes portadores de neoplasias têm a desenvolver esse auto cuidado mais amplo devido os riscos às exposições que a patologia oferece.

Logo após o primeiro encontro foi marcado a data do primeiro evento realizado pelas acadêmicas do curso de Nutrição da Instituição participantes do projeto, a qual se introduziu a priori uma palestra desenvolvida pelas estudantes com embasamento científico voltada para o câncer, pautada em uma alimentação saudável e orientada ao tratamento realizado por elas, além de que as discentes participaram de uma palestra no próprio centro universitário abordando a dieta no câncer, a qual foram selecionadas dicas importantes e estratégias fundamentais para participantes de quimioterapia principalmente, enriquecendo o conhecimento delas. Na palestra com o grupo foram expostos temas como: câncer e dieta, dieta vegetariana e dieta anti-inflamatória, aplicando-lhes uma dose mais abrangente sobre a patologia envolvida e alimentação. Ao final, para ressaltar ainda sobre a importância de uma alimentação saudável e natural foi realizado um momento de comunhão com mesa expondo preparações vegetarianas e frutas, além de sorteio, a qual envolveu o grupo, as professoras e as alunas, em boas conversas, risadas, dúvidas e uma degustação de sabores e emoções, aproximando o grupo dos envolvidos no projeto.

Sabe-se que não faz tanto tempo que estudos que se voltavam ao câncer eram estudados sobre quantos sobreviveriam e de quantos sobreviviam em relação aos tratamentos disponíveis. Entretanto,

hodiernamente os tratamentos abrangem muito mais que só os medicamentosos e é possível que haja investigação de aspectos que ultrapassam as condições físicas, como as relações existentes entre os fatores psicossociais, incidência, evolução, o tratamento e até a remissão da doença, sabe-se ainda que possuem outras áreas que oferecem o suporte para o devido tratamento, insere-se nesse contexto a nutrição, que aliada a alimentação promove melhor qualidade de saúde e aprimora o tratamento (SILVA, 2005).

Imagem 1: palestra realizada com as participantes.



Fonte: imagens de arquivo privado das autoras, 2023.

Imagem 2: coffe break



Fonte: imagens de arquivo privado das autoras, 2023.

Em sequência, o próximo momento do projeto, envolveu esse auxílio nutricional, marcado como experiência única, as integrantes do grupo vinculado ao projeto puderam ter um dia de consulta nutricional com direito a realizar o exame de bioimpedância, este que avalia toda a composição corporal das participantes e em seguida receberam orientações nutricionais individualizadas e pautadas no cuidado com a patologia apresentada. Na ocasião foi desempenhada na clínica escola pertencente à faculdade, a qual dispõe de todos equipamentos e materiais para oferecer o suporte adequado as alunas para realização da consulta, a qual foi composta além da bioimpedância, o inquérito alimentar e entrega de cardápio qualitativo, permitindo a escuta de relatos de superação, histórias comoventes e inspiradoras. Nisso observou-se a qualidade alimentar de algumas e como muitas tiveram que passar por uma adaptação e até algumas restrições pendentes do tratamento. Da mesma maneira, ocorreu um estudo que também buscou identificar sobre a alimentação de mulheres com câncer de mama, e semelhante eram pacientes que ou estavam em tratamento ou já haviam realizado até quatro anos, foi visto que algumas delas também tiveram que mudar totalmente a sua alimentação depois do diagnóstico, trazendo correspondência semelhante à do presente relato (TEIXEIRA, 2014).

Imagem 3: consulta nutricional realizada pelas estudantes do projeto



Fonte: imagem de arquivo privado das autoras, 2023.

O último evento proposto do projeto, encerrando suas atividades, foi ensinado na mesma clínica escola citada anteriormente, uma oficina gastronômica, que as estudantes tiveram a oportunidade de cozinhar e ensinar preparações vegetarianas saborosas e práticas, que impulsionavam componentes do grupo a compreensão que a alimentação saudável não precisa ser monótona e que é possível uma alimentação caseira, natural, ser saborosa e de maneiras variadas.

Na ocasião, as atuantes do projeto cozinham alguns pratos: pães veganos, azeite de ervas, pasta de castanha, essa que foi presente desde a degustação do dia da palestra e pedida pelas integrantes do grupo para a reprodução da mesma, antepasto de beringela, bolo de cacau e banana e para finalizar suco de melancia com hortelã pincelando com sabor refrescante, o último encontro foi uma despedida emocionante e prazerosa, o qual houve prosa de todos os envolvidos sobre experiências, dicas gastronômicas e ao findar ocorreu um momento especial a qual ao abraçá-las, muitas agradeceram, ocorreu reciprocidade de sentimentos, com abraços e algumas até com os olhos cheios de lágrimas, findando conhecimentos de ambas as partes, compartilhamento de histórias, superações e vivências.

Imagem 4: suco de melancia com hortelã



E para encerrar as atividades foi criado um ebook com as receitas realizadas e enviado para que todas que se vincularam pudesse ter as receitas com medidas e modo de preparo em mãos.

Imagem 5: mesa com preparações



imagem 6: preparação pão vegano



Imagem 7: pratos das preparações



Fonte: Todas as imagens expostas acima são de privada autoria das autoras, 2023

Imagem 8: mostra das receitas do ebook: exemplo da receita Imagem



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório, que pesquisas voltadas a essa patologia sempre serão necessárias, e que quanto maior abrangência e vivência de estudantes da área da saúde, melhores profissionais ligados a essa área existirão. É um fato que se aprende muito mais na prática do que apenas em teoria, aprimorando o aprendizado e conhecimento das discentes inseridas, esse relato de experiência expressa um projeto que em quatro encontros expõe o amor através do cuidado na alimentação e carrega experiências que ficarão marcadas na vida de todos os envolvidos, importante citar que os que desenvolveram o projeto sentiram que aprenderam muito mais sobre autocuidado e

acolhimento do que esperavam oferecer, espera-se que o presente relato manifeste em outros acadêmicos de origem de qualquer curso que seja, o desejo de contribuir com a sociedade e com a luta contra o câncer.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. M. (Eds.). **Alimentos funcionais no tratamento e prevenção no câncer de mama**. Brasília, UNICEUB, 2018.

CANTINELLI, F.S. et al. A oncopsiquiatria no câncer de mama: considerações a respeito de questões do feminino. **Rev Psiquiatr Clín**, v.33, n. 2, p.124-33, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DO CâNCER. **Abc do Câncer**: Abordagens Básicas para o Controle do Câncer. Rio de Janeiro. Ministério da Saúde, 2011.

HADDAD, N., SILVA, M.B. Mortalidade por neoplasmas em mulheres em idade reprodutiva - 15 a 49 anos - no estado de São Paulo, Brasil, de 1991 a 1995. **Rev Assoc Med Bras**, v.47, n.3, 2001. p.221-30.

NUNES, A.R.P., MARTINS, K.D.S. Influência da nutrição no câncer de mama: uma revisão. **Research, Society and Development**, v.11, n. 16, 2022.

PAULINELLI, R.R. et al. A situação do câncer de mama em Goiás, no Brasil e no mundo: tendências atuais para a incidência e a mortalidade. **Rev Bras Saude Mater Infant**, v.3, n.1, p. 17-24, 2003.

SCHEIBLER, J. et al. Qualidade de vida, estado nutricional e consumo alimentar de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico. **Rev Bras Prom. Saúde**, v. 29, n. 4, p. 544-553, 2016.

SILVA, L.C.D. Vozes que contam a experiência de viver com câncer. **Psicologia Hospitalar**, v.3,n.1,2005.

SILVA, P.A.D.S., RIUL, S.D.S. Câncer de mama: fatores de risco e detecção precoce. **Rev Bras Enferm**, v.64, n.6, p.1016-21,2011.

TEIXEIRA, A.G.M.D.S. **Câncer de mama e alimentação**: Percepções de mulheres com história de câncer de mama sobre o papel da alimentação na prevenção e no tratamento. Repositorio.ufpb.br. João Pessoa, 2014.



ASSOCIAÇÃO DE VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E ESTADO NUTRICIONAL AO ESTRESSE PERCEBIDO EM UNIVERSITÁRIOS¹

Ingrid Roberta Silva Lima²
Sarah Louise Vasconcelos de Sousa³
Daniele Rodrigues Carvalho Caldas⁴
Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim⁵

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 31 – Alimentos, Dietética e Nutrição, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Aluna do curso de Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho.

3 Aluna do curso de Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho.

4 Aluna do curso de Nutrição, Centro Universitário Santo Agostinho.

5 Mestre em Alimentos e Nutrição pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialista em Fitoterapia (Faculdade Futura/ SP), especialista em Nutrição Clínica nas Doenças Crônicas Degenerativas pela União das Escolas Superiores Campomaiorenses UNESC/ Faculdade São Gabriel e graduada em NUTRIÇÃO pela UFPI (2002); especialista em Especialista em Nutrição Aplicada a Estética/FAVENI Especialista em Fitoterapia/FAVENI, Graduada em Nutrição pela UFPI. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho..

RESUMO

Introdução: O estresse, uma resposta do corpo a estímulos estressantes, varia entre indivíduos devido a fatores fisiológicos, psicológicos e ambientais. **Objetivo:** Associar os fatores sociodemográficos e estado nutricional no estresse no estresse percebido em universitários em Teresina, PI. **Métodos:** Realizou-se um estudo transversal com abordagem descritiva, exploratória e quantitativa. Participaram do estudo 113 alunos dos cursos de saúde da IES, registrados por meio dos questionários sociodemográficos e da Escala de Estresse Percebido (PSS-14). **Resultados:** Os resultados indicaram que a maioria são jovens, mulheres, estavam nas fases iniciais, estado nutricional de eutrofia e alto nível de estresse. Excesso de peso foi observado, possivelmente influenciado pela pandemia. Correlação significativa entre estresse e atividade física foi observada, indicando um efeito protetor da atividade física. **Conclusão:** Observou-se que o alto nível de estresse esteve mais presente nos indivíduos mais jovens, nas mulheres e naqueles que estavam cursando as fases iniciais da graduação.

Palavras-Chave: Saúde. Estresse. Alimentação.

INTRODUÇÃO

A transição do ensino médio para o superior é repleta de sentimentos. Sobre esse aspecto a competição, a pressão de bons resultados acadêmicos, a criação de novos vínculos, necessidade de várias horas de estudo, a busca pela independência e a possibilidade de estar longe da família, pode provocar o desenvolvimento de práticas de risco à saúde com potencial para níveis altos de estresse e uma dieta rica em alimentos industrializados, processados e ultraprocessados (ARBUÉS *et al*, 2019; PLOUGHMAN, *et al*, 2008).

O estresse é uma resposta do organismo a determinados estímulos que representam experiências estressantes e variam de

acordo com características fisiológicas, psicológicas e ambientais que interagem para produzir diferentes reações entre os indivíduos, como;

aumento no apetite, ingestão de álcool e de outras substâncias ilícitas (PENAFORTE *et al*, 2016). Logo, é um dos fatores que podem influenciar o comportamento e a saúde, especialmente quando o indivíduo passa por desafios que ultrapassam sua capacidade de enfrentamento, sendo assim, o estresse pode ser definido como “a resposta generalizada e não específica do corpo a qualquer fator que oprime, ou ameace sobrecarregar, as habilidades compensatórias do corpo para manter a homeostase” (FERREIRA *et al*, 2021).

A universidade oferta a possibilidade de momentos/vivências exaustivas, pois faz com que a rotina seja cansativa pelo fato de o indivíduo ter as responsabilidades e exigências mais complexas (LANTYER *et al*, 2016).

Explana-se que a origem do estresse por estar ligada a múltiplos acontecimentos, fatores ou estímulos, provenientes de ordem fisiológica ou psicológica, e recebem o nome de estressores, que atuarão de diferentes modos em cada indivíduo, devido características internas e/ou externas específicas de cada um. Influenciando todas as regiões do corpo pelos acontecimentos na mente do indivíduo, e, o estresse exerce efeito sobre a mente de forma grande, o que, consequentemente, resulta em efeito significativo na saúde e bem-estar (GOMES *et al*, 2018). Entende-se que o estresse fisiológico é uma adaptação normal, contudo, quando a resposta é patológica, em indivíduo mal adaptado, registra-se uma disfunção, que leva a distúrbios transitórios ou a doenças graves, mas, no mínimo agrava as já existentes e pode desencadear aquelas para as quais a pessoa é geneticamente predisposta (SELYE, 1998).

Os hábitos alimentares desempenham um papel importante no combate do estresse, bem como dos colapsos neurológicos e

psiquiátricos. Afirmar-se que alguns alimentos levam a aumentar as reações de estresse, tornando os indivíduos muito mais sensíveis ao estresse (FRANÇA *et al*, 2012; MATOS *et al*, 2021) onde situações de estresse crônico estão ligadas à maior exposição ao cortisol, que possui impactos sobre o sistema de recompensa cerebral (SRC). O cortisol provoca o aumento da sensibilidade do SRC e hormônios (como dopamina, leptina, insulina) que também atuam no nível central, estimulam o consumo excessivo de alimentos de alta palatabilidade. Portanto, a reorientação das escolhas alimentares associada a situações estressantes, representada pela predisposição à mudança das preferências alimentares e aumento do consumo de alimentos que normalmente são consumidos com moderação (como alimentos industrializados), está relacionado à tentativa de utilizar o alimento como forma de aliviar este estado emocional (ADAM, EPEL, 2007; WALLIS, HETHERINGTON, 2009).

Diante do exposto, a avaliação dos efeitos dos fatores sociodemográficos no estresse e entender se esses agravos psicológicos podem ocasionar alterações no estado nutricional dos universitários, afetando a saúde e qualidade de vida. Portanto, o objetivo do estudo foi associar os fatores sociodemográficos e estado nutricional no estresse no estresse percebido em universitários.

METODOLOGIA

Tipo de estudo e população

Estudo do tipo observacional transversal foi desenvolvida em uma Instituição de Ensino Superior localizada no município de Teresina-PI. Participaram do estudo 113 alunos dos cursos de saúde da IES, no período de abril a junho, selecionados por conveniência e demanda espontânea. Foram incluídos estudantes devidamente

matriculados no período, com idade entre 18 a 50 anos e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e excluídos universitários com patologias de ordem psicológica que pudessem interferir no resultado do questionário de estresse, que apresentassem outras patologias associadas ao comportamento alimentar e que não aceitaram participar do estudo.

Avaliação dos fatores sociodemográficos e estado nutricional

Para avaliação dos fatores sociodemográficos foi aplicado um questionário sociodemográficos com as seguintes variáveis: gênero, idade, turno que estuda, naturalidade, curso, ciclo, bolsista, uso de transporte público, etnia, tabagismo, etilismo, classificação do IMC e atividade física. Para estimar o estado nutricional foram utilizadas as medidas de peso (kg) habitual (referente aos últimos 3 a 6 meses), altura (cm) e índice de massa corporal (IMC) (kg/m^2). As medidas de peso e altura foram referidas pelos próprios estudantes universitários. O IMC foi avaliado segundo critério de classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2000) para indivíduos com idade igual ou superior a 20 anos e como recomendado por Onis e colaboradores (2007) para adolescentes com idade entre 18 e 20 anos.

Avaliação do estresse

Para avaliação dos sintomas de estresse, foi utilizada a Escala de Estresse Percebido (Perceived Stress Scale - PSS). Esta escala mensura o estresse percebido, pelos indivíduos às situações estressantes. A PSS é uma escala que contém 14 itens, que foram criados para verificar o quão imprevisível, incontrolável e sobrecarregada o participante avalia sua vida. Cada pergunta possui opções de resposta que variam de zero a quatro. O total da escala

é a soma das pontuações destes 14 itens e os escores podem variar de zero (mínimo) a 56 (máximo). A classificação do grau de estresse percebido é distribuída em dois grupos da pontuação do PSS: Grupo menor estresse: 1º grupo da pontuação do PSS de zero a 28 pontos e 2º Grupo maior estresse: pontuação as PSS de 29 a 56 pontos (LUFT *et al*, 2007).

Aspectos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFSA, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 66037022.2.0000.5602 e número de parecer:

5.896.424. Foram incluídos neste estudo somente os estudantes universitários que concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que o protocolo de pesquisa (ficha de coleta) e o TCLE foram anônimos, identificados apenas com código numérico, o que possibilita o participante ter acesso aos resultados deste estudo, caso tenha interesse.

Análise dos dados

Após a coleta, os dados encontrados foram codificados e transcritos para o banco de dados no programa Microsoft Excel 2016. Posteriormente exportados para o programa SPSS (for Windows® versão 18.0) para análise estatística dos mesmos. Os dados foram apresentados em distribuição de frequência média e desvio padrão. Para a associação entre as variáveis foi realizado o teste Qui-quadrado. Após serem quantificados foram convertidos em gráficos e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 113 universitários de ambos os sexos, com idade entre 21 a 25 anos (51,8%), sendo a maioria do sexo feminino (69,6%). Estudo nacional realizado com dados de 13

capitais brasileiras, no período compreendido entre 2010 e 2013, com o objetivo de traçar o perfil de saúde das gerações, mostrou que a população na faixa etária de 24 a 37 anos era a mais estressada

IMAGEM 1. Tabela de frequência de variáveis demográficas dos estudantes universitários

Tabela 1 – Frequência das variáveis demográficas e ocupacionais dos estudantes universitários.

Variável	n	%
Gênero		
Masculino	34	30,40%
Feminino	78	69,60%
Idade		
18 a 30 anos	107	94,70%
31 a 45 anos	4	3,54%
46 a 50 anos	1	0,88%
Turno que estuda		
Matutino	56	50%
Vespertino	56	50%
Naturalidade		
Teresina	57	50,90%
Cidades do Interior	55	49,10%
Curso		
Educação Física	4	3,60%
Nutrição	52	46,40%
Medicina veterinária	56	50%
Ciclo		
Primeiro ano de curso	34	30,40%
Segundo ano de curso	43	38,40%
Terceiro ano de curso	8	7,10%
Quarto ano de curso	18	16,10%
Quinto ano de curso	8	7,10%
Sexto ano de curso	0	0%
Sétimo ano de curso	1	0,90%
Variável		
Bolsista		
Sim	76	67,90%
Não	36	32,10%
Uso de transporte público		
Sim	36	32,10%
Não	76	67,90%
Etnia		
Branca	36	32,10%
Preta	8	7,10%
Parda	67	59,80%
Amarela	1	0,90%
Tabagismo		
Sim	2	1,80%
Não	110	98,20%
Etilismo		
Sim	29	25,90%
Não	83	74,10%
Classificação do IMC		
Baixo peso	10	8,90%
Eutrofia	74	66,10%
Sobrepeso	26	23,20%
Obesidade grau I	2	1,80%
Atividade física		
Realiza	74	66,10%
Não realiza	38	33,90%

Fonte: Teresina, 10/08/23

Fonte: Dados da pesquisa, LIMA et al, 2023.

e mais ansiosa, em comparação à com idade abaixo dos 24 anos (Imagem 01). É possível relacionar tal achado ao aumento da pressão vivenciado pelos jovens com o início da vida profissional (LOPES et al, 2015).

Na Imagem 1 ainda são apresentados os dados demográficos e ocupacionais. A predominância foi de estudantes do curso de

Medicina Veterinária (50%), que são naturais de Teresina (50,9%), estão no segundo ano de curso (38,4%), grande parte bolsista (67,9%), autodeclaradas pardas (59,8%); negam tabagismo (98,2%); negam etilismo (74,1%) e a maior parte realiza atividade física (66,1%), esse último dado reafirma os resultados do estudo de Bryk, Silva e Silva (2020) realizado em uma faculdade privada que avaliou o desenvolvimento de transtorno relacionado a prática excessiva de atividade física e alimentação, a ortorexia, em estudantes de ambos os sexos e com idade superior a 17 anos graduandos dos cursos de medicina, nutrição e psicologia. Foi encontrado que cerca de 65,3% dos estudantes realizavam atividade física de 3 a 5 vezes por semana. Um outro estudo realizado com universitários do curso de avaliou a prática de atividade física num grupo de 46 alunos. Foram encontrados dados semelhantes ao presente estudo, porém com

IMAGEM 2. Estado nutricional dos universitários.

Tabela 2. Estado nutricional dos estudantes universitários.

Variável	Média ± DP
Peso	62,99 ± 12,51
Altura	2,28 ± 6,46
IMC	22,44 ± 4,24

Fonte: Teresina, 10/08/23

Fonte: Dados da pesquisa, LIMA *et al*, 2023.

menor percentual, com nível de atividade física “ativo” de 55,56% para mulheres e 57,90% para homens (THURBER *et al*, 2012). Em relação ao estado nutricional se observa que 66,1% dos universitários apresentam eutrofia, segundo IMC (Imagem 01).

Na Imagem 2, temos peso médio $62,99 \pm 12,51$ kg e IMC médio de $22,44 \pm 4,24$ Kg/m². Em relação ao estado nutricional, a maioria dos estudantes apresentou eutrofia pelo IMC. Apesar de a maioria dos estudantes entrarem na classificação de Eutrofia, é

importante levar em consideração que o IMC não distingue tecido adiposo de massa magra (VIANA *et al*, 2012), assim como não define se o indivíduo possui hábitos saudáveis quanto a sua relação com a comida. Também é importante destacar que foi encontrado um número considerável de estudantes com excesso de peso, dado que pode ter sido influenciado pela pandemia, visto que foi gerado um período longo de isolamento social, quando comparado com anos não pandêmicos, o que também influenciou nas questões emocionais (DE VOS *et al*, 2015).

Os dados obtidos no presente estudo corroboram com a prevalência encontrada no Brasil e com demais estudos executados. Gasparetto e Silva (2012), encontraram resultados semelhantes ao deste estudo com relação ao IMC, ao avaliar universitários dos cursos de Nutrição, Enfermagem, Fisioterapia e Educação Física do Centro Universitário La Salle, em Canoas/RS. As autoras encontraram uma prevalência de 62,9% de indivíduos eutróficos seguido de 32,5% de indivíduos com sobrepeso. Ademais, um estudo realizado por Gomes *et al*. (2021) com estudantes de Gastronomia de uma Universidade Pública Brasileira, também obtiveram resultados similares, em que foi encontrado uma prevalência de 52% dos participantes com estado nutricional adequado, seguido de 36% com sobrepeso e 12% com obesidade.

A respeito do nível de estresse percebido, encontrou-se que a maioria dos participantes apresentam alto nível de estresse (67,9%) e baixo estresse (32,1%), conforme ilustrado na Imagem 3. O estresse corresponde a uma resposta física, psíquica e hormonal desencadeada quando o corpo necessita realizar uma adaptação frente a uma situação que pode ocasionar um desequilíbrio à homeostase do indivíduo (OLIVEIRA *et al*, 2015). Nesse sentido, existem diversas situações que podem gerar estresse ao indivíduo, como o ingresso na universidade, por exemplo. A universidade é um

dos ambientes mais propícios a causar eventos estressores, visto que impõe uma rotina exaustiva devido às responsabilidades e constantes

IMAGEM 3. Avaliação do estresse dos universitários.

Tabela 3. Avaliação do estresse percebido dos universitários.

Variável	n	%
Baixo nível	36	32,10%
Alto nível	76	67,90%

Fonte: Teresina, 10/08/23

Fonte: Dados da pesquisa, LIMA *et al*, 2023.

exigências (KAM *et al*, 2019). Além disso, a frequente preocupação com o futuro após ingressar na universidade também contribui para o aumento dos níveis de estresse.

Segundo Campos, Leonel e Gutierrez (2020), o estresse afeta os processos cognitivos, incluindo comportamento alimentar, estimulando fatores favoráveis ao desenvolvimento de obesidade. Isso pode ser confirmado no presente estudo visto que, entre os participantes com sobrepeso ou obesidade a maior parte encontra-se com estresse intermediário/maior. O mesmo ocorreu com estado nutricional de magreza, prevalecendo nos indivíduos mais estressados. Essa auto cobrança exacerbada para alcançar um bom desempenho nas atividades acadêmicas pode culminar com os graus de estresse mais elevados de estresse e esses universitários podem apresentar maior probabilidade de consumir medicamentos para aliviar a exaustão e as pressões a que estão submetidos.

A Imagem 4 mostra a associação entre o estresse percebido e as variáveis demográficas de interesse dos estudantes universitários. Pode-se notar que o estresse percebido nos estudantes universitários do presente estudo se mostrou associado a atividade física ($p < 0,001$), apontando-a como fator de proteção, havendo maior prevalência

de estresse nos que não a praticam. Este resultado corrobora com o estudo realizado por Pirajá *et al* (2013), que conclui que a prática de atividades físicas moderadas a vigorosas no lazer associou-se

IMAGEM 4. Associação entre o estresse e as variáveis socioeconômicas, demográficas e do estado nutricional dos universitários.

Tabela 4. Associação entre o estresse percebido e as variáveis socioeconômica, demográficas e do estado nutricional dos estudantes universitários.

Variável	Baixo nível de estresse	Alto nível de estresse	p
Turno que estuda			
Matutino	16 (28,6%)	40 (71,4%)	0,418
Vespertino	20 (35,7%)	36 (64,3%)	
Natural de Teresina			
Sim	20 (35,1%)	37 (64,9%)	0,497
Não	16 (29,1%)	39 (70,9%)	
Bolsista			
Sim	19 (25%)	57 (75%)	0,019
Não	17 (47,2%)	19 (52,8%)	
Tabagismo			
Sim	0(0%)	2 (100%)	0,326
Não	36 (32,7%)	74 (67,3%)	
Etilismo			
Sim	8 (27,6%)	21 (72,4%)	0,542
Não	28 (33,7%)	55 (66,3%)	
Classificação do IMC			
Baixo peso	3 (30%)	7 (70%)	0,046
Eutrofia	19 (25,7%)	55 (74,3%)	
Sobrepeso	14 (53,8%)	12 (46,2%)	
Obesidade grau I	0 (0%)	2 (100%)	
Atividade física			
Realiza	34 (45,9%)	40 (54,1%)	<0,001
Não realiza	2 (5,3%)	36 (94,7%)	

Fonte: Teresina, 10/08/23

Fonte: Dados da pesquisa, LIMA *et al*, 2023

com o estresse positivo percebido por estudantes universitários. A exposição a comportamento sedentário pode estar associada à maior chance de percepção negativa de estresse (FARAH *et al*, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o alto nível de estresse esteve mais presente nos indivíduos jovens, nas mulheres e naqueles que estavam cursando as fases iniciais da graduação. Não foi demonstrada associação entre o estado nutricional e o estresse percebido, entre as variáveis sociodemográficas a falta de atividade física estava associada significativamente associada à presença de estresse. Portanto mais estudos são necessários para a comprovação dessa importante relação.

REFERÊNCIAS

- ARBUÉS, E. et al. Nutrición Hospitalaria Trabajo Original Epidemiología y dietética. *Nutrición Hospitalaria*, v. 36, n. 6, pp. 1339-1345, 2019.
- ADAM, T. C.; EPEL, E. S. Stress, eating and the reward system. *Physiology & Behavior*, v. 91, n. 4, pp. 449-458, jul. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.physbeh.2007.04.011>.
- ARAÚJO, V. M. M. et al. **Influência da ansiedade e estresse no comportamento alimentar de universitários em tempos de pandemia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Nutrição, 2021.
- BRYK, L. I. A.; SILVA, S. G. S. **Estado nutricional e análise do risco do desenvolvimento de ortorexia nervosa em estudantes de uma faculdade privada da cidade do Recife**, 2020.
- SILVA CAMPOS, Leidiomar; et al.; **Relação Entre Estresse E Obesidade: Uma Revisão Narrativa**. *BIUS - Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia*, v. 22, n. 16, p. 1-15, 2020.

FARAH, B. Q. et al. Percepção de estresse: associação com a prática de atividades físicas no lazer e comportamentos sedentários em trabalhadores da indústria. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, n. 2, pp. 225-234, 2013.

FERREIRA, M. A. et al. **A prática de exercícios físicos entre estudantes do curso de Medicina**. [S.l.]. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i7.8899>.

FRANÇA, C. L. et al. Contribuições da psicologia e da nutrição para a mudança do comportamento alimentar. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 17, n. 2, pp. 337-345, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2012000200019>.

GASPARETTO, R. M. et al. Perfil Antropométrico dos universitários dos cursos de Nutrição, Enfermagem, Fisioterapia e Educação Física do Centro Universitário La Salle, Canoas/RS. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, v. 4, n. 5, Rio de Janeiro, 2012.

GOMES, A. S.; SILVA, G. V.; ARANZATE, R. R. A evolução do estresse e a fase de quase-exaustão como fator desencadeador da depressão. **Revista Dissertar**, v. 30, n. 1, pp. 131-152, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.24119/16760867ed114236>.

GOMES, S. E. A. et al. Percepções e Práticas Alimentares de Estudantes de Gastronomia de uma Universidade Pública Brasileira. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13275>.

KAM, S. X. L. et al. Estresse em Estudantes ao longo da Graduação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, Suplemento 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20180192>.

LANTYER, A. S. et al. Ansiedade e qualidade de vida entre estudantes universitários ingressantes: avaliação e intervenção. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 18, n. 2, pp.

4-19, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1026707/1984-7270/2019v19n2p221>.

LOPES, M.; ALVES, G. V **Estudo Saúde Ativa: Gerações**. Sulamérica Saúde, 2015.

LUFT, C. D. B. et al. Versão brasileira da Escala de Estresse Percebido: tradução e validação para idosos. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, pp. 606-615, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102007000400015>.

MATOS, S. M. R. et al. Estresse e comportamento alimentar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16726>.

OLIVEIRA, J. C. B. et al. O estresse dos estudantes universitários de enfermagem de uma instituição privada do Rio de Janeiro. **Revista Presença**, v. 1, n. 2, 2015.

PENAFORTE, F. R. et al. Associação entre estresse e comportamento alimentar em estudantes universitários. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2016.18592>.

PIRAJÁ, G. et al. Autoavaliação positiva de estresse e prática de atividades físicas no lazer em estudantes universitários brasileiros. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 18, n. 6, 2013, pp. 740.

PLOUGHMAN, M. et al. Exercise is brain food: The effects of physical activity on cognitive function. **Developmental Neurorehabilitation**, v. 11, n. 3, pp. 236-240, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17518420801997007>.

SELYE, H. A syndrome produced by diverse noxious agents. **J Neuropsychiatry Clin Neurosci**, v. 10, n. 2, pp. 230-231, 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1176/jnp.10.2.230a>.

THURBER, C. A. et al. Homesickness and Adjustment in University Students. **Journal of American College Health**, v. 60, n. 5, pp. 415-419, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07448481.2012.673520>.

VIANA, V. et al. Psicologia, saúde e nutrição: Contributo para o estudo do comportamento alimentar. **Análise Psicológica**, v. 20, n. 4, pp. 611-624, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14417/ap.24>.

DEVOS, P. et al. Weight gain in freshman college students and perceived health. **Preventive Medicine Reports**, v. 2, pp. 229-234, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.pmedr.2015.03.008>.

WALLIS, D. J.; HETHERINGTON, M. M. Emotions and eating. Self-reported and experimentally induced changes in food intake under stress. **Appetite**, v. 52, n. 2, pp. 355-362, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2008.11.007>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Obesity: preventing and managing the global epidemic: Report of a WHO Consultation**. WHO Technical Report Series 894. Geneva, 2000.

23

ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE UMA ONÇA-PINTADA (*Panthera onca*) EM ESTADO DE CATIVEIRO NO BIOPARQUE ZOOBOTÂNICO DE TERESINA -PIAUÍ¹

Camila Laryssa Nunes Neves²
Elis Rosélia Dutra de Freitas Siqueira Silva³
Mariana Sousa Ribeiro⁴
Emanuella Ananda Monteiro Cruz⁵
Maria Amélia do Passo Gondolo⁶

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 33 – Saúde Integrada entre Humanos, Animais e Meio Ambiente: uma abordagem unificada para o bem-estar global, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Graduada em Zootecnia, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

3 Doutora em Ciência Animal Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

4 Graduada de Medicina Veterinária, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

5 Graduada de Medicina Veterinária, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

6 Mestre em Biologia Animal, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

RESUMO

O estudo da etologia é indispensável para o correto manejo e compreensão do comportamento de espécies mantidas em cativeiro. O presente trabalho tem como objetivo verificar e analisar os principais comportamentos da *Phantera onca* mantida em cativeiro no BioParque Zoobotânico de Teresina-Pi. Foram 40 horas de observação, a partir de um etograma com 63 comportamentos visualizados, preliminarmente, em 13 categorias e método Scan sampling. Os resultados apontaram que os comportamentos mais realizados pela onça-pintada foram 70% da categoria locomoção e 60% da categoria forrageio, comportamentos exploratórios e hábito noturno, sendo 8% do reflexo de Flehmen e 13% atento. Foi identificado comportamento estereotipado qualitativo, especialmente pela manhã durante excesso de público. Conclui-se que o excesso de público e a ausência de enriquecimento ambiental no recinto são as principais causas de estereotipias, comportamentos de inatividade e que provocam alterações no bem-estar do animal.

Palavras-Chave: Etologia. Felídeos. Zoológicos.

INTRODUÇÃO

O estudo do comportamento animal conceituado etologia, é o ramo da zoologia que se dedica ao estudo do comportamento das espécies animais. É considerada uma ciência que estabelece relação com a fisiologia, ecologia e com a psicologia, a partir da análise de observações dos comportamentos naturais, os aprendidos com a adaptação e as inter-relações dos animais com o meio onde estão inseridos, destacando a teoria de Lorenz (1995), considerado um dos fundadores dessa ciência. Dessa forma, a etologia colabora para a eficácia da racionalização e criação dos animais cativos, pois somente conhecendo o comportamento de uma espécie é possível a realização de manejos eficientes.

Costa (2002) define que o comportamento se caracteriza como um fenótipo, produto da ação dos genes e do ambiente,

assim como a interação entre eles. Ele se baseia nas classificações de Tinbergen sobre a filogenia, onde as espécies acrescem seus comportamentos de acordo com as etapas da evolução adaptativas a partir dos comportamentos inatos que é geneticamente determinado em um organismo, podendo ser apresentado pelo animal sem que haja experiência prévia, portanto, desenvolvendo-se a partir das respostas adaptativas mais complexas com o meio e posteriormente se caracterizando como comportamento aprendido.

É destacado por Gregorini (2010) a importante classificação das onças pintadas como surrogates, espécies substitutas de animais indicadores da biologia da conservação contribuindo com o homem na compreensão e identificação da biodiversidade de determinada área, devido à qualidade e riqueza da flora e fauna do ambiente em que estabelecem território. Sendo assim, onde há onça há biodiversidade.

O comportamento das onças-pintadas é caracterizado como solitário e independente, são animais que concentram suas atividades no período crepuscular-noturno (JANGUAR PARADE, 2019). Elas costumam apresentar um comportamento territorialista e utilizam para delimitar suas áreas territoriais mecanismos visuais, como a urinas, fezes e arranhões em árvores (ONCAFARI, 2019), assim como deixam marcas de suas patas chamadas scrapes pelo chão e vocalização, os chamados estorros (GARCIA; PEREIRA, 2019).

A disposição territorial das onças-pintadas é diversificada, pois elas se adaptam a diferentes ecossistemas podendo ser encontradas em florestas de área fechada, campos abertos e regiões áridas e semiáridas, porém preferem áreas alagadas (ONCAFARI, 2019).

Segundo Tortato (2015), na região Amazônica, as onças apresentam hábitos arborícolas diferenciando, assim como as caças que passam a ser animais que vivem em árvores, grande parte dos períodos do dia. Diferente do Pantanal, região com extensões alagadas

as onças se alimentam de animais terrestres e aquáticos passando grande parte do tempo no solo e na água e menos tempo em árvores. Os hábitos alimentares e comportamentais das onças correspondem a sua adaptação local e se apresentando morfologicamente distintas de acordo com a região em que vivem.

Por serem naturalmente adaptadas às áreas extensas, as onças pintadas em ambiente de cativeiro apresentam comportamentos estereotipados e repertório comportamental típicos de estresse, na maioria das vezes por fatores externos como fluxo de visitantes que circundam seu recinto, bem como a falta ou baixo enriquecimento ambiental. Conforme afirma Silveiro (2015), os cativeiros em sua grande maioria submetem os animais selvagens a ambientes diferentes do que seria na natureza, podendo gerar posteriormente distúrbios no comportamento como, agressividade excessiva, inatividade, comportamentos incomuns da espécie, assim como estereotipias (pacing, andar estereotipado e a automutilação).

Estudos realizados com onças pintadas destacam comportamentos mais ativos das onças no período da manhã ou períodos menos quentes do dia (GENARO et al., 2005). Apesar da espécie ser caracterizada como um animal de fácil adaptabilidade surge a possível influência de que aspectos ambientais específicos e a área do recinto estejam relacionadas com estereotipias em onças pintadas (QUEIROZ et al., 2005).

Vasconcelos (2009) determina que com base na evidenciação dos fatores estressantes, é importante a introdução das técnicas de enriquecimento ambiental, tendo como objetivo primordial reduzir o estresse para animais em cativeiro, assim como melhorar as técnicas de manejo, proporcionando maior qualidade de vida aos animais.

Segundo Garcia e Pereira (2019), onças pintadas apresentam estresse em decorrência de barulhos nas proximidades do recinto, estresse gerado pela movimentação e agitação de visitantes

desencadeando assim comportamentos estereotipados, ação de lambar, morder o pelo e automutilação. Observa-se que mesmo sendo uma espécie adaptada às diferentes regiões, as onças são exigentes em seus territórios apresentando diferentes comportamentos em diferentes biomas. O estresse extremo em decorrência da falta de estímulo em onças pintadas a tornam um animal inativo e agressivo.

Segundo Duque (2014), os zoológicos deixam de ser apenas um local para exposição de animais, sendo também um local de preservação e gerador de conhecimento científico. Em razão da participação de entidades e projetos torna-se crucial enfatizar a importância dos estudos sistemáticos da ecologia e comportamento das espécies ali preservadas, com objetivo de proporcionar bem-estar aos animais que vivem em cativeiro.

Para Garcia e Pereira (2019), é importante que seja incentivada a educação ambiental do público no zoológico, ainda, aumentando as práticas de enriquecimento ambiental quando há visitantes, pois, a ambiência no recinto manteria o bem-estar e o animal sofreria menos impactos.

Logo, os bioparques, zoológicos e instituições dedicadas a conservação da fauna e que atuam na preservação das onças pintadas precisam focar no estudo de seu comportamento natural buscando proporcionar, ainda que em ambiente de cativeiro, um território adequado e de bem-estar físico e psicológico, minimizando comportamentos estereotipados e o sofrimento animal devido à ausência da diversidade ambiental e de recursos naturais que geram o padrão comportamental.

Dessa forma, visando colaborar com o estudo do comportamento das onças-pintadas, o presente trabalho foi embasado em uma análise comportamental de uma onça pintada (*Panthera onca*) do sexo masculino mantido em cativeiro no Bioparque Zoobotânico de Teresina - PI, a partir de observações nos

períodos da manhã e da tarde, com a elaboração de um etograma qualificando e quantificando em porcentagem (%) os dados obtidos com os resultados.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi embasado na identificação e posteriormente quantificação dos principais comportamentos realizados por uma onça-pintada (*Panthera onca*) de 7 anos, macho, mantida em cativeiro sozinha e recinto localizado na entrada do Bioparque Zoobotânico. Ela foi trazida de Belém-PA, no ano de 2015, ainda filhote. Considerando esse fator, deve ser levado em consideração os comportamentos dela em relação a sua adaptação ao local e a única forma de vida que conhece.

A fase piloto contou com os levantamentos preliminares de todos os comportamentos realizados pelo animal no recinto na parte da manhã, após e antes da alimentação, e no período da tarde. O mês que iniciou a fase piloto foi agosto/2022, observando o animal por 5 dias, durante 5 minutos, com intervalos de 20 minutos durante 2 horas por dia. Após a conclusão da fase piloto foi elaborado o etograma utilizado a campo para quantificar as repetições dos comportamentos identificados.

A metodologia adotada para a quantificação dos comportamentos foi o hipotético dedutivo com método de registro Scan Sampling que consiste em escanear a cada intervalo os comportamentos realizados pelo animal, executando na fase piloto as identificações de todos os comportamentos realizados pela onça, em seguida a etapa de quantificação.

A pesquisa contou com auxílio de câmera, gravador, prancheta e etograma para registro dos comportamentos e vocalizações realizados pela onça no recinto.

A etapa quantitativa contou com as observações da onça-pintada somando 40 horas, sendo realizada no mês de setembro/2022, durante 15 dias, nos períodos matutino e vespertino, observando por 5 minutos com intervalos de 30 minutos por 3 horas, finalizando com a tabulação das repetições comportamentais no programa do Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

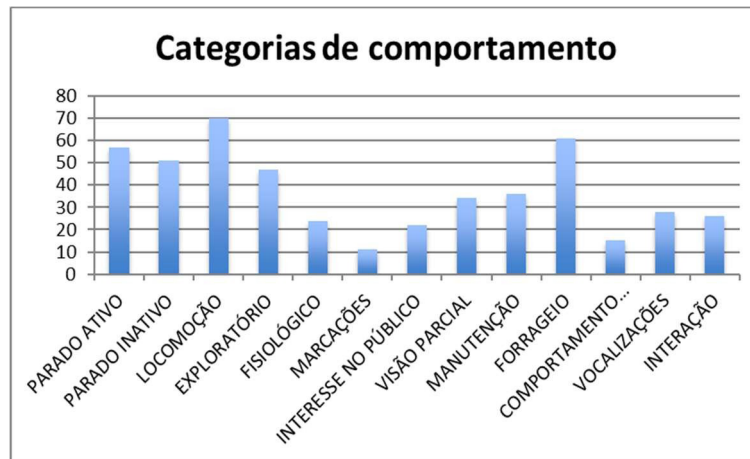
O etograma das observações preliminares verificadas na fase piloto apontou 63 comportamentos da espécie (*Panthera onca*) mantida em cativeiro no Bio Parque de Teresina- PI, sendo classificados em 13 categorias principais, com base no Tipo de comportamento e Padrão comportamental (DEL-Claro, 2004). As categorias foram: parado ativo, parado inativo, locomoção, exploratório, fisiológico, marcações, interesse no público, visão parcial, manutenção, forrageio, comportamento indicador de estresse, vocalizações e interação, os quais serão discutidos os mais frequentes e relevantes.

Os dados apurados no etograma foram transformados em % e foi possível identificar que os comportamentos frequentes realizados pela onça-pintada foram em 70% locomoção e 60% forrageio. Os comportamentos na categoria parado ativo e parado inativo estão relacionados com as repetições dos comportamentos que o animal realizou quando estava acordado.

Relacionando os comportamentos de acordo com a localização do animal, destaca-se o comportamento deitado ou dormindo na parte inferior ou superior do recinto. Dos comportamentos inseridos nas categorias exploratório, fisiológico, marcações, interesse no público, vocalizações e interação foram observados quando o animal se encontrava realizando atividades no período da manhã (DIA) ou da tarde. Na categoria visão parcial foi observado quando a onça se encontrava parada ativa ou inativa. Portanto, a categoria manutenção

foi observada independentemente de haver público ou não, estando o animal totalmente visível ou visto parcialmente.

Gráfico 1 – Categorias dos comportamentos realizados pela onça-pintada Tupã em %.

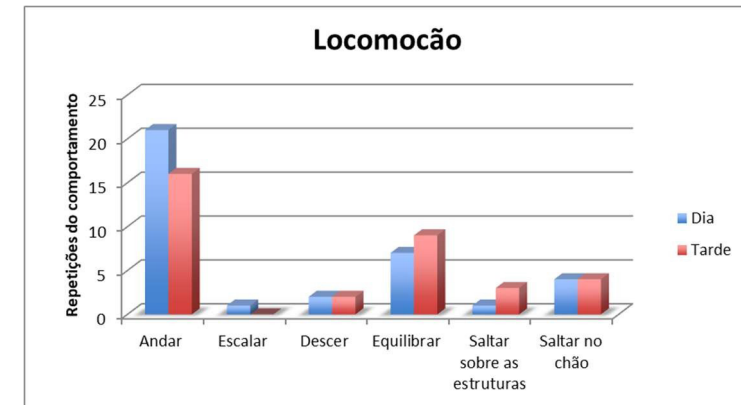


Fonte: arquivo pessoal

A maior frequência de comportamento foi na categoria locomoção e forrageio. Comportamentos como andar e equilibrar foram os mais realizados, a onça andou frequentemente no período da manhã e equilibrou-se mais no período da tarde como mostra no (gráfico 2). As repetições de se equilibrar ocorreram pela presença de público, movimentos estereotipados e pela espera do alimento. Os mesmos comportamentos estão relacionados com o comportamento de forrageio devido ao excesso de idas aoambeamento no período das 9:00h à 10:30h da manhã, horário em que é fornecido a primeira alimentação e, portanto, é o período em que se mantém mais atenta aos movimentos externos do recinto, assim como explorando o local, como mostra no (gráfico 3). Os resultados corroboram aos que tem sido observado e debatidos em comportamentos apresentados pelas onças livres na natureza, sendo mais ativa no período matutino

devido a temperatura mais amena, mostram-se explorando e alimentando-se (MATA, 2020, apud GENARO et al., 2001).

Gráfico 2 – Categoria de locomoção e os respectivos comportamentos realizados pela onça-pintada Tupã no período da manhã (Dia) e tarde.

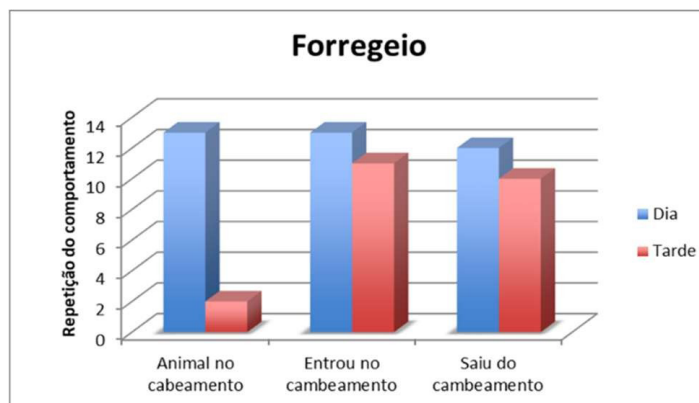


Fonte: arquivo pessoal.

Observa-se no gráfico 3 que, o forrageio é realizado com muita frequência, principalmente no período da manhã chegando a 14%. Durante a manhã era fornecido a primeira refeição do animal, que permanecia aguardando o cuidador com certa inquietação e repetição dos comportamentos de entrar e sair doambeamento. A presença da onça Tupã noambeamento é recorrente na procura pelo alimento, maiores idas no período da manhã como mostra no gráfico, e a busca pelo sombreamento e água durante a tarde nos horários de 13:00h às 15:00h.

Os comportamentos no período da manhã como locomoção, andar e forrageio são observados em estudos semelhantes (GARCIA E PEREIRA, 2019) considerando-se que no período matutino próximo ao horário em que são alimentados pelos cuidadores, as onças-pintadas ficam mais ativas.

Gráfico 3 – Frequência dos comportamentos realizados pela onça-pintada Tupã inseridos na categoria forrageio.



Fonte: arquivo pessoal.

A categoria parada inativa (Gráfico 4) é mais expressiva no período da tarde onde a onça permanecia dormindo no chão, o que corresponde a 35% e 15% de inatividade no período da manhã. Os comportamentos de parado inativo são verificados em trabalhos similares como o de (GARCIA E PEREIRA, 2019) onde as onças passam parte da tarde deitadas, dormindo, inativas nas estruturas ou no cabeamento.

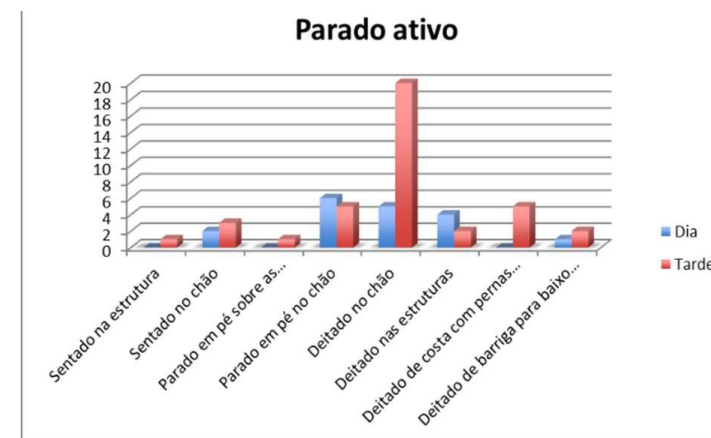
Gráfico 4 – Quantificação dos comportamentos realizados na categoria parado inativo no período da manhã (Dia) e da tarde.



Fonte: arquivo pessoal.

Na categoria de parado ativo (Gráfico 5) se sobressaiu o comportamento de permanecer deitado no chão. Nesse comportamento o animal realizou autolimpeza, manteve olhar fixo para os visitantes, observou ao redor os movimentos e os sons, se coçou e bocejou. Destaca-se ainda, na categoria parado ativo o comportamento de deitar-se de costas com as penas abertas e de barriga para baixo.

Gráfico 5 – Quantificação dos comportamentos realizados na categoria parado ativo no período da manhã (Dia) e da tarde.



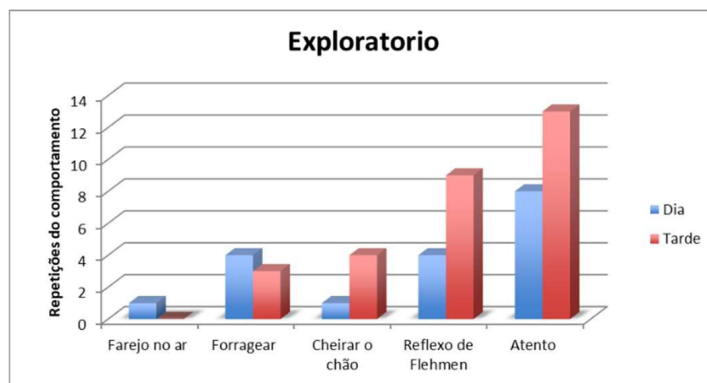
Fonte: arquivo pessoal.

A onça Tupã apresentou comportamento exploratório mais frequente no período da tarde assim como realização do reflexo de Flehmen. Esses comportamentos foram realizados principalmente ao avistar o público seguido do comportamento de farejar o ar.

Os principais indicadores de estresse (Gráfico 7) na onça-pintada foram os movimentos estereotipados qualitativos, movimentos de ida e vinda sem motivo aparente (Pacing). A conexão do comportamento pode estar relacionada ao excesso de público em frente ao recinto, associado ainda ao elevado número do público infantil e infanto-juvenil. Segundo Mata, 2020, os intensos barulhos

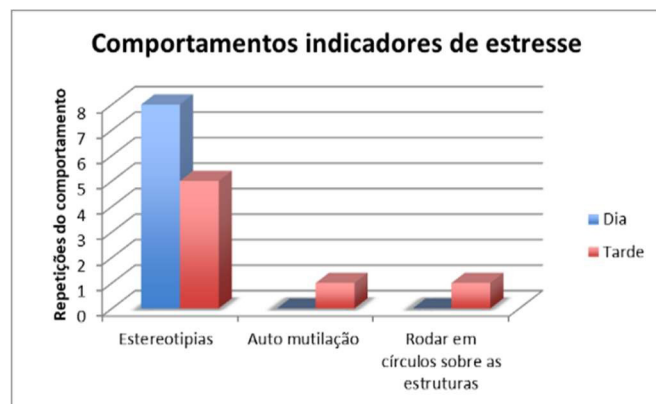
como choro, gritos e os movimentos mais ativos desse público geram estresse na onça-pintada, colaborando com resultados semelhantes do presente trabalho.

Gráfico 6 – Quantificação dos comportamentos exploratórios realizados pela onça Tupã.



Fonte: arquivo pessoal.

Gráfico 7 – Principais comportamentos indicadores de estresse realizado pela onça Tupã.



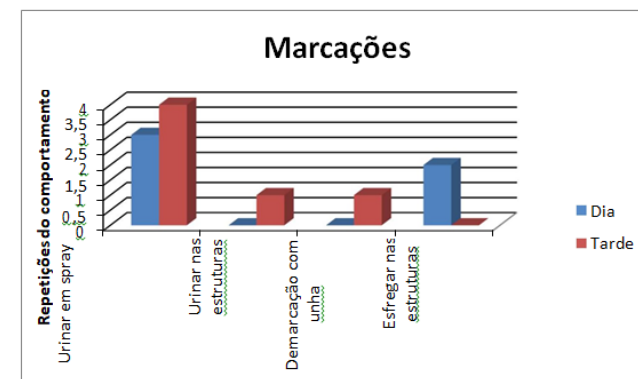
Fonte: arquivo pessoal.

Para os públicos adultos e idosos houve registro de comportamentos estereotipados, porém com menor repetição, visualizados com maior frequência no período da manhã quando

o animal apresentava maior inquietação representada por maior locomoção, aparentando estar incomodado. Esses comportamentos podem ser desencadeados pela alteração no bem-estar psicológico causado pela ansiedade e baixo enriquecimento ambiental do recinto.

Observa-se nos resultados do gráfico 8 que durante a manhã a onça-pintada realizou com frequência o comportamento de demarcar com urina em spray esfregando nas estruturas, como na mesa, árvore, pneus e parede. Esses comportamentos também se encaixam em estereotipados, verificado em pesquisas similares. De acordo com Silveiro, 2015, devido a limitação de área no recinto o animal realiza os mesmos comportamentos de demarcação territorial nos mesmos locais e estruturas decorrente das poucas mudanças olfativas no recinto, e por isso, o enriquecimento ambiental com cheiros é uma alternativa para diminuir esses comportamentos nas onças.

Gráfico 8 – Quantificação dos comportamentos realizados na categoria marcações.

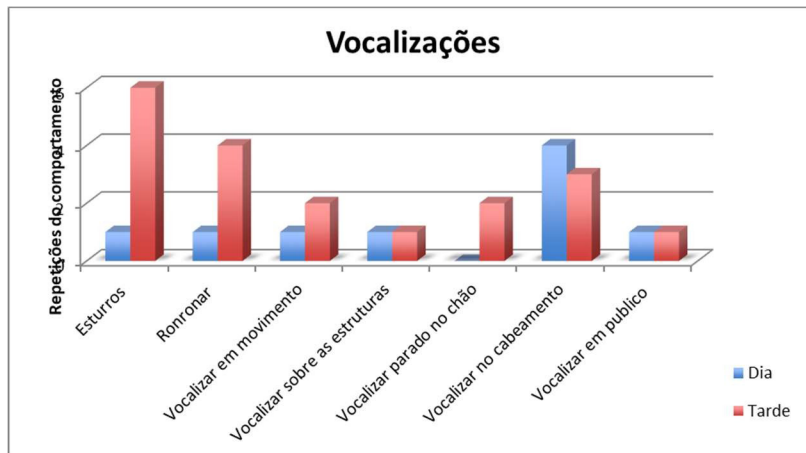


Fonte: arquivo pessoal.

A vocalização realizada com maior frequência foi o esturro, vocalização característica de notas altas, longa e sem pausa, sendo apresentado pela onça da pesquisa apenas quando não havia visitantes no recinto (Gráfico 9). Já a vocalização ronronar nos gatos que é comparada ao rugir nas onças-pintadas foi realizada com maior

frequência no período da tarde e no período da manhã antes do animal ser alimentado e quando havia presença de público, portanto, realizados sobretudo no cambeamento.

Gráfico 9 – Quantificação dos comportamentos de vocalização da onça Tupã.

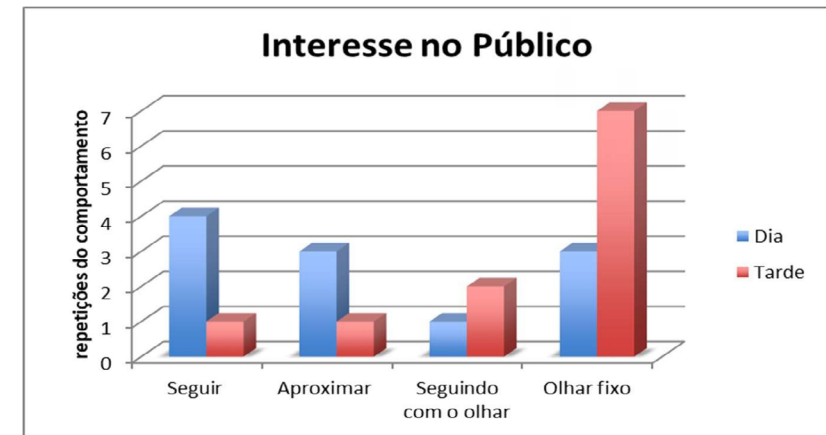


Fonte: arquivo pessoal.

A onça da pesquisa mostrou-se mais interessada nos visitantes no período da manhã apresentando comportamento de seguir e se aproximar (Gráfico 10). A tarde manteve-se mais atento e observador seguindo o público somente com o olhar. O comportamento de interesse no público pode estar relacionado a adaptação da onça Tupã ao ambiente de cativeiro. Verifica-se o comportamento de aproximar-se do público (ponto de fuga) em trabalhos com duas onças- pardas mãe e filha (MAIA, 2009) onde a filha nasceu em ambiente de cativeiro e durante visitas aproximou-se dos visitantes quando os ruídos eram baixo, porém a mãe manteve escondida e incomodada com os ruídos mesmo quando eram baixos, sendo a mãe anteriormente de vida livre. Esses resultados podem e devem ser relacionados com a adaptação vivida pela onça que manteve contato visual com o público desde filhote e apesar dos ruídos excessivos incomodarem

quando intensos, elas se mantêm visíveis apresentando olhares fixos e curiosidade.

Gráfico 10 – Comportamentos realizados pela onça onde observa-se seu interesse no público.



Fonte: arquivo pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, os principais motivadores de comportamentos estereotipados são os fatores externos como barulhos e excesso de público no recinto durante o período de maior atividade da onça-pintada, correspondente ao comportamento de locomoção e forrageio durante espera da refeição. Considera-se ainda que, a ausência de técnicas de enriquecimento ambiental contribui para o alto índice de inatividade do animal, comprometendo assim, o bem-estar e lhe ocasionando excessivos comportamentos estereotipados e diferentes dos realizados quando na natureza. O período longo de inatividade apresentado pelo Tupã que procurou se esconder na parte inferior do recinto pode estar relacionado a busca pelo sombreamento em decorrência das temperaturas elevadas. Observou-se um animal que mantém interação e interesse no público, mesmo apresentando

elevada inatividade e estereotípias. Esse comportamento pode estar relacionado com a adaptação desenvolvida pelo animal durante seu crescimento em ambiente de cativeiro. Contudo, os resultados demonstram que o animal se apresenta mais tranquilo para realizar atividades na ausência de público realizando atos de roronar e brincar próximo ao anoitecer.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, B.; QUEIROZ, V.S.; MORATO, R.G.; GENARO, G. Padrão de Atividade de Onças Pintadas (*Panthera onca* Linnaeus, 1758) Mantidas em Cativeiro – Manejo e Comportamento. 2. ed. São Paulo/SP: **Revista de Etologia**, v. 7, 2005. pp 75-77.
- COSTA, M.J.R. P. **Etologia e produtividade animal**. Departamento de Zootecnia, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias/UNESP, Jaboticabal, SP, 2002.
- DEL-CLARO, K. **Uma introdução a ecologia comportamental**. Livraria e Editora Conceito, 2004.
- GREGORINI, M.Z. **Distribuição da onça-pintada (carnívora: felidae) ao longo de uma paisagem antropizada**: implicações para o manejo e conservação da espécie. Goiânia/GO: Universidade Federal de Goiás, 2010.
- LORENZ, K. **Os fundamentos da etologia**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- MAIA, C.M. **Comportamento de Onça-Parda (*Puma concolor*), no Zoológico de Campinas, frente à visitação pública**. São Paulo/SP: UNESP, 2009.
- MATA, E.P.G. **Estudo comportamental e efeitos da interação animal-visitante dos felinos do zoológico de São Paulo**. São Paulo/SP: Universidade Federal de São Carlos, 2020.

ONÇAFARE. Onça-pintada: *Panthera Onca*. **Onçafare**, 2019. Disponível em: https://oncafari.org/especie_fauna/onca-pintada/. Acesso em: 21 maio 2022.

PARADE, J. Comportamento da onça-pintada. **Jaguar Parade**, 2019. Disponível em: <https://jaguarparade.com/sp2019/noticias/comportamento-da-onca-pintada/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PEREIRA, A.M.; GARCIA, L.C.F. **Análise do comportamento e interação intraespecífica de onças pintadas (*Panthera onca*) no jardim zoológico de Brasília**. Centro Universitário do Distrito Federal (UDF): Atas de Saúde Ambiental (São Paulo, online), 2019.

REIS, R.O.; DUQUE, M.H. Análise do comportamento de exemplares de *panthera onca* mantidos em cativeiro no parque ecológico Voturuá - São Vicente. SÃO PAULO/SP: **14º Congresso Nacional de Iniciação Científica**, 2014.

SILVEIRO, R.A. **Efeito do enriquecimento ambiental nas respostas adrenocortical e comportamental de onças-pintadas (*Panthera onca*) em cativeiro**. Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, 2015.

TORTATO, F. **O que a ciência já desvendou sobre a onça-pintada no Pantanal**. Fernando Tortato, Juliana Bonanomi, Rafael Hoogesteijn. – Cuiabá : Espaço Criativo Flor de Lis, 2015.

24

PYTHON COMO LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO MAIS NEUROINTUITIVA PARA APRENDIZAGEM A PROFISSIONAIS DE SAÚDE - REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA¹

Leonardo Moraes Armesto²
Thabata Roberto Alonso³
Daniel Souza Ferreira Magalhães⁴
Laurita dos Santos⁵

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 36 – Neurociência: Contextos, Tecnologias e Perspectivas, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023..

2 Mestre / Universidade Brasil.

3 Especialista / Universidade Brasil.

4 Doutor / Universidade Brasil

5 Doutorado em Computação Aplicada pelo INPE com período sanduiche na Université de Rouen (Rouen/França). Pós-Doutorado em Engenharia Biomédica na área de Espectroscopia Vibracional e Simulação de Dinâmica Computacional. Pesquisadora visitante na The University of Western Australia. Atualmente é Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica da Universidade Brasil.

RESUMO

A contemporaneidade da atuação profissional em pesquisa nas multiáreas encontra dificuldade por profissionais não-técnicos, seu estreitamento em computação. Neste sentido, Python apresenta-se como linguagem de programação mais neurointuitiva para aprendizagem profissional, sobretudo, agentes da saúde. O estudo objetiva discutir tanto o ensino de linguagens de programação como recurso eficiente e importante para o desenvolvimento do conhecimento e maior autonomia profissional observado Python, como notar, dentre as linguagens, sua representação intuitiva, facilidade e efetividade, na formação continuada de profissionais de saúde. A importância da pesquisa atrela-se a um ambiente científico mais exigente do engajamento com a programação em rede, sistematização informativa e conhecimentos para tudo e por todos. Esse, se fez por meio de revisão integrativa da literatura em bases como Scielo, PubMed e BVS, entre 2006-2013. Os resultados discutidos apontam para sua necessidade na integração humano-máquina e representação mais constante do aprimoramento multiprofissional e no conhecimento do entendimento em programação.

Palavras-Chave: Multiprofissional. Desenvolvimento Neurocognitivo. Não-programadores. Inteligência Computacional. TICs.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um ambiente contemporâneo de pesquisa, observação e aplicação de conhecimento na realidade prática, volta-se cada vez mais a condições que facilitem os progressos de comunicação e faça das tecnologias de comunicação e informação, elementos de uso de um número cada vez maior de profissionais. Isso, pois, segundo Souza et al (2020), até meados do séc. XX, grande parte da usabilidade de sistemas computacionais e ferramentas pautadas em tecnologias de informações, eram e serviram, prioritariamente, ao uso segmentado de estudantes, profissionais e especialistas típicos, tecnicamente, a partir desse mesmo segmento formativo. Dada

realidade, acaba por limitar recursos significativos para profissionais de outros setores, além de dificultar a integração de estudos e projetos multidisciplinares para desenvolvimentos entre profissionais técnico-computacionais e os inerentes a demais setores do conhecimento (Morais et al., 2020).

Segundo Rapkiewicz et al (2006), tanto as formações acadêmicas, a partir das novas diretrizes curriculares nacionais, as realizações de estudos dinâmicos e integrativos de pesquisadores contribuintes em multinacionalidades, bem como o ambiente corporativo de trabalho e emprego, exigente, dia após dia, de reconhecimento de práticas inovadoras, forjadas entre a interface humana-máquina, acabam por requerer mecanismos e ferramentais facilitadores na acessibilidade de todos. Essa realidade, ao mesmo tempo em que cobra uma postura diferente da comunidade, estimula a renovação perceptiva e cognitiva sistematizada na sociedade de informação. Em consonância, Moraes et al (2020) indica que a fundamentação em rede e globalizante que norteou a última revolução industrial, fez do eixo 4.0, o elemento de centralização e modelagem, onde independentemente do segmento produtivo, há a canalização para o qual produtos e serviços geram dados, informações e conhecimentos integrados.

Seguidamente, Zacarias et al (2019) indica que toda essa construção, faz das linguagens de informação, o meio para conectar o ser humano, sua necessidade e contexto produtivo, à interpretação, processamento e armazenamento, de forma mais facilitada e célere. Neste, para Cazzola et al (2016), ainda que as linguagens de computação viabilizem a síntese do volume informacional, há de se entender que afuniladamente, algumas dessas linguagens, o fazem de maneira ainda mais intuitiva. Quer seja por programações de escrita mais próxima a idiomática, pela organização de linhas mais claras ou pela eliminação de recursos incrementadores da escrita informacional, tal qual faz a linguagem Python.

Assim, o trabalho justifica-se pela forma como a qual as tecnologias computacionais precisam ser cada vez mais aproximadas ao fazer científico e utilitário dos mais variados setores, permitindo a produção e transmissão de conhecimento para todos, de forma a dar condições e autonomia para geração de softwares, aplicativos e derivações de inteligências computacionais. Isso, quando realizado através de conhecimentos em programação por diversas modalidades profissionais, mas principalmente no setor da saúde, é capaz de conectar a problematização teórica aos aspectos de resolução e desfechos positivos a serviço da população. Com isso, explorar o uso e benefícios de linguagens de programações facilitadas como o Python, dá aos estudos e pesquisas em humanas, sociais e saúde, a oportunidade significativa de sua auto-operacionalização computacional e atendimento efetivo em estudo, pesquisa e desenvolvimento contemporâneo.

Não obstante e por decorrência a esse, o trabalho objetiva indicar uma via interpretação da linguagem de programação por meio do Python que melhor e mais intimamente subsidie seu uso como potente ferramenta para melhor autonomia do indivíduo pesquisador de outras áreas, como no caso da saúde. Além disso, também objetiva-se a desmistificação da usabilidade das ciências computacionais servíveis a determinadas áreas do saber, podendo estas, neurointuitivamente, ser absorvida e dar autonomia a diversos outros agentes do conhecimento e contributivamente, ao desenvolvimento informacional e tecno- humanístico-científico.

MATERIAIS E MÉTODOS

Desenvolveu-se uma revisão integrativa da literatura por meio de busca nas bases de dados, SciELO, BVS/LILACS, PUBMED, ResearchGate, Repositórios de Periódicos Científicos e Universidade

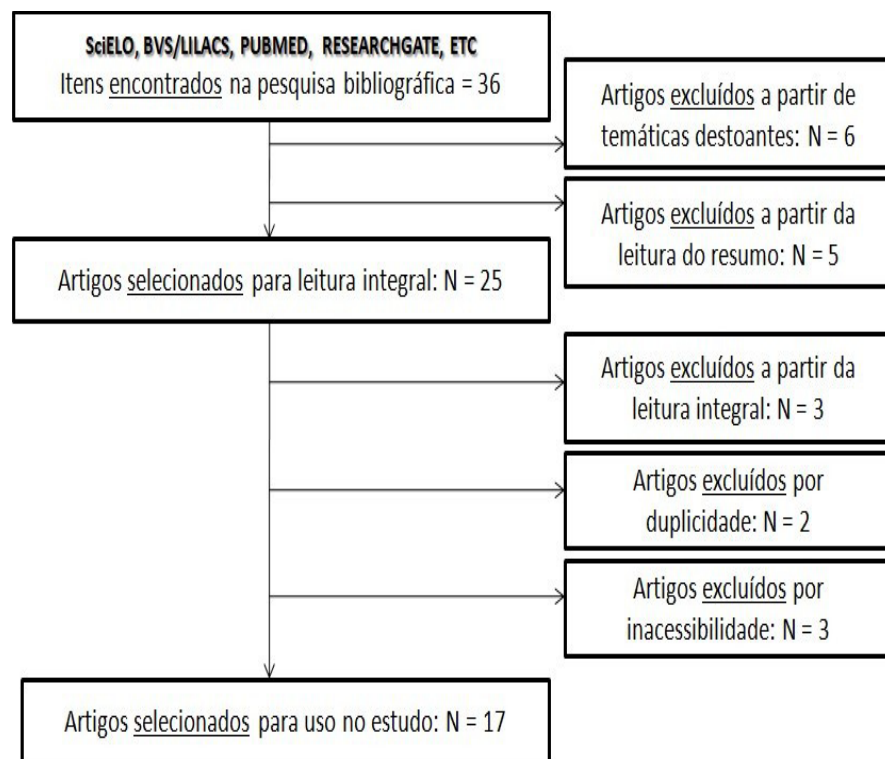
Nacionais e Internacionais, como Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade de Milão e Universidade de Nova Deli, utilizando seguintes descritores: ferramentas tecnológicas, linguagens de programação, programação em Python, medicina computacional e tecnologias em saúde. Consideraram-se artigos escritos em inglês, espanhol e em português. A pesquisa se deu por meio da análise de artigos publicados entre 2006 a 2023, pautados em sistemas de lógica em programação, linguagens de programação mais intuitivas, dificuldades de programação para profissionais não-técnicos no setor, tecnologias computacionais em saúde, aprendizagem de profissionais multisetoriais, sobretudo, dentro da temática de ensino-aprendizagem tecnológica em saúde; disponibilizados na íntegra na base de dados de forma gratuita. Excluíram-se da pesquisa, artigos publicados em revistas não indexadas, artigos que estivessem escritos em outras línguas que não as já indicadas, artigos que não estavam disponíveis nas bases de dados, que foram publicados fora do período determinado e cujas temáticas estavam fora da proposta, além de materiais que não fossem artigos científicos publicados em periódicos, anais de eventos correspondentes ou diretrizes de reconhecimento nacional. Ainda em detalhamento, ao serem percebidos, por meio de busca referida nos descritores salientados, 36 artigos, nos quais, pela leitura do resumo, descontinuaram-se 6, haja vista os critérios de exclusão; outros fatores como referência direta com a temática, bem como estreitamento de objetivos e resultados que melhor se direcionassem as particularidades dessa pesquisa, visando sua significância representativa, foram motivadores que encaminharam a exclusão de mais 8. 2 artigos foram excluídos por duplicidade e 3 por inacessibilidade do link de referência, definindo por meio desse

afunilamento, o conjunto de artigos de uso, indicados e discutidos na sessão que se segue.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desta forma, 17 artigos formam a base resultante e de discussão compositiva da pesquisa, sendo 2 obtidos na base de dados da SciELO, 3 obtidos nas bases do PUBMED, 1 obtido nas bases da BVS/LILACS, 3 nas bases da ResearchGate, 8 por meio direto de periódicos e base de dados de biblioteca institucionais nacionais e internacionais, como indicado na imagem 1.

IMAGEM 1. Fluxograma de seleção de artigos para composição de revisão integrativa



Fonte: Própria autoria.

No quadro 1, evidencia a seleção de autores, permitindo avaliação com rigor crítico para entendimento dos graus de evidência das informações utilizadas para composição do estudo.

QUADRO 1. Temáticas dos artigos encontrados e utilizados no estudo

Autores	Temáticas	Periódicos	Qualis
Carvalho <i>et al</i> ; 2015.	Ensino de programação para futuros não programadores.	Sociedade Brasileira de Computação	-
Cazzola <i>et al</i> ; 2016.	Aprendizagem de programação suportada por sistema-algoritmo.	IEEE Transactions on Emerging Topics in Computing	B2
Chen <i>et al</i> ; 2022.	Programação com Python para melhoria de desempenho de estudantes.	Journal of Healthcare Engineering	B1
Cutting <i>et al</i> ; 2021.	Python como uma linguagem de programação preferida para iniciantes.	International Research Journal of Engineering and Technology	B1
Haux, 2006.	Sistemas de informação em saúde: presente, passado e futuro.	International Journal of Medical Informatics	A1
Lobo, 2018.	Inteligência artificial, o futuro da medicina e a educação médica.	Revista Brasileira de Educação Médica	B1
Mehta <i>et al</i> ; 2017.	Aplicação de técnicas computacionais em medicina – foco em programação.	Medical Journal Armed Forces India	B3
Milková <i>et al</i> ; 2013.	Pensamento lógico e algorítmico: Base de habilidades de programação.	Wseas Transactions on Computers Journal	B4
Morais <i>et al</i> ; 2020.	Aprendizagem de algoritmos e programação no ensino superior.	Research, Society and Development	C
Ramdas, 2019.	Fundamentos de uso facilitado da linguagem de programação Python.	International Multidisciplinary Quarterly Research Journal	B3
Rapkiewicz <i>et al</i> ; 2006	Estratégias pedagógicas no ensino de algoritmos e programação.	Revista Renote	B5
Saabit <i>et al</i> ; 2020.	Bibliotecas Python populares, facilitadas e seus domínios de aplicação.	International Journal of Advance Eng. and Research Development	B2
Saabit <i>et al</i> ; 2020.	Python como linguagem de programação atual e facilitada.	International Journal of Advance Eng. and Research Development	B2
Silva <i>et al</i> ; 2015.	Uso das tecnologias de informação e comunicação no curso de medicina.	Revista Brasileira de Educação Médica	B1
Souza <i>et al</i> ; 2020.	A perspectiva dos pesquisadores sobre pesquisa e uso de programação no Brasil.	Revista Educação e Pesquisa	A1
Thomas <i>et al</i> ; 2021	Integração na educação profissional e tecnológica em programação.	Revista Tecnologias Educacionais em Rede	C
Zacarias <i>et al</i> ; 2019	Ensino de lógica de programação e algoritmos em cursos de graduação.	Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico	A4

Fonte: Própria autoria.

Dentre os 17 artigos utilizados e analisados em sua integralidade para a pesquisa, 11,76% (2) referem-se à Qualis A1, 5,88% (1) representaram Qualis A4, 23,53% (4) tiveram sua publicação realizada em periódico Qualis B1, 17,64% (3), com publicação em Qualis B2, 11,76% (2) extraídos de periódico Qualis B3, 5,88% (1) com publicação Qualis B4, 5,88 representam publicação em Qualis B5, 11,76% (2), em revista de Qualis C e 5,88% (1) sem representação

em Qualis. Não foram adicionados a pesquisa, artigos publicados em demais periódicos de Qualis diferentes dos citados acima. Um ponto importante que evidencia as aplicações percebidas em Qualis é de que mais da metade dos artigos selecionados constam em periódicos de qualificação elevada tanto em Qualis, quanto no referente fator de impacto do periódico em relação à quantidade significativa de citações em diversos meio de informações consistentes, fato que corrobora para a identificação crescente de estudos voltados para a área temática em relação ao aprimoramento e avanço no interesse literário em analisar, entender e desenvolver o aprofundamento no estudo do setor. Ainda nisso, é interessante salientar que apesar da identificação e uso de apenas 17,64% de literaturas Qualis de categoria A, é identificada ascendência de periódicos jovens dados pela temática ainda jovem, mas bastante produtiva em termos de pesquisa. Neste sentido, à medida que o aprofundamento for se dando em relação ao desenvolvimento tecnológico no setor, os periódicos têm potencial para assunção de melhores colocações nos próximos quadriênios. Em síntese, para o estudo a seleção artigos foi independente da área de abrangência da revista, mas apenas a temática/assunto correspondente, bem como se possuíam Qualis, classificados no quadriênio 2017-2020.

Os autores, em consonância, ressaltam a significância em aumentar e facilitar a acessibilidade da comunidade profissional aos recursos e técnicas de programação, de forma a possibilitar melhores práticas e desempenho em pesquisa e desenvolvimento à sociedade conectada como a qual se apresenta na contemporaneidade. (Cazzola et al., 2016, Morais et al., 2020 e Thomas et al., 2021) Esse processo, segundo Souza et al (2020) é subsidiado pelo avanço contínuo e célere da acurácia de profissionais multifacetados e inerentes às práticas e usabilidades de sistemas de informação e comunicação. Não obstante, o comentado engajamento por dado perfil mais sistematizado,

leva no pensamento computacional o atributo que capaz de dar as esferas multidisciplinares de informação e conhecimento, recurso informacional e autonomia para potencialização dos segmentos em ensino, pesquisa e profissionalização mercadológica.

Correspondentemente, Rapkiewicz et al (2006) observa em seus estudos, que não apenas a comunidade científica na realização de suas atividades em redes, mas sistemas de ensino e mercado de trabalho pautam a geração de valor acerca de produtos e serviços, muito em vista da forma como a qual o percurso de dados, sistemas de informação e assimilação do conhecimento são otimizados. Desta forma, para a dinâmica globalizadora, não há dissociação entre a geração de informações multisetoriais, pois esse arcabouço culmina na resultante multiprofissional que necessita apurar sua interface com as máquinas de computação, despontando-se na operação que integra saber técnico do usuário à operacionalização computacional (Milková et al., 2013).

Para Milková et al (2013), Carvalho et al (2015) e Thomas et al (2021), o domínio sobre os sistemas de algoritmos e linguagens de programação são o fundamento recobrado cada mais fortemente, independente da profissão, segmento ou cargo ocupado pelos profissionais. Isto, pois, a partir e tão apenas de tais conhecimentos, é possível a geração da independência da ciência efetiva e ilimitada. Nesta seara, Morais et al (2020) indica que dado olhar já é maximizado nos mais variados níveis de educação, desde o ensino básico ao superior, nos quais já se adicionam disciplinas e projetos voltados ao ensino-aprendizagem de linguagem de computação e programação, efetivamente, não bastando-se apenas a recriação desconectada de conceitos e linhas de códigos nas multilinguagens, mas estimulando sua interface criativa a demais disciplinas componentes da matriz de estudos. Desta maneira, para Zacarias et al (2019) se beneficia o pensamento computacional e desenvolvimentista que atrela o

conhecimento específico e técnico de dado curso, às formas que a computação em seu sistema de criação de softwares e aplicativos pode ajudar, acelerar e habilitar uma série de situações que outrora seriam atrasadas, fragilizadas ou descontinuadas devido ao aguardo de um profissional desenvolvedor ou mesmo tendo seu desenho proposital alterado pelo desconhecimento técnico setorial que um profissional de computação e desenvolvimento não dominaria em sua plenitude (Haux, 2006).

Dada análise é corroborada nos estudos de Saabith et al (2020) e Cutting et al (2021), a medida que notam que mesmo entre as linguagens de computação utilizadas em desenvolvimento de programação e sistema, existem diferenciações e características que permitem a algumas, apresentarem maior graus de intuição, sobretudo, para profissional não inerentes à profissionalização do setor de computação e desenvolvimento. Isto é, fatores como facilidades em instalações, maior aproximação com a semântica de escrita falada, linhas de códigos mais reduzidas, enxutas e direcionadas, nas quais se reduzem aspectos de escrita como marcações (vírgula e ponto) e marcadores (parênteses, chaves e colchetes), tão normalizadas em algumas linhas de programação para determinadas linguagens, dão a linguagem Python, o reconhecido destaque e escolha para uso no aprendizado para profissionais não técnicos no setor.

Autores como Ramdas (2019) e Saabith et al (2019), reforçam a observação de que a linguagem Python, é uma das que maior apresenta variedades de bibliotecas e módulos de uso de forma hábil e gratuita, fato que simboliza na prática sua mais larga aplicação para significativas necessidades, que vão desde álgebra, matrizes, sistemas lineares e funções numéricas me gerenciamento de dados, geração de informações visuais, esquemas e tabulação, sistemas dinâmicos de páginas e interfaces virtualísticas, chegando em inteligências artificiais multifunções, machine learning e redes neurais artificiais

com maior desempenho de máquinas e retroaprendizagem (Mehta et al., 2017).

Essa trilha de construção faz da Python um modelo de intuição e facilitação de alcance para aquilo que a observação científica vem notando acerca da imprescindibilidade de aproximar conhecimento aplicado ao desenvolvimento de sistemas computacionais que interajam e sejam cabíveis intrinsecamente. Para isso, notam-se em segmentos da sociedade, como no caso da saúde e suas continuas manifestações pelo desenvolvimento de saberes sistematizados, métodos que facilitem e dêem maior potencialidade aos desempenhos profissionais. (Chen et al., 2022) Assim, Silva et al (2015) entende que dada aplicação de ensino-aprendizagem em cursos de saúde, ou ainda a educação continuada de profissionais já atuantes nesse mercado, é um modelo de aplicação que traz resultados importantes por refletirem a sinergia desse contato intersaberes, na sustentação de recursos, ferramentas, equipamentos e processos que beneficiam a geração mais assertiva de atendimentos, tratamentos e condições diagnósticas rápidas e orientadas as prerrogativas da sensibilidade e necessidades entre pacientes e profissionais de saúde (Lobo, 2018). Portanto, as reflexões autorais suplantam-se por um aprofundamento do ensino de linguagens de programação, dando destaque ao Python, fazendo nessa linguagem um exercício contínuo de aproximação e alcance de aprendizado multiprofissional, constituindo uma perspectiva científica mais próspera, significativa e alicerçada na busca por essa efetividade, sobretudo no âmbito da saúde e em fortalecimento aos seus operadores e valorização da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com bases nas referências literárias utilizadas e tendo em vista a corroboração dos olhares e resultantes enfatizadas por eles, mostra-

se assertiva a aplicação da linguagem de programação Python, por sua maior intuição e facilidade. Ainda nisso, objetivamente, busca-se entender melhor seu uso como ferramenta de ensino-aprendizagem, percebendo-se que a elaboração de artigos que estreitem a temática diretamente a esse ponto quando em aprendizagem de programação para não programadores, ainda são comedidos, mas nota-se quantidade substancial e crescente de materiais literários que indiquem o reconhecimento da programação em Python, como de fundamentação mais freqüente e significativa, a qual pode, potencialmente, expressar parametrizações e indicações passíveis de análise, de forma a servirem como formadoras de melhores detalhamentos da visão profissional, bem como fazer destes mesmos profissionais, questionadores de seu próprio domínio em uso e desenvolvimento, estreitamento com perspectivas e propósito, além de melhor acuracidade diagnóstica.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, L. S. G; GADELHA, B. F; NAKAMURA, F. G; OLIVEIRA, D. B. F; OLIVEIRA, E. H. T. Ensino de Programação para Futuros Não-Programadores: Contextualizando os Exercícios com as Demais Disciplinas de mesmo Período Letivo. In [...]: **Anais - XXXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Computação**. Porto Alegre, p. 2116-2125, 2015. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/csbc/assets/2016/wei/13.pdf>. Acesso em: jul 2023.
- CAZZOLA, W; OLIVARES, D. M. Gradually learning programming supported by a growable programming language. **IEEE Transactions on Emerging Topics in Computing**, v. 4, n. 3, p. 404-415, 2016. Disponível em: <https://cazzola.di.unimi.it/pubs/tetc16-published.pdf>. Acesso em: mai. 2023.
- CHEN, X; LIU, W. The Value of Python Programming in General Education and Comprehensive Quality Improvement of Medical

Students Based on a Retrospective Cohort Study. **Journal of Healthcare Engineering**, v. 2022, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9050249/>. Acesso em: Jul. 2023.

CUTTING, V; STEPHEN, N. A Review on using Python as a Preferred Programming Language for Beginners. **International Research Journal of Engineering and Technology**, v. 8, n. 8, p. 4258-4263, 2021. Disponível em: <https://www.irjet.net/archives/V8/i8/IRJET-V8I8505.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

HAUX, R. Health information systems - past, present, future. **International Journal of Medical Informatics**, v. 75, n. 3-4, p. 268-281, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16169771/>. Acesso em: mai. 2023.

LOBO, L. C. Inteligência artificial, o futuro da medicina e a educação médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 3, p. 3-8, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-958613>. Acesso em: mar. 2023.

MEHTA, V. K; DEB, P. S; RAO, D. S. Application of computer techniques in medicine. **Med Journal Armed Forces India**, v. 50, n. 3, p. 215-218, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6257447/>. Acesso em jun. 2023.

MILKOVÁ, E; HULKOVÁ, A. Algorithmic and logical thinking development: Base of programming skills. **Wseas Transactions on Computers Journal**, v. 12, n. 2, p. 41-51, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283772956_Algorithmic_and_logical_thinking_development_Base_of_programming_skills. Acesso em: jul. 2023.

MORAIS, C, G, B; NETO, F. M. M; OSÓRIO, A. J. M. Dificuldades e desafios do processo de aprendizagem de algoritmos e programação no ensino superior: uma revisão sistemática de literatura. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 1-26, 2020. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9287>. Acesso em: jun. 2023.

RAMDAS, N. R. Basic Fundamental of Python Programming Language and The Bright Future. **An International Multidisciplinary Quartely Research Journal**, v.8, n.2, p.71-76, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350192013_Basic_Fundamental_of_Python_Programming_Language_and_The_Bright_Future. Acesso em: jun. 2023.

RAPKIEWICZ, C. E; FALKEMBACH, G; SEIXAS, L; ROSA, N. S; CUNHA, V. V; KLEMMANN, M. Estratégias pedagógicas no ensino de algoritmos e programação associadas ao uso de jogos educacionais. **Revista Renote**, v. 4, n. 2, p. 1-11, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14284>. Acesso em: jun. 2023.

SAABITH, A. L. S; FAREEZ, M. M. M; VINOTHRAJ. T. Popular Python libraries and their application domains. **International Journal of Advance Engineering and Research Development**, v. 7, n. 11, p. 18- 26, 2020. Disponível em: <http://ijaerd.com/index.php/IJAERD/article/view/4754>. Acesso em: jul. 2023.

SAABITH, A. L. S; FAREEZ, M. M. M; VINOTHRAJ. T. Python current trend applications - an overview. **International Journal of Advance Engineering and Research Development**, v. 6, n. 10, p. 6-12, 2019. Disponível em: <http://ijaerd.com/index.php/IJAERD/article/view/4419>. Acesso em: jul. 2023.

SILVA, J. R; MEDEIROS, F. B; MOURA, F. M. S; BESSA, W. S; BEZERRA, E. L. M. Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Curso de Medicina da UFRN. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 4, p. 537-541, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/pcg9J4jhSbxs9CWRjftshxP/>. Acesso em: jul. 2023.

SOUZA, D. L; ZAMBALDE, A. L; MESQUITA, D. L; SOUZA, T. A; SILVA, N. L. C. A perspectiva dos pesquisadores sobre os desafios da pesquisa e uso de programação no Brasil. **Revista Educação e**

Pesquisa, v. 46, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WgdZnSMrX49LLTJMffmsqNK/>. Acesso em: jun. 2023.

THOMAS, R; CAMBRAIA, A. C; ZANON, L. B. Formação integrada na educação profissional e tecnológica: pensamento computacional e crítico por meio do ensino de programação. **Revista Tecnologias Educacionais em Rede**, v. 2, n. 4, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/67321>. Acesso em: jun. 2023.

ZACARIAS, R. O; MELLO, D. R. B. Metodologias de ensino de lógica de programação e algoritmos em cursos de graduação. **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico**, v. 5, n. 2, p. 229-44, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339313254_METODOLOGIAS_DE_ENSINO_DE_LOGICA_DE_PROGRAMACAO_E_ALGORITMOS_EM_CURSOS_DE_GRADUACAO. Acesso em: jun. 2023.

25

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS BIOMARCADORES ENCONTRADOS NA ASMA E NA DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA¹

Francisco Aragão de Sousa Neto²

Lucas Fernandes de Nascimento³

Marlon Araújo dos Santos⁴

Darliany Rebecca de Souza Silva Batista⁵

Wellington dos Santos Alves⁶

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 37- Uso de Sinais Biomédicos para Auxílio ao Diagnóstico em Saúde, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023..

2 Aluno da UESPI- Universidade Estadual do Piauí

3 Aluno da UESPI- Universidade Estadual do Piauí

4 Aluno da UESPI- Universidade Estadual do Piauí

5 Aluna da UESPI- Universidade Estadual do Piauí

6 Aluno da UESPI- Universidade Estadual do Piauí

RESUMO

As doenças respiratórias crônicas estão inseridas dentro das principais causas de morbimortalidade no mundo. Nesse contexto, a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica e a asma se configuraram como as doenças mais comuns dentro desse cenário mundial. Dessa forma, para um melhor diagnóstico e prognóstico das doenças, os biomarcadores desempenham um papel extremamente importante para a ciência. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais biomarcadores encontrados na asma e na DPOC. Assim, a pesquisa trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com a realização do levantamento bibliográfico em Julho de 2023 nas fontes de buscas: LILACS, PubMed e Medline. Após a utilização dos critérios de inclusão, exclusão e análise dos estudos obtivemos 37 estudos para compor a amostra final. Em conclusão, observou-se que a FeNO, eosinófilos e a IL-6 foram os principais biomarcadores encontrados nas duas doenças, pela presença de características clínicas das patologias nos pacientes.

Palavras-Chave: Biomarcadores. Biomarcadores Inflamatórios. Asma. Dpoc.

INTRODUÇÃO

As doenças respiratórias crônicas estão inseridas dentro das principais causas de morbimortalidade no mundo. Nesse contexto, a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e a asma se configuraram como as doenças mais comuns dentro desse cenário mundial. Em 2015, a asma foi doença respiratória crônica com maior prevalência, com 358 milhões de pessoas, nesse mesmo quadro epidemiológico, a DPOC possuía 174 milhões casos existentes, apresentando oito vezes mais casos de mortes do que a asma (SORIANO, et al., 2021).

Nesse sentido, os estudos sobre os biomarcadores são fatores importantíssimos, visto que, os biomarcadores desempenham um papel crucial em diagnósticos e prognósticos de várias doenças, possuem características bioquímicas e são capazes de identificar

processos fisiopatológicos ou são utilizados para analisar respostas farmacoterapêuticas. No entanto, para isso devem ser específicos para o quadro patológico estudado, tendo assim uma grande importância no contexto clínico dos pacientes uma vez que podem determinar alterações na homeostase de um organismo (COURCHOU; CALVO., 2016).

O estresse oxidativo tem um papel extremamente significativo em pacientes com DPOC, gerando uma inflamação sistêmica respiratória e desencadeando a liberação de ROS (Espécie Reativas de Oxigênio). Nesse mecanismo, há uma predominância de H₂O₂ e 8-isoprostaglandina F_{2a} (8- isoprostano), que são os dois biomarcadores presentes nesse desequilíbrio celular. Além desses, vários outros podem ser encontrados nessa doença, como fibrinogênio e IL-6, marcadores biológicos de senescência celular e de caráter genético. Embora, dependendo do quadro da doença podem ocorrer variações no tipo e na concentração de biomarcadores (PANTAZOPOULOS, et al., 2022).

Em relação a asma, certas vias celulares são ativadas como: alergia, inflamação eosinofílica e desregulação epitelial das vias aéreas, que são características comuns na patogênese da asma grave. Como consequência, haverá aumento dos biomarcadores inflamatórios, como a Imunoglobulina E sérica (IgE), eosinófilos no sangue periférico e óxido nítrico exalado fracionado (FeNO) (DENTON et al., 2023). O FeNO, se torna bastante útil para a averiguação da inflamação das vias aéreas, conveniente para o diagnóstico da asma. Para mais, o óxido nítrico produzido por células presentes no trato respiratório também desempenha um papel importante na homeostase da função das vias aéreas e na fisiopatologia das doenças das vias respiratórias (RAWY; MANSOUR, 2014).

Na prática clínica, é preciso ter exatidão e viabilidade para poder contribuir ao paciente um tratamento eficaz e preciso, muitos

dos biomarcadores não são usados de maneira rotineira, além de serem caros ou usados somente em pesquisas, o que inviabiliza o processo de recuperação dos indivíduos acometido com alguma patologia (GRLE et al., 2021). Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais biomarcadores encontrados na asma e na DPOC.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. O estudo foi conduzido pela seguinte questão: “Quais são os principais biomarcadores encontrados na DPOC e na asma”. O levantamento bibliográfico foi realizado em Julho de 2023 por meio da consulta nas fontes de buscas: LILACS (Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências Sociais e da Saúde), PubMed (National Library of Medicine) e Medline (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online). Com a utilização dos seguintes descritores e operadores booleanos: “Biomarkers AND Biomarkers inflammation AND biomarkers in COPD AND Biomakers in asthma”.

Dessa forma, os critérios de inclusão adotados para a seleção dos artigos foram os seguintes: artigos primários, disponíveis na íntegra, publicados no recorte temporal de 2013 a 2023, e que estejam nos idiomas: português, inglês e espanhol. Foram excluídos estudos que não abordassem diretamente a temática relacionada ou que não respondessem à questão norteadora, estudos de revisão tradicional, sistemática e integrativa e artigos encontrados em mais de uma base de dados utilizada foram contabilizados somente uma vez.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a utilização dos critérios de inclusão e exclusão obtivemos 124 estudos, dispostos nas bases de dados utilizadas. Em seguida, foram descartados 87 arquivos após a análise, sendo 17 por

duplicidade nas bases de dados e 70 por não se enquadrarem dentro do foco dessa revisão. Dessa forma, 37 estudos foram aceitos para compor a amostra desse estudo.

IMAGEM 1. Quando com os estudos inclusos na revisão integrativa disposto em ordem alfabética.

AUTOR/ANO	OBJETIVO	DOENÇA	BIOMARCADORES
Abramson <i>et al.</i> , 2020.	Investigar se as exposições a material particulado, óxidos de nitrogênio e ozônio estavam relacionadas à FeNO em um corte de mulheres idosas.	DPOC.	FeNO.
Adamko <i>et al.</i> , 2015.	Diferenciar a asma da DPOC.	Asma e DPOC.	Metabólitos contidos na urina, 3-hidroxiisovalerato, 1-metil-histamina aumentados na asma, taurina, betaína, colina, hiperglicemia, 1-metilnicotinamida aumentadosna DPOC.
Carpaij <i>et al.</i> , 2018.	Analisar se a periostina sérica está elevada na DPOC em comparação com controles saudáveis, se é afetada por tabagismo, se está ligada a contagens de células inflamatórias no sangue, escarro e biópsias endobrônquicas e se a periostina pode prever a resposta de corticóides inalatórios em pacientes com DPOC.	DPOC	Periostina.
Caspard <i>et al.</i> , 2020.	Determinar a associação entre características individuais e contagens de bEOS em indivíduos com asma, DPOC e de grupos controles asma/DPOC.	Asma e DPOC.	Eosinófilos.
Chen <i>et al.</i> , 2016.	Avaliar o desempenho diagnóstico da FeNO, que pode ser capaz de indicar inflamação eosinofílica das vias aéreas em pacientes com DPOC. Além de diferenciar DPOC da ACOS.	ACO e DPOC.	FeNO.
Choi <i>et al.</i> , 2023.	Explorar características clínicas da DPOC de acordo com os níveis de IL-25 e linfopoietina estromal tímica (TSLP).	DPOC.	Citocinas IL-25 e TSLP.

AUTOR/ANO	OBJETIVO	DOENÇA	BIOMARCADORES
Abramson <i>et al.</i> , 2020.	Investigar se as exposições a material particulado, óxidos de nitrogênio e ozônio estavam relacionadas à FeNO em um corte de mulheres idosas.	DPOC.	FeNO.
Adamko <i>et al.</i> , 2015.	Diferenciar a asma da DPOC.	Asma e DPOC.	Metabólitos contidos na urina, 3-hidroxiisovalerato, 1-metil-histamina aumentados na asma, taurina, betaína, colina, hiperglicemia, 1-metilnicotinamida aumentados na DPOC.
Carpaj <i>et al.</i> , 2018.	Analisar se a periostina sérica está elevada na DPOC em comparação com controles saudáveis, se é afetada por tabagismo, se está ligada a contagens de células inflamatórias no sangue, escarro e biópsias endobrônquicas e se a periostina pode prever a resposta de corticóides inalatórios em pacientes com DPOC.	DPOC	Periostina.
Caspard <i>et al.</i> , 2020.	Determinar a associação entre características individuais e contagens de bEOS em indivíduos com asma, DPOC e de grupos controles asma/DPOC.	Asma e DPOC.	Eosinófilos.
Chen <i>et al.</i> , 2016.	Avaliar o desempenho diagnóstico da FeNO, que pode ser capaz de indicar inflamação eosinofílica das vias aéreas em pacientes com DPOC. Além de diferenciar DPOC da ACOS.	ACO e DPOC.	FeNO.
Choi <i>et al.</i> , 2023.	Explorar características clínicas da DPOC de acordo com os níveis de IL-25 e linfopoietina estromal tímica (TSLP).	DPOC.	Citocinas IL-25 e TSLP.
Chou <i>et al.</i> , 2014.	Examinar o papel do óxido nítrico exalado (FeNO) e na identificação de pacientes portadores de DPOC com eosinofilia no escarro.	DPOC.	FeNO.

Christenson <i>et al.</i> , 2015.	Determinar se as assinaturas gênicas associadas à asma são aumentadas na DPOC e associadas a características relacionadas à asma.	Asma e DPOC.	Citocina T helper tipo 2 (Th2) na DPOC.
Donohue <i>et al.</i> , 2014.	Caracterizar os níveis fracionários de óxido nítrico exalado (FeNO) que podem ser indicativos de inflamação das vias aéreas mediada por Th2 em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica	DPOC.	FeNO.
Eckert <i>et al.</i> , 2023.	Avaliar se o subgrupo de pacientes com doenças obstrutivas das vias aéreas de acordo com os padrões de flutuação da função pulmonar permite a identificação de fenótipos específicos com características clínicas distintas.	Asma e DPOC.	Proteína YKL-40, interleucinas IL-6 e IL-8.
Gao <i>et al.</i> , 2016.	Caracterizar o perfil inflamatório e melhorar o reconhecimento da sobreposição asma-DPOC (ACO).	Asma, DPOC e ACO.	Níveis elevados no escarro de IL-13 e mieloperoxidase (MPO) em pacientes com ACOs em relação aos controles saudáveis. Lipocalina associada à gelatinase de neutrófilos (NGAL), IL-6 e YKL-40 elevados na ACO quando comparados aos não fumantes saudáveis. Embora, apenas NGAL de escarro poderia diferenciar ACOs de DPOC e asma em ambas as coortes.

Gao <i>et al.</i> , 2017.	Investigar as contagens de células do escarro em pacientes com ACO que são diferentes daquelas em pacientes com asma e DPOC e também examinar a relação entre as contagens de células do escarro na reversibilidade brônquica e hiper-responsividade brônquica (BHR)	Asma, DPOC e ACO.	O nível de contagem de neutrófilos no escarro foi maior em pacientes com DPOC do que em pacientes com asma e ACO, e o nível de contagem de eosinófilos no escarro foi menor em pacientes com DPOC do que em pacientes com asma e ACO, mas isso não foi aparente em pacientes com asma e ACO. Em ambas as coortes, o nível de escarro da contagem de macrófagos foi elevado na asma quando comparado com os da ACO.
Garudadri <i>et al.</i> , 2019.	Relacionar os marcadores à carga de sintomas, exacerbações e medidas funcionais da gravidade da doença.	DPOC.	Proteína C reativa, fibrinogênio, receptores solúveis do fator de necrose tumoral solúvel, neutrófilos e eosinófilos.
Gava <i>et al.</i> , 2020.	Comparar os biomarcadores sanguíneos de rotina em pacientes diagnosticados com ACO e os demais pacientes com DPOC.	.	Razão neutrófilo/linfócito (NLR) e razão plaqueta/linfócito (PLR) menor em comparação com os demais pacientes com DPOC.
Guo <i>et al.</i> , 2019.	Avaliar a frequência de testes de BD positivos em pacientes com DPOC estável e, além disso, avaliar as características da inflamação das vias aéreas nessa entidade por meio do exame de escarro induzido.	DPOC.	Eosinófilos e neutrófilos na inflamação das vias aéreas.
Hoang <i>et al.</i> , 2021.	Caracterizar os níveis de Ácido Abscísico (ABA) no sangue periférico e o padrão de expressão do receptor ABA LANCL2, bem como PPAR-γ em células mononucleares do sangue periférico de pacientes com DPOC e asmáticos, e correlacionar esses dados com a gravidade da doença e outros parâmetros clínicos associados à DPOC e comorbidades associadas à DPOC.	DPOC.	ABA aumentado nos estágios avançados da DPOC.

Huang <i>et al.</i> , 2019.	Examinar os níveis de alguns Padrões moleculares associados a danos (DAMPs) na asma, DPOC e ACO e identificar as associações entre características clínicas e DAMPs na ACO.	Asma, DPOC e ACO.	DAMPs no escarro na ACO, Proteína do Grupo de Alta Mobilidade (HMGB1) no escarro para distinguir ACO de asma e LL-37 no escarro para diferenciar asma e DPOC.
James <i>et al.</i> , 2016.	Examinar a atividade da quitotriosidase sérica e os níveis de YKL-40 em pacientes com asma e doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), incluindo variabilidade genética, tratamento com corticosteroides, exacerbações da doença e exposição a alérgenos.	Asma e DPOC.	YKL-40 e quitotriosidase.
Jian <i>et al.</i> , 2013.	Quantificar o Leucotrieno B4 no escarro humano para supotar um estudo clínico de prova de um conceito para um inibidor de hidrolase LTA4 para o tratamento da asma.	Asma.	Leucotrieno B4.
Kim <i>et al.</i> , 2017.	Investigar o significado clínico e a utilidade da IL-33 em pacientes com DPOC, medimos o nível plasmático de IL-33 em pacientes com DPOC estável e analisamos sua associação com outras características clínicas. Também examinamos as características dos pacientes com DPOC que apresentaram níveis elevados de Interleucina (IL)-33.	DPOC.	Interleucina (IL)-33
Kleniewska <i>et al.</i> , 2016.	O objetivo deste estudo foi comparar os marcadores séricos e de escarro de inflamação em pacientes com asma ocupacional e DPOC.	Asma e DPOC.	A Proteína C reativa e o fibrinogênio são importantes biomarcadores sistêmicos, enquanto IL1-β, IL-6, TNF-α e metaloproteína-9 de matriz 9 (MMP-9) parecem ser promissores como biomarcadores locais de um processo inflamatório nas vias aéreas de pacientes com DPOC.

Kobayashi <i>et al.</i> , 2021.	Avaliar a relação entre FeNO e características clínicas e resultados dos pacientes durante um período de 3 anos.	DPOC.	FeNO.
Lacedônia <i>et al.</i> , 2017.	O objetivo deste estudo foi não apenas avaliar se os miRNAs estão envolvidos na patogênese das principais doenças obstrutivas, como asma e DPOC, mas também definir se eles poderiam ser úteis para melhor caracterizar os pacientes com ACOS do ponto de vista clínico.	Asma, DPOC e ACO.	miRNA como um biomarcador capaz de discriminar pacientes com ACOS, asma e DPOC.
Lee <i>et al.</i> , 2013.	Identificar biomarcadores de asma grave descontrolada com inflamação neutrofílica das vias aéreas.	Asma.	Proteína A9 de ligação ao cálcio S100 (S100A9).
Lee <i>et al.</i> , 2020.	Investigou a eficácia e a segurança da combinação tripla de inalador único de furoato de fluticasona mais umeclidínio mais vilanterol (FF/UMEC/VI) em pacientes com asma não controlada em doses médias ou altas de corticóides inalatório mais beta-agonista de ação prolongada (ICS/LABA) em comparação com FF/VI.	Asma.	Eosinófilo no sangue e FeNO.
Mahor <i>et al.</i> , 2020.	Avaliar as proteases séricas, como candidatos a biomarcadores sorológicos para DPOC estável.	DPOC.	MMP-2 (metaloprotease de matriz-2) pode servir como biomarcador distinto para DPOC estável.
Manshadi <i>et al.</i> , 2020.	Estudar se a fração exalada de óxido nítrico (FENO) pode diferenciar doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) com diagnóstico concomitante de asma de apenas DPOC, bem como sua capacidade de prever a gravidade e a progressão da doença.	Asma e DPOC.	FeNO.
Mikus <i>et al.</i> , 2021.	Identificar biomarcadores plasmáticos associados a fenótipos de asma pela aplicação de um novo painel proteômico a amostras de duas coortes bem caracterizadas de asmáticos graves e leves a moderados, indivíduos com DPOC e controles saudáveis.	Asma	CPA3 (carboxipeptidase A3), TRIM33 (motivo tripartido contendo a proteína 33) e TRAF3IP2 (TRAF3 interagindo com a proteína 2).

Mogensen <i>et al.</i> , 2019.	Avaliar a presença de quatro marcadores de inflamação tipo 2 na obstrução fixa do fluxo aéreo alguns asmáticos.	Asma.	Fração exalada de Óxido Nítrico (FeNO), perioxitina sérica, proteína catiônica eosinófila sérica (S-ECP) e neurotoxina derivada de eosinófilos (U-EDN).
Proboszcz <i>et al.</i> , 2017.	Avaliar o nível de Receptor Desencadeador Solúvel Expresso em Células Mielóides-1 (sTREM-1) no fluido de lavagem broncoalveolar (BALF) de pacientes estáveis com asma leve a moderada e DPOC e comparar a utilidade das medições de BALF sTREM-1 na diferenciação de asma/DPOC com aquelas de IL-6 e IL-13.	Asma e DPOC.	A relação IL-6/IL-13 medida no BALF diferenciou efetivamente essas duas doenças em seu estado estável.
Sansores <i>et al.</i> , 2022.	Descrever características clínicas e biomarcadores de inflamação, enfatizando o perfil de células T e perfis microbiológicos durante uma exacerbação de DPOC, comparando BEDPOC (DPOC relacionada à exposição a biomassa) a TE-DPOC (DPOC relacionada à exposição ao tabaco).	DPOC.	A BE-DPOC mostra uma tendência a apresentar células Th2 inflamatórias mais elevadas e baixa necessidade de ventilação mecânica em comparação com a TE-DPOC.
Santus <i>et al.</i> , 2018.	Investigar os efeitos da broncodilatação aguda induzida por formoterol e salmeterol nos níveis de FeNO e Concentração Alveolar de Óxido Nítrico (CANO) em pacientes com DPOC estável.	DPOC.	CANO e FeNO.
Su <i>et al.</i> , 2021.	Analisar se os diferentes níveis basais de FeNO em pacientes com DPOC podem ter resposta diferencial ao tratamento com salmeterol/fluticasona (SFC) ou tiotrópio (TIO).	DPOC.	FeNO pode diferenciar entre DPOC eosinofílica e não eosinofílica em pacientes que não fazem de tratamento.
Uzan <i>et al.</i> , 2019.	Investigar como os níveis de marcadores inflamatórios como cys-LTs, PG-D2, PG-E2, interleucina (IL)-5 e ADAM33 desempenham um papel na diferenciação de ACOS, asma e DPOC, e sua relação com os valores espirométricos.	Asma, DPOC e ACO.	Os níveis de PG-D2 podem ser um biomarcador valioso para diferenciar a DPOC em pacientes com asma e ACOS.

Winter <i>et al.</i> , 2021.	Validar o painel de 4 marcadores de proteína em uma população de DPOC, asma leve, moderada e grave, bem como participantes não respiratórios.	Asma e DPOC.	A HPX (Hemopexina) teve capacidade diagnóstica superior para distinguir entre DPOC e asma, superando os marcadores inflamatórios sistêmicos estabelecidos.
Zahraei <i>et al.</i> , 2020.	Identificar fenótipos clínicos por meio de análise de cluster em adultos com DPOC.	DPOC.	A inflamação eosinofílica (juntamente com neutrofílica) das vias aéreas é aumentada no grupo comprometimento mais grave da função pulmonar.
Zinelu <i>et al.</i> , 2016.	Avalizar marcadores de estresse oxidativo (TBARS, PSH, taurina, GSH, ergotioneína e atividade da paraoxonase 1) no plasma de pacientes com asma leve e DPOC para caracterizar a presença de OS no início da doença e identificar o marcador mais sensível nesse contexto.	Asma e DPOC.	As proteínas-SH são um marcador de OS sensível em no início da DPOC e asma.

Fonte: Autores 2023

A asma e a DPOC podem apresentar inflamações diferentes e o dano celular pode variar dependendo da gravidade da doença. A importância do conhecimento sobre testes específicos nessas duas patologias é de grande relevância, uma vez que, profissionais da saúde não utilizam testes necessários mais objetivos nessas doenças (ADAMKO *et al.*, 2015). Nesse estudo, avaliamos que os principais biomarcadores encontrados foram o FeNO, Eosinófilos e Interleucina 6 entre as duas doenças.

Dentre os estudos que avaliaram a presença do FeNO, a grande maioria teve como foco de estudo a DPOC associada com inflamação das vias aérea ou a presença da DPOC concomitante com a asma. Segundo Abramson *et al.* (2020), o FeNO é um marcador sensível e não invasivo utilizado para identificar inflamação eosinofílica das vias

aéreas na asma. O fato de alguns pacientes com DPOC apresentarem características da asma, o uso desse biomarcador é tem sido sugerido para indicar a presença dessa doença em pacientes com DPOC.

Nos estudos de Chen *et al.* (2016); Chuo *et al.* (2014); Danohue *et al.* (2014) e Kobayashi *et al.* (2021), verificaram que valores de FENO foram maiores em pacientes com DPOC que apresentam diagnóstico de asma, inflamação eosinofílica ou indivíduo que eram portadores da síndrome de sobreposição asma-DPOC. Nesse viés, esse marcador poderá ser encontrado caso os pacientes com DPOC apresente características clínicas da asma, como a inflamação eosinofílica das vias aéreas.

Em outra análise, a utilização de alguns medicamentos poderá obter outras respostas. Santus *et al.* (2018), pacientes com DPOC demonstram redução da FeNO após a inalação de dois LABA (formoterol e salmeterol). Esse mecanismo pode estar ligado com o aumento no recrutamento do volume pulmonar, manifestado pelo um aumento simultâneo da capacidade vital e volume alveolar, seguido por uma redução da relação entre o volume residual e capacidade pulmonar total. Em associação, em Su *et al.* (2021), a FeNO basal alta pode representar um indicador de inflamação eosinofílica das vias aéreas em pacientes com DPOC, além de serem reduzidos com a utilização da combinação de corticoides inalatórios e LABA.

Em relação aos eosinófilos, na asma estas células apresentam um aumento no sangue, desempenhando o papel de liberação de mediadores e citocinas que atuam no processo inflamatório da parede das vias respiratórias (MATUCCI; MICHELETTO; VULTAGGIO, 2023). Para mais, segundo Santos, essa grande capacidade de produzir mediadores inflamatórios pode além de possuírem atividade contra alguns agentes, podem desencadear uma atividade contra o epitélio respiratório do indivíduo (SANTOS; PRATES; PINTO, 2020).

Caspard et al. (2019), estudou contagem elevada de eosinófilos no sangue nos grupos de 3 populações (indivíduos com asma, com DPOC e o grupo saudável). E verificou que a maior quantidade foi demonstrada em características demográficas, sendo esse aumento mais significativo em homens do que mulheres, obesos e menor entre negros do que outra etnia. Guo et al. (2019), buscou analisar a contagem de eosinófilos apenas em indivíduos com DPOC, com isso verificou que o aumento desse marcador foi mais significativo em indivíduos que apresentaram teste de broncodilatação positivos. Os pacientes com DPOC estável com o teste positivo podem apresentar não apenas inflamação eosinofílica das vias aéreas, mas também inflamação neutrofílica das vias aéreas.

Em uma coorte, composta por homens propensos a exacerbações, com grave limitação do fluxo aéreo, demonstrou que a inflamação eosinofílica juntamente com a neutrofílica das vias aéreas é aumentada no grupo que mostra o comprometimento mais grave da função pulmonar (ZAHRAEI et al., 2019). Nesse mesmo sentido, Lee et al. (2020), estudou que adição de um segundo broncodilatador de longa duração, umeclidínio, a terapia de furoato de fluticasona por meio de um único inalador único, administrado uma vez ao dia pode melhorar a função pulmonar de pacientes com asma mal controlada em ICS/LABA. Em contra partida, Santus et al. (2018), utilizou dois LABA diferentes em indivíduos com DPOC, porém sem a associação com corticoides.

Em procedência a análise, a pesquisa direcionada por Eckert et al. (2023), pacientes que apresentaram a maior presença de IL-6, bem como YKL-40, correspondia 23,1% da amostra, correspondendo ao grupo (3) que apresentava o fenótipo da função pulmonar grave, possuíam qualidade de vida inferior e pior controle da asma em relação ao grupo anterior (2), que representava o grupo do fenótipo de flutuação da função pulmonar moderada. O grupamento 3,

exibiam a função pulmonar diminuída, 51,6% destes pacientes apresentaram exacerbações durante o período de acompanhamento de 1 ano, reversibilidade mais pobre e um grau significativamente maior de hiperinsuflação pulmonar do que entre os pacientes do grupo 2.

Conforme as evidências de Gao et al. (2017), a IL-6 apresentou aumento na ACO comprada aos não fumantes saudáveis. Em Kleniewska et al. (2016), concentração mais alta da proteína C reativa foram encontradas em indivíduos com DPOC do que em asmáticos. Além de encontrar IL-6 e outros biomarcadores no escarro induzido em pacientes com DPOC. Já no estudo de Proboszcz et al. (2016), verificou-se que relação IL-6/IL-13 no fluido de lavagem broncoalveolar pode diferenciar a asma da DPOC, sendo nível mais elevado dessa relação característica da DPOC. Uma vez que essas duas citocinas não são específicas para uma única doença.

Os achados deste estudo indicam que não houve uma concordância entre os autores em relação a um marcador específico para a DPOC. No entanto, a FeNO aqui foi mostrado como um biomarcador da asma e da DPOC, quando estes pacientes tinham um diagnóstico de asma ou apresentavam inflamações das vias aéreas. Vários estudos aqui abordados, sugeriram novos marcadores para essas doenças, mas que apresentam poucos indícios na literatura. Como no estudo de Winter et al. (2020), que em estudo com a amostra total de 393 participantes verificou que a Hemopexina pode ser um novo biomarcador com grande capacidade de diagnosticar e diferenciar a DPOC e asma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente estudo, observou-se que a FeNO, eosinófilos e a IL-6 foram os principais biomarcadores encontrados

nas duas doenças. No entanto, deve ser levado em conta as características da doença bem como a clínica dos pacientes para demonstrar a presença dos biomarcadores. Visto que grande parte dos estudos relacionados a DPOC, suas amostras eram compostas por pacientes com diagnósticos de asma, apresentavam inflamações das vias aéreas ou possuíam síndrome da sobreposição asma-DPOC. Por outro lado, foram encontrados novos biomarcadores nessas doenças, sendo alguns exclusivos e de baixos indícios na literatura.

REFERÊNCIAS

- ABRAMSON, Michael J. et al. Ambient air pollution is associated with airway inflammation in older women: A nested cross-sectional analysis. **BMJ open respiratory research**, v. 7, n. 1, p. e000549, 2020.
- ADAMKO, Darryl J. et al. Metabolomic profiling of asthma and chronic obstructive pulmonary disease: a pilot study differentiating diseases. **Journal of Allergy and Clinical Immunology**, v. 136, n. 3, p. 571- 580. e3, 2015.
- CARPAIJ, Orestes A. et al. Serum periostin does not reflect type 2-driven inflammation in COPD. **Respiratory Research**, v. 19, p. 1-5, 2018.
- CASPARD, Herve et al. Associations between individual characteristics and blood eosinophil counts in adults with asthma or COPD. **The Journal of Allergy and Clinical Immunology: In Practice**, v. 8, n. 5, p. 1606-1613. e1, 2020.
- CHEN, Feng-jia et al. Importance of fractional exhaled nitric oxide in the differentiation of asthma– COPD overlap syndrome, asthma, and COPD. **International journal of chronic obstructive pulmonary disease**, p. 2385-2390, 2016.
- CHOI, Joon Young et al. Association between Serum Levels of Interleukin-25/Thymic Stromal Lymphopoietin and the Risk

of Exacerbation of Chronic Obstructive Pulmonary Disease. **Biomolecules**, v. 13, n. 3, p. 564, 2023.

CHOU, Kun-Ta et al. Exhaled nitric oxide predicts eosinophilic airway inflammation in COPD. **Lung**, v. 192, p. 499-504, 2014.

CHRISTENSON, Stephanie A. et al. Asthma–COPD overlap. Clinical relevance of genomic signatures of type 2 inflammation in chronic obstructive pulmonary disease. **American journal of respiratory and critical care medicine**, v. 191, n. 7, p. 758-766, 2015.

COURCHOU, Torres Isabel.; CALVO, Juan Ignacio Pérez. Biomarcadores y práctica clínica. In: **Anales del Sistema Sanitario de Navarra**. Gobierno de Navarra. Departamento de Salud, p. 5-8. 2016.

DENTON, Eve et al. Cluster analysis of inflammatory biomarker expression in the international severe asthma registry. **The Journal of Allergy and Clinical Immunology: In Practice**, v. 9, n. 7, p. 2680-2688. e7, 2021.

DONOHUE, James F. *et al.* Characterization of airway inflammation in patients with COPD using fractional exhaled nitric oxide levels: a pilot study. **International journal of chronic obstructive pulmonary disease**, p. 745-751, 2014.

ECKERT, Edgar Delgado *et al.* Lung function fluctuation patterns unveil asthma and COPD phenotypes unrelated to type 2 inflammation. **Journal of Allergy and Clinical Immunology**, v. 148, n. 2, p. 407-419, 2021.

GAO, Jie *et al.* Sputum cell count: biomarkers in the differentiation of asthma, COPD and asthma– COPD overlap. **International journal of chronic obstructive pulmonary disease**, p. 2703-2710, 2017.

GAO, Jing *et al.* Characterization of sputum biomarkers for asthma–COPD overlap syndrome. **International journal of chronic obstructive pulmonary disease**, p. 2457-2465, 2016.

GARUDADRI, Suresh *et al.* Systemic markers of inflammation in smokers with symptoms despite preserved spirometry in SPIROMICS. **Chest**, v. 155, n. 5, p. 908-917, 2019.

GAVA, Giordana *et al.* Analysis of blood biomarkers in patients with Chronic Obstructive Pulmonary Disease (COPD) and with Asthma-COPD Overlap (ACO). **COPD: Journal of Chronic Obstructive Pulmonary Disease**, v. 17, n. 3, p. 306-310, 2020.

GRLE, Sanja Popović *et al.* Biomarkers in different asthma phenotypes. **Genes**, v. 12, n. 6, p. 801, 2021. GUO, Xu-xue *et al.* Application of inflammatory markers in induced sputum in stable chronic obstructive pulmonary disease patients with positive bronchodilation tests. **Current Medical Science**, v. 39, p. 560-567, 2019.

HOANG, Quynh Trang Mi *et al.* Serum concentration of the phytohormone abscisic acid is associated with immune-regulatory mediators and is a potential biomarker of disease severity in chronic obstructive pulmonary disease. **Frontiers in Medicine**, v. 8, p. 676058, 2021.

HUANG, Xiaolin *et al.* Differential DAMP release was observed in the sputum of COPD, asthma and asthma-COPD overlap (ACO) patients. **Scientific Reports**, v. 9, n. 1, p. 19241, 2019.

JAMES, Anna J. *et al.* Increased YKL-40 and chitotriosidase in asthma and chronic obstructive pulmonary disease. **American journal of respiratory and critical care medicine**, v. 193, n. 2, p. 131- 142, 2016.

JIAN, Wenying *et al.* Quantitation of leukotriene B4 in human sputum as a biomarker using UPLC– MS/MS. **Journal of Chromatography B**, v. 932, p. 59-65, 2013.

KIM, Sei Won *et al.* Factors associated with plasma IL-33 levels in patients with chronic obstructive pulmonary disease. **International journal of chronic obstructive pulmonary disease**, p. 395-402, 2017.

KLENIEWSKA, Aneta *et al.* Comparison of biomarkers in serum and induced sputum of patients with occupational asthma and chronic

obstructive pulmonary disease. **Journal of occupational health**, v. 58, n. 4, p. 333-339, 2016.

KOBAYASHI, Seiichi *et al.* Exhaled nitric oxide: A biomarker for chronic obstructive pulmonary disease. **Respiratory Investigation**, v. 59, n. 3, p. 364-366, 2021.

LACEDONIA, Donato *et al.* Expression profiling of miRNA-145 and miRNA-338 in serum and sputum of patients with COPD, asthma, and asthma–COPD overlap syndrome phenotype. **International Journal of Chronic Obstructive Pulmonary Disease**, p. 1811-1817, 2017.

LEE, Laurie A. *et al.* Efficacy and safety of once-daily single-inhaler triple therapy (FF/UMEC/VI) versus FF/VI in patients with inadequately controlled asthma (CAPTAIN): a double-blind, randomised, phase 3A trial. **The Lancet Respiratory Medicine**, v. 9, n. 1, p. 69-84, 2021.

LEE, Tae-Hyeong *et al.* Elevation of S100 calcium binding protein A9 in sputum of neutrophilic inflammation in severe uncontrolled asthma. **Annals of Allergy, Asthma & Immunology**, v. 111, n. 4, p. 268-275. e1, 2013.

MAHOR, Durga *et al.* Elevated serum matrix metalloprotease (MMP-2) as a candidate biomarker for stable COPD. **BMC pulmonary medicine**, v. 20, p. 1-9, 2020.

MANSHADI, Seyed-Mohammad-Yousof Mostafavi Pour *et al.* Fractional exhaled nitric oxide as an inflammatory biomarker in chronic obstructive pulmonary disease (COPD) with or without concurrent diagnosis of asthma: the Canadian Cohort Obstructive Lung Disease (CanCOLD). **COPD: Journal of Chronic Obstructive Pulmonary Disease**, v. 17, n. 4, p. 355-365, 2020.

MATUCCI, Andrea; MICHELETTO, C.; VULTAGGIO, A. Severe asthma and biologics: managing complex patients. **J. investig. allergol. clin. immunol**, p. 168-178, 2023.

MIKUS, Maria Sparreman *et al.* Plasma proteins elevated in severe asthma despite oral steroid use and unrelated to Type-2 inflammation. **European Respiratory Journal**, v. 59, n. 2, 2021.

MOGENSEN, Ida *et al.* Fixed airflow obstruction relates to eosinophil activation in asthmatics. **Clinical & Experimental Allergy**, v. 49, n. 2, p. 155-162, 2019.

PANTAZOPOULOS, Ioannis *et al.* Incorporating biomarkers in COPD management: the research keeps going. **Journal of Personalized Medicine**, v. 12, n. 3, p. 379, 2022.

PROBOSZCZ, Małgorzata *et al.* A comparative study of sTREM-1, IL-6 and IL-13 concentration in bronchoalveolar lavage fluid in asthma and COPD: A preliminary study. **Advances in Clinical and Experimental Medicine**, v. 26, n. 2, p. 231-236, 2017.

RAWY, Abeer M.; MANSOUR, Amira I. Fraction of exhaled nitric oxide measurement as a biomarker in asthma and COPD compared with local and systemic inflammatory markers. **Egyptian journal of chest diseases and tuberculosis**, v. 64, n. 1, p. 13-20, 2015.

SANSORES, Raúl H. *et al.* Clinical and microbiological characteristics and inflammatory profile during an exacerbation of COPD due to biomass exposure. A comparison with COPD due to tobacco exposure. **Respiratory Medicine**, v. 204, p. 107010, 2022.

SANTOS, Gonçalo Martins; PRATES, Sara; PINTO, Paula Leiria. Eosinófilos e IL-5—Novos horizontes no tratamento da asma e outras doenças eosinofílicas. **Rev Port Imunoalergologia**, v. 28, n. 4, p. 207-216, 2020.

SANTUS, Pierachille *et al.* Effects of bronchodilation on biomarkers of peripheral airway inflammation in COPD. **Pharmacological Research**, v. 133, p. 160-169, 2018.

SORIANO, Joan B. *et al.* Global, regional, and national deaths, prevalence, disability-adjusted life years, and years lived with

disability for chronic obstructive pulmonary disease and asthma, 1990–2015: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2015. **The Lancet Respiratory Medicine**, v. 5, n. 9, p. 691-706, 2017.

SU, Kang-Cheng *et al.* Fractional exhaled nitric oxide guided-therapy in chronic obstructive pulmonary disease: a stratified, randomized, controlled trial. **Archivos de bronconeumologia**, v. 58, n. 8, p. 601-610, 2021.

UZAN, Gulfidan Cakmak *et al.* The relationship between inflammatory markers and spirometric parameters in ACOS, Asthma, and COPD. **Journal of Asthma**, v. 57, n. 12, p. 1273-1279, 2019. WINTER, Natasha A. *et al.* Hemopexin: A novel anti-inflammatory marker for distinguishing COPD from asthma. **Allergy, asthma & immunology research**, v. 13, n. 3, p. 450, 2021.

ZAHRAEI, Halehsadat Nekoe *et al.* Comprehensive Cluster analysis for COPD including systemic and airway inflammatory markers. **COPD: Journal of Chronic Obstructive Pulmonary Disease**, v. 17, n. 6, p. 672-683, 2020.

ZINELLU, Angelo *et al.* Plasma protein thiols: an early marker of oxidative stress in asthma and chronic obstructive pulmonary disease. **European Journal of Clinical Investigation**, v. 46, n. 2, p. 181-188, 2016.

26

QUESTIONÁRIO CREMSA PARA ABORDAGEM DA ESPIRITUALIDADE DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS COM DOENÇA CRÔNICA¹

Tiffany Barros Gomes da Silva²
Isadora Suanne de Freitas Alves³
Fernanda Santos Barros de Carvalho⁴
Barbara Victória da Silva Gonzaga⁵
Willyane de Andrade Alvarenga⁶

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 38 A- Tecnologias em Saúde e os Desafios da Saúde Global em Atenção às Populações mais Vulneráveis, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: tiffannybarros@gmail.com

3 Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: freitasadora789@gmail.com

4 Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: fernandacarvalhop09@gmail.com

5 Graduando em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: barbaravick2002@gmail.com

6 Doutora em Ciências com dupla titulação (co-tutela) pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)- Brasil e pela Universidade Católica Portuguesa (UCP)- Portugal . Docente no Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

RESUMO

Crianças com doenças crônicas enfrentam momentos de sofrimento, o que pode afetar seu desenvolvimento com repercussões para suas famílias. A espiritualidade pode estar relacionada ao sofrimento vivenciado e por isso o profissional de saúde deve questionar e explorar esse aspecto. No Brasil, não foi identificado ainda um guia para auxiliar profissionais de saúde na conversa com os pais de crianças e adolescentes com doenças crônicas sobre a dimensão espiritual da família. O objetivo deste estudo foi desenvolver um questionário para a abordagem da espiritualidade da família de crianças com doença crônica para uso por profissionais de saúde. A partir de revisões de literatura e o embasamento teórico do Modelo Tríade, criou-se o questionário CREMSA. Este questionário tem potencial para auxiliar profissionais e estudantes da saúde no levantamento da história espiritual da família, mas o teste em um estudo de validação é fundamental antes da sua utilização.

Palavras-Chave: Pediatria; Adolescente; Doenças crônicas; Cuidado espiritual; Crença familiar.

INTRODUÇÃO

A doença crônica é um processo multidimensional que envolve aceitação da doença, enfrentamento, autogestão, integração e ajustamento (Ambrosio et al., 2015). Ela é persistente e envolve controle de sintomas, mudança nos hábitos de vida e acompanhamento médico periódico para controlar a progressão da doença e minimizar seus efeitos secundários (Helgeson; Zajdel, 2017). As crianças e adolescentes com doenças crônicas enfrentam momentos de dor, angústia e sofrimento (Nascimento, et al., 2016). Além de dificuldade em fazer as atividades próprias para sua idade, o que pode afetar seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, com repercussões para suas famílias (Yeo; Sawyer, 2005).

Buscar a espiritualidade torna esse enfrentamento menos doloroso e quando a criança é auxiliada pela equipe a compreender a

situação que está passando, ela consegue inclusive melhor lidar com seu adoecimento e confortar a família (Nascimento, et al., 2016). Espiritualidade é conceituada como a capacidade de se relacionar com a dimensão da vida humana de acordo com a forma que se buscam os significados em si mesmo, na natureza ou no sagrado (Quinn; Connolly, 2023). A religião está dentro da espiritualidade e concerne a um sistema organizado de crenças ou prática de um culto (Emblen, 1992). É uma instituição social que sistematiza a crença e adoração a um Deus ou ser sagrado a partir de regras, instituições, costumes e símbolos (Yeşilçinar et al., 2018).

A religiosidade e espiritualidade é uma fonte de significado, propósito e conexão, sendo capaz de influenciar o processo de tomada de decisão (Uveges et al., 2019). A espiritualidade influencia a forma como a família lida com as doenças crônicas (Wright, 2017). O que a família acredita sobre a doença influencia diretamente na sua aceitação, por exemplo, muitos acreditam que as doenças vêm como forma de castigo para pagar os pecados e outras famílias acreditam que é um sinal natural para cuidar de si mesmo (Wright, 2017).

Cuidado espiritual é a arte de “estar com” os pacientes e ajudar a desenvolver esse conceito (Ramezani et al., 2014). É a ação de ajudar pessoas a encontrar significado, esperança ou integridade em sua vida ou relacionamento e ao planejar a implementação desses cuidados, é importante respeitar as preferências religiosas e culturais do paciente (Byrne, 2007). Esse cuidado inclui atender às necessidades de significado, de valor próprio, de se expressar, de apoio à fé, ritos, oração ou sacramento, ou simplesmente para um ouvinte sensível (Ross et al., 2014).

O profissional de saúde deve questionar, explorar e examinar crenças, sofrimentos e a espiritualidade quando cuida de crianças com diagnóstico de doença crônica e seus familiares (Wright, 2017). Para isso é importante instrumentos que o auxiliem a conduzir uma

conversa sobre espiritualidade. Os guias de entrevistas são tecnologias leves, conceituadas como produtos de relações intercessoras em saúde, produtoras de acolhimento e vínculo entre o profissional e o paciente (Merhy; Onocko, 1997 apud Rodrigues et al., 2021).

Existem diversos instrumentos para auxiliar profissionais da saúde na abordagem da dimensão espiritual na prática clínica. Uma revisão de literatura encontrou 25 instrumentos para a obtenção da história espiritual em ambiente clínico, entretanto, apenas um é para contexto pediátrico (Lucchetti; Bassi; Lucchetti, 2013). No Brasil, não foi identificado ainda um guia para profissionais de saúde que auxilie na conversa com os pais de crianças e adolescentes com doenças crônicas sobre a dimensão espiritual da família. Diante desta lacuna a proposta deste estudo é desenvolver um questionário para a abordagem da espiritualidade da família de crianças com doença crônica para uso por profissionais de saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo metodológico transversal para o desenvolvimento de um questionário para a abordagem da história espiritual. A história espiritual é considerada um conjunto de perguntas que convida os pacientes a compartilhar suas crenças religiosas ou espirituais para ajudar a identificar questões e necessidades espirituais (Borneman et al., 2010).

O questionário elaborado neste estudo possui um conjunto de questões direcionadas aos pais para investigar a espiritualidade da família e a sua influência na vivência do adoecimento da criança. O Modelo Tríade desenvolvido por Wright (2017) foi utilizado como fundamentação teórica, pois traz uma estrutura para a inter-relação e interligação da espiritualidade, sofrimento e crença a ser utilizada com indivíduos ou famílias que estão doentes. Ao questionar

o paciente e familiares sobre o sofrimento acaba por convidá-los a refletir sobre o domínio espiritual, pois a espiritualidade é frequentemente a resposta atribuída pela família para o sofrimento causado pela doença (Wright, 2017).

Para a construção das perguntas do questionário foram considerados todos os atributos propostos por Lucchetti, Bassi e Lucchetti (2013) para que um instrumento de obtenção da história espiritual seja considerado efetivo na prática clínica. São os critérios: memorabilidade, filiação religiosa, frequência religiosa, influência da espiritualidade na vida, aspectos negativos da religião, significado da espiritualidade na vida, influência da espiritualidade na doença, rituais/práticas religiosas e sua influência no tratamento, enfrentamento religioso, apoio religioso, práticas médicas não permitidas, vivências espirituais importantes, lidando com eventos terminais, opção para discutir questões religiosas e para encaminhar ao líder religioso ou capelão (Lucchetti; Bassi; Lucchetti, 2013).

Outros instrumentos considerados mais bem avaliados para obtenção da história espiritual na prática clínica e comumente utilizados no Brasil identificados na revisão de literatura desenvolvida por Esporcatte et al. (2020) também foram considerados para a construção das questões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Instrumentos disponíveis para a abordagem da história espiritual

São seis os instrumentos melhor avaliados e mais utilizados no Brasil para coletar a história espiritual do paciente (Quadro 1):

- Questionário FICA que possui quatro dimensões que são: fé/crença, importância/influência, comunidade e endereço e contempla 11 questões de fácil memorização e aplicação (Puchalski; Romer, 2000).

- Questionário SPIRIT que possui seis dimensões que são avaliam as questões chaves que são: sistema de crenças espirituais, espiritualidade pessoal, integração com a comunidade espiritual, prática ritualizadas e restrições, implicações para o cuidado médico e eventos terminais, entretanto sua aplicação é demorada (Maugans, 1996).
- Questionário HOPE que analisa quatro dimensões que são: esperança/significado/conforto/força, religião organizada, espiritualidade e práticas pessoais, efeitos nos cuidados médicos, questões de fim de vida, e contempla 19 questões (Anandarajah; Hight, 2001).
- Questionário FAITH é voltado para médicos utilizarem e analisa cinco dimensões que são: fé/crença espirituais, aplicabilidade, influência/importância, conversa/eventos terminais e ajuda e propõem 16 questões (Neely; Minford, 2009).
- Questionário FACT analisa quatro dimensões que são: fé/crença, disponibilidade, acessibilidade, aplicabilidade, enfrentamento ou conforto e plano de tratamento, que contempla 10 questões, se mostra simples e rápido de ser administrado (Larocca-Pitts, 2009).
- Questionário BELIEF tem seis dimensões (sistema de crenças, ética ou valores, estilo de vida, envolvimento em comunidade espiritual, educação, eventos futuros), 18 questões e 6 assertivas, voltadas para os pais de crianças adoecidas (McEvoy, 2000).

QUADRO 1. Questionários FICA, HOPE, SPIRIT, FAITH, FACT E BELIEF para anamnese espiritual

<p>Questionário FICA (Puchalski; Romer, 2000)*</p> <p>F – Fé/Crença: Qual é a sua fé ou crença? Você se considera espiritual ou religioso? Em que coisas você acredita que dão sentido à sua vida?</p> <p>I – Importância/Influência: Isso é importante na sua vida? Que influência isso tem em como você cuida de si mesmo? Como suas crenças influenciaram seu comportamento durante esta doença? Que papel suas crenças desempenham na recuperação de sua saúde?</p> <p>C – Comunidade: Você faz parte de uma comunidade espiritual ou religiosa? Isso é um apoio para você e como? Existe uma pessoa ou grupo de pessoas que você realmente ama ou que são realmente importantes para você?</p> <p>A – Ação no tratamento: Como você gostaria que eu, seu profissional de saúde, abordasse essas questões em seus cuidados de saúde?</p>	<p>Questionário HOPE (Anandarajah; Hight, 2001)*</p> <p>H – Há fontes de esperança?: O que já em sua vida que lhe dá suporte interno? Quais são suas fontes de esperança, força, conforto e paz? Em que você se apegava durante os momentos difíceis? O que te sustenta e te faz continuar? Para algumas pessoas, suas crenças religiosas ou espirituais atuais como uma fonte de conforto e força para lidar com os altos e baixos da vida, você se enquadra nesses pensamentos?</p> <p>O – Organização religiosa: Você se considera parte de uma religião organizada? Quão importante é isso para você? Que aspectos de sua religião são úteis e não tão úteis para você? Você faz parte de uma comunidade religiosa ou espiritual? Isso ajuda você? Como?</p> <p>P – Práticas espirituais pessoais: Você tem crenças espirituais pessoais que são independentes de organizações religiosas? O que eles são? Você acredita em Deus? Que tipo de relacionamento você tem com Deus? Que aspectos de sua espiritualidade ou práticas espirituais você acha mais úteis?</p> <p>E - Efeito no tratamento: Estar doente afetou sua capacidade de fazer as coisas que geralmente o ajudam espiritualmente? Como médico, há algo que eu possa fazer para ajudá-lo a acessar os recursos que geralmente o ajudam? Você está preocupado com algum conflito entre suas crenças e suas situações/cuidados/decisões médicas? Seria útil para você falar com um líder espiritual da comunidade? Há alguma prática ou restrição específica que eu deva conhecer ao fornecer seus cuidados médicos? Se o paciente estiver morrendo: Como suas crenças afetam o tipo de cuidado médico que você gostaria que eu prestasse nos próximos dias/semanas/meses?</p>
<p>Questionário SPIRIT (Maugans, 1996)*</p> <p>S – Sistema de crenças espirituais: Você tem uma afiliação religiosa formal? Você tem uma vida espiritual que é importante para você?</p> <p>P – Espiritualidade pessoal: De que maneira sua espiritualidade é importante para você?</p> <p>I – Integração com uma comunidade espiritual: Você pertence a algum grupo ou comunidade religiosa ou espiritual?</p>	<p>Questionário FAITH (Neely; Minford, 2009)**</p> <p>F – Fé: Você tem alguma fé, crenças religiosas ou espirituais em particular? O que dá sentido à sua vida? O que ajuda a enfrentar momentos de estresse ou doença?</p> <p>A – Aplicação: De que maneiras você aplica sua fé em sua vida diária? Você pertence a uma determinada igreja ou comunidade? A oração ou a meditação são importantes para você?</p>

<p>R - Práticas ritualizadas e restrições: Quais práticas específicas você realiza como parte da vida religiosa ou espiritual?</p> <p>I – Implicações para a assistência médica: Você gostaria de discutir implicações religiosas ou espirituais da assistência à saúde?</p> <p>T – Eventos terminais: Existem aspectos particulares dos cuidados médicos que você deseja renunciar ou recusou por causa de sua religião / espiritualidade?</p>	<p>I – Influência: Como sua fé e crenças espirituais influenciam sua vida? Eles são importantes para você? Como sua fé e crenças espirituais influenciam suas vidas? Eles são importantes para você? Como sua fé e crenças espirituais o influenciam nestas doenças? Eles alteraram sua atitude ou comportamento? Essa doença influenciou sua fé? Suas crenças influenciam ou afetam suas decisões de cuidados de saúde que seriam úteis para mim saber?</p> <p>T – Conversa: Você tem alguém em quem pode confiar para conversar sobre questões espirituais ou religiosas? Você tem algum pedido específico para caso se torne uma doença terminal?</p> <p>H – Ajuda: Existe alguma maneira de que eu ou outro membro da equipe de saúde pudesse ajudá-lo? Você precisa de assistência ou ajuda com oração? Gostaria de falar com um capelão? Você gostaria de discutir questões espirituais ou suas crenças com seu médico?</p>
--	--

<p>Questionário FACT (Larocca-Pitts, 2009)**</p> <p>F – Fé: Qual é a sua crença? Você se considera uma pessoa de fé ou espiritualizada? Em que coisas você acredita que dão sentido e propósito à sua vida?</p> <p>A – Acessível: Você está atualmente ativo em sua comunidade de fé? Você faz parte de uma comunidade religiosa ou espiritual? O suporte para sua fé está disponível para você? Você tem acesso ao que precisa para aplicar sua fé/crença? Existe uma pessoa ou grupo cuja presença e apoio você valoriza em um momento como este?</p> <p>C – Conforto/ Conflitos: Como você está lidando com sua situação médica? Sua fé está ajudando você a enfrentar? Como sua fé está proporcionando conforto à luz de seu diagnóstico? Algumas de suas crenças religiosas ou práticas espirituais entram em conflito com o tratamento médico? Há alguma preocupação específica que você tenha para nós como sua equipe médica?</p> <p>T – Tratamento: O clínico pode então fazer o julgamento quanto ao tratamento apropriado.</p>	<p>Questionário BELIEF (McEvoy, 2000)**</p> <p>B- Sistema de crença: Sua família pertence a algum grupo religioso? Qual é a extensão do seu envolvimento neste grupo? Seu filho é um participante ativo neste grupo? E- Ética ou valores: Certos valores são importantes em sua vida familiar? Quais são seus valores? Quais deles são importantes na criação do(s) seu(s) filho(s)? L – Estilo de vida: Sua família tem alguma restrição alimentar? Sua família faz orações ou medita juntos? A Oração/Meditação de sua família é privada? Você pratica algum ritual na hora das refeições? Hora de dormir? I- Envolvimento em uma comunidade espiritual: Sua família está envolvida em atividades comunitárias? Sua família pertence a algum grupo espiritual ou de apoio? Alguém da sua família está envolvido em atividades de serviço sociais? E – Educação: O seu filho frequenta uma escola religiosa? Alguém da sua família recebe instruções religiosas? Algum dos pais pertence a um grupo de pais? O que você quer que seus filhos saibam sobre suas crenças? Como devemos incorporar essas crenças espirituais na vida de assistência médica de seu filho?</p> <p>F- Eventos Futuros: Restrições alimentares</p>
	<p>Imunização</p> <p>Transfusões sanguíneas</p> <p>Controle de natalidade</p> <p>Aborto</p> <p>Morte</p>

Fonte: De autoria.

Legenda: (*) Tradução de Esporcatté *et al* (2020); (**) Tradução livre das autoras

Instrumento desenvolvido para a abordagem da história espiritual com pais de crianças e adolescentes com doença crônica

A partir dos instrumentos identificados nas revisões de literatura feitas por Lucchetti, Bassi e Lucchetti (2013) e Esporcatté *et al.* (2020), bem como o embasamento do Modelo Tríade de Wright (2017), criou-se o questionário CREMSA. O mnemônico CREMSA é de

fácil memorização para o seu uso, centrada nos pais de crianças e adolescentes com doença crônica e pode ser utilizado por profissionais de saúde para coletar o histórico espiritual. Ele possui 15 questões e cinco dimensões: Crença, Rituais e restrição, Esperança, Mudanças e significados e Apoio (Quadro 2).

QUADRO 2. Questionário CREMSA para anamnese espiritual da família de crianças com doenças crônicas

	Questionário CREMSA
C- Crenças	Qual é a fé ou crença da sua família ? Que papel essas crenças desempenham no adoecimento do seu/sua filho(a)? Como devemos incorporar essas crenças na assistência à saúde de seu/sua filho(a)?
R- Rituais e Restrição	Quais práticas ou rituais sua família realiza como parte da vida religiosa ou espiritual? Há algum ritual ou restrição específica de sua família que eu, seu profissional de saúde, deva conhecer ao fornecer o cuidado de seu/sua filho(a) (Exemplos: Imunização, Transfusão Sanguínea, Controle de natalidade, Aborto, Morte ou Alimentação)? Você já procurou tratamentos alternativos ou complementares para seu/sua filho(a) (Exemplos: remédios caseiros, curandeiros, rezadeiras e outros)?
E- Esperança	Em que sua família se apegue durante os momentos difíceis? Quais são as fontes de esperança e força para sua família? Como eu, seu profissional de saúde posso ajudá-los a acessar essas fontes de esperança e força?
MS- Mudanças e Significados	Quais mudanças ocorreram na sua família desde que seu/sua filho(a) foi diagnosticado com essa doença? O que sua família atribui como causa a doença seu/sua filho(a)? O que mais tem lhe preocupado na doença de seu/sua filho(a)?
A- Apoio	Vocês fazem parte de uma comunidade espiritual ou religiosa? Essa comunidade é um apoio para vocês e como? Existe uma pessoa ou grupo cuja presença e apoio vocês valorizam em um momento como este?

Fonte: De autoria

Baseado no Modelo Tríade de Wright (2017), que conceitua crença como o modelo pelo qual se vê a vida e o que se acredita sobre o adoecimento, retrata diretamente na forma pela qual é vivenciada, essas crenças sofrem modificações quando se experiencia o adoecimento, esse modelo conceitua também a espiritualidade como qualquer fonte, seja ela pessoa ou não, que de significado e

propósitos à vida de uma pessoa, conceitua também o sofrimento como a dor ou angústia física, emocional ou espiritual, que está envolvida na experiência do sofrimento e no seu efeito sobre a doença, sofrimento esse que procura a explicação do porque aconteceu e como se pode suportar (Wright, 2017).

A implementação de instrumentos para auxiliar na anamnese são necessários para melhorar a prática da enfermagem, e quando focados na espiritualidade, estes instrumentos podem favorecer o raciocínio do diagnóstico, facilitando a descoberta do sofrimento espiritual dos pacientes e seus familiares. O enfermeiro deve estar atento aos sinais de sofrimento espiritual, pois o plano terapêutico pode ser mal sucedido, resultando na incapacidade de lidar com a doença crônica, interferindo nos desfechos positivos do tratamento.

A formação cultural e a visão de mundo espiritual da família influenciam claramente na estrutura familiar normativa, no estilo de comunicação, nos sistemas de crenças e na história do desenvolvimento infantil (Moncher; Josephon, 2004). Embora cada criança nasce com uma espiritualidade, ela muda conforme tem acesso ao que está ao seu redor e como a sua família aborda a espiritualidade e religiosidade (Wright, 2017). Pacientes pediátricos possuem uma linguagem e perspectivas sobre espiritualidade diferentes da população adulta (Alvarenga et al., 2017).

CONCLUSÃO

O questionário CREMSA foi desenvolvido a partir da literatura para uso clínico por profissionais de saúde para abordar a história espiritual da família com crianças e adolescentes com doença crônica. Assim tanto profissionais como estudantes da área da saúde podem utilizá-lo como método de coleta de dados da dimensão espiritual da família. As etapas futuras para este estudo referem-se

a validação de conteúdo com profissionais da saúde especialistas em saúde da família, saúde da criança e espiritualidade, e avaliação clínica da viabilidade e utilidade do questionário para a abordagem da espiritualidade da família de crianças com doenças crônicas. O teste do instrumento em um estudo de validação, a fim de obter mais informações sobre as propriedades psicométricas, é fundamental antes da utilização de um instrumento (Maneesriwongul; Dixon, 2004).

AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) pelo suporte financeiro a partir de bolsas de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, W. DE A. et al. The possibilities and challenges in providing pediatric spiritual care. **Journal of Child Health Care**, v. 21, n. 4, p. 435–445, 26 dez. 2017.
- AMBROSIO, L. et al. Living with chronic illness in adults: a concept analysis. **Journal of Clinical Nursing**, v. 24, n. 17–18, p. 2357–2367, set. 2015.
- ANANDARAJAH, G.; HIGHT, E. Spirituality and medical practice: using the HOPE questions as a practical tool for spiritual assessment. **American family physician**, v. 63, n. 1, p. 81–9, 1 jan. 2001.
- BORNEMAN, T.; FERRELL, B.; PUCHALSKI, C. M. Evaluation of the FICA Tool for Spiritual Assessment. **Journal of Pain and Symptom Management**, v. 40, n. 2, p. 163–173, ago. 2010.
- BYRNE, M. Spirituality in palliative care: what language do we need? Learning from pastoral care. **International Journal of Palliative Nursing**, v. 13, n. 3, p. 118–124, mar. 2007.

EMBLEM, J. D. Religion and spirituality defined according to current use in nursing literature. **Journal of Professional Nursing**, v. 8, n. 1, p. 41–47, jan. 1992.

ESPORCATTE, R. et al. ESPIRITUALIDADE: DO CONCEITO À ANAMNESE ESPIRITUAL E

ESCALAS PARA AVALIAÇÃO. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo**, v. 30, n. 3, p. 306–314, 20 out. 2020.

HELGESON, V. S.; ZAJDEL, M. Adjusting to Chronic Health Conditions. **Annual Review of Psychology**, v. 68, n. 1, p. 545–571, 3 jan. 2017.

LARocca-PITTS, M. A. FACT: Taking a Spiritual History in a Clinical Setting. **Journal of Health Care Chaplaincy**, v. 15, n. 1, p. 1–12, 18 mar. 2009.

LUCCHETTI, G.; BASSI, R. M.; LUCCHETTI, A. L. G. Taking Spiritual History in Clinical Practice: A Systematic Review of Instruments. **EXPLORE**, v. 9, n. 3, p. 159–170, maio 2013.

MAUGANS, T. A. The SPIRITual history. **Archives of Family Medicine**, v. 5, n. 1, p. 11–16, 1 jan. 1996.

MCEVOY, M. An added dimension to the pediatric health maintenance visit: The spiritual history. **Journal of Pediatric Health Care**, v. 14, n. 5, p. 216–220, 2000.

MONCHER, F. J.; JOSEPHSON, A. M. Religious and spiritual aspects of family assessment. **Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America**, v. 13, n. 1, p. 49–70, jan. 2004.

NASCIMENTO, L. C. et al. Cuidado Espiritual: vivências dos enfermeiros na unidade de terapia intensiva pediátrica. **Religiões**, v. 7, n. 3, p. 26, 2016

NEELY, D.; MINFORD, E. FAITH: spiritual history-taking made easy. **The Clinical Teacher**, v. 6, n. 3, p. 181–185, set. 2009.

PUCHALSKI, C.; ROMER, A. L. Taking a Spiritual History Allows Clinicians to Understand Patients More Fully. **Journal of Palliative Medicine**, v. 3, n. 1, p. 129–137, mar. 2000.

QUINN, B.; CONNOLLY, M. Spirituality in palliative care. **BMC Palliative Care**, v. 22, n. 1, p. 1, 4 jan. 2023.

RAMEZANI, M. et al. Spiritual care in nursing: a concept analysis. **International Nursing Review**, v. 61, n. 2, p. 211–219, jun. 2014.

RODRIGUES, G. V. B. et al. Processo de educação permanente sob a micropolítica do trabalho vivo em ato de Emerson Merhy: reflexão teórica. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e17610111514, 6 jan. 2021.

ROSS, L. et al. Student nurses perceptions of spirituality and competence in delivering spiritual care: A European pilot study. **Nurse Education Today**, v. 34, n. 5, p. 697–702, maio 2014.

UVEGES, M. K. et al. The Influence of Parents' Religiosity or Spirituality on Decision Making for Their Critically Ill Child: An Integrative Review. **Journal of Palliative Medicine**, v. 22, n. 11, p. 1455–1467, 1 nov. 2019.

WRIGHT, M. L. **Spirituality, suffering and illness: The Path to Illness Healing**. 1 ed. Canada: 4th Floor Press, Inc, 2017.

YEO, M.; SAWYER, S. Chronic illness and disability. **BMJ**, v. 330, n. 7493, p. 721–723, 26mar. 2005.

YEŞİLÇINAR, İ. et al. Eight-Step Concept Analysis: Spirituality in Nursing. **International Journal for Human Caring**, v. 22, n. 2, p. 34–42, 5 ago. 2018.



PANDEMIA COVID-19 E SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU¹

Juliana do Nascimento da Cruz²
Ana Paula Cardoso Costa³
Carla Danielle Araújo Feitosa⁴
Rosa Jordana Carvalho⁵
Márcia Astrês Fernandes⁶

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 38 B- Tecnologias em Saúde e os Desafios da Saúde Global em Atenção às Populações mais Vulneráveis, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Acadêmico do curso de enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho
E-mail: nascimentojuliana282@gmail.com

3 Mestre em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí. E-mail: anapaulaccardoso@hotmail.com

4 Mestre em Enfermagem. Colégio Técnico de Bom Jesus / Universidade Federal do Piauí. E-mail: carlafeitosa7@gmail.com

5 Mestre em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí. E-mail: rjordana17@gmail.com

6 Doutora em Ciências. Universidade Federal do Piauí. E-mail: m.astres@ufpi.edu.br

RESUMO

Introdução: Com a pandemia COVID-19 veio a necessidade de isolamento social, incluindo o fechamento de dos setores da educação. **Objetivo:** analisar a literatura científica acerca das repercussões da pandemia COVID-19 na saúde mental de estudantes de pós-graduação *stricto sensu*. **Métodos:** revisão integrativa, desenvolvida em seis etapas. A busca pelos estudos ocorreu no mês de setembro de 2021, nas bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* via PubMed, Embase, Web of Science, PsycInfo, e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde. **Resultados:** cinco artigos compuseram a amostra final. Após análise dos achados, formaram-se duas categorias: sintomas psicológicos em alunos de pós-graduação *stricto sensu* durante a pandemia de COVID-19; e impacto da pandemia COVID-19 no contexto acadêmico de pós-graduandos *stricto sensu*. **Conclusão:** a pandemia de COVID-19 trouxe repercussões à saúde mental de pós-graduandos *stricto sensu*, identificadas por meio de sintomas psicológicos, como depressão, ansiedade e estresse.

Palavras-Chave: COVID-19. Saúde Mental. Estudantes. Saúde do Estudante. Pandemias.

INTRODUÇÃO

Sem precedentes, a pandemia COVID-19 ocasionou impactos nos mais diversos setores sociais. A necessidade de isolamento social incluiu o fechamento de serviços, dentre eles, os setores da educação (Yan, 2020). O surto pela doença e as estratégias adotadas para controlar a situação pandêmica têm repercutido na saúde mental da população, inclusive de universitários (Drissi et al., 2020)

No atual cenário, alunos de graduação e pós-graduação enfrentam um período de desafios com as mudanças no ensino (Kapasia et al., 2020) que, por sua vez, têm elevado os indicadores de agravos psicológicos, como o estresse (Verma et al., 2021), a ansiedade e a depressão (Jojoa et al., 2021).

Em nível de pós-graduação *stricto sensu*, especificamente, os estudantes de mestrado e doutorado evidenciam uma série de estressores durante o processo de formação, atribuídos às questões individuais, acadêmicas e relações interpessoais (Cesar et al., 2018). Com o cenário pandêmico, efeitos negativos somaram-se a essas questões (Viana; Souza, 2021).

Nessa perspectiva, os alunos de pós-graduação *stricto sensu* retratam, entre algumas dificuldades decorrentes da atual pandemia: adaptações a metodologia de ensino, déficit no andamento de pesquisas e dificuldades para produtivismo acadêmico. Estes aspectos, resultantes do período pandêmico, tem culminado em alterações na rotina e consequências à saúde mental desse grupo (Assunção-Luiz et al., 2021).

Diante desse contexto, faz-se importante o reconhecimento das repercussões da pandemia COVID-19 na saúde mental de estudantes de pós-graduação, com vistas a elaborar estratégias para enfrentamento dessas implicações. Portanto, o presente artigo objetivou analisar a literatura científica acerca das repercussões da pandemia COVID-19 na saúde mental de estudantes de pós-graduação *stricto sensu*.

METODOLOGIA

Trata-se de revisão integrativa, estruturada em seis etapas distintas: 1) elaboração da questão de pesquisa; 2) definição das bases de dados e critérios para inclusão e exclusão de estudos; 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão; 5) interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Whittemore; Knafl, 2005).

O estudo foi norteado por protocolo elaborado pelos pesquisadores. A questão de pesquisa foi elaborada de acordo com a estratégia População Interesse Contexto (PICO) (Lockwood et al., 2017). Considerou-se a seguinte estrutura: P – Estudantes de pós-graduação *Stricto Sensu*; I – Repercussões na saúde mental; Co – pandemia COVID-19. Dessa forma, elaborou-se a presente questão: quais as repercussões da pandemia COVID-19 na saúde mental de estudantes de pós-graduação *Stricto Sensu*?

O levantamento bibliográfico foi realizado em setembro de 2021, por meio do acesso às bases de dados virtuais: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), acessada por meio do portal PubMed; Embase; Web of Science (WOS); PsycInfo; e LILACS, via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Como critérios de inclusão delimitaram-se: artigos primários que apresentassem as repercussões da pandemia COVID-19 na saúde mental de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (em nível de mestrado e/ou doutorado), em qualquer idioma. Os critérios de exclusão foram: editoriais, teses, dissertações e os que não respondessem à questão da pesquisa. Não houve delimitação temporal.

Para a busca foram utilizados descritores controlados ou não de acordo a exigência de cada uma das bases pesquisadas. Nas bases Medline, via Pubmed, e Web of Science, utilizou-se o Medical Subject Headings (MeSH), como descritores controlados empregaram-se: P – students; I - mental health e mental disorders; Co - COVID-19. Como descritores não controlados, adotaram-se: P - student health, health postgraduate programs, *stricto sensu* postgraduate, master's degree, doctorate degree; I – “health, mental” e psychiatric diseases; Co - COVID-19 Pandemic.

Na Embase aplicou-se os descritores controlados Emtree. Para o P – student, masters education e doctoral education, e os

sinônimos indicados pela base: students, master degree education e doctoral degree education. Para o I, os descritores controlados foram: mental health e mental disease. No Contexto (Co), fez-se uso do descritor coronavírus disease 2019.

Para busca na base de dados PsycInfo, foram adotados descritores controlados conforme os critérios da APA Thesaurus of Psychological Index Terms, sendo estes: P - students e post graduate students; I - mental health e mental disorders; Co - COVID-19. Os descritores não controlados, por sua vez, foram: P – student health, health postgraduate programs, *stricto sensu* post graduate, master's degree, e doctorate degree; I – “health, mental” e psychiatric diseases; Co - COVID-19 Pandemic.

Na base da LILACS, via BVS, foram selecionados descritores controlados, presentes nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): P – estudantes e programas de pós-graduação em saúde; I – saúde mental e transtornos mentais; Co – COVID-19.

Para sistematizar a coleta da amostra, utilizou-se o formulário de busca avançada e sensível, de modo a respeitar às peculiaridades e características distintas de cada base de dados. Os descritores foram combinados entre si com o conector booleano OR, dentro de cada conjunto de termos da estratégia PICO e, em seguida, cruzados com o conector booleano AND, conforme demonstrado no quadro 1.

A busca foi realizada por dois pesquisadores independentes, os quais padronizaram a sequência de utilização dos descritores e compararam os resultados obtidos. Para garantir o acesso aos papers em sua totalidade, estes foram acessados por meio do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em área com Internet Protocol (IP) reconhecida pela Universidade Federal do Piauí.

Quadro 1. Estratégias de busca e bases de dados. Teresina, PI, Brasil, 2021.

ACRÔNIMO	ESTRATÉGIAS DE BUSCA
Medline (via Pubmed)	
P	#1 students [Mesh] OR (students) OR (student health) OR (Health Postgraduate Programs) OR (stricto sensu postgraduate) OR (master's degree) OR (doctorate degree)
I	#2 "mental health" [Mesh] OR "mental disorders" [Mesh] OR (mental health) OR (mental disorders) OR (health, mental) OR (psychiatric diseases)
Co	#3 COVID-19 [Mesh] OR (COVID-19) OR (COVID-19 Pandemic)
Combinação	#1 AND #2 AND #3 = #4
PsycInfo	
P	#1 Any Field: students OR Any Field: "postgraduate students" OR Any Field: "student health" OR Any Field: "health postgraduate programs" OR Any Field: "stricto sensu postgraduate" OR Any Field: "master's degree" OR Any Field: "doctorate degree"
I	#2 Any Field: "mental health" OR Any Field: "mental disorders" OR Any Field: "health, mental" OR Any Field: "psychiatric diseases"
Co	#3 Any Field: COVID-19 OR Any Field: "COVID-19 pandemic"
Combinação	#1 AND #2 AND #3 = #4
Web of Science	
P	#1 TÓPICO: (students) OR TÓPICO: ("student health") OR TÓPICO: ("Health Postgraduate Programs") OR TÓPICO: ("stricto sensu postgraduate") OR TÓPICO: ("master's degree") OR TÓPICO: ("doctorate degree")
I	#2 TÓPICO: ("mental health") OR TÓPICO: ("mental disorders") OR TÓPICO: ("health, mental") OR TÓPICO: ("psychiatric diseases")
Co	#3 TÓPICO: (COVID-19) OR TÓPICO: ("COVID-19 pandemic")
Combinação	#1 AND #2 AND #3 = #4

Embase	
P	#1 'student'/exp OR 'student' OR 'masters education'/exp OR 'masters education' OR 'doctoral education'/exp OR 'doctoral education' OR 'students'/exp OR 'students' OR 'master degree education'/exp OR 'master degree education' OR 'doctoral degree education'/exp OR 'doctoral degree education'
I	#2 'mental health'/exp OR 'mental health' OR 'mental disease'/exp OR 'mental disease'
Co	#3 'coronavirus disease 2019'/exp OR 'coronavirus disease 2019'
Combinação	#1 AND #2 AND #3 = #4
LILACS (via BVS)*	
P	#1 (mh:estudantes OR (estudantes) OR (students) OR (estudiantes) OR (aluno) OR (alunos) OR (estudante) OR mh:m01.848* OR mh:"Programas de Pós-Graduação em Saúde" OR (programas de pós-graduação em saúde) OR (health postgraduate programs) OR (programas de posgrado en salud) OR mh: sh1.030.030.010*)
I	#2 (mh:"Saúde Mental" OR (saúde mental) OR (mental health) OR (salud mental) OR mh: f02.418* OR mh: "Transtornos Mentais" OR (transtornos mentais) OR (mental disorders) OR (trastornos mentales) OR mh: f03*)
Co	#3 (mh:covid-19 OR (covid19) OR (doença viral covid-19) OR (doença por 2019-ncov) OR (doença por coronavírus 2019) OR (surto por coronavírus de wuhan) OR (surto por coronavírus de wuhan de 2019-2020) OR mh:c01.748.214*)
Combinação	((mh:estudantes OR (estudantes) OR (students) OR (estudiantes) OR (aluno) OR (alunos) OR (estudante) OR mh:m01.848* OR mh:"Programas de Pós- Graduação em Saúde" OR (programas de pós-graduação em saúde) OR (health postgraduate programs) OR (programas de posgrado en salud) OR mh: sh1.030.030.010*)) AND ((mh:"Saúde Mental" OR (saúde mental) OR (mental health) OR (salud mental) OR mh: f02.418* OR mh: "Transtornos Mentais" OR (transtornos mentais) OR (mental disorders) OR (trastornos mentales) OR mh: f03*)) AND ((mh:covid-19 OR (covid19) OR (doença viral covid-19) OR (doença por 2019-ncov) OR (doença por coronavírus 2019) OR (surto por coronavírus de wuhan) OR (surto por coronavírus de wuhan de 2019-2020) OR mh:c01.748.214*)) AND (db:("LILACS"))

Os estudos encontrados foram importados no software de gerenciamento de referências bibliográficas Endnote Web, para a exclusão das duplicatas, logo após, utilizou-se o aplicativo denominado Rayyan QCRI (Ouzzani et al., 2016). Por meio dele foi realizada a leitura de títulos e resumos, e excluídos àqueles que não respondiam à pergunta da pesquisa, bem como se realizou a seleção dos artigos que se enquadrariam para a leitura em sua totalidade.

Para a extração e síntese das informações dos estudos selecionados, adaptou-se o formulário da Red de Enfermería em Salud Ocupacional (RedENSO Internacional) (Marziale, 2015). Foram extraídas as seguintes informações: ano da publicação, país, periódico, desenho do estudo, objetivo do estudo, nível de evidência e desfecho (repercussões na saúde mental de estudantes de pós-graduação stricto sensu).

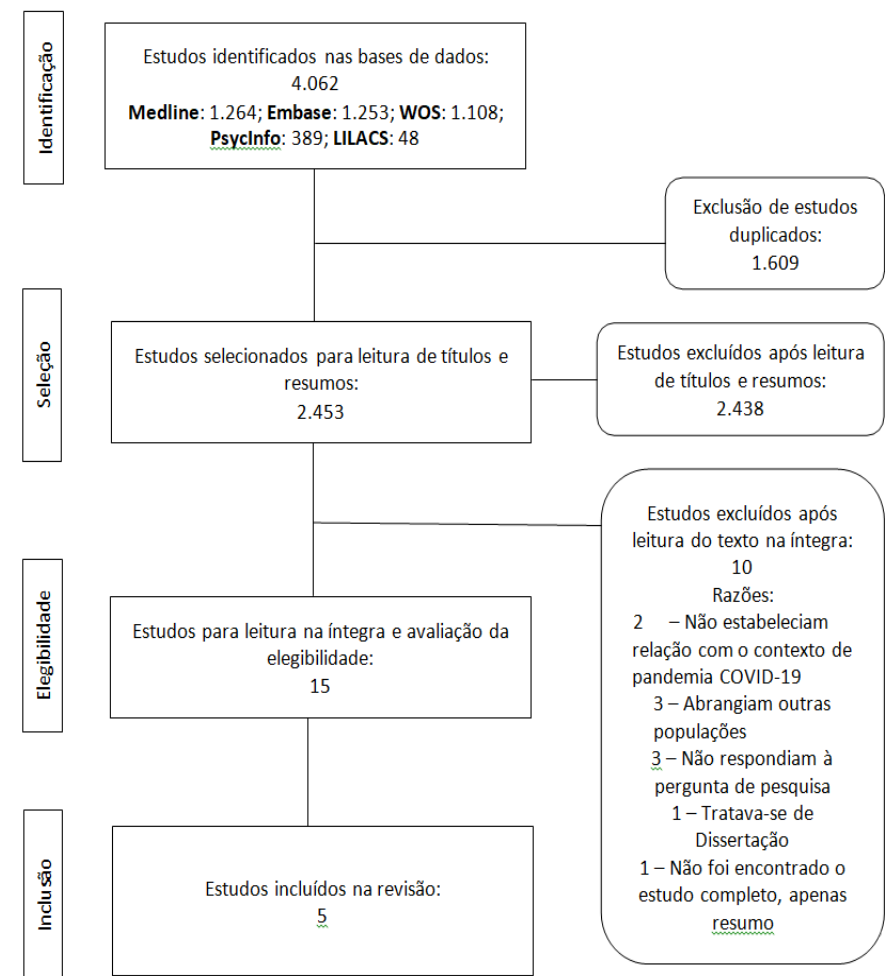
Onível de evidência foi determinado pela seguinte classificação: nível I – metanálise de estudos controlados e randomizados; nível II – estudo experimental; nível III – estudo quase experimental; nível IV – estudo descritivo/não experimental ou com abordagem qualitativa; nível V – relato de caso ou experiência; nível VI – consenso e opinião de especialista (Melnik; Fineout-Overholt, 2005).

Identificaram-se 4.062 publicações e, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados para a amostra final desta revisão 5 artigos. Para seleção das publicações, seguiram-se as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Moher et al., 2009), apresentado na figura 1.

Cabe ressaltar que os autores do presente artigo entraram em contato, via e-mail, com os autores do único paper excluído por não estar disponível em texto completo, porém não obtiveram resposta.

Por tratar-se de revisão integrativa, a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, porém foram mantidas as ideias dos autores das publicações utilizadas no desenvolvimento deste estudo. A análise crítica e a síntese qualitativa dos estudos selecionados foram realizadas de forma descritiva.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos primários, elaborado a partir da recomendação PRISMA. Teresina, PI, Brasil, 2021.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os cinco artigos selecionados para a amostra final deste estudo foram publicados entre os anos de 2020 e 2021. Destes, dois foram desenvolvidos na Índia, dois no Brasil, e um nas Filipinas. As publicações ocorreram em periódicos de medicina (n=2),

enfermagem (n=1), contabilidade (n=1) e educação (n=1). Em termos de delineamento metodológico, a maioria dos estudos são transversais (n=4), e um estudo é descritivo. Todos são classificados com nível de evidência IV.

A síntese dos estudos é apresentada no quadro 2.

Quadro 2. Artigos selecionados para composição da amostra final. Teresina, PI, Brasil, 2021.

País/Ano	Objetivo	Desfecho (repercussões na saúde mental)	Nível de ensino (Stricto sensu)
Índia/2020	Avaliar o impacto do COVID-19 no ensino e aprendizagem de pós-graduação entre os candidatos que buscam qualificação em ortopedia, na capital de Delhi, na Índia	96% dos participantes apresentaram-se estressados devido à pandemia COVID-19. Os principais motivos foram a perda do período de treinamento cirúrgico, o medo de contrair COVID-19, a incerteza quanto à vida profissional devido ao COVID-19, estar longe da família, contaminar os colegas de trabalho e perder a confiança em adquirir habilidades cirúrgicas. Ainda, 35,35% da amostra referiu estresse devido ao atraso ou não recrutamento de casos para dissertação.	Mestrado e doutorado
Brasil/2021	Investigar as emoções de enfermeiras e enfermeiros acerca da infecção por coronavírus (COVID-19)	O discurso dos participantes evidencia os sentimentos de preocupação, tensão e medo diante da exposição à infecção e da possibilidade de contaminação de seus familiares pela COVID-19, como também se constatou outras emoções e alguns sentimentos negativos, como medo, angústia, desespero, tristeza, frustração e dor emocional, além de sentimentos como insegurança e ansiedade perante os desafios de uma doença sobre a qual se tem pouco embasamento científico.	Mestrado
Índia/2021	Avaliar a relação entre problemas psicológicos como depressão, ansiedade, estresse e nível de resiliência entre pós-graduandos de ciências em saúde durante a pandemia COVID-19	A depressão estava presente em 84 (43,1%) participantes do estudo, 27,7% leve, 13,3% moderado e 2,1% depressão grave. A ansiedade esteve presente em 134 (68,7%) participantes do estudo. O estresse, por sua vez, foi identificado entre 22 (11,3%). Também se observou medo de contrair a COVID-19 e transmitir aos familiares	Não delimitou

Brasil/2021	Analisar os efeitos das inseguranças Socioacadêmicas (sociais, financeiras e emocionais) no desempenho da tarefa de pós-graduandos stricto sensu nas primeiras semanas da pandemia COVID-19 no Brasil	Os resultados mostram que as inseguranças socioacadêmicas explicam em maior proporção o desempenho na escrita científica, seguido das atividades de pesquisa, autoavaliação e leitura e discussão científica.	Mestrado e doutorado
Filipinas/2020	Determinar a influência da resiliência no estresse percebido, ansiedade e medo relacionados ao COVID-19 entre alunos pós-graduandos filipinos	Os pós-graduandos filipinos experimentaram níveis moderados a altos de estresse, medo e ansiedade, devido à pandemia COVID-19.	Mestrado e doutorado

O desenvolvimento desta pesquisa apresentou como limitação o baixo quantitativo de publicações científicas desenvolvidas apenas com pós-graduandos stricto sensu. Foram identificados estudos que envolviam o público-alvo, no entanto, também abrangiam outras populações, fator que impediu sua inclusão nesta síntese de evidências.

Este estudo contribui, especialmente, para reflexão acerca da saúde mental de pós-graduandos no cenário de pandemia. Os dados produzidos apontam para a necessidade de busca por estratégias que atendam às necessidades psicológicas desse público, bem como minimizem as dificuldades vivenciadas pelos pós-graduandos no atual panorama.

Os resultados desta revisão apontaram baixo quantitativo de artigos que abordavam agravos psicológicos em pós-graduandos no contexto da pandemia COVID-19, o que mostra a escassez de publicações que investiguem a saúde mental desse público, exclusivamente, no contexto de pandemia. A literatura revela, ainda, que as pesquisas em saúde mental no âmbito universitário têm

ênfatisado alunos de graduação, sendo reduzida a quantidade de estudos que retratam a realidade de pós-graduandos (Costa; Nebel, 2018).

Quanto ao período das publicações incluídas na amostra final desta pesquisa, condiz com o contexto adotado para o estudo, uma vez que a pandemia COVID-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 (WHO, 2020).

Em relação aos países de desenvolvimento dos artigos que constituíram a amostra final, evidencia-se a necessidade de publicações de outros territórios sobre o assunto, para reconhecimento das repercussões da pandemia entre esse público nos mais diferentes contextos. É válido considerar que a COVID-19 atingiu alguns países de forma diferente (Shams; Haleem; Javaid, 2020), sendo, portanto, importante observar os efeitos sobre a saúde mental de pós-graduandos sob as diversas perspectivas moldadas pelo novo coronavírus.

O delineamento transversal, observado na maioria dos artigos avaliados, é condizente com achados de estudo congênere (Lobo; Rieth, 2021). O nível de evidência dos papers encontrados, classificado em IV (Melnyk; Fineout-Overholt, 2005), aponta para a necessidade de desenvolvimento de novas pesquisas, que apresentem evidências mais robustas.

Os desfechos encontrados foram distribuídos em duas categorias temáticas: sintomas psicológicos em alunos de pós-graduação *stricto sensu* durante a pandemia COVID-19; e impacto da pandemia COVID-19 no contexto acadêmico de pós-graduandos *stricto sensu*.

Sintomas psicológicos em alunos de pós-graduação *stricto sensu* durante a pandemia COVID-19

No contexto universitário, os sintomas psicológicos encontram-se cada vez mais presentes, por vezes devido ao produtivismo, que

foi duramente afetado pela COVID-19. Nessa perspectiva, dentre os discentes, destacam-se os sintomas de depressão, ansiedade e estresse, bem como a ideação e tentativa de suicídio. Evidência aponta para uma crescente preocupação com a saúde mental dos estudantes universitários, em especial aqueles da pós-graduação (Pinzón et al., 2020).

Reitera-se que alguns destes sintomas relacionam-se, principalmente, ao isolamento por conta do surto pandêmico, sejam eles alusivos ao tédio, raiva, solidão, ataques de pânico, agitação psicomotora e sintomas psicóticos (Ribeiro et al., 2020).

Foi verificado que estudantes indianos de mestrado e doutorado, durante a pandemia COVID-19, apresentaram sintomas psicológicos relacionados ao medo, às incertezas e ao estresse (Upadhyaya et al., 2020). Tal sintomatologia, abordada em revisão integrativa, é repercutida devido à gravidade do vírus em circulação, bem como ao elevado grau de transmissibilidade, que requer medidas de controle e restrição de contaminação, tais ações acabaram por acarretar implicações à saúde física e mental (Pavani et al., 2021).

Por sua vez, em investigação desenvolvida com uma amostra de estudantes mestrandos e mestres brasileiros, evidenciaram-se os sentimentos de preocupação, tensão e medo diante da exposição à infecção e da possibilidade de contaminação de seus familiares pela COVID-19, além de sentimentos negativos, como a angústia, o desespero, a tristeza, a frustração e a dor emocional (Eleres et al., 2021).

Frente a este cenário e a análise dos resultados da pesquisa com pós-graduandos de uma instituição pública federal de ensino, constatou-se que o panorama atual atípico que a população mundial enfrenta, fruto da pandemia COVID-19, tem impactado a saúde mental dos pós-graduandos, de modo que os estudantes pesquisados relataram, assim como no estudo supracitado, presença

de medo, preocupações, angústia, além de problemas relacionados às questões socioeconômicas (Viana; Souza, 2021).

Em pesquisa realizada em Maharashtra, Índia, observou-se que a depressão, a ansiedade e o estresse estiveram presentes entre os pós-graduandos de ciências em saúde durante a pandemia COVID-19 (Ghogare et al., 2021). Em revisão narrativa da literatura, entendeu-se que os níveis dessas patologias se elevaram, entre os estudantes, devido ao aumento dos casos positivos para COVID-19 (Sunde, 2021).

Entre os jovens, há um grupo específico no qual os diagnósticos de transtornos mentais têm crescido de forma muito expressiva nos últimos anos: os estudantes universitários. Os estudos realizados com esta população evidenciam que as taxas de doenças mentais como depressão, ansiedade, crise de pânico, distúrbios do sono, além do risco de suicídio, são muito maiores entre estudantes matriculados em cursos de graduação e, principalmente de pós-graduação, do que no restante da população (Costa; Nebel, 2018).

Ademais, em investigação realizada em Negros Ocidental, Filipinas, os discentes de pós-graduação *stricto sensu* descreveram apresentar sintomas como o medo, o estresse e a ansiedade neste período de pandemia. Além disso, os resultados deste estudo corroboram o de pesquisas anteriores indicando que a pandemia COVID-19 resultou em alguns indicadores de estresse emocional, saúde mental negativa e problemas psicológicos entre os pós-graduandos (Oducado; Parreño-Lachica; Rabacal, 2021).

Reflete-se, portanto, que os riscos de sintomas mentais, entre a população estudada, elevam-se com o cancelamento das atividades, bem como pela incerteza do tempo determinado para o retorno. Há ainda importantes fatores socioeconômicos que corroboram com a situação da COVID-19, uma vez que a maioria paga de aluguel, mora distante da família, dependem de bolsa de estudo que são limitadas

e em etapas finais, faltando alguns procedimentos, como exame de qualificação e defesa de dissertação ou tese (Sunde, 2021).

Impacto da pandemia COVID-19 no contexto acadêmico de pós-graduandos *stricto sensu*

Pelos enfrentamentos no período pandêmico, diversas limitações atingiram mestrandos e doutorandos em sua vida acadêmica, dentre elas, dificuldades na coleta de dados de seus estudos. Com isso, pesquisadores precisaram interromper o andamento de suas coletas ou, até mesmo, alterar o objeto de estudo (Almeida; Arrigo; Broietti, 2020).

Pesquisa que identificou que 71,6% de 138 pós-graduandos do curso de ortopedia na Índia, no contexto pandêmico tiveram problemas para conclusão da dissertação e 96% sentiram-se estressados. Além disso, os achados mostraram que o atraso, ou o não levantamento de casos para a dissertação, foi uma razão para estresse entre os pós-graduandos durante a pandemia COVID-19 (Upadhyaya et al., 2020).

O prejuízo no andamento de pesquisas pode ser um fator que desencadeia preocupação entre pós-graduandos (Viana; Souza, 2021). Esses alunos têm evidenciado desmotivação frente as dificuldades impostas pelo isolamento social durante a pandemia, por causarem comprometimento no avanço de algumas pesquisas, devido a inacessibilidade a laboratórios ou ambientes de coleta de dados. Tais aspectos também revelaram a necessidade de aumento de prazos para a conclusão das pesquisas (Assunção-Luiz et al., 2021).

Além do desenvolvimento da dissertação e tese, os cursos de mestrado e doutorado exigem uma série de outras demandas dos pesquisadores, por exemplo: publicação de artigos, cumprimento de disciplinas e participação em eventos, e somado a isso estão as dimensões pessoais, emocionais, financeiras, profissionais, entre

outras. Desse modo, o curso de pós-graduação é constituído por vários desafios, que podem afetar, sobretudo, a saúde mental do estudante (Costa; Nebel, 2018).

Em estudo realizado no Brasil durante as primeiras semanas da pandemia COVID-19, com dados de 1.459 alunos de pós-graduação *stricto sensu* de diversas áreas do conhecimento, verificou que as inseguranças socioacadêmicas – que incluem inseguranças psicológicas – afetam negativamente o desempenho na tarefa desses estudantes. Foram verificados efeitos sobre atividades como escrita científica, pesquisa e leitura (Meurer; Lopes, 2021).

Atividades que intensificam o uso das habilidades cognitivas foram identificadas como estressores significativos em pós-graduandos, entre elas, encontram-se as exigências de escrita dentro de padrões e o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos (Cesar et al., 2018). Com a pandemia, esse público tem enfrentado déficit na produtividade e concentração. A mudança repentina para o novo contexto tem refletido em dificuldades para manter o foco, motivação e rendimento nos estudos (Assunção-Luiz et al., 2021).

A pandemia COVID-19 se soma aos vários aspectos que exercem impacto sobre a saúde mental dos estudantes de mestrado e doutorado, e exige, desses pesquisadores, esforços para cumprimento às expectativas da pós-graduação com o enfrentamento dos novos e velhos desafios. Nesse sentido, discussões devem ser suscitadas com maior atenção, a fim de contemplar ações que priorizem a saúde mental desse público (Viana; Souza, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia COVID-19 trouxe repercussões à saúde mental de pós-graduandos *stricto sensu*, sendo estas, especialmente identificadas por meio de sintomas psicológicos, como depressão, ansiedade e estresse. Além disso, os reflexos do contexto pandêmico

também podem ser enxergados em prejuízos às exigências da pós-graduação, como dificuldades no desenvolvimento de pesquisas e atividades acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO-LUIZ, Alan Vinicius *et al.* Impacto da Covid-19 em alunos de pós-graduação. **Olhares & Trilhas**, v. 23, n. 2, p. 538-554, 2021. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2021/08/Impacto-da-covid-19-em-alunos-de-Pos-Graduacao_2021.pdf. Acesso em: 19 set 2021.

CESAR, Flaviane Cristina Rocha *et al.* GRADUATE SCHOOL STRESSORS: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 4, 2018. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-85362018000400503 Acesso em: 19 set 2021.

COSTA, Everton Garcia da; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. Polis. **Revista Latinoamericana**, n. 50, 2018. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682018000200207. Acesso em: 22 set 2021.

DE ALMEIDA, Fernanda Garcia; ARRIGO, Viviane; BROIETTI, Fabiele Cristiane Dias. Relatos de pós-graduandos em Ensino de Ciências e Educação Matemática a respeito de aspectos da formação em tempos de pandemia. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 10, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/24732>. Acesso em: 28 set 2021.

DRISSI, Nidal *et al.* Investigating the impact of COVID-19 lockdown on the psychological health of university students and their attitudes toward mobile mental health solutions: two-part questionnaire study. **JMIR formative research**, v. 4, n. 10, p. e19876, 2020. Disponível em: <https://formative.jmir.org/2020/10/e19876/>. Acesso em: 18 set 2021.

ELERES, Fabrício Bezerra et al. Coronavirus infection has reached Brazil, what now? Nurses' emotions. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, p. e20201154, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/55WpBZkXtdDFTK5wnQMqxxw>. Acesso em: 20 set 2021.

GHOARE, Ajinkya Suresh Rao *et al.* A cross-sectional online survey of relationship between the psychological impact of coronavirus disease 2019 and the resilience among postgraduate health sciences students from Maharashtra, India. **International Journal of Academic Medicine**, v. 7, n. 2, p. 89, 2021. Disponível em: <https://journals.lww.com/ijam/pages/default.aspx>. Acesso em: 20 set 2021.

JOJOA, Mario *et al.* The impact of COVID 19 on university staff and students from Iberoamerica: Online learning and teaching experience. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 11, p. 5820, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/11/5820> Acesso em: 18 set 2021.

KAPASIA, Nanigopal *et al.* Impact of lockdown on learning status of undergraduate and postgraduate students during COVID-19 pandemic in West Bengal, India. **Children and youth services review**, v. 116, p. 105194, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740920310604>. Acesso em: 18 set 2021.

LOBO, Larissa Aline Carneiro; RIETH, Carmen Esther. Saúde mental e Covid-19: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em debate**, v. 45, p. 885-901, 2021. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde mental e Covid-19: uma revisão integrativa da literatura Saúde mental e Covid-19: uma revisão integrativa da literatura. Acesso em: 24 set 2021.

LOCKWOOD, Craig *et al.* Chapter 2: Systematic reviews of qualitative evidence. **Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual. The Joanna Briggs Institute**, 2017. Disponível em: Chapter 2: Systematic reviews of qualitative evidence - JBI Manual for Evidence Synthesis - JBI Global Wiki (refined.site). Acesso em: 19 set 2021.

MARZIALE, Maria Helena. Instrumento para recolección de datos revisión integrativa. **São Paulo: Universidade de São Paulo**, 2015. Disponível em: <https://gruposdepesquisa.eerp.usp.br/sites/redenso/wp-content/uploads/sites/9/2016/04/Instrumento-REDENSO-Internacional-revisao-integrativa.pdf>. Acesso em: 8 set 2021.

MELNYK, Bernadette Mazurek; FINEOUT-OVERHOLT, Ellen. **Evidence-based practice in nursing & healthcare: A guide to best practice**. Lippincott Williams & Wilkins; 2005.

MEURER, Alison Martins; LOPES, Iago França. Inseguranças Socioacadêmicas e Desempenho da Tarefa de Pesquisadores em Formação: Evidências das Primeiras Semanas da Pandemia da COVID-19. **Contabilidad y Negocios**, v. 16, n. 31, p. 95-115, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/contabilidadyNegocios/article/download/24095/22905> Acesso em: 20 set 2021.

MOHER, David et al. The PRISMA Group. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **Rev. PLoS Med**. 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19621072/> Acesso em: 20 set 2021.

ODUCADO, Ryan Michael; PARREÑO-LACHICA, Geneveve; RABACAL, Judith. Personal resilience and its influence on COVID-19 stress, anxiety and fear among graduate students. **International Journal of Educational Research and Innovation**, v.15, p. 431-443, 2021. Disponível em: Personal resilience and its influence on COVID-19 stress, anxiety and fear among graduate students in the Philippines | IJERI: International Journal of Educational Research and Innovation (upo.es). Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/IJERI/article/view/5484>. Acesso em: 21 set 2021.

OUZZANI, Mourad *et al.* Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic reviews**, v. 5, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s13643-016-0384-4>. Acesso em: 20 set 2021.

PAVANI, Fabiane Machado *et al.* Covid-19 and repercussions in mental health: a narrative review of literature. **Revista gaúcha de enfermagem**, v. 42, 2021. Disponível em: SciELO - Brasil - Covid-19 and repercussions in mental health: a narrative review of literature. Acesso em: 27 set2021.

PINZÓN, Juanita Hincapié *et al.* Barreiras à Carreira e Saúde Mental de Estudantes de Pós-graduação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902020000200007. Acesso em: 25 set 2021.

RIBEIRO, Caique Jordan Nunes *et al.* Intervenções de restrição de mobilidade social durante a pandemia de COVID-19 e suas repercussões psicossociais no Brasil. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: Intervenções de restrição de mobilidade social durante a pandemia de covid-19 e suas repercussões psicossociais no Brasil | Nunes Ribeiro | Enfermagem em Foco (cofen.gov.br). Acesso em: 25 set 2021.

SHAMS, Shahbaz A.; HALEEM, Abid; JAVAID, Mohd. Analyzing COVID-19 pandemic for unequal distribution of tests, identified cases, deaths, and fatality rates in the top 18 countries. **Diabetes & Metabolic Syndrome: Clinical Research & Reviews**, v. 14, n. 5, p. 953-961, 2020. Disponível em: Analyzing COVID-19 pandemic for unequal distribution of tests, identified cases, deaths, and fatality rates in the top 18 countries - ScienceDirect. Acesso em: 24 set 2021.

SUNDE, Rosário Martinho. Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos estudantes universitários. **PSI UNISC**, v. 5, n. 2, p. 33-46, 2021. Disponível em: Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos estudantes universitários | PSI UNISC. Acesso em: 27 set 2021.

UPADHYAYA, Gaurav Kumar *et al.* Impact of COVID-19 on postgraduate orthopaedic training in Delhi-NCR. **Journal of clinical orthopaedics and trauma**, v. 11, p. S687-S695, 2020.

Disponível em: Impacto da COVID-19 no treinamento ortopédico de pós-graduação em Delhi-NCR - Journal of Clinical Orthopaedics & Trauma (journal-cot.com). Acesso em: 20 set2021.

VERMA, Santosh Kumar *et al.* Knowledge, attitude, and psychological effect on undergraduate/postgraduate students in Lockdown COVID-19 situation. **Journal of Pharmacy & Bioallied Sciences**, v. 13, n.1, p. S696, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8375943/>. Acesso em: 18 set 2021.

VIANA, Harley Francisco; SOUZA, Flávia Santos. Saúde mental na pós-graduação e a COVID-19: Um estudo com mestrandos e doutorandos de uma instituição pública federal de ensino. **Revista De Casos E Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e25290-e25290, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/25290>. Acesso em: 19 set 2021.

WHITEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of advanced nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>. Acesso em: 19 set 2021.

World Health Organization (WHO). WHO Director-General's opening remarks at the mediabriefing on COVID-19 - 11 March 2020. **WHO**, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19-11-march-2020>. Acesso em: 24 set 2021.

YAN, Zheng. Unprecedented pandemic, unprecedented shift, and unprecedented opportunity. **Human Behavior and Emerging Technologies**, v. 2, n. 2, p. 110, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7228313/>. Acesso em: 18 set 2021.

28

FILTRO ECOLÓGICO PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE EM FAMÍLIAS DE CRIANÇAS RESIDENTES EM TERESINA-PIAUÍ: atuação de graduandos de enfermagem junto a um projeto de extensão¹

Felipe Galvão Machado²

Maria Karolyne de Aguiar Nunes³

Elayne Azevedo Pereira⁴

Francisco Adalberto de Nascimento Paz⁵

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 39- Cuidado Integral a Crianças, Adolescentes e suas Famílias nos Diferentes Níveis de Atenção à Saúde, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023

2 Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP),
E-Mail: felipegalvaomachado@gmail.com

3 Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA),
E-Mail: karolynenunes2003@gmail.com

4 Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA),
E-Mail: elayne08072017@gmail.com

5 Doutor em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Docente do UNFSA. E-mail: pazadalberto19@hotmail.com

RESUMO

A Extensão Universitária é uma ferramenta importante para aproximar a relação professor-aluno e a construção coletiva de projetos de ação nas comunidades. O projeto de extensão Filtro Ecológico se pautou na confecção e doação de filtros ecológicos para famílias com crianças de baixa renda de Teresina

– Piauí, a fim de prevenir às parasitoses de veiculação hídrica. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e do tipo de relato de experiência realizada no período entre setembro e novembro de 2022 em Teresina – Piauí. Assim, com esta modalidade de pesquisa, é possível evidenciar as experiências sentidas pelos discentes participantes deste projeto, sobretudo contribuindo para destacar o papel do enfermeiro no nível de Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde, principalmente ao englobar a família, as crianças e o território no processo de educação em saúde.

Palavras-Chave: Educação em Saúde. Atenção Primária à Saúde. Saúde Pública. Cuidados em Enfermagem. Enfermagem em Saúde Comunitária.

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária é uma ferramenta importante para aproximar a relação professor-aluno e a construção coletiva de projetos de ação nas comunidades, a partir de conhecimento crítico-reflexivo adquirido durante o período de graduação e das necessidades das populações comunitárias em determinado contexto social, econômico e político. Nesta perspectiva, a Extensão Universitária (EU) é um processo educativo dinâmico que engloba a participação ativa dos alunos e o estreitamento da relação universidade-comunidade, contribuindo sobretudo para a transformação social (Santana et al., 2021).

Com base nesse entendimento, destaca-se que a graduação em enfermagem possui pressupostos teóricos, práticos e éticos para garantir o exercício do egresso deste curso à assistência, à execução

e à gestão das ações serviços de saúde (públicos ou privados). Desta forma, a EU é um mecanismo que contribui para a formação profissional do graduando, pois o aluno pode desenvolver ações de educação em saúde, de forma a compreender o processo saúde-doença e suas estratégias de enfrentamento na prática clínica. Assim, o discente pode assimilar com maior profundidade os desafios e perspectivas do mercado de trabalho no campo da enfermagem, incluindo as problemáticas da comunidade.

No que diz respeito ao trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS) as características desse processo de trabalho envolvem cinco dimensões: I – assistência; II – gerência; III – ensino; IV – pesquisa e V – participação política, sendo estas complementares e interdependentes. Nesta perspectiva, a função do enfermeiro na APS consiste em assistir às pessoas, às famílias e às comunidades, desenvolvendo atividades para a promoção, a manutenção e a recuperação da saúde (Alvarenga; Sousa, 2022).

No que tange às prevenções e aos agravos em saúde, percebe-se que os enfermeiros são capazes de adequar os enfrentamentos as problemáticas de saúde das populações de acordo com a realidade epidemiológica do seu território de atuação. Com isso em mente, ao se notar o expressivo adoecimento da comunidade via veiculação hídrica, pode-se planejar ações resolutivas e de qualidade no contexto da realidade da APS do SUS (Pires; Lucena; Mantesso, 2022).

À vista disso, o projeto de extensão Filtro Ecológico se pautou na confecção e doação de filtros ecológicos para famílias com crianças de baixa renda de Teresina – Piauí, a fim de prevenir às parasitoses de veiculação hídrica. Este projeto é fruto da observação crítica de uma estudante⁶ de graduação de enfermagem do Centro Universitário

6 A elaboração do projeto de extensão universitária Filtro Ecológico do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) foi realizada pela aluna Elayne Azevedo Pereira e o professor-orientador Francisco Adalberto de Nascimento Paz.

Santo Agostinho (UNIFSA) durante as atividades práticas (estágios obrigatórios e não-obrigatórios) com ênfase na APS.

A partir das percepções desta discente aliada às necessidades em saúde da comunidade, foi possível notar a prevalência significativa de enteroparasitoses em famílias com crianças do município em situação de vulnerabilidade econômica e de moradia. Segundo Cardoso et al. (2020) em Teresina-Piauí, as parasitoses afetam em maior proporção, as crianças entre 3 e 10 anos, especialmente as que moram em regiões com saneamento básico precário ou inexistente.

Desta forma, este relato de experiência dos discentes participantes deste projeto contribui para destacar o papel do enfermeiro na APS do SUS, principalmente ao englobar a família com crianças e o território no processo de educação em saúde. Com isso, o trabalho em enfermagem com o apoio e troca de saberes com a população local, pode ser reconhecido como instrumento de cooperação para diminuir o índice de parasitoses no município de Teresina-Piauí, principalmente nas crianças.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e do tipo de relato de experiência realizada no período entre setembro e novembro de 2022 em Teresina- Piauí. O processo de seleção de alunos para este projeto de extensão se deu em duas etapas. Na primeira etapa, fez-se a análise de histórico acadêmico e da média da disciplina de parasitologia humana, sendo esta cursada no primeiro período do curso de graduação em enfermagem no UNIFSA. Para ser aprovado nesta primeira etapa, a média aritmética simples total do aluno deveria ser igual ou superior a oito.

Já na segunda etapa, realizou-se prova escrita (valor máximo de 10 pontos) sobre o conteúdo lecionado nesta disciplina, sobretudo

o relativo às doenças de veiculação hídrica. É importante destacar que os discentes entre o segundo e nono período de graduação em enfermagem estão aptos a concorrer à vaga neste projeto de extensão. Assim, após a análise curricular e da realização de prova foram selecionados 15 indivíduos entre o segundo e oitavo período de graduação em enfermagem.

Dada a formação do coletivo de extensionistas, primeiramente, foi necessário realizar uma oficina para a produção dos filtros ecológicos que serão entregues às famílias com crianças do município. A direção desse momento crucial de aprendizagem foi executada pela estudante idealizadora do projeto com apoio do professor orientador. Desta maneira, ressalta-se que para a montagem do filtro ecológico foram necessários dois recipientes⁷ de plástico com tampa, de 20 litros cada um, de tipo alimentício, uma torneira plástica e duas velas. Para se construir o filtro ecológico é necessário empilhar os dois recipientes, atentando para os seguintes procedimentos:

1. Perfurar a parte inferior do recipiente de plástico (balde) para o encaixe da torneira. O furo precisa conter cerca de 4 cm e deve-se utilizar uma faca de uso comum de alimentação cotidiana;
2. Fazer dois furos na parte superior do recipiente de plástico (balde) e outros 2 furos na tampa do recipiente inferior, na mesma posição, a fim de ser possível fazer o encaixe das velas;
3. Encaixar as velas e torneira nos furos. É importante ressaltar que podem ocorrer possíveis desgastes nas bordas dos orifícios dos recipientes de plástico (baldes).

⁷ O recipiente de plástico com tampa de 20 litros ideal para a montagem do filtro ecológico é o de tipo alimentício (manteiga, açaí e azeitona). Ademais, em linguagem coloquial, o recipiente de plástico pode ser denominado como balde.

Para a execução deste projeto de extensão, contou-se com o apoio da Organização da Sociedade Civil (OSC), Centro da Juventude Santa Cabrini localizada no bairro Vila Irmã Dulce, uma vez que esta entidade atende crianças, adolescentes e famílias através de projetos sociais. Ademais, salienta-se que tal área geográfica apresenta deficiência na distribuição de água potável e na rede de saneamento básico, o que pode contribuir para a prevalência endêmica e variável de parasitoses de veiculação hídrica nesta comunidade (Brasil, 2017).

Quanto à seleção da amostra populacional, foi utilizado os seguintes critérios para a eleição das famílias que receberiam os filtros ecológicos no município: a) não ter filtro de água na residência; b) ter crianças morando na residência entre 1 e 10 anos; c) baixa renda salarial. Desta forma, foi selecionado um grupo de 16 indivíduos, que possuem papel de provedores de sua família, sendo em sua maioria do sexo feminino e com a idade entre 30 e 65 anos.

Este grupo majoritariamente feminino possui características socioeconômicas e de saúde heterogêneas, sendo as principais:

I – faixa salarial entre um e dois salários mínimos; II – número de filhos residentes em casa entre um e quatro; III – retém papel de cuidadoras do lar, idosos ou companheiros; IV – estão mais inseridas no mercado informal de trabalho; V – pelo menos uma criança residente na sua casa apresentou um caso de parasitose de veiculação hídrica nos últimos dois anos; VI – possuem água encanada, mas não filtrada. Assim, dado o planejamento prévio e o apoio para execução deste projeto de extensão universitária, agendou-se a data para entrega dos filtros ecológicos para

famílias com crianças que foi dividido em dois momentos detalhados a seguir:

- I. - Roda de conversa ressaltando a importância do consumo de água potável e sua relação com doenças de veiculação hídrica, além de escuta ativa e qualificada sobre os

problemas de saúde destas famílias, principalmente no que tange aos cuidados em saúde das crianças.

- II. – Oficina para as famílias aprenderem a confecção dos filtros ecológicos, fornecendo o material necessário para a sua elaboração.

Ademais, ressaltou-se que para a manutenção e higienização adequada do filtro ecológico deve-se utilizar um pano limpo, água em temperatura ambiente e hipoclorito de sódio, evidenciando que este último pode ser retirado em Unidades Básicas de Saúde da região. Por fim, indicou-se a troca do filtro ecológico a cada dois anos pelas famílias.

RESULTADOS

O protagonismo estudantil foi inerente à construção do projeto filtro ecológico, pois os extensionistas são incentivados à edificação da existência de necessidades coletivas reais. Com isso, destaca-se que existe o comprometimento coletivo e o esforço em garantir o processo ensino-aprendizagem para além dos muros institucionais (sala de aula).

Conforme Rocha, Brito e Cerce (2022) mesmo que não exista o momento exato para que o indivíduo tome direção na vida pessoal e profissional, os projetos de extensão universitários são mecanismos de contextualização da futura profissão, proporcionando uma visão mais integral das competências necessárias (técnicas e interpessoais) para atuar no mundo do trabalho.

Ademais, entende-se que são os próprios alunos que se organizam como coletivo para angariar os materiais para a confecção dos filtros ecológicos. Além disso, a oficina foi liderada pela idealizadora do projeto, uma vez que o próprio filtro ecológico já fazia parte da sua realidade doméstica. Assim, ressalta-se que a

saúde é resultante de uma produção social, ancorada em uma ideia que partiu da perspectiva do atendimento às necessidades reais individuais. Com isso, a aluna idealizadora do projeto conseguiu florescer uma possibilidade de ensino-aprendizagem coletiva, que cumpre o preconizado para a formação do profissional na área da saúde (Silva et al., 2020).

Nesta perspectiva, é primordial evidenciar que a oficina para montagem dos filtros ecológicos com as famílias com crianças foi positiva, pois eles foram considerados: “uma solução rápida, barata e fácil para diminuir as doenças dos meus filhos lá em casa (sic)”. Ademais, ainda frisam em suas falas: “dá pra vender os baldes depois de prontos” (sic); “dá pra conseguir bem barato os baldes” (sic) e “inclusive posso ensinar meus parentes em outro estado, lá tem o mesmo problema de doença por causa de água contaminada” (sic). Desta forma, compreende-se a potencialidade da confecção do filtro ecológico, sendo este possível fenômeno reprodutor de educação em saúde.

Outro aspecto importante é a possibilidade de capilaridade educacional- emocional deste projeto de extensão, uma vez que as mulheres podem envolver os seus filhos para apoiar o processo de construção do filtro ecológico. Desta maneira, as crianças podem ressignificar suas vivências, descobrir suas competências, além de estabelecer rede de apoio com pessoas próximas na vizinhança, de modo a proporcionar estratégias de promoção à saúde ou reconhecimento de fatores de risco relativos ao consumo de água não filtrada pelos indivíduos (Tozo; Gomes; Vasconcelos, 2018).

De acordo com Paes e Paixão (2016) existe uma profunda relação entre acesso à educação e melhores índices de saúde e de bem estar. À vista disso, enfatiza-se que o projeto de extensão filtro ecológico funciona como um palco para transformações sociais. Vale ainda reforçar que o processo de educação em saúde articula saberes,

atitudes e destrezas que podem ser aplicados e compartilhados com a sociedade em geral. Além disso, neste projeto em específico, abandona-se o paradigma educacional centrado somente na figura do professor.

Sob esta mesma esteira de entendimento, Freire (2002) explica que ensinar e aprender é um processo contínuo de construção e desconstrução da prática educativa, demandando sujeitos que quando ensinam, aprendem, mas também que quando aprendem, ensinam. Em razão disso, frisa-se que a potencialidade do projeto filtro ecológico reside nessa capacidade de ser reprodutora do binômio aprender-ensinar. Desta forma, o papel de professor e aluno pode mudar constantemente sob esta lógica freiriana, uma vez que cada indivíduo é capaz de reproduzir conhecimentos que visem à resolução de problemas da realidade social.

Assim, salienta-se que o processo educacional foi descentralizado e validado pelas mulheres (a maioria das representantes das famílias selecionadas) como conhecimento que irá prevenir doenças de veiculação hídrica, inclusive influenciando na sensibilização em manter o vínculo formado entre comunidade, crianças, profissionais de saúde e o território. Deste modo, é possível promover a mudança social com este projeto de extensão, pois as famílias com crianças são as protagonistas do seu cuidado em saúde, sem deixar de contar com o apoio das equipes multiprofissionais de saúde (Conceição et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária possui a função de (des)construir o processo de ensino- aprendizagem centralizado em apenas um indivíduo, uma vez que busca aproximar a relação professor-aluno-comunidade para realizar a transformação social. Nesta perspectiva,

é preciso que exista uma identidade coletiva, política, econômica e social em um projeto de extensão, a fim de que os sujeitos identifiquem as necessidades reais da população.

Desta forma, o projeto de extensão filtro ecológico é uma alternativa para que os estudantes de graduação de enfermagem do UNIFSA aliem os conhecimentos teórico-práticos do curso às problemáticas de saúde de Teresina – Piauí. Com isso, percebeu-se que o adoecimento das famílias com crianças por verminoses de veiculação hídrica no município é multifatorial, pois engloba as condições de renda, moradia e ao acesso às ações do SUS sobretudo via APS.

Além disso, foi possível constatar que o enfermeiro retém papel central na articulação da política de saúde local, inclusive sendo fundamental para promover às ações preventivas, curativas e de promoção à saúde da população, em especial na APS do SUS. Para além disso, ressalta-se que o projeto de extensão é uma ação de educação em saúde, visto que os extensionistas podem aprender e ensinar com ele, inclusive aguçando o protagonismo das famílias com crianças em realizar o seu autocuidado em saúde, além de perceber a problemática social relativa à falta de acesso a água filtrada. Percebe-se, portanto, que o projeto de extensão filtro ecológico em Teresina-

Piauí é fruto de uma realidade individual que pode ser metodologicamente construída para ser objeto de transformação política e social, o que contribui para o desenvolvimento da cidadania nos estudantes da graduação em enfermagem do UNIFSA.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, J. P. O; SOUSA, M. F. Processo de trabalho de enfermagem na atenção primária à saúde no estado da Paraíba – Brasil: perfil profissional e práticas de cuidado na dimensão assistencial. **Saúde em Debate**. 46(135):1077-1092, 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). **Diagnóstico dos serviços de água e esgotos**: 2017. Brasília: Ministério das Cidades. Disponível em: www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2016

CARDOSO, A. B. et al. Perfil epidemiológico-socioeconômico de enteroparasitoses em crianças de 03 a 10 anos em Teresina-PI. **Brazilian Journal of Development**. 6(3):11160-11175, mar. 2020.

CONCEIÇÃO, D. S. et al. A educação em saúde como instrumento de mudança social. **Brazilian Journal of Development**. 6(8): 59412-59419, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PAES, C. C. D. C; PAIXÃO, A. N. P. A importância da abordagem da educação em saúde: uma revisão de literatura. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**. 6(11):80-90, 2016.

PIRES, R. C. C; LUCENA, A. D; MANTESSO, J. B. O. Atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Científica de Enfermagem**. 12(37):107-114, 2022.

ROCHA, S. C; BRITO, R. O; CERCE, L. M. R. O protagonismo estudantil e os desafios da sociedade contemporânea: um diálogo sobre projeto de vida. **Research, Society and Development**. 11(1):1-12, 2022.

SANTANA, R. R. et al. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação e Realidade**. 46(2):1-17. 2021.

SILVA, W. L. F. et al. Saber e fazer a promoção da saúde: um relato de experiência. **HU Revista**. 46:1-6, 2020.

TOZO, S. M. P. S; GOMES, T. A. S; VASCONCELOS, J. A. M. Trabalhando as relações e os vínculos familiares: uma experiência de Extensão Universitária da PUC Minas. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**. 2(4):125-139, 2018.

29

PLANO DE MANUTENÇÃO DA ARBORIZAÇÃO PARA REDUÇÃO DE FALHAS EM REDE ELÉTRICA: um estudo de caso em Teresina - Pi¹

Rodrigo Ferreira Torres²
Danielle Cristinny Leite e Silva³
Jaciara Carvalho de Sousa Oliveira⁴

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 41 – Gestão energética e o impacto econômico financeiro nas organizações, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Graduado em Bacharelado em Engenharia Elétrica, Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina – PI.

3 Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará e docente do Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina – PI.

4 Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Paulista, e docente do Centro Universitário Santo Agostinho, Teresina – PI.

RESUMO

O presente trabalho aborda acerca do georreferenciamento de árvores em contato com a rede elétrica de distribuição urbana no município de Teresina-PI, a partir de dados obtidos junto à concessionária de energia Equatorial – PI. O estudo de caso demonstra como é realizada a manutenção da podagem dessas árvores a fim de se evitar as interrupções de energia não programadas, visando manter a qualidade, o fornecimento de energia e a satisfação perante seus consumidores, de acordo com os padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Os dados utilizados foram obtidos a partir da utilização de aplicativos e *softwares* tais como: Mapinr, Telegram, Timestamp, Google Earth e Peazip. Os resultados encontrados desta gestão estão refletidos no aumento da produtividade de podas realizadas e na redução dos níveis dos indicadores de continuidade DEC e FEC. Ademais, foi possível elaborar um banco de dados que passou a funcionar como histórico de manutenção.

Palavras-Chave: Georreferenciamento. Rede elétrica. Interrupção de energia.

INTRODUÇÃO

A interrupção do fornecimento de energia elétrica é um problema desafiador para as concessionárias de distribuição de energia elétrica, pois o contato de árvores com a rede de distribuição (RD) em áreas urbanas trata-se de uma de suas principais causas. Logo, a qualidade do fornecimento de energia elétrica é afetada gerando um desconforto e insatisfação aos consumidores, ocasionando até mesmo danos materiais aos clientes, como perdas de alimentos, equipamentos, serviços, entre outros, impactando diretamente na vida das pessoas. Além disso, o prejuízo causado pelo desligamento não programado de uma RD impacta na saúde financeira e nos ativos das concessionárias. Desde uma falha transitória a uma falta de energia com danos materiais de grandes proporções, como:

comprometimento estrutural de postes, cabos e isoladores, e defeito em equipamentos.

As interrupções de energia elétrica afetam a qualidade da prestação de serviço, e, consequentemente, afetam a credibilidade das concessionárias diante de seus consumidores pois aumentam os níveis de duração e frequência equivalente de interrupções (DEC e FEC, respectivamente). A poda das árvores é uma solução efetiva, porém a estrutura e demanda existentes possuem uma defasagem na cobertura desse serviço, exigindo que sejam implementados novos recursos e novas soluções. Um bom plano de gestão é um importante passo a dar e a ser perseguido.

A gestão da manutenção consiste em realizar um eficaz planejamento, controle e medição dos serviços realizados, de acordo com o Plan, Do, Check e Act (PDCA - Planejar, Fazer, Verificar e Agir), pois, atuar na causa de vegetação em contato com a RD consiste em identificar, analisar e criar um plano de ação, permitindo o acompanhamento das ações com mais efetividade.

Nestas perspectivas, os desligamentos não programados ocorridos são de várias naturezas. Porém os indicadores mostram que cerca de 70% a 80% das causas em geral são provocadas diretamente ou indiretamente por árvores que se projetam em cima da rede elétrica ou estão em contato com a mesma (EQUATORIAL, 2022).

Faz-se imprescindível avançar no sentido de desenvolver novas metodologias que possam auxiliar na gestão da manutenção em RD voltadas também para as questões ambientais, que é fundamental para o progresso e para a sustentabilidade do mundo verde. Gerir o processo de georreferenciamento de árvores em áreas urbanas em contato com a rede elétrica, com apoio de softwares e aplicativos, de novas tecnologias, com o intuito de roteirizar serviços, evidenciar ações e predeterminar novas manutenções, pode trazer grandes

resultados, tanto para a sociedade quanto para concessionárias de energia elétrica.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar um estudo de caso sobre os índices de DEC e FEC, bem como os de produtividade após a implementação de alternativas inovadoras, por meio da gestão da manutenção preventiva e preditiva voltados para arborização em Teresina-PI, implementada pela empresa Equatorial Energia.

METODOLOGIA

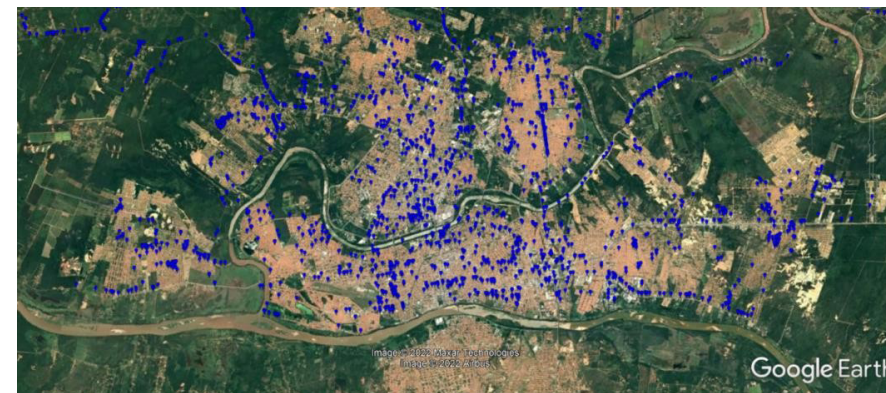
O presente trabalho foi embasado a partir do estudo de caso de um sistema de georreferenciamento de árvores em contato com a rede elétrica, que venham afetar o fornecimento de eletricidade pela concessionária Equatorial-PI, no município de Teresina-PI. Ressaltam-se algumas das referências bibliográficas que oferecem sustentação teórica a este artigo como a legislação vigente entre Concessionária e Prefeitura Municipal de Teresina, Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 956/2021 (ANEEL, 2021a), Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 (ANEEL, 2021b), Módulo 8 dos Procedimentos de distribuição de energia elétrica da ANEEL (ANEEL, 2021c) e Oliveira et al. (2016).

O desenvolvimento deste estudo se deu a partir da análise de um sistema de georreferenciamento de todas as árvores que estão em contato com a rede elétrica, com apoio na aplicação de programas gratuitos nas versões Android e Software: mapinr, timestamp, google earth, peazip e telegram. Isto possibilitou quantificar e qualificar a gestão da execução das podas.

O plano de manutenção da Equatorial consiste em gerar os alvos a serem inspecionados tendo como base os resultados dos indicadores de continuidade durante os meses anteriores ou melhor, a partir da performance de cada conjunto elétrico. Assim os inspetores seguem realizando suas inspeções mensais apenas nos circuitos em

que o DEC e FEC mais impactaram no resultado da concessionária. A Imagem 1 representa os pontos de podas de árvores apontados nas inspeções no ano de 2021, em Teresina – PI.

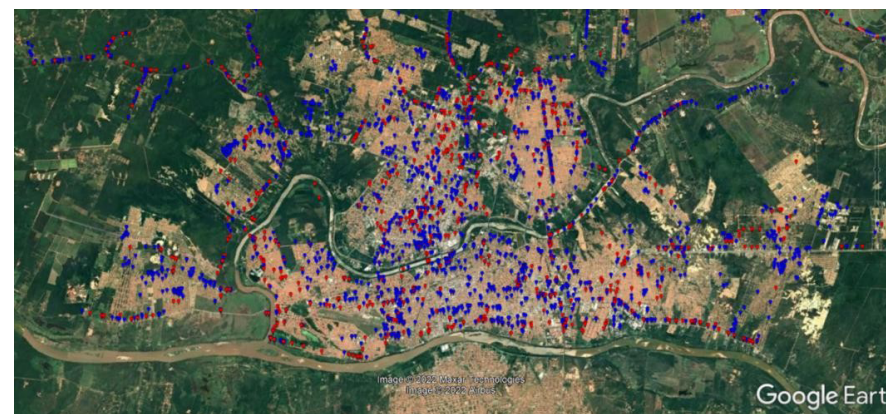
IMAGEM 1. Pontos georreferenciados de árvores em contato com a rede elétrica



Fonte: Adaptada de GOOGLE EARTH (2022).

No ano de 2022, seguindo a mesma filosofia de estudo, baseada nos indicadores de DEC e FEC para a geração de alvos ou circuitos a serem inspecionados, foram sobrepostas as anomalias ou podas apontadas nas inspeções do ano anterior em conjunto com o presente ano, e estão apresentados na Imagem 2.

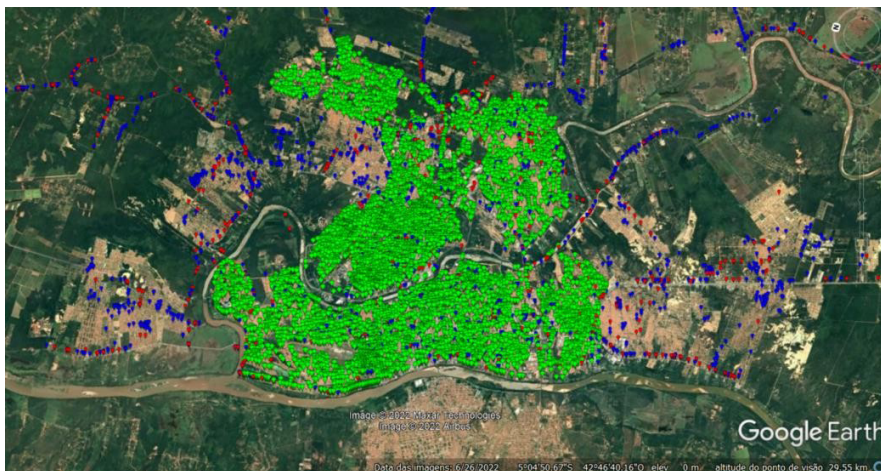
IMAGEM 2. Interface do software Google Earth.



Fonte: Adaptada de GOOGLE EARTH (2022).

Visto que apenas com o levantamento a partir dos alvos gerados para realizar inspeção, pela priorização dos circuitos com base nos indicadores de continuidade e seu histórico, esses alvos gerados não eram suficientes para atender as necessidades de dar-se manutenção em 100% da rede elétrica na área urbana de Teresina. Então foi realizado o georreferenciamento contínuo de árvores em contato ou próximas da RD. A Imagem 3 ilustra o levantamento e a interposição de camadas, das podas apontadas nas inspeções anteriores entre os anos de 2021 e 2022, e o georreferenciamento além do plano de manutenção, realizado pela varredura da área urbana de Teresina.

IMAGEM 3. Interface do software Google Earth.



Fonte: Adaptada de *GOOGLE EARTH* (2022).

A partir das inspeções e os apontamentos contínuo de pontos de poda urbana em Teresina, as execuções das mesmas tiveram o auxílio de aplicativos gratuitos disponíveis na Play store, como o Mapinr e o Timestamp, possibilitando que as equipes localizem suas demandas mais facilmente e consigam anexar as evidências em cada serviço a ser realizado. Nestas evidências é possível disponibilizar

informações importantes como data, hora e localização em que foram executadas as podas, mostradas na Imagem 4. Assim um histórico significativo tem sido construído fornecendo informações para que as manutenções preventivas passem a ser de forma preditivas.

IMAGEM 4. Interface do Timestamp com o antes (à esquerda) e o depois (à direita) da poda executada



Fonte: Adaptada de *TIMESTAMP* (2022).

Essas evidências registradas pelas equipes de poda parceiras seguem o procedimento adotado pela Equatorial-PI, sempre registrando seus serviços de forma que possibilite auditorias futuras, verificar o antes e o depois do serviço realizado, com todas as informações possíveis na própria evidência

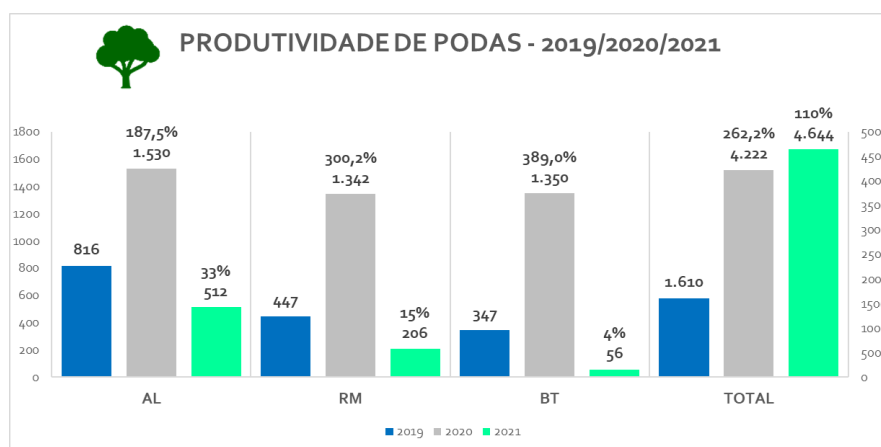
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um bom plano de ação envolvendo manutenção preventiva consiste em ter como base o planejamento e o controle dos serviços sendo construídos fielmente com as informações de campo, permitindo que tudo que se execute em loco seja bem planejado, controlado e medido. Assim, foi possível evidenciar a evolução da produtividade das equipes de poda, no município de Teresina, onde eram disponibilizadas 13 equipes de poda num primeiro momento

(2019), depois foram reduzidas para 10 em 2020, seguindo para 9 em 2021, e atualmente, 10 equipes para atender todas as demandas necessárias de poda.

Visto que ao longo do tempo foram reduzidos custos financeiros, o georreferenciamento garantiu uma excelente produtividade, mesmo com a redução da força de trabalho, conforme evidencia a Imagem 5.

IMAGEM 5. Gráfico de produtividade das equipes de poda EQTL-PI



Fonte: (EQUATORIAL PIAUÍ, 2022).

O gráfico de produtividade mostra a evolução do quantitativo de árvores podadas por segmento de alimentadores (AL), ramal (RM) e baixa tensão (BT), verifica-se o quanto tivemos de avanço positivos ao longo anos. Entre 2019 e 2020, houve um ganho de 262,2% na produtividade, e entre 2020 e 2021, ocorreu um aumento de 110%.

O projeto de georreferenciamento iniciou no ano de 2020 e hoje está em todo o estado do Piauí. Especificamente em Teresina onde foram disponibilizados mais recursos e sendo o modelo para as demais regiões, já é possível verificar o impacto nos indicadores de continuidade principalmente da capital, mas em todo o estado do

Piauí é possível verificar a evolução do processo. Na Imagem 6 está apresentando a performance dos indicadores de continuidade DEC e FEC no de 2020.

Imagem 6. Indicadores de continuidade DEC/FEC/OCORRÊNCIAS de 2020



Fonte: (EQUATORIAL PIAUÍ, 2022).

Esta visão gráfica das ocorrências, DEC e FEC versus causa, mostram as causas que mais impactaram durante todo o ano de 2020 para os indicadores de continuidade, ocasionando as interrupções de energia no município de Teresina – PI. Destacam-se os fenômenos naturais, árvore na rede e falha de comunicação.

No exercício de 2021 os indicadores de continuidade tiveram os resultados mostrados na Imagem 7.

No ano de 2021, quanto aos indicadores de continuidade versus causa, destacam-se as causas que mais ocasionaram as interrupções de energia no município de Teresina – PI, as três principais que são árvore na rede, causa não identificada e fenômenos naturais. Sendo causa de árvore na rede o principal fator de interrupção tanto do FEC quanto do DEC, como apresentado na Imagem 7.

Imagem 7. Indicadores de continuidade DEC/FEC/OCORRÊNCIAS de 2021



Fonte: (EQUATORIAL PIAUÍ, 2022).

Imagem 8. Indicadores de continuidade DEC/FEC/OCORRÊNCIAS de 2022



Fonte: (EQUATORIAL PIAUÍ, 2022).

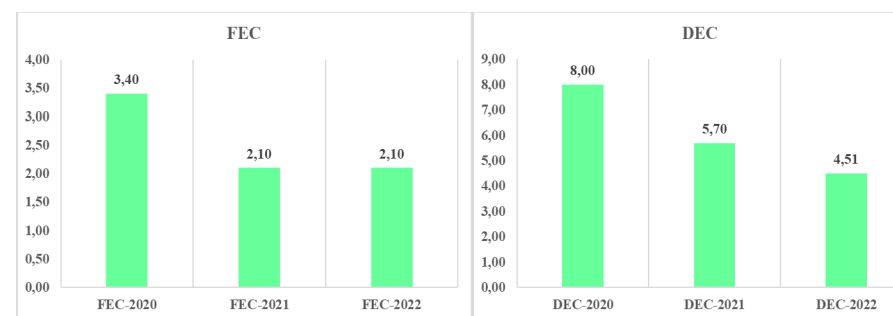
No exercício de 2022, os indicadores de continuidade tiveram os resultados, mostrados na Imagem 8.

No ano de 2022, os indicadores de continuidade versus causa, destacam-se as causas que mais ocasionaram as interrupções

de energia no município de Teresina – PI, os três primeiros que são árvore na rede, causa não identificada e condutor partido. São os resultados durante todo o ano de 2022, como podem ser verificados na Imagem 8.

Pode-se constatar a evolução dos indicadores de continuidade ao longo do tempo, ao analisar as causas das interrupções não programadas, verificarmos que três em específicas, árvore na rede (ou z-árvore na rede), causa não identificada e fenômenos naturais, todas estão diretamente ou indiretamente ligadas a vegetação em contato com a rede distribuição de energia, como causa principal para a falta de energia ocasionada. Portanto verifica-se que os valores dos indicadores de continuidade estão com tendência de redução, quando somados, trata-se uma redução significativa de 38% para o FEC e 44% para o DEC, como demonstrado na Imagem 9.

Imagem 9. Gráfico evolutivo dos indicadores de continuidade DEC/FEC



Fonte: (EQUATORIAL PIAUÍ, 2022).

A meta a ser alcançada de georreferenciamento consiste em 100% de cobertura da área urbana e rural, identificar, catalogar e georreferenciar todas as podas em contato direto ou não com a rede elétrica de distribuição. Para alcançar resultados nos indicadores de continuidade próximos a zero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos almejados foram alcançados a partir da análise dos resultados de produtividade de podas executadas e dos indicadores de continuidade DEC e FEC. A gestão por georreferenciamento de árvores em contato com a rede de energia elétrica no município de Teresina-PI realizou ganhos de produtividade com um aumento de 262,2% entre os anos de 2019 e 2020, uma melhoria de 110% entre os anos de 2020 e 2021; em relação ao DEC e FEC a performance teve significação diminuição de 44% para o DEC e 38% para o FEC, comparados os anos de 2020 e 2022.

O georreferenciamento continua e têm muitas oportunidades tanto para melhorar sua performance, quanto para uma maior redução dos indicadores de continuidade. A princípio se trata de um projeto que trabalha de forma off-line, visando metas futuras e estão em andamento, trata-se de migrar para uma plataforma totalmente online.

REFERÊNCIAS

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 956/2021a**. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2021956.html>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1000**: Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. 2021b. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Procedimentos de distribuição**: Módulo 8 – Qualidade no fornecimento de energia elétrica. 2021c. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/cedoc/aren2021956_2_7.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

EQUATORIAL DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ. **Relatórios técnicos, Operacionais**. 2022.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

MAPINR. Disponível em: <<https://www.apkonline.net/pt/mapinr/app.mapinr>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

OLIVEIRA, Altamir Fernandes de et al. Diagnóstico parcial da arborização viária sob rede elétrica na Regional Oeste de Minas Gerais. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 36, n. 85, p. 31-40, 2016.

TIMESTAMP. Disponível em: <<https://timestamp-camera-free.br.aptoide.com/app>>. Acesso em: 01 dez. 2022.





LESTU
Publishing Company



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

ISBN: 978-65-85729-05-5

